

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Fernanda Cardozo

DAS DIMENSÕES DA *CORAGEM*:
socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil

Florianópolis
2009

Fernanda Cardozo

DAS DIMENSÕES DA *CORAGEM*:
socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestre em Antropologia Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Florianópolis
2009

Fernanda Cardozo

DAS DIMENSÕES DA *CORAGEM*:
socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de mestre em Antropologia
Social, pelo Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal de
Santa Catarina

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

Aprovado em 31 de agosto de 2009

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi – PPGAS/UFSC (Orientadora)

Profa. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna – Museu Nacional/UFRJ

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis – PPGAS/UFSC

Prof. Dr. Marcelo José Oliveira – UDESC

Agradecimentos

Um trabalho acadêmico é uma experiência que *apenas falsamente* pode ser considerada solitária. Nada mais artificial do que o ideal romântico do etnógrafo solitário à porta de sua cabana, assistindo ao desenrolar da vida *dos outros*. Uma etnografia é feita a muitas mãos, a muitas mentes pensantes, a muitos esforços políticos, a muitas redes de amizade – complexo de situações protagonizado por pessoas e instituições que merecem eterna gratidão.

Tendo em vista as dificuldades que se esboçam à produção intelectual no campo das Ciências Humanas, todos os investimentos e apostas carecem ser reconhecidos. Agradeço imensamente ao CNPq o apoio financeiro ao longo do período de minha formação, que não se restringiu, entretanto, à minha experiência no mestrado, mas me ofereceu bases desde o período de graduação, através de bolsas voltadas à iniciação científica, recurso que permite a muitas e muitos jovens estudantes a familiarização com o fazer científico e com o acesso à educação superior de qualidade.

Além do CNPq, agradeço, ainda, a outros órgãos cujo apoio foi de fundamental importância para minha formação e a de muitas e muitos colegas, uma vez que os projetos realizados pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) sob seu financiamento me permitiram adentrar temáticas, cenários sociais e diálogos teóricos fundamentais em meu aprendizado. Agradeço, portanto, ao Programa Nacional DST/AIDS e ao Ministério da Saúde a confiança no trabalho de excelência desenvolvido *na e pela* Universidade. Agradeço, ainda, ao CEBRAP/PROSARE e à Fundação FORD o apoio a projetos de que tive a honra de participar, direta ou indiretamente, junto ao NIGS e ao NUR (Núcleo de Estudo de Modos de Subjetivação e Movimentos Contemporâneos).

O acesso a tais recursos e possibilidades, por sua vez, só se torna concreto graças à atuação ética e engajada de professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, funcionárias e funcionários que arduamente acreditam na educação. Agradeço, portanto, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina os esforços para assegurar condições objetivas e simbólicas necessárias à formação de suas alunas e alunos.

Nesse sentido, ainda, agradeço, especial e eternamente, ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, da Universidade Federal de Santa Catarina, todas as inumeráveis oportunidades que me foram oferecidas, bem como as jornadas de estudos, os momentos de êxtase intelectual coletivo, as viagens a encontros e pesquisas, as risadas e os sucessos.

Agradeço, sobretudo, às amigas e aos amigos que fizeram e fazem do NIGS um *lar* em que me sinto acolhida: Rozeli Maria Porto (com todo o carinho e a admiração do mundo, guardo comigo cada um de suas sábias palavras desde meu ingresso no NIGS), Anelise Fróes da Silva, Carla Cabral, Maria Luiza Bettiol Carneiro, Vinícius Kauê Ferreira, Raruilquer Oliveira, Rayani Mariano, Paula Pinhal de Carlos, Juliana Cavilha, Rosa Oliveira, Wagner Camargo, Camila Bianca dos Reis, Regina Ingrid Bragagnolo, Leandro Castro Oltramari, Sara Nacif, Fátima Weiss de Jesus, Dina Mazariegos. Agradeço, com todo o coração, a Felipe Bruno Martins Fernandes as aventuras e desventuras, o trabalho incansável, a parceria incomparável, a amizade deliciosa – experiências que me fizeram crescer e aprender muito, por isso serei eternamente grata.

Agradeço às e aos colegas de minha turma de mestrado de 2007.2, com os quais compartilhei dores, temores, alegrias, aprendizados, angústias e a torcida para que todas e todos sobrevivessem à intensa experiência do aprender. Agradeço a Joana De Conti Dorea, Jacqueline Schneider, Diego Faust Ramos, Philippe Hanna Oliveira, Rafael Palermo Buti, Fernanda Marcon, Alexandra Alencar, Nora Murillo, Dina Mazariegos, Jimena Massa, Camila Sissa Antunes, Priscila Brandão, Caléu Moraes, Maíra Marcchi. Agradeço, especialmente, a Danielli Vieira o carinho e a amizade, a companhia afetiva e intelectual, o abrigo material e metafórico e a lealdade e doçura que poucas pessoas têm a alegria de encontrar na vida – obrigada por tudo, querida Dani!

Agradeço às e aos colegas de outras turmas, de momentos distintos, que marcam meu coração e me têm ensinado muito. Agradeço a Fernando José Taques, Everton Luís Pereira, Elias Barreiros, Martina Ahlert, Érica Quinágua, Ângelo Della Croce, Nayara Uber Piloni, Tiago Moreira dos Santos, Gicele Sucupira, Felipe Mattos Monteiro. Peço perdão àquelas pessoas que, por uma falha de memória, não tenham sido citadas – há tantos nomes a serem contemplados!

Agradeço, com carinho e admiração, às professoras e aos professores do PPGAS da UFSC, que, com competência e delicadeza, colorem nosso cotidiano e conferem sentido a nossas escolhas. Grata sou a Sônia Weidner Maluf, Theophilos Rifiotis, Rafael José de Menezes Bastos, Miriam Furtado Hartung, Carmen Sílvia Rial, Vânia Zikán Cardoso, Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Esther Jean Langdon, Oscar Calávia Saez, Márnio Teixeira-Pinto, Ilka Boaventura Leite, Alícia Norma González de Castells, Alberto Groisman. Agradeço, em especial, à professora Maria Amélia Schmidt Dickie, cujos ensinamentos em contexto de pesquisa me foram caríssimos. Lembro, aqui, a memória de nosso eterno e querido

professor Sílvio Coelho dos Santos e seu incansável compromisso político no âmbito da Antropologia.

Agradeço, ainda, a professoras e professores de outros programas por quem tenho tanta estima e tanta gratidão pelo aprendizado a cada encontro e pelo carinho permanente. Agradeço à professora Anna Paula Uziel e ao professor Luiz Mello o cuidado desde o primeiro contato e as mensagens de apoio; à professora Larissa Pelúcio a energia vibrante e os momentos lúdicos nos espaços virtuais; à professora Berenice Bento os muitos encontros e infinitos aprendizados; ao professor Wiliam Siqueira Peres a parceria teórica e política e a possibilidade de compartilhar, inclusive, momentos de indignação e mediação.

Para se chegar até *aqui*, uma rede ainda mais ampla de apoio e esforços carece ser articulada. Agradeço, em uma dimensão jamais passível de alcance, a meus pais, Hilária e Manoel, a meu irmão-herói, Alexandre, e a minha irmã, Claudete, a compreensão e os investimentos em torno do projeto da *caçula* da família. Agradeço especialmente a meus sobrinhos, Luiz Felipe e Mariana, as palavras de conforto, já que não são mais tão crianças como outrora, quando me ausentei de seu cotidiano.

Agradeço a Tiago Jaime Nascimento, além da paciência com meu bom e mau humor e da ajuda cotidiana com recursos tecnológicos, a doce companhia, o colo sereno, os sorrisos, a escuta sempre atenta e o amor tão constante. Agradeço a meus queridos amigos Alice Busch e Leonardo Dagostim a acolhida e a amizade; e a Renato Oliveira a lição pela diferença e pela amizade inestimável. Agradeço, com carinho imenso e admiração, a meu amigo Thomas Pierre Castegnaro as boas risadas, a companhia virtual permanente e a disponibilidade e a doçura com que aceitou meu convite para a produção de fotografias junto às travestis sujeitas da pesquisa, bem como o diálogo delicioso a respeito de nossa experiência fotográfica na cidade, que muito me ajudou a repensar minha própria entrada em campo. Agradeço também a meu querido amigo e colega Pablo Ornelas Rosa, com quem os diálogos são sempre fecundos e por quem minha admiração não cessa. Agradeço, com carinho, a Luana de Jesus e a Kelly Vieira, da ADEH Nostro Mundo de Florianópolis, que delicadamente me levaram, pelas mãos, a descortinar os sentidos vivenciais e políticos do universo das travestilidades.

Agradeço aos professores Theophilos Rifiotis e Marcelo José Oliveira as ricas contribuições quando da qualificação do projeto que deu origem a esta pesquisa; suas avaliações e recomendações tão cuidadosas me garantiram segurança diante de minha aventura etnográfica. Agradeço especialmente a ambos e à professora Adriana Vianna o gentil aceite em integrar a banca de avaliação deste trabalho. Agradeço-lhes, honrada, a atenção e a

disponibilidade.

Meu especial agradecimento, que aqui merece destaque, dirige-se, com delicadeza e afetividade, à minha professora, orientadora, amiga e confidente Miriam Pillar Grossi, meu exemplo de educadora e intelectual que me tem guiado, para minha felicidade, pelo meus últimos cinco anos. Sou-lhe imensamente grata por todas as oportunidades, por todos os conselhos, por todas as palavras de conforto e incentivo e pela incansável orientação, sobre o trabalho e sobre a vida, realizada em cada chance – no ponto de ônibus, na hora do almoço, durante a carona, entre um ponto e outro da Universidade, no intervalo de algum evento, por e-mails oriundos da França, dos Estados Unidos, da China, da Indonésia. Agradeço-lhe a formação teórica, política e humana que me tem proporcionado, bem como a atenção às minhas inseguranças no processo de adultidade Agradeço-lhe a doce atenção dedicada a cada aluna e aluno, o equilíbrio entre autonomia e acompanhamento e, sobretudo, a lógica de igualdade com que opera nessas relações. Obrigada por tudo, querida professora Miriam!

Por fim, agradeço a todas as sujeitas e sujeitos desta pesquisa – as quais não posso, aqui, designar nominalmente – a doçura, a amizade, a confiança, a paciência e os ensinamentos. Foram quatro meses e vinte dias de trocas intensas que renderam, tenho certeza, amizades valiosas para o resto de minha vida. A todas as *minhas meninas*, minha gratidão, meu respeito e meu carinho.

*“Não vemos as coisas como elas são,
mas como nós somos”
(Anais Nin)*

Resumo

Esta etnografia trata do universo de socialidades vivenciado por travestis femininas que se prostituem em uma cidade de médio porte situada no sul do Brasil. Além da organização política entre as travestis da cidade, caracterizada por limites territoriais e por fidelidades a distintos sistemas de valores, este trabalho descreve, dentre outros aspectos, as redes de solidariedade que contribuem para seus projetos migratórios, a comunicação através das fofocas e da jocosidade e o complexo conjunto de moralidades que ordena e hierarquiza as relações entre as sujeitas. Caracterizam-se, ainda, os riscos, as violências e os conflitos que se fazem presentes em seu cotidiano, sobretudo no que diz respeito às relações que se desenvolvem no contexto da prostituição. Por fim, relatam-se, através de fragmentos da trajetória das sujeitas da pesquisa, experiências de discriminação e/ou de acolhimento em espaços de socialização como a família e a escola, bem como agenciamentos em torno da carreira prostitucional.

Palavras-chave: travestilidades – socialidades – moralidades – conflitos sociais

Abstract

This ethnography deals with the universe of socialities experienced by feminine travestis who prostitute themselves in a medium-sized city located in southern Brazil. Apart from the political organization between the city travestis, characterized by territorial boundaries and loyalty to distinct sets of values, this work describes, among other aspects, the solidarity networks that contribute to their migratory projects, the communication through gossiping and jocularly and the complex system of morality that arranges and orders the relations between the subjects. The risks, the violences and the daily conflicts, specially on what refers to the relations developed in the context of prostitution, are also characterized. Finally, the work describes through fragments of the research subjects' life trajectories, experiences of discrimination and/or acceptance in socialization spaces like the family and the school, as well as agency towards their career in prostitution.

Keywords: *travestis* – socialities – moralities – social conflicts

Sumário

<i>Introdução</i>	12
Sujeitos e fazeres da pesquisa: metodologia, subjetividade e ética.....	16
<i>Capítulo 1. Territorialidades e dinâmicas da prostituição: o sistema de pensionato e as modalidades de organização política</i>	26
1.1 Sobre a prostituição em Vale das Passagens (e as falas institucionais).....	26
1.2 Territorialidades e organização política da prostituição de travestis em Vale das Passagens.....	31
1.3 O sistema de pensionato: pensando as noções nativas e institucionais de <i>cafetinagem</i>	35
1.4 Adentrando a Pensão: reciprocidade, normas e punições no cotidiano das travestis.....	45
1.5 Sistema de <i>cafetinagem</i> versus ONG: a tradução dos conflitos de perto e de dentro.....	50
<i>Capítulo 2. Socialidades, fluxos migratórios e inserções nas redes</i>	56
2.1 Pedagogias da fofoca.....	57
2.2 Fluxos migratórios: redes sociais e circulação de notícias.....	61
2.2.1 A mobilidade inscrita no desejo.....	65
2.2.2 A circulação de acordo com o mercado do sexo.....	67
2.2.3 A migração como estratégia de fuga diante de situações conflituosas.....	70
2.2.4 O sonho e o risco europeus.....	73
2.3 Jocosidade.....	77
2.3.1 Estética e cuidados de si: jocosidade em duelos narrativos.....	79
2.3.2 Loucura e fragilidade: sobre os dispositivos da transexualidade.....	82
2.3.3 Acentuando a vitimização: denúncia da discriminação através da jocosidade.....	84
2.3.4 A jocosidade como linguagem.....	86
<i>Capítulo 3. Hierarquias e conflitos: a linguagem das moralidades</i>	89
3.1 Beleza como atributo moral.....	91
3.2 Recalcada e closeira: disputas e moralidades entre as travestis.....	95
3.3 Códigos de vestimenta e de conduta.....	99

3.4 Prostituição e seus códigos morais.....	104
3.5 Intrigas, intromissão e fofocas.....	108
3.6 Implicações morais do calote.....	109
3.7 Drogas, moralidade e punição.....	111
3.8 Conflitos, moralidades e subjetividades.....	118
<i>Capítulo 4. Conflitos sociais, negociações, violências e riscos na avenida noturna.....</i>	<i>120</i>
4.1 Sobre alguns personagens: cidadãos de bem e “moleques”.....	122
4.2 Da relação com os clientes: negociação, conflitos e riscos.....	128
4.2.1 Sobre ser-se profissional.....	129
4.2.2 Relações conflitivas e relações arriscadas: travestis e seus clientes.....	135
4.2.3 O uso do preservativo como campo de disputas morais.....	145
4.2.4 Punições coletivas e a responsabilização.....	148
4.3 Dos lugares da polícia: relação com as travestis e sua aliança com a imprensa.....	152
4.3.1 Jornalistas e as campanhas de moralização.....	153
4.3.2 A legitimidade policial em descrédito.....	156
4.3.3 Da prisão de Giovana.....	159
4.4 Falando sobre crimes: algumas histórias de assassinatos.....	163
4.4.1 A história de Melissa.....	164
4.4.2 ... e algumas outras histórias.....	168
<i>Capítulo 5. Costurando trajetórias: agenciamento, projetos e experiências de discriminação.....</i>	<i>173</i>
5.1 Histórias sobre famílias: falando em ofensas.....	173
5.2 Espaços escolares.....	185
5.3 A prostituição como carreira.....	190
5.4 Sobre o dia: espaços públicos e experiências de discriminação.....	195
<i>Considerações finais.....</i>	<i>202</i>
<i>Referências bibliográficas.....</i>	<i>206</i>

Introdução

Esta é uma etnografia acerca das *socialidades* de travestis femininas¹ que atuam como prostitutas² em uma cidade de médio porte situada na região sul do Brasil. Abordar as socialidades entre tais sujeitas³, por sua vez, implica tratar das amplas *redes de solidariedade*, das *alianças políticas* e dos *conflitos* vivenciados por elas e entre elas, bem como descrever o complexo *conjunto de moralidades* que engendra seu cotidiano e sua relação com clientes, com os policiais e com agentes de políticas públicas na cidade a que chamo, aqui, Vale das Passagens.

O universo das travestilidades tem sido sensível e ricamente descrito e analisado em trabalhos brasileiros sobre o tema (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994, 1997; FLORENTINO, 1998; KULICK, 1998; BENEDETTI, 2000, 2004; JAYME, 2001; PATRÍCIO, 2002; PERES, 2005; VALE, 2005; CARDOZO, 2006; PELÚCIO, 2007a; DUQUE, 2009). Tais estudos representam um marco no campo dos estudos de gênero no Brasil, uma vez que têm permitido a construção de novos conceitos e novas alternativas teóricas nos estudos sobre travestilidades e transexualidades, dando conta da dimensão vivencial das travestis brasileiras. Esses trabalhos, em sua maioria desenvolvidos por antropólogas e antropólogos, levantaram, com densidade metodológica e riqueza teórica, inúmeros aspectos das experiências de travestis brasileiras. Realizados em diferentes regiões do país e do exterior – Florianópolis (OLIVEIRA, 1994, 1997), Porto Alegre (FLORENTINO, 1998; BENEDETTI, 2004), Salvador (KULICK, 1998); Campina Grande (PATRÍCIO, 2002); Paris (VALE, 2005) –, tais pesquisas têm em comum o marco teórico-metodológico proposto pela etnografia pioneira de

¹ A travestilidade corresponde à auto-identificação de indivíduos que, tendo sido primeiramente socializados a partir de um gênero com base em sua anatomia fisiológica classificada pelo discurso biomédico, passam a identificar-se com performatividades socialmente associadas a outro gênero, tendo-se em vista a matriz heterossexual que orienta representações de gênero organizadas de forma binária. A dificuldade de se conceitualizar o termo provém, em grande parte, das disputas de discursos sociais em torno do objeto *travestilidade*, como os oriundos do campo bio-psicológico, da pesquisa social e do campo político. Entendo, aqui, por travestis femininas pessoas que, socializadas como sujeitos masculinos em função de sua genitália, se constroem femininamente, a partir daquilo que entendem por feminino.

² Uso a denominação “prostitutas” de acordo com a discussão proposta por Joana Pagliosa Corona (2007), que mapeia os sentidos etnográficos e políticos de termos como *puta*, *menina* e *profissional do sexo*, reconhecendo, neste último, os investimentos simbólicos empreendidos por organizações de mulheres em busca de reconhecimento social.

³ Uma vez que não há, na Língua Portuguesa, o termo *sujeitas*, apenas *sujeitos*, faz-se necessário, aqui, explicar os motivos pelos quais uso tal categoria neológica, recurso de que lanço mão desde minha experiência no Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais (CARDOZO, 2006). Em conversas com a Professora Miriam Grossi, era por ele que nos referíamos às travestis, considerando sua feminilidade. Sob a perspectiva da “guerrilha da linguagem” (COULTHARD, 1991), optei por adotá-la durante minhas reflexões e durante o processo de pesquisa. Ao longo de todo o trabalho, é por *sujeitas* que me refiro às travestis e às demais interlocutoras da pesquisa.

Hélio Silva (1993) a respeito de travestis profissionais do sexo no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

As densas discussões que o compõem relatam a construção do corpo feminino, o cotidiano e a prostituição como processos da construção da *Pessoa travesti* (PELÚCIO, 2007a), decorrentes da sociabilidade de travestis femininas e do aprendizado de toda uma *hexis corporal* (BOURDIEU, 1995; BENEDETTI, 2005) dinamizado nesses grupos. Outro aspecto relevante acerca da produção etnográfica brasileira sobre travestilidades diz respeito à recorrência de travestis femininas – ou seja, que empreendem técnicas de feminilização de si em detrimento da socialização primária masculina – como sujeitas da pesquisa, em contraposição à ausência de travestis masculinos, o objeto de reflexão das teóricas feministas Christine Bard e Nicole Pellegrin (1999) e Marie-Hélène Bourcier (1999), por exemplo. Além disso, as travestis relatadas nas etnografias brasileiras são eminentemente pertencentes a grupos populares (FONSECA, 2000, 2002), e a maioria delas atua como profissional do sexo, suscitando-se questionamentos políticos e teóricos a respeito das relações entre travestilidades e prostituição.

Os pressupostos teórico-epistemológicos que orientam os estudos sobre travestilidades são variados, sujeitos às mudanças ou ao diálogo de paradigmas nos estudos sobre gênero e sexualidade, guiando-se pela lógica do sistema sexo/gênero, esboçado nos anos 1970 por Gayle Rubin (1993 [1975]), ou pela epistemologia *queer* de Teresa De Lauretis (1991), de Judith Butler (2003) ou de Eve Sedgwick (1990).

Como demonstram Christine Bard e Nicole Pellegrin (1999) e Marie-Hélène Bourcier (1999), as origens do termo *travesti* residem no idioma italiano para designar-se a transformação do jeito de vestir-se, e com o tempo a categoria foi sendo ressignificada. Ao tratarem das experiências de travestilidades de mulheres – ou travestilidades masculinas –, as referidas autoras afirmam que historicamente a psicanálise atribuiu ao termo o sentido de uso de vestimentas do sexo oposto por um sujeito homossexual, de maneira que gradativamente a categoria foi sendo sexualizada e masculinizada, inclusive excluindo as mulheres da classificação, sobretudo segundo a representação social de que a mulher seria “menos sexualizada que o homem”⁴.

⁴ O que se pode levar adiante com a crítica das autoras mencionadas é que, se por um lado a travestilidade empreendida por “mulheres” em busca da masculinidade foi historicamente dessexualizada e intensamente politizada, a travestilidade de “homens” em busca da feminilidade, paralelamente à forte sexualização, sofreu um processo de despolitização no campo das representações sociais, reforçando-se o lugar de comichão, de ridicularização e de acusação vexatória a que as travestis femininas são até hodiernamente relegadas.

Para Bourcier (1999), uma das teóricas *queer* francesas, a própria categoria *travesti* carece ser questionada à luz de problematizações trazidas pelas propostas teóricas mais recentes, uma vez que o termo comporta em si a ideia de inscrição de um oposto ao prescrito socialmente a um corpo biológico, remetendo-se, pois, a um discurso médico e heterocentrado. Especificamente a respeito do que designa, para fins de análise e não sem críticas, *femmes travesties*, Bourcier propõe três modelos interpretativos de definição da travestilidade de mulheres: 1) o modelo médico, baseado nas categorias médicas e psicanalíticas que aprisionam os sujeitos segundo um concepção essencialista acerca de gênero e sexualidade, reproduzindo, inclusive, representações sobre uma hipersexualidade dos homens face às representações sobre o caráter eminentemente social e não erótico das travestilidades empreendidas por mulheres; 2) o modelo de liberação, suscitado por determinadas correntes feministas que consideravam a caracterização das mulheres em homens como forma de acessar recursos materiais e simbólicos e que, em contrapartida, acusavam, sob uma perspectiva heterocentrada, a transgressão das vestimentas como reprodução do modelo patriarcal; 3) o modelo da performance, que trata o gênero como performatividade e aborda a travestilidade como repetição infiel de normas de gênero.

A emergência e a consolidação da epistemologia *queer* nas ciências humanas permitiu a implosão dos esquemas tradicionais de reflexão acerca de gênero e sexualidade, revolucionando epistemologicamente os estudos sobre travestilidades e transexualidades, na medida em que veio descentrar tais fenômenos e posições identitárias (HALL, 2004; BENTO, 2006) do sistema binário a respeito de gênero e sexualidades, bem como situar travestis e transexuais no interior dos mesmos processos de generificação a que indivíduos não *trans* estão sujeitos, sobretudo levando-se em conta as tecnologias de gênero e a intensa indústria farmacológica (PRECIADO, 2008). Dessa forma, as reflexões teóricas e etnográficas a respeito da temática de gênero têm encontrado campo fértil a partir das experiências *trans*, sobretudo em virtude de estas questionarem não só os modelos culturais de gênero mas ainda o próprio mecanismo social de produção de lugares generificados que elegem as normas e (des)qualificam as transgressões (DE LAURETIS, 1991; BUTLER, 2003; BOURCIER, 2001).

As discussões acerca de travestilidades e de transexualidades se inscrevem no âmbito das políticas de identidades, resultantes dos movimentos sociais da década de 1960 (PRECIADO & BOURCER, 2001). Como salienta Beatriz Preciado (2001), as oposições binárias utilizadas nos estudos sociais acabavam, segundo determinadas críticas, por

naturalizar e essencializar os termos usados na designação de identidades, o que levou, no início dos anos 1990, a uma releitura pós-estruturalista a respeito das diferenças e das identidades sexuais, pautadas na ideia de performance do gênero. Assim sendo, a teoria *queer* se pauta não por posições fixas em oposição na construção de identidades, mas pelos próprios mecanismos que operam as significações e ressignificações das normas de gênero; constitui-se como “uma teoria da necessidade e da inevitabilidade de uma re-tradução constante” (PRECIADO *in* BOURCIEU, 2001: 197).

Segundo Butler (2003), travestis, transexuais e transgêneros revelam a estrutura imitativa do gênero e seu caráter contingente. A imitação e a repetição das normas de gênero se dão com base em cópias de cópias, sem uma referência de um gênero original, o que desloca a ideia de uma essência ou de uma verdade legítima do gênero (BUTLER, 2003; BENTO, 2006; BOURCIER, 1999; BOURCIER & PRECIADO, 2001, PRECIADO, 2008). A identidade sexual e de gênero é, portanto, construída a partir de práticas ou de performatividades de gênero, ele próprio esvaziado de uma substância verdadeira. A norma que prescreve socialmente as performatividades de acordo com a ideia de corpos anatomicamente distintos pela genitália pressupõe a heterossexualidade na organização das identidades – o que repercute na noção de heteronormatividade, esta que ordena a categorização dos corpos ininteligíveis à norma como “abjetos” (BUTLER, 2003).

Gayle Rubin (1998) trata do caráter político da sexualidade⁵, apontando para a necessidade de se problematizarem as normas que regulam as práticas e os desejos sexuais. Rubin formula uma ideia de hierarquia social das formas sexuais, a qual elege como o bom sexo aquele realizado entre heterossexuais, no âmbito do casamento monogâmico, com fins procriativos e não comerciais, em pares de mesma geração e com o uso restritamente do corpo. O mau sexo, anormal e condenável, consiste, segundo esse modelo da moral social, naquelas práticas que envolvem sujeitos homossexuais, sozinhos ou em grupos, promiscuidade, fins comerciais, material pornográfico ou sadomasoquismo. As travestis e as transexuais, segundo a hierarquia sexual descrita por Rubin, aparecem como duas das categorias mais abjetas.

É a partir desse campo de estudos sobre travestilidades e transexualidades que a

⁵ Os estudos sobre travestilidades e transexualidades no Brasil têm demonstrado que não só o pessoal e o sexual são políticos, mas que o acadêmico também o é. De um lado, pesquisadores e pesquisadoras conferem visibilidade às pessoas travestis, transexuais e transgêneros e muitas vezes passam a positivar tais vivências; de outro, as produções acadêmicas são apropriadas pelas travestis e transexuais na construção de discursos em favor da mobilização em torno das lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

presente etnografia se estrutura. Portanto, com base no quadro teórico acima esboçado, amparada em conceitos e temáticas dele derivados, tratarei de alguns elementos que caracterizam a vivência das travestis com as quais estive em contato, dentre os quais figuram as disputas políticas na cidade, as trajetórias migratórias, os conflitos e as violências, as moralidades e as relações familiares. A seguir, serão detalhados aspectos metodológicos e éticos norteadores desta pesquisa.

Sujeitos e fazeres da pesquisa: metodologia, subjetividade e ética

Claudia Fonseca argumenta a respeito de quatro características do fazer etnográfico: aventura, alteridade, agência e cidadania⁶. A aventura antropológica não assegura, por si só, a experiência etnográfica. Esta implica “assimilar o outro”, perceber como os sujeitos da pesquisa pensam o pesquisador – e, para além disso, entender a alteridade como pensante. Aprender a lógica alheia, nesse sentido, implica sair do próprio sistema simbólico “para tentar penetrar no sistema do ‘outro’” (FONSECA, 2002: 20), desconstruindo-se o aparato moral do próprio conjunto de conceitos que ordena a percepção de mundo do pesquisador (*idem*). Nesse processo, a agência precisa ser desmistificada de seu aspecto romantizado: ela não diz respeito exclusivamente a atributos admiráveis pelos antropólogos, mas a dimensões conflitantes com seus posicionamentos éticos e políticos. Por fim, o estatuto de antropólogo não assegura ao pesquisador um lugar privilegiado e externo às relações: como parte do um contexto histórico e político, ele é cidadão, convocado a posicionar-se ante as questões que analisa, a redefinir-se cidadão diante do outro. Tais observações esboçam a complexidade do fazer etnográfico, no qual se inscrevem e se combinam procedimentos de registro de informações e constantes reflexões epistemológicas e éticas.

Roberto Cardoso de Oliveira (1998), ao tratar do ofício do antropólogo, elenca o olhar, o ouvir e o escrever como atividades centrais da investigação antropológica, elas mesmas densificadas pela formação e pela informação teórico-metodológicas da pesquisadora ou do pesquisador. Olhar, ouvir e escrever são procedimentos orientados pelos objetivos da pesquisa, pelos recortes teóricos, pela subjetividade no trabalho de campo que ordena as relações com o outro. Mais do que isso, olha-se e ouve-se *para* se escrever (EMERSON,

⁶ Palestra realizada no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC no dia 31 de março de 2008, durante o evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social denominado *Os Desafios da Etnografia Hoje*, que contou com ensinamentos de Cornelia Eckert e Hélio Silva.

FRETZ, SHAW, 1995), o que interliga as três atividades em um todo etnográfico e redimensiona cada uma delas, inscrevendo o “dado” etnográfico no plano fenomenológico, não na capturável pré-existência à observação e à análise (EMERSON, FRETZ, SHAW, 1995; BRIGGS, 1986).

Por sua vez, o ato da escrita etnográfica, do registro das informações desde a primeira tomada de notas até a confecção do texto a ser publicado, transforma, não sem implicações políticas e éticas, as experiências em um texto escrito como registro do observado e, assim, constrói uma realidade, apresenta uma versão do mundo através de convenções estilísticas (EMERSON, FRETZ, SHAW, 1995). Nesse sentido, Robert Emerson, Rachel Fretz e Linda Shaw (1995) propõem a desmistificação da construção das notas de campo problematizando o processo de textualização da observação e da experiência. Para os autores, as notas de campo comportam a especificidade de constituírem o primeiro momento de tradução do observado em um texto escrito, passível de codificação e recodificação para inteligibilidade acadêmica; elas integram experiência e conhecimento mediante um treino metodológico específico e refletem um processo ativo do observador. Eis a importância da reflexão a respeito da tomada de notas e da manutenção do clássico diário de campo: elas são o aporte do texto etnográfico final e, sendo dadas à memória e à análise, carecem ser construídas em riqueza de detalhes, recuperando vividamente a experiência dos sujeitos narrados e do próprio observador.

Esse contato com o outro em busca de suas vivências remete constantemente a discussões acerca das relações de poder que organizam pesquisadores e pesquisados, as quais são permeadas por expectativas e pela subjetividade de ambas as partes. Nesse sentido, Roberto Cardoso de Oliveira (1998: 23) ensina que “no ato de ouvir o ‘informante’, o etnólogo exerce um *poder* extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical”. É nas situações de entrevista que mais se evidenciam e se problematizam tais questões, visto que os modelos comunicativos que engendram os contextos da relação remetem ao grupo a que pertence o pesquisador, sem contemplar questões e formas de comunicação pertinentes ao grupo estudado (BRIGGS, 1986). Para Charles Briggs (1986), essa imposição das normas comunicativas do pesquisador aos sujeitos com os quais se realiza a pesquisa impede que se apreendam os sentidos nativos e culmina no que ele denomina *hegemonia comunicativa* – forma sutil de colonialismo científico, na medida em que as culturas acadêmicas ocidentais ingressam em comunidades e impõem-lhe sentidos e modelos de comunicação. Dessa

maneira, cabe ao entrevistador aprender como perguntar, o que ele realiza por intermédio da observação das relações estabelecidas no grupo – quem fala, o que se fala, para quem se fala, como se fala, quando se fala, sob que circunstâncias.

Tendo em vista, portanto, a complexidade e a completude do método etnográfico, desafio e virtude da Antropologia, cabe situarem-se o lugar e os sujeitos da pesquisa aqui proposta. A presente etnografia foi realizada na cidade que aqui denomino Vale das Passagens, junto a travestis femininas que se prostituem e a outros atores e atrizes e instituições ligados a elas na mesma cidade, considerando-se o período de meados de setembro de 2008 a início de fevereiro de 2009. As observações consistiram do exame minucioso do contexto social eleito (VÍCTORA, KNAUTH e HASSEN, 2000) a fim de se tecer sobre ele uma descrição um descrição densa (GEERTZ, 1978).

Os sujeitos e as sujeitas que integram a pesquisa se agrupam de acordo com diferentes alianças políticas e diferentes concepções de reivindicação por reconhecimento social e político. Como em outros lugares do Brasil, os recursos públicos e as iniciativas políticas envolvendo as sujeitas travestis que atuam na prostituição estão vinculados a políticas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em particular ao campo das políticas de prevenção ao HIV/Aids. Assim, as travestis contam, em Vale das Passagens, com uma organização não-governamental que denomino, neste trabalho, ONG Sempre-Viva, uma associação que, ligada a uma rede de instituições de políticas de prevenção ao HIV/Aids e de sujeitos e grupos em defesa de direitos humanos e sexuais, é destinada especialmente às questões concernentes às experiências de travestis e transexuais, muito embora suas ações se dirijam a diferentes grupos sociais, como os projetos de assessoria jurídica e as propostas em torno da população vivendo com HIV/Aids, e se associe a variados campos de reivindicação por reconhecimento social.

As redes formadas em torno especialmente das políticas de saúde integram instituições que atuam com políticas públicas de prevenção ao HIV/Aids, como o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids) de Vale das Passagens e o Coletivo HIV/Aids (referente ao Programa Municipal de Atenção a DST/HIV/AIDS na cidade). Todo esse campo é pleno de disputas políticas, sobretudo aquelas de caráter partidário, tornando a época eleitoral um dos períodos mais tensos nas relações institucionais na cidade⁷.

⁷ Ligados em sua maioria ao PT, integrantes e parceiros da ONG Sempre-Viva apoiavam, no ano de 2008, a candidatura de Meireles à prefeitura, bem como a de Moraes à Câmara de Vereadores. Este último era apontado como o candidato a vereador simpatizante à causa LGBTTTT na cidade. Seu apoio à inclusão da disciplina de Educação Sexual no currículo escolar e sua postura favorável ao Projeto de Lei Complementar 122/06, que prevê

Quanto às redes voltadas à reivindicação por reconhecimento social, figura como grande parceira da ONG Sempre-Viva a Associação Magnólia⁸, um grupo antirracista com projetos voltados a crianças oriundas de grupos populares. Presenciei, durante minha permanência em campo, dois manifestos públicos de apoio ao PLC 122/06⁹, ambos organizados por integrantes da ONG Sempre-Viva, membros da Associação Magnólia e jovens gays, lésbicas e bissexuais que mantêm contato com sujeitos desses espaços institucionais.

Igualmente dotada de extrema relevância no campo político concernente às travestis em Vale das Passagens, consta o sistema de pensionato da cidade, administrado por uma travesti mais velha que, em troca do pagamento de valores periódicos, assegura abrigo àquelas que chegam e controle e vigilância sobre os espaços de *trottoir* – dessa maneira, ela figura como uma liderança política entre as travestis, a mediar moralmente a relação entre estas, que com ela se identificam subjetivamente, e a sociedade envolvente, junto à qual lança mão de códigos sociais adquiridos em sua trajetória biográfica (VELHO & KUSCHNIR, 2001).

As travestis dividem-se, assim, entre diferentes espaços políticos. Algumas delas recorrem à ONG Sempre-Viva, auxiliando, inclusive, na distribuição de preservativos e de gel lubrificante entre suas colegas. Outras, especialmente aquelas que vivenciam intensos e permanentes fluxos migratórios, vivem sob o sistema de pensionato e aliam-se politicamente à sua administradora, cujas práticas destoam dos pressupostos que ordenam as ações institucionais formais, criando-se antagonismos políticos acentuados. Há, ainda, um terceiro grupo, formado por travestis que detêm de menos investimentos corporais, residem em Vale das Passagens e/ou são naturais desta cidade e se prostituem em uma zona mais afastada da área central onde as demais realizam o *trottoir*. Minhas observações, porém, ficaram restritas aos dois primeiros grupos.

a criminalização da *homofobia*, culminou na retirada do apoio político a sua candidatura por parte de um grupo de evangélicos, fato que, segundo Fátima, foi determinante em sua derrota nas eleições. A vitória de Assis, candidato pelo PSDB à prefeitura, criou inseguranças entre muitas e muitos profissionais da área de prevenção na cidade, que previam impasses na distribuição de recursos mediante a troca do partido político na Prefeitura Municipal de Vale das Passagens, que vinha sendo administrada pelo PMDB. O primeiro efeito a ser sentido foi a exoneração da até então coordenadora do Programa Municipal de DST/Aids na cidade, no final de janeiro de 2009. Cabe sublinhar que todos os nomes, pessoais e institucionais, foram trocados, sendo fictícios inclusive os nomes de representantes políticos na cidade.

⁸ Nome também fictício, como todos os que figuram neste trabalho.

⁹ O Projeto de Lei Complementar 122/06, de autoria de Iara Bernardi, propõe a criminalização da *homofobia*, ou seja, propõe que se tornem *crime* os atos discriminatórios infligidos contra sujeitos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, tendo como base a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Meu contato com esse complexo de sujeitos e de instituições teve início em meus prévios contatos com a ONG Sempre-Viva, cuja presidenta, travesti, abdicou de seu cargo poucas semanas antes de minha mudança para Vale das Passagens. Passei a frequentar o espaço da Sempre-Viva com regularidade, a fim de conhecer as práticas institucionais, as disputas políticas e as demandas individuais e coletivas que chegavam até a ONG. Além das amizades construídas nesse espaço e das incansáveis perguntas com que constantemente inundava a pequena sede da instituição, comecei o trabalho de organização e classificação do acervo jornalístico de que a Sempre-Viva dispunha. Acessei ainda outras instâncias institucionais, como o GAPA local e membros do Coletivo HIV/Aids. Também mantive contato com integrantes da Associação Magnólia, participando dos atos públicos de protesto contra as violências a sujeitos LGBTTT¹⁰ e pela aprovação do PLC 122/06.

O contato com a Sempre-Viva e o grande incentivo de suas integrantes colocaram-me em contato com a Pensão Flor-de-Lis. De alguma forma, ao dialogar com as participantes desses dois espaços – os quais constituem os dois principais polos políticos em relação às travestis em Vale das Passagens e, assim, marcam-se por uma relação por vezes tensa –, foi-me possível entender as diferentes lógicas que permeiam esse campo político, reflexão que integra e atravessa esta dissertação.

Na Pensão, fui recebida com delicadeza pelas moradoras, após negociações junto à proprietária, Helena, a quem esclareci os objetivos da pesquisa e os princípios éticos do fazer antropológico. Nesse lugar, igualmente construí deliciosas relações de amizade que mantive após finalizar o campo; os cafés da tarde, os passeios pelo bairro, as idas ao supermercado, a companhia à *lan house* e ao salão de beleza, as horas vespertinas à frente da televisão constituíram-se como espaços de observação etnográfica e igualmente de aproximação e estreitamento de laços afetivos, de maneira a requerer-se constante exercício de distanciamento e alteridade no processo de pesquisa.

Além da observação participante, registrada em notas e diários de campo responsáveis por densificar a descrição dos eventos presenciados, foram realizadas dez entrevistas, orientadas por um conjunto de questões sobre as trajetórias pessoais e familiares e as experiências de discriminação e violências, bem como registradas em áudio mediante os devidos esclarecimentos acerca dos procedimentos da pesquisa e prévia autorização por parte

¹⁰ Sigla utilizada para referir-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. A respeito da historicidade da construção das siglas mobilizadas pelos movimentos em torno dos direitos sexuais e políticos, ver Regina Facchini (2005).

das sujeitas. O procedimento formalizado pelo momento da entrevista – o corte no fluxo do cotidiano, o reforço das atribuições e responsabilidades da pesquisadora, o contexto engendrado pelo uso do gravador – permitiu a reafirmação do sentido da pesquisa e legitimou minha permanência naqueles espaços.

As entrevistas foram concedidas individualmente, no caso das travestis que vivem em residências próprias ou alugadas, e em duplas ou trios, no caso das moradoras da pensão, junto às quais as conversas eram comentadas, complementadas ou interrompidas pelo intenso fluxo das demais travestis da casa. Uma particularidade da entrevista gravada foi o acento sobre as relações familiares e sobre as trajetórias pessoais de ingresso na prostituição (que analiso no capítulo 5), ao passo que as narrativas sobre crimes, violências e conflitos (analisadas no capítulo 4) se faziam mais presentes nas conversas travadas ao redor da mesa do café da tarde, no sofá da saleta em frente ao aparelho de televisão, à varanda da pensão, na sede da Sempre-Viva. Além disso, as entrevistas realizadas com a participação de mais de uma entrevistada por vez possibilitavam ricos momentos de relatos que seguiam o fluxo do diálogo entre elas.

Inserir-se no grupo que se busca compreender e analisar é tornar-se um pedaço dele, mais ou menos incorporado pelos sujeitos ou gritantemente anacrônico, podendo no máximo ser “alguém de lá, sem deixar de ser a que veio de fora” (PELÚCIO, 2007b). Levando-se em conta a perspectiva fenomenológica implicada na pesquisa, isso reverbera na imprescindibilidade de pensar-se constantemente como parte do universo pesquisado, como peça contextual dos discursos e dos sentidos ali produzidos, o que implica, portanto, levar-se em conta a subjetividade da pesquisadora ou do pesquisador no trabalho de campo.

Miriam Grossi (1992: 7) propõe que a relação entre o antropólogo e seus interlocutores seja pensada “como central na construção de etnografias, conceitos e teorias na Antropologia”, de maneira que os resultados etnográficos são em grande parte resultantes da individualidade do pesquisador e da especificidade dos laços que este constrói com seus sujeitos. Assim sendo, o lugar social da pessoa que pesquisa está implicado na construção dos dados, processo do qual o gênero compõe uma das dimensões mais significativas (GROSSI, 1993; FONSECA, 1996). Segundo a autora, é nesse contato com o outro que o pesquisador vê a si mesmo e se questiona a respeito de seu lugar no mundo e dos valores do grupo do qual provém (GROSSI, 1992).

Nesse sentido, a partir de sua pesquisa junto a travestis em São Carlos, Larissa Pelúcio

(2007b) reflete sobre o lugar de mulher, branca, heterossexual, de classe média e acadêmica, demonstrando como *ser mulher* ora a colocava em situações de estranhamento por parte das sujeitas da pesquisa, uma vez que sua aparência não era compatível com as estereotipificações conhecidas nos espaços por onde circulava, ora lhe assegurava acesso a informações que não seriam fornecidas a pesquisadores homens, já que a feminilidade é aspecto compartilhado junto às travestis. A autora ainda discute a importância da *discrição* e da *diplomacia* por parte de quem realiza a pesquisa, a fim de que, por um lado, se mantenha a ética no grupo e, de outro, se assegurem laços de confiança com interlocutores da pesquisa.

Como mulher jovem – ou como *menina*, de acordo com a forma como me apontavam –, minha presença também era posta sob questionamento e estranhamento e ordenava o acesso a informações e a experiências. Na pensão, especialmente, perguntavam-me se eu era jornalista, associando-me a experiências anteriores em que foram entrevistadas; outras vezes brincavam com uma suposta missão como detetive, prestes a denunciar à polícia as práticas na casa; ou diziam que tinha “*um jeito de freirinha*”; outras, ainda, aquelas que até então não me haviam conhecido perguntavam se eu era travesti e se colocavam a rir logo em seguida, afirmando o espanto diante de “*uma bicha com essa cara de amapoa*¹¹”. Em alguns momentos, eu era “*um anjo*”, como costumava repetir Salete, recostada à porta enquanto me olhava sorrindo. Em outros, era “*uma menina*” em contraposição à “*puta*”, como acusavam a vizinha¹² que, ao derrubar cinzas de cigarro queimando minha saia que se alongava até abaixo dos joelhos, aconselhava-me a cortá-la a fim de usar peças mais curtas, algo a que elas se opunham. Julgando-me mais jovem do que minha idade, apontavam com estranheza minhas medidas físicas; aconselhavam-me, em meio a suas conversas sobre cirurgias, a implantar próteses de silicone nos seios, afinal “*você já é mulher, uma prótese de trezentos já dá resultado*”. Como *menina*, colocavam-me em contato com relatos sobre amor e paixão, acautelando-se de minha trajetória amorosa (“*Tens marido? Tens namorado? Vais casar? És virgem?*”), e criavam alguns interditos, sobretudo corporais, o que se evidenciou na experiência fotográfica que vivenciamos.

¹¹ *Amapoa* ou *amapô* é o termo utilizado para designar *mulher*.

¹² Nazaré era uma mulher que morava próximo à Pensão Flor-de-Lis. Costumava visitar a pensão com frequência, acompanhada de uma cadelinha vira-lata de estimação cuja presença causava desconforto entre as travestis, fosse em virtude das pulgas que levava ao subir no sofá, fosse em função dos latidos e rosnados por parte das duas poodles que viviam na casa. Cabelos tingidos muito loiros e revoltos, com seus quarenta anos, Nazaré, que atuava esporadicamente como prostituta, era alvo permanente de piadas: era chamada “*vegetal*” (insinuando-se “*loucura*” ou “*demência*”); tinha seus atributos fisiológicos depreciados (a vagina figurava no centro de tais acusações); e sua relação afetivo-sexual com outras mulheres também era apropriada na enunciação jocosa.

Um dos pressupostos éticos da pesquisa antropológica consiste do retorno aos sujeitos da pesquisa. Tendo em vista a intensa circulação geográfica empreendida por muitas travestis que integram a pesquisa e a recorrente experiência de prematuro abandono escolar, a entrega de uma peça acadêmica (a dissertação) parecia, em certa medida, violadora, ou ao menos indiferente. Como o contato com as sujeitas me revelasse o alto valor simbólico das fotografias – pregadas no mural à entrada da pensão, demonstradas nos álbuns fotográficos, postadas nas páginas pessoais disponíveis na internet como forma de divulgação no mercado do sexo –, uma devolução “em seus próprios termos” poderia ser mais respeitosa e proveitosa para as sujeitas que gentilmente abriram suas vidas para a situação da pesquisa. Nesse sentido, planejamos uma sessão fotográfica que lhes rendesse imagens a serem utilizadas em anúncios virtuais, o que as mobilizou, entre adesões e desistências, em torno da visita de Thomas Castegnaro, amigo que gentilmente aceitou o convite para fotografá-las em Vale das Passagens¹³. Sua presença, aliás, evidenciou a diferença de tratamento de acordo com o gênero (GROSSI, 1993; FONSECA, 1996) dos atores inseridos na rede de socialidades das travestis: constantemente alvo de investidas de sedução, a presença de Thomas causava cisões espaciais segundo cenas de nudez que eu podia e não podia presenciar – “*fica aí, Fê... não vem aqui*”, alertavam-me na ocasião de fotografias que envolviam partes do corpo interditas a mim, mas não a Thomas.

No que diz respeito às questões éticas implicadas na pesquisa, uma série de aspectos foi posta sob sistemáticas reflexões não só durante a relação direta com as sujeitas ao longo do campo, como sobretudo na construção do texto etnográfico (R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004; RAMOS, 2004). Em se estando *lá*, os objetivos da pesquisa foram esclarecidos a cada sujeita com quem estive em contato; quando de cada entrevista, foram esclarecidas as possibilidades de que a conversa fosse interrompida no momento pretendido e que apenas os dados autorizados seriam incorporados à pesquisa.

Em se estando *aqui*, esforços foram planejados a fim de que se garantisse o anonimato das sujeitas, este não assegurado unicamente pela troca dos nomes sociais por nomes fictícios, mas dependentes de estratégias de embaralhamento das sujeitas e das experiências relatadas, como nos ensina Claudia Fonseca¹⁴. Nesse sentido, as experiências se diluem entre múltiplos

¹³ As fotografias, cuidadosamente produzidas e trabalhadas por Thomas Castegnaro, foram feitas exclusivamente para serem utilizadas pelas sujeitas, não para fins de registro da pesquisa. Portanto, elas não constam neste trabalho; visaram, sim, a uma forma de retorno, levando-se em conta os próprios termos das interlocutoras.

¹⁴ Palestra intitulada “Refletindo sobre o método etnográfico”, proferida em 22 de novembro de 2007, em evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

personagens, a fim de que a unidade ou o conjunto de histórias contadas não explicita cada uma das sujeitas que as vivenciam a partir de uma ou outra circunstância tornada pública entre elas. A atribuição de nomes fictícios e a diluição das experiências entre diferentes nomações, por sua vez, visam não só manter o anonimato das sujeitas da pesquisa, mas assegurar que a etnografia trate de experiências sociais compartilhadas coletivamente e registradas a partir de personagens, não de indivíduos singulares. Além disso, considerando-se que a etnografia é a versão do etnógrafo sobre o que aconteceu lá (GEERTZ, 1989; EMERSON, FRETZ, SHAW, 1995), cabe à pesquisadora ou ao pesquisador a tomada de consciência a respeito de sua arbitrariedade na delimitação dos eventos sociais a serem narrados e na atribuição de relevância a cada um desses acontecimentos, bem como o cuidado no manuseio das categorias e dos sentidos nativos.

O nome fictício da cidade em que foi realizada a pesquisa emerge do caráter quase permanentemente migratório que marca a vivência da maioria das travestis que conheci, bem como minha própria experiência na mesma localidade. De *passagem*, breve ou extensa, pela cidade, as travestis chegavam em busca da vaga na pensão previamente acordada por telefone, partiam em busca de locais que julgavam mais atraentes em termos de oportunidades no mercado do sexo, voltavam plenas de histórias e de *fofocas* sobre os clientes e as colegas que encontravam nas regiões de onde vinham. A alta circulação das travestis, que me fazia deparar com novos rostos a cada visita à Pensão Flor-de-Lis, por exemplo, é um dos elementos centrais na produção dos contextos em que a pesquisa etnográfica foi construída: algumas histórias aqui relatadas não se apresentam devidamente aprofundadas, uma vez que se produziram em uma modalidade de relação marcada pela brevidade e pela imprevisibilidade da partida.

No contexto das relações amistosas construídas junto às sujeitas e dos procedimentos éticos em torno do anonimato, um imenso sentimento de “traição” se apodera do início da escrita. Em sua pesquisa junto a “*velhas faceiras*”, Flávia de Mattos Motta (1998) passou pelo desconforto de relatar histórias contadas por suas sujeitas – contadas a partir da rede de amizade de sua própria avó – em situações de descontração e intimidade. Da mesma forma, experienciei a sensação incômoda de distanciar-me da personalidade dos contextos de enunciação das narrativas a fim de tratá-las etnograficamente.

Com base em tais explanações, cabe a apresentação do presente trabalho. No primeiro capítulo, são descritas as territorialidades da prostituição em Vale das Passagens, marcadas por diferentes alianças políticas entre as travestis que as organizam em torno de diferentes

fidelidades, como a ONG Sempre-Viva, que dispõe de um discurso amparado na noção de direitos humanos e na perspectiva das políticas públicas, e a pensão, que pressupõe o pagamento de valores diários para a prática prostitucional na cidade.

O segundo capítulo aborda alguns aspectos das socialidades entre as travestis, tratando das redes de solidariedade, dos fluxos migratórios, das jocosidades e das fofocas que organizam o cotidiano e os projetos das sujeitas. No terceiro capítulo, descrevem-se aspectos das moralidades que permeiam o cotidiano e as socialidades das travestis e que ordenam hierarquias e conflitos entre elas.

Os riscos noturnos que circundam o *trottoir*, as negociações e os conflitos na relação com os clientes e as acusações sociais que pesam sobre as travestis em nome de uma moralização dos espaços públicos são trabalhados no quarto capítulo, junto com as narrativas sobre assassinatos de travestis e a pedagogia da segurança implicada nelas. O quinto capítulo contempla experiências de discriminação e/ou acolhimento vivenciadas junto à família, nos espaços escolares, em ambientes públicos e comerciais, além de processos e estratégias de agenciamento experienciados pelas sujeitas em sua trajetória, sobretudo na eleição de suas carreiras prostitucionais.

Por fim, nas conclusões trato das dimensões da *coragem*, categoria ético-moral que expressa valores e rupturas morais, acusações, conflitos e estratégias de enfrentamento no universo das socialidades travestis.

CAPÍTULO 1. Territorialidades e dinâmicas da prostituição: o sistema de pensionato e as modalidades de organização política

A divisão territorial da prostituição expressa, de um lado, hierarquias estéticas ou de prestígio no meio prostitucional (KULICK, 1998; PELÚCIO, 2007a) e, de outro, modalidades de organização política entre as travestis no contexto da cidade.

Antes, porém, de se verificarem as territorialidades e as dinâmicas da prostituição de travestis em Vale das Passagens, vale mapear-se o que representantes de instituições ligadas a profissionais do sexo dizem acerca do quadro prostitucional da cidade.

1.1 Sobre a prostituição em Vale das Passagens (e as falas institucionais)

Quando de meu primeiro contato com uma das instituições locais de prevenção à aids, o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids)¹⁵, uma de suas integrantes, Ivone, esclarecia-me a respeito de como a prostituição se organiza na cidade, segundo a perspectiva da instituição de que faz parte.

Há, segundo essa interlocutora, três segmentos de profissionais do sexo com que o GAPA local trabalha, em diferentes graus de envolvimento e receptividade: *michês*, *mulheres* e *travestis*. Segundo ela, os *michês*, homens que vivenciam a prostituição (PERLONGHER, 1987), em geral atuam no mercado sexual como uma segunda fonte de renda, já que mantêm seus empregos durante o dia. Dessa forma, pouco acessam a instituição, cujo horário de atendimento colide com o horário comercial. Além disso, os *michês* atuam junto a um público *gay* de classes sociais mais elevadas e, assim, para ela, adquiririam renda superior à das travestis, exceto aqueles que prestam serviços sexuais em função de alguma dependência química. Poucos, de acordo com Ivone, trabalham nas ruas, já que a maioria atende por telefone, geralmente um celular de uso corrente e pessoal¹⁶.

¹⁵ O GAPA se situa no mesmo prédio em que se encontram a ONG Sempre-Viva e outras instituições que prestam serviços públicos no município, eminentemente aqueles voltados a serviços de assistência social.

¹⁶ Ao longo do campo, entrei em contato com um dos rapazes que atuam como profissionais do sexo. Tratava-se do *marido* de uma das travestis entrevistadas. Ele não dispunha de outra atividade profissional além de esporádicos programas marcados por telefone, sempre acionado por homens denominados por sua companheira, Célia, como *mariconas*. De acordo com Célia, a atuação prostitucional de Ricardo lhe assegura recursos para a compra de cigarros ou de outros pequenos bens, uma vez que é ela a responsável pelo pagamento das contas do apartamento em que vivem. Assim como entre as travestis, Ricardo também faz uso de sua página pessoal no orkut – plataforma virtual em que se estabelecem redes sociais – para anunciar seus serviços,

No que tange à prostituição de mulheres, por sua vez, não haveria, de acordo com o GAPA de Vale das Passagens, “*casas de cafetinagem*” mas “*casas em que se exerce a prostituição*”, já que as garantias de segurança e as formas de cobrança seriam diferenciadas daquelas pressupostas pelo sistema de *cafetinagem*. A instituição levantou onze casas de prostituição de mulheres na cidade. Nessas casas, segundo o relato da referida interlocutora, a clientela tem “*nível social mais elevado*”, são homens mais “*seletos*”; e as mulheres prostitutas pagam percentuais de cada programa em vez de “*diárias*”, isto é, valores fixos cobrados periodicamente pela pessoa responsável pelo espaço em que cada mulher ou travesti prostituta atua. Poucas mulheres, segundo ela, reclamam dessa estratégia de controle, e raras atuam na rua, optando pela segurança e pela clientela que as casas asseguram. Dentre as que estão na *rua*, Ivone pontua um afastamento moral entre as mulheres e as travestis, ao passo que uma transexual¹⁷ faz ponto junto com as mulheres e, supostamente, é bem acolhida por elas.

No que diz respeito às travestis, Ivone me narrava que, de acordo com dados da instituição, há uma casa apenas, administrada por uma travesti mais velha. Mesmo que não vivam nas casas, as travestis precisam pagar *diárias* para “*descer*”¹⁸, o que configuraria, para essa interlocutora, “*cafetinagem*”. Conta que três travestis bastante jovens, cujos nomes ela não lembrava ao certo, resolveram ir para Florianópolis, em época de temporada de verão, fazer programas e acabaram enfrentando a resistência das travestis da capital catarinense, que não permitiram que as travestis “*descessem*”. Avaliando as restrições impostas pelas travestis

disponibilizando o número do celular ao lado de seu nome. Em seu perfil, mantém a descrição de seu status matrimonial – “*casado*” – e, além de declarações rasgadas de amor a Célia, elegendo-a o “*par perfeito*” em um dos campos existentes na página, publica, entre seus álbuns, fotos de passeios ou de participação em festas com a companheira. Célia revela sentir ciúme, embora reconheça tratar-se de uma forma de trabalho de Ricardo, paralela à sua atividade como prostituta; vi-a, certa tarde, bastante angustiada, trêmula, ao saber, através de um telefonema, que Ricardo encontraria um de seus clientes – situação agravada por uma briga nos dias anteriores que, além de um ato de agressão física, quase levou ao fim de seu *casamento*.

¹⁷ As distinções entre *travestis* e *transexuais* se mostram bastante perenes, de maneira que mesmo travestis ligadas aos grupos de reivindicação política por reconhecimento social avaliam a dificuldade de se estabelecerem fronteiras claras, dado o contexto plural de discursos que pulverizam os meios médicos, acadêmicos e político-identitários. Marcos Benedetti (2004) avalia, de acordo com a lógica do grupo investigado por ele, que travestis produzem modificações em seus corpos com o objetivo de torná-los femininos e de fazê-los parecer com os de mulheres, sem, no entanto, visar à cirurgia de transgenitalização, ao passo que as transexuais se diferenciam das primeiras pelo desejo da extirpação do pênis, motivado pelo acesso ao saber psico-biomédico ou, como denomina Berenice Bento (2006), aos “dispositivos da transexualidade”. Larissa Pelúcio (2006), a partir das análises de Benedetti, sugere que, enquanto as transexuais pertencem a classes média e média alta e se imbuem de categorias médicas e psicanalíticas, as travestis, sendo oriundas de camadas populares ou de classes médias baixas, possuem uma cosmologia holista, em que os valores da identidade social se atrelam ao corpo e à corporalidade. Entre as travestis com as quais estive em contato em Vale das Passagens, porém, a categoria *transexual* era acionada como forma de prestígio junto aos clientes, sobretudo em meios que servem ao anúncio no mercado do sexo, como MSN e Orkut, por exemplo.

¹⁸ *Descer*, como categoria êmica, diz respeito a seguir para um ponto em que se realiza o *trottoir*.

de uma cidade em relação àquelas que chegam de fora, como pontuado no episódio relatado, Ivone constata: “*eu acho errado isso também... é pior que cafetinagem*”. Segundo ela, o GAPA nada pode fazer em relação à exploração por parte da “*cafetina*”, já que qualquer ação só se faria por conta da Sempre-Viva – que, entretanto, não teria, para ela, feito muito a respeito disso – ou através da denúncia de alguma das travestis, as quais, “*com medo*”, nas palavras de Ivone, acabariam por silenciar-se.

É preciso, aqui, tomar a narrativa de Ivone como uma perspectiva político-institucional, como uma narrativa social local, instrumentalizada por um conhecimento técnico, a respeito da prostituição, permeada por disputas políticas e noções morais normatizadas por instrumentos do Estado e por discursos a respeito de Direitos Humanos. Os dados apresentados por ela informam, de um lado, aspectos gerais a respeito de como órgãos políticos na atuação de prevenção à aids classificam a atividade na cidade e, de outro, embates simbólicos e acusações políticas na medida em que o campo se aprofunda e as relações se tornam mais reveladoras.

O GAPA e a ONG Sempre-Viva dividem as atividades de prevenção e de atendimento entre si, de acordo com atribuições identitárias de profissionais do sexo na região. Evidentemente, sem necessariamente se limitarem a designações político-institucionais, tais sujeitas e sujeitos circulam por ambas as instituições – bem como por outras voltadas a mesmas funções de saúde, como o Coletivo HIV/Aids –, de acordo com as redes sociais acionadas nos caminhos da prevenção e da aquisição de preservativos e gel lubrificante. Durante minha permanência na Sempre-Viva, presenciei rapazes solicitando preservativos e gel, como Ricardo, por exemplo, e ouvi, não raras vezes, que mulheres também acionam a ONG em busca dos preservativos ou recebem dela os produtos quando dos trabalhos de prevenção nas ruas, na relação face a face. Da mesma forma, travestis e transexuais igualmente recorrem ao GAPA para serviços de assistência e prevenção, mesmo com o objetivo de conseguirem serviços de acompanhamento para a realização das cirurgias de transgenitalização ou de atendimento psicológico.

As observações de Ivone sobre a existência de *cafetinagem* entre as travestis e a ausência do sistema orquestrado por *cafetinas* e *cafetões* entre as mulheres, nesse sentido, inserem-se em um campo político de intensas disputas – por visibilidade, por reconhecimento institucional, por recursos dos programas de prevenção federal e regionais.

É importante, ainda, sublinhar, para fins de análise, que o discurso do GAPA de Vale das Passagens a respeito dos modelos de gerenciamento prostitucional na cidade, representado

pela fala da integrante com quem conversei, não deixa transparecer apenas as disputas políticas constituidoras e formatadoras das relações entre diferentes setores institucionais voltados a atividades de prevenção e de direitos humanos, mas também as negociações simbólicas em torno de noções sobre *cafetinagem*. No discurso de Ivone, *cafetinagem* parece relacionar-se à forma de pagamento de taxas e aos locais em que os programas são negociados; assim sendo, os preços fixos cobrados por dia contrapostos aos percentuais sobre os ganhos diários, bem como as negociações na rua contrapostas a negociações em espaços fechados e mais facilmente controláveis, denotariam as fronteiras entre o que pode ou não ser classificado como regime de *cafetinagem*. Mais do que um julgamento sobre o que é justo e/ou aceitável ou não – afinal, Ivone não esclarece que percentuais são esses, tampouco as formas de vigilância nas “*casas em que se exerce a prostituição*” –, colocam-se em cena ressignificações ancoradas nas divergências no campo político. Da parte da ONG Sempre-Viva, relata-se o jogo de cobranças e vigilâncias a que a instituição das travestis está submetida: se de um lado ela é “*pressionada*” a empreender alguma ação contra o sistema de pensionato administrado por uma travesti da região, Helena, de outro se percebe sem forças para tal, uma vez que a mesma se mostra uma figura política forte entre as travestis na cidade, dispondo de mecanismos de punição e represália – além disso, no cotidiano vivencial das travestis, por vezes a atividade de Helena é bem-vinda e indispensável na perspectiva de algumas das travestis. Mais adiante, tratarei dos discursos sociais a respeito da figura da chamada *cafetina*.

Subjacentes às avaliações da interlocutora em questão, construídas pela instituição de que faz parte, constam, portanto, modalidades de acusação políticas e morais a respeito da (in)eficácia da instituição dedicada às travestis, uma vez que, sendo a prática da *cafetinagem* politicamente ilegal e moralmente condenável, afirmá-la extirpada entre o segmento de que o GAPA de Vale das Passagens dá conta e atuante no segmento por que a Sempre-Viva seria responsável consiste em uma estratégia dos valores em disputa. Esses conflitos e disputas se verbalizam, constantemente, nas acusações de que a Sempre-Viva não estaria prestando os serviços conforme o esperado.

A funcionária se senta à mesinha na entrada na porta, disposta a me fornecer as informações que me interessam. Disse-me que as travestis aparecem, sim, ali no GAPA, mas que a instituição trabalha mais com as mulheres profissionais do sexo, já que, em se tratando das travestis, é a Sempre-Viva que dispõe de projetos específicos. Ela diz, entretanto, que recentemente as

travestis têm acessado com mais frequência o GAPA reclamando que a Sempre-Viva “*está sempre fechada, nunca tem ninguém*”. E continua: “*não sei o que está acontecendo*”. Conta que o GAPA oferece atendimento psicossocial e que, por isso, as travestis acessam a organização. Uma travesti procurou recentemente os serviços de uma psicóloga por conta de seu interesse na cirurgia de transgenitalização; a psicóloga saiu recentemente, mas a travesti encontrou outro serviço de apoio psicológico (Trecho extraído do diário de campo de 22 de setembro de 2008).

As acusações são rebatidas, mas dificilmente os diferentes discursos entram em choque direto pondo em uma mesma cena seus enunciadores. As narrativas acusatórias se dão internamente às instituições ou mesmo entram em embate através da mediação do Coletivo HIV/Aids, que coordena as atividades de prevenção e de assistência a pessoas soropositivas e repassa preservativos às demais instituições de combate e resposta à aids. É o Coletivo que centraliza as atividades de prevenção na cidade e, concomitantemente, as queixas e acusações mútuas entre as instituições.

Uma das integrantes da ONG estava incomodada com o andamento da reunião no Coletivo HIV/Aids, que reunira instituições de combate ao HIV. Entendi que, nessa reunião, havia sido criticada a frequência com que a Sempre-Viva vinha sendo aberta. Ela expunha a forma como foi exigida por parte de algum órgão municipal para que a ONG ficasse aberta constantemente e as dificuldades de cumpri-lo, já que, além da falta de pessoal, o trabalho ali tem sido voluntário – ela mesma não recebe há seis meses o valor de 350 reais pagos a agentes de saúde: “*a gente trabalha por amor à causa mesmo, não pelo dinheiro*” (Trecho extraído do diário de campo de 29 de setembro de 2008).

Na reunião, Fátima propôs que Joana e Adália também atuassem mais proximamente à ONG. A preocupação era, entretanto, assegurar que haja ao menos dois dias fixos em que, seguramente, a Sempre-Viva estará aberta, a fim de evitarem-se atritos e reclamações junto ao Coletivo HIV/Aids e ao GAPA (Trecho extraído do diário de campo de 13 de outubro de 2008).

Tantos conflitos se traduzem, inclusive, nas adesões partidárias durante campanhas eleitorais, como pude presenciar não só nas primeiras semanas em campo (de meados de setembro a início de outubro) como ainda durante os processos de reorganização de pessoal nos serviços públicos, após as eleições e a assunção do cargo pelo novo prefeito.

No carro, a caminho da casa de Helena, a conversa tomou rumos da campanha eleitoral: discutiram sobre Jobim, Assis e Meireles e candidatos e candidatas a vereadores; e, inevitavelmente, falaram da articulação dúbia de uma das lideranças no cenário institucional em torno dos programas de prevenção. Disseram que ela tem feito campanhas segundo seus interesses e

que ela é “*lisa*”, mudando de opinião e de discurso segundo lhe convém. Entendi que as disputas se traduzem e retraduzem em sistemas diversos, desde a concorrência junto aos programas de prevenção até as campanhas partidárias (Trecho extraído do diário de campo de 1o. de outubro de 2008).

Os dois, petistas, começaram a falar sobre as eleições. Lamentando a vitória de Assis (PSDB), [ela] comentou, em tom mais baixo de voz, como em confidência: “*tu sabes quem vai assumir o programa de prevenção, né? Agora que a gente não consegue uma verba*”. Referia-se àquela liderança a quem as integrantes e parceiras da Sempre-Viva acusavam de infidelidade partidária. Contra o PT, essa figura, segundo as garotas, desdobrava-se entre o apoio ao PMDB, partido da situação graças ao qual ela estava no posto atual, e o PSDB, eleito. Sendo as/os integrantes da Sempre-Viva simpáticas ao PT, o cenário dos arranjos políticos que se esboça não parece favorável à ONG. O temor era que tal pessoa, por não gostar da Sempre-Viva, ao ocupar um cargo assegurado pela vitória de Assis boicotaria os recursos que poderiam beneficiar as atividades da sede (Trecho extraído do diário de campo de 06 de outubro de 2008).

O campo institucional que engendra as políticas públicas e sociais pelas quais circulam as travestis em Vale das Passagens – seja pelo aspectos dos programas de prevenção, seja pelo aspecto concernente às lutas por reconhecimento – é, portanto, pleno de disputas simbólicas, ancoradas em discursos sociais elaborados, sobretudo, a partir de maior ou menor proximidade às experiências cotidianas de travestis que vivem e/ou se prostituem na cidade. Além desse quadro político-institucional, fazem-se presentes outras modalidades políticas que organizam as travestis, personificadas na figura de travestis mais velhas que, com base em diferentes valores ético-morais, asseguram a proteção das mais jovens na avenida e congregam, por meio de redes solidárias, diferentes sujeitas que atuam na cidade.

1.2 Territorialidades e organização política da prostituição de travestis em Vale das Passagens

Larissa Pelúcio (2007a), em sua etnografia densa e sensível, sinaliza para a categorização de travestis segundo critérios como beleza, tipos de clientes e ganhos diários traduzida através dos territórios em que as mesmas atuam à noite. A autora demonstra como ela própria acabou por internalizar os mecanismos de classificação através de sua convivência junto a travestis de São Carlos, os quais, por sua vez, se fazem presentes também na cidade de Vale das Passagens.

O mesmo tipo de classificação parece existir em Vale das Passagens, a exemplo do

relato de Ivone, uma das integrantes do GAPA da cidade cujas avaliações foram relatadas anteriormente. Esta me falava sobre uma distribuição hierarquizada das travestis ao longo da avenida da Saudade: segundo ela, do supermercado Begônia, na região central, ao bairro Estação das Águas, os atributos de valorização das travestis na pista vão-se modificando, “*o nível vai decaindo*”, sendo que as mais jovens e as menos bonitas se concentram mais próximo ao bairro.

A avenida da Saudade, ao longo da qual se distribuem as travestis durante o *trottoir*, é a principal avenida de Vale das Passagens; corta a cidade ligando um bairro, o Estação dos Ventos, à região central e esta a outro bairro, o Estação das Águas. Se o bairro Estação dos Ventos concentra serviços como hotéis e um shopping center, dentre outros, o Estação das Águas é habitado por grupos populares e dispõe eminentemente de lojas de bens de consumo duráveis, as quais ocupam vastos terrenos que se esvaziam das caminhadas e das risadas dos transeuntes ao longo do dia. Na região central da cidade em direção ao Estação dos Ventos, atuam as travestis com quem tive contato durante a pesquisa, fossem aquelas que vivem na pensão, fossem as que, amparadas pelo discurso institucional, desvencilharam-se do regime de cobranças de *diárias*. Trata-se daquelas que realizam investimentos maciços nos corpos e que dispõem de capitais simbólicos junto a duas grandes lideranças na cidade: Glória, ligada à ONG Sempre-Viva, e Helena, dona de uma pensão para travestis que empreende cobranças diárias ou semanais sob a pena de controlar a rua e promover redes de proteção junto às travestis prostitutas.

Glória e Helena, portanto, encenam uma divisão que se reflete na ocupação espacial da avenida durante a noite, segregando os pontos entre as travestis que se alinham à liderança política da primeira, que costuma acessar o espaço da ONG, e as que se vinculam à liderança política da segunda, dona da pensão. Essa dupla liderança, por sua vez, é reconhecida no campo estudado, como escutei nas palavras de Carmem, uma das ativistas que atuam na ONG: “*em termos políticos, a Glória e a Helena são as duas lideranças*”. E, indo além, trata-se de duas lideranças políticas antagônicas, cujas forças se medem no sentido de criar mecanismos opostos de vivência das travestis na cidade: uma sob o valor da emancipação, outra sob um pressuposto maternalista da proteção e do controle internos. Aqui, o conceito de *política* merece alguns esclarecimentos. Como nos lembra Rafael José de Menezes Bastos (2001), é preciso empreender um “exorcismo teórico” em relação à categoria *política*, de modo a desvinculá-la do caráter exclusivamente público e da ideia de força física (MENEZES BASTOS, 2001) e da dicotomia entre político e doméstico (FAUSTO, 2001).

Para Menezes Bastos (2001), toda ação política é essencialmente ação simbólica e, por conseguinte, linguagem e discurso. Suas discussões permitem, dessa forma, que, de um lado, a exemplo do poder em Foucault (1992), a política seja entendida em seu aspecto capilar, diluída e expressa nas relações entre os sujeitos¹⁹ – estas e estes marcados socialmente por formas de organização que implicam hierarquias e consciência e resgate de processos históricos. Isso retira a política do domínio exclusivo dos sistemas estatais ou macrossociais, tidos como hegemônicos e “sérios” nas representações e nas discussões sobre política, e a insere nos espaços e nas relações entre os atores, conferindo-se-lhes agência, legitimando suas práticas e rompendo com a classificação que menoriza os espaços microssociais e “domésticos” em termos de ação política.

Glória e Helena são, portanto, referências entre as travestis e dividem espacialmente a avenida da Saudade, congregando ideologicamente e solidaristicamente as travestis. A avenida, então, é dividida: de um lado, ficam as jovens de Helena, que vivem em sua casa e que lhe pagam *diárias*; do outro, ficam as travestis amparadas por Glória, no sentido de contar com sua força e sua aproximação à instituição Sempre-Viva para enfrentar o comando e o controle de Helena. Nesse sentido, algumas delas, como Joana, “*são filhas da Glória... filhas, assim, que a Glória ajudou a colocar na rua*”, esclarecia-me Carmem.

Essa lógica “maternal” caracteriza a relação de Helena e Glória junto às demais travestis da cidade, mobilizando, inclusive, as categorias *mãe* e *filha* para expressar as linhagens de lealdade, de proteção e de iniciação – termos observados por Marcos Benedetti (2004) e por Larissa Pelúcio (2005), por exemplo, juntamente com os de *madrinha* e *afilhada*. Tal arranjo aponta para um modelo político de lideranças entre as travestis ligado a projetos e a modelos de *maternidade*, valor que reatualiza a feminilidade no grupo (BENEDETTI, 2004) e transpõe para a gramática social das organizações familiares os mecanismos de cuidado, amparo, provisão, proteção e mediação²⁰.

A transgressão dos espaços territoriais segmentados entre as duas linhagens políticas ocasiona desconfortos que se traduzem inicialmente em uma tolerância desconfiada, passando à elaboração mental e discursiva de modalidades de alerta às transgressoras. Em uma tarde quente de fevereiro, conversava, na sede da Sempre-Viva, com Magali e Jamile sobre notícias gerais da rua. Magali lembrou-se de que vira, certa noite, uma “*loira magrinha*” no ponto próximo ao de Jamile. Por meio de uma expressão entre a falta de surpresa e o desagrado,

¹⁹ Esclarecimentos do autor durante suas aulas de Etnologia Indígena para a turma de 2008.1 do PPGAS/UFSC.

²⁰ Agradeço à Professora Miriam Grossi o cuidadoso apontamento para tal discussão.

com um olhar de desdém e uma voz firme, Jamile esbravejou: “*é a Cristina*”, bufando as duas últimas sílabas, olhos entreabertos. Comentou que não é a primeira vez que Cristina atravessa a avenida e atua no território ocupado por ela e pelas colegas alinhadas a Glória. Disse: “*ela é aquela que foi presa... a Giovana*”, referindo-se às duas que vinham fazendo ponto no lugar em que ela própria trabalha. “*Elas não têm nada que vir ali. Eu não vou lá onde elas tão, por que elas têm que vir onde eu tô trabalhando?*”, indagava Jamile, afirmando que daria um jeito para que elas não ousassem mais atravessar a avenida. “*Elas me veem com apartamento, carro... daí imaginam que é ali que dá dinheiro, né? Mas não é o lugar, é a gente!*”.

Em geral, as travestis que chegam a Vale das Passagens com interesse em trabalhar como prostitutas procuram a pensão de Helena, orientadas por uma complexa rede de informações, trocas, conselhos e teorias nativas a respeito da clientela, da cidade e das regras da pensão, como tratarei no próximo capítulo. Quanto às travestis já residentes na cidade e que pretendem iniciar-se na atividade da prostituição, há certa expectativa em torno de suas alianças. Em geral, a ONG Sempre-Viva já é de seu conhecimento, bem como o é o fato de que a aliança com Glória as protege das investidas e das cobranças de Helena. Dessa forma, avaliava-se negativamente a decisão de Joana, natural de Vale das Passagens, em procurar por Helena e pagar-lhe para *descer*. Para Glória, que providencia, por sua força simbólica na região, a proteção das travestis a despeito das cobranças de Helena, Joana “*foi orgulhosa*” por não tê-la procurado, apesar de sua relação de amizade. Muito embora Joana mantivesse o sobrenome de Glória, remetendo-a ao lugar de *mãe*, Carmem considerava que a iniciação conturbada da jovem a mantinha dividida entre duas lealdades.

Afastadas desses dois grandes grupos, evidentemente heterogêneos e comunicáveis entre si, encontram-se as travestis do bairro Estação das Águas, bastante desconhecidas entre as travestis do centro. Habitam uma região apontada como extremamente perigosa, possivelmente pela baixa circularidade de transeuntes durante a noite e pelas representações de que se dispõe acerca de grupos populares. Poucas vezes acessei descrições consistentes a respeito das travestis do bairro Estação das Águas, que parecem refratárias às tentativas de intervenção por parte de Helena. Carmem me contava que elas corriam em disparada assim que avistavam qualquer carro branco, pois confundiam com o de Helena, a tentar cobrar-lhe *diárias*. Mesmo quando uma das travestis ligadas à ONG estacionava seu carro com o intuito de distribuir preservativos e gel disponibilizados pela Sempre-Viva, era preciso descer do carro e sinalizar, gritando seu nome e o que fora fazer ali, para que estas saíssem dos matagais

e dos locais escuros em sua direção. Dentre as moradoras da pensão, aquelas a quem perguntei sobre as travestis do bairro Estação das Águas reagiam com indagações e surpresas, pois sequer sabiam haver tal grupo de travestis prostitutas.

Presenciei a ida de duas delas à ONG em busca de preservativos e gel. Foi em uma tarde de outubro de 2008, quando planejava com Carmem a elaboração de folders de divulgação da Sempre-Viva. Antes de começarmos a trabalhar, ouvimos passos firmes na escada, e Carmem brincou perguntando “*quem subia trotando*”. Duas travestis entraram na sala: uma delas, Tatiana, de vinte e três anos, com curtos cabelos, baixinha, corpo sem silicone e ombros largos, sobrancelhas feitas, fala fina, gestos lentos, pele negra; a outra, Janice, também de ascendência negra, alta, magra, o corpo de um jovem adolescente, sem silicone, que nos disse, hesitante, ter dezesseis anos, quando questionada sua idade. Ambas se vestiam, naquele momento, como jovens “rapazes”, desprovidas das transformações corporais que desvelam a travestilidade “típica”, por assim dizer – sem os litros de silicone, as curvas feminilizadas, os longos cabelos ou perucas. Pareciam conhecer o espaço da ONG e acessá-lo, uma vez que Tatiana perguntava, enquanto eu buscava os preservativos, por que a Sempre-Viva “*estava sempre fechada*”, já que não vira, na porta, o aviso com os horários de funcionamento. Carmem avaliaria, tempos depois, que, sempre que as travestis do bairro Estação das Águas aparecem na sede da ONG, o fazem “*como gays, desmontadas*”.

Ao final do período em que estava em campo, tentei, mais uma vez, acionar as travestis do bairro Estação das Águas. Glória me sinalizava, entretanto, que a aventura noturna de visita a elas poderia ser bastante arriscada, afinal “*até*” ela tinha receios de andar pelo local quando precisava levar preservativos. Chegou a me indicar Teresa, “*uma travesti mais velha, enfermeira aposentada, que faz vício por lá*” e que, portanto, poderia levar-me até as travestis do bairro. Teresa, entretanto, dizia ter algum compromisso ou estar fora da cidade cada vez que lhe telefonava de acordo com o combinado. As travestis do Estação das Águas, ao final da pesquisa, acabaram por ser, a mim, o mesmo que figuram entre as do centro: mistérios e desconhecimentos cercados por representações de violência e risco.

1.3 O sistema de pensionato: pensando as noções nativas e institucionais de “cafetagem”

É preciso, aqui, pensar a categoria *cafetina* a partir dos dados etnográficos, problematizando suas representações políticas e morais, a fim de se desconstruírem estigmas

sociais associados a ela.

Cafetinas, no universo das travestis, são, em geral, travestis mais velhas que criam uma pensão para abrigar outras em troca de um valor diário pela moradia (KULICK, 1998; PELÚCIO, 2007a) e, por vezes, pelas refeições servidas. Elas também podem estender a cobrança de quantias em dinheiro a outras travestis que se prostituem na região, como forma de controlar as atividades prostitucionais nos espaços públicos – distribuindo os pontos da *rua* entre as travestis e policiando seu comportamento – e, assim, criar “laços de proteção”. Como salienta Larissa Pelúcio (2007a: 66), “as cafetinas negociam proteção com a polícia e com os bandidos sempre que necessário; intervêm em rixas; distribuem espaços; ajudam financeiramente as preferidas, enfim, são elementos organizadores das relações sociais e territoriais”. Nesse sentido, Brigitte, que destacava a orientação das tias paternas travestis quando da manifestação de seu desejo (“*tu não quer ser drag queen, tu quer ser travesti!*”), explicava-me que não sofrera mais perseguições por parte de outras travestis prostitutas para trabalhar na *rua* justamente por ser “*sobrinha de cafetina*”.

Para as organizações e instituições políticas que incorporam e representam discursos oriundos de movimentos sociais, entretanto, as *cafetinas* despontam sob uma série de narrativas de acusações, sobretudo por parte de grupos cujas atividades rotineiras não são protagonizadas diretamente por travestis e que se amparam nos valores individualistas modernos de liberdade e igualdade (DUMONT, 1992). Tais discursos, por vezes distanciados da experiência de muitas travestis que se prostituem, em sua maioria oriundas de grupos populares, acabam por criar profundas segregações entre elas e os grupos organizados em torno de reconhecimento e prestação de serviços públicos.

Leandro, um dos membros da Associação Magnólia, um grupo organizado em torno de valores libertários que se articula aos movimentos negro, feminista, LGBTTT, antimanicomial e a demais demandas em torno do reconhecimento social (HONNETH, 2003) de grupos historicamente discriminados, relatava-me, quando de meus primeiros dias e contatos em Vale das Passagens, que as motivações da ONG Sempre-Viva de politização das travestis esbarravam nas ameaças da “*cafetina*” da cidade, a quem, acredita-se, pouco vantajosa seria a emancipação políticas das garotas. De outras pessoas ligadas a instituições de promoção de direitos humanos entre profissionais do sexo, ouvi relatos a respeito dos métodos de coação adotados, como abordar as novas travestis em um carro com dois ou três homens e questioná-las sobre sua vida, seus interesses e sua hospedagem na cidade. Já outra interlocutora elegia termos mais dramáticos para descrever suas representações acerca da

travesti identificada como “*cafetina*” na cidade: “*ela é perigosa, uma pessoa violenta (...). Ela é uma pessoa traiçoeira, capaz de matar. Ela não faz, mas manda fazer*” – e discorria exemplos de surras que travestis residentes da pensão teriam dispensado às que ousavam recusar-se a pagar as *diárias*.

As narrativas de acusação à *cafetina* (e considero, aqui, o termo *cafetina* uma categoria êmica) se complementam com as narrativas de vitimização das travestis que vivenciam o regime de pensionato e/ou pagamento de *diárias*, alternadas com aquelas que as responsabilizam por supostas agruras em que se encontram. Na ocasião de uma reunião realizada na sede da ONG entre pessoas ligadas direta ou indiretamente à Sempre-Viva, em meados de outubro de 2008, Magali alertava para a necessidade de se trazerem as travestis para a ONG, dar-lhes mais caminhos, tirá-las da “*mão de ferro*” da responsável pela pensão e pelas cobranças, pois lá “*elas não ’tão’ nem aí pra hora do Brasil*”. A discussão girava em torno da pensão, que lhes parecia constituir-se como um grupo fechado em si mesmo, com a própria solidariedade e autônomo em relação às demais redes de socialidade entre travestis da cidade. Para Magali, as atividades da ONG não alcançam as sujeitas que vivenciam o cotidiano da pensão, sobretudo em virtude de Helena atuar com autoritarismo sobre elas, que se veriam limitadas ao universo oferecido pelo sistema que esta lhes impõe. Fátima, atuante no projeto referente à promoção de direitos e cidadania, questionava se as travestis poderiam vislumbrar possibilidades de melhoras ou de autonomização política se viviam sob o “*autoritarismo*” da dona da pensão, ao que Magali respondia ser necessário ao menos oferecer-lhes algo. Cosme, advogado da instituição, reforçava a cautela, dizendo que era preciso pensar uma forma de aproximação às moradoras da pensão sem que elas dispersassem nem que Helena retrocedesse. Uma semana depois da referida reunião, Fátima reavivava a discussão comigo, em uma tarde pouquíssimo movimentada na ONG. Defendia que se mostrassem às travestis da pensão oportunidades para além da casa, para além das regras e do controle sob os quais vivem, presentes na vigilância sobre as rotinas e na estipulação de horários para cada atividade do dia.

Há, entretanto, alternando-se à ideia de vitimidade das travestis sob o *sistema de pensionato* – termo que proponho para designar a forma de organização das travestis em pensões –, uma responsabilização sobre as mesmas, que escorrega entre discursos não-oficiais. Por vezes se as acusam de só quererem “*saber de chupar pau*”, de maneira que tais suposições acerca de desinteresse se reprisam sistematicamente a ponto de suportes morais

não chegarem até elas. A questão que se coloca para a ONG é: o que fazer para promover o bem-estar político e social das travestis *ainda que* seu maior interesse sejam seus programas em detrimento da participação assídua nos processos de elaboração de políticas públicas? Uma aparente incompatibilidade fortalece alguns abismos entre os instrumentos para se construir a emancipação e as sujeitas a quem se quer levar a vislumbrá-la.

Um forte clima de apreensão e inquietação se colocava na sede da Sempre-Viva nesses momentos – e, então, ficavam claros os nós que aprisionam a instituição entre a urgência em se promover a cidadania (nos entendimento das lógicas de Estado) das travestis e as barreiras representadas pelas dificuldades de negociação dos espaços e de aproximação a elas. Há grandes esforços em se pensarem alternativas que coloquem as travestis residentes na pensão de Helena em contato com a ONG e com os valores políticos que orientam a instituição, acreditando-se, evidentemente, que tais valores poderiam emancipá-las e promover seu reconhecimento social através de estratégias de conscientização, organização e lutas políticas.

Dentre as travestis que se opõem ao controle empreendido por Helena, por vezes experiências junto a outras travestis denominadas “*cafetinas*” alimentam o imaginário homogeneizado sobre tal figura administradora dos negócios da prostituição. Enquanto esperávamos o almoço ficar pronto, na casa de uma das travestis, olhávamos uma série de fotos, dentre as quais uma em que Alessandra aparecia ao lado de uma travesti mais velha, cabelos encaracolados tingidos de loiro muito amarelo, calça colada, barriga à mostra. Era uma antiga *cafetina*, já falecida, que tinha uma pensão para travestis localizada no centro de Vale das Passagens, onde Jamile e Alessandra chegaram a hospedar-se. “*Veio fugida de Curitiba porque matou o marido*”, confessou-me Jamile, sob afirmação de Alessandra, atentando-me, jocosamente, para o “*tipo*” da pessoa de quem falávamos.

A despeito da reprovação e das acusações às práticas de “*cafetinas*” manifestas por instituições ou sujeitos representantes de políticas vinculadas à promoção dos direitos humanos, o sistema de pensionato possibilita, mais do que a segurança das travestis em cada região, a intensa circularidade geográfica, a mobilidade espacial constante e a articulação de redes sociais mais amplas disseminadas por extenso território nacional e global. Permanentemente em circulação, a maioria das travestis com quem estive em contato apresentava trajetórias migratórias intensas, por vezes uma vida dividida entre duas cidades de diferentes Estados do Brasil – mobilidade tornada possível pelos pensionatos para travestis, que as abrigam sem exigências formais como assinatura de contrato, documentos de registro civil ou comprovantes de renda.

Por vezes, quando do início da pesquisa e de minhas relações circunscritas a redes políticas institucionais, perguntava-me, ingenuamente e carregada de valores políticos quase míopes naquela situação da pesquisa, as razões pelas quais as travestis preferiam pagar gordas somas diárias à dona da pensão em vez de pagar, a muito menor custo, aluguel de pequenos quartos individuais ou dividir uma casa ou apartamento entre outras travestis. As tentativas de compreensão acerca de suas práticas me colocavam – e percebo somente após “deixar” o campo – sob uma lógica econômica, no máximo burocrática, sem captar a delicadeza de suas aspirações e de seus projetos. Entendia que os seiscentos reais mensais (vinte reais diários) pagos a Helena para viverem em uma pequena casa de madeira dividida entre mais de uma dezena de travestis a fazer fila para usar um único banheiro poderiam ser revertidos para o aluguel de um confortável apartamento próximo ao centro da cidade. Via como obstáculos a tal empreitada a inevitabilidade do pagamento das *diárias* por parte das travestis que quisessem *descer* em território controlado pela dona da pensão e, principalmente, a ausência de comprovantes de renda e de fiadores e o constrangimento no trato com as imobiliárias tendo em vista o nome de registro civil. Se tais elementos apresentam-se relevantes para tal indagação, eles, entretanto, não parecem dar conta do aspecto mais fino da experiência das travestis com quem convivi, qual seja, a intensa circularidade geográfica, tema de que tratarei no capítulo seguinte.

Além disso, a ideia vitimária acerca das travestis que vivem na pensão e pagam as *diárias* a Helena é bastante flexibilizada, por vezes questionada pelas demais que não vivem na casa, como aponta o trecho a seguir, retirado dos diários de campo.

Mônica, que divide o apartamento com uma colega, fazia suas avaliações a respeito dos vinte reais diários pagos pelas garotas: “até não acho errado... vivem ali, comem... só que dividem água e luz”. Eu continuava a conversa: “seiscentos por mês, né? Dá pra alugar um apartamento”. E Mônica continuava: “é... mas elas não querem, né? Por isso que não acho errado (...). Elas mesmas que sustentam a cafetinagem. É como o traficante: são os usuários que mantêm o traficante, né?” (Trecho extraído do diário de campo de 18 de dezembro de 2008).

Aqui, Mônica aponta para a via de mão dupla que dá sustentação a tal sistema, apoiando-se em uma perspectiva bastante diferenciada daquela que costuma, amparada nos ideais individualistas modernos de liberdade e igualdade, polarizar sujeitos e objetos da *cafetinagem*. Para Mônica, assim como para a própria Helena, pagam-se *diárias* observando-se o aluguel do quarto, o acesso a água e luz e as refeições servidas ao longo do dia.

Em uma quinta-feira ensolarada de janeiro de 2009, quando fui convidada a almoçar na pensão, Helena me chamava, enquanto a mesa se desfazia, em um canto do terreno em que se situam a pensão e sua casa, precisamente onde fica o tanque de lavar roupas de que se utilizam as residentes. Naquele dia, havia uma tensão declarada na casa em virtude de algumas das travestis terem passado a noite em uma festa, fazendo uso de drogas, passatempo que lhes consumira, inclusive, o dinheiro a ser pago a Helena referente a suas *diárias* – como tratarei a seguir, o uso de (determinadas) drogas ilícitas consiste em débitos no sistema de hierarquias morais entre as travestis no sistema de pensionato de Vale das Passagens. Helena repetia-se, desde o início do almoço, na tentativa de me ambientar segundo meu interesse de pesquisa: “*tá vendo como é, né? É pra tu conhecer como é a realidade*”. Argumentava que sua irritação para com aquele grupo de travestis se devia a sua intolerância em relação ao abuso de drogas e ao fato de não ter a obrigação de sustentá-las “*de graça*”, de mantê-las na casa sem receber o pagamento em troca: “*eu não tenho que sustentar viado de graça, tenho?*”. E arrolava os recursos que as travestis acessam vivendo em sua pensão: “*elas têm comida, têm banho, têm televisão... não vou cobrar?*”. Quando me conduziu ao interior da casa para uma conversa com Denise, uma das travestis envolvidas no evento da noite anterior, questionava-a: “*imagina se eu entro na casa do vizinho, almoço, tomo café, tomo banho e fico assim sentada, a tarde inteira, vendo TV, sem fazer nada!*”.

As relações que Helena engendra entre as travestis não se circunscrevem a cobranças, tampouco se traduzem pela ideia de exploração, mas consiste de laços de afetividade, reciprocidade, apoio e proteção (TEIXEIRA, 2008). Avaliações positivas são feitas pelas moradoras da pensão sobre ela, por vezes mesmo legitimando as medidas tomadas como forma de punição. Denise, repreendida por Helena em virtude da noite fora de casa sob uso de substâncias entorpecentes, comentava com Larissa que “*a Helena foi bem, Larissa... a Helena foi ótima*”, enquanto reconhecia, no gesto da dona da pensão, uma preocupação e um incentivo para que Denise melhorasse e, mais ainda, um aconselhamento em lugar de uma punição, já que não lhe havia surrado e sim dado “*outra chance*” – e balbuciava comentários reticentes sobre “*a outra vez*” em que algo semelhante acontecera. Giovana, por sua vez, dizia que Helena é “*uma pessoa maravilhosa*”, que costuma tudo se dispor a fazer pelas pessoas e que sempre ajuda as travestis em tudo que é necessário.

Muitas travestis resolvem prostituir-se em Vale das Passagens com o objetivo de “*fazer o corpo*”; é de conhecimento entre elas e mesmo entre os clientes que “*Vale das Passagens dá os peitos... até as mariconas sabem disso, que a gente vem pra cá pra se*

plastificar”, como me relatava Pâmela – recém-chegada à cidade –, sob assentimento de Francine e Salete. O sucesso da cidade no sonho de muitas que anseiam realizar intervenções estéticas não se limita à ampla clientela da prostituição travesti, que lhes rende recursos financeiros, mas se estende às redes de apoio e de solidariedade mediadas por Helena, que as indica a *bombadeiras*²¹ e a cirurgiões específicos e lhes cuida, em sua pensão, durante o processo de recuperação referente a essas operações corporais. Presenciei, já ao final campo, o pós-operatório de três travestis encaminhadas por Helena para o implante de próteses de silicone nos seios na cidade de São Paulo.

Suzana, Cecília e Pâmela embarcaram em um avião nas primeiras horas da manhã de uma terça-feira de fevereiro; realizadas as cirurgias, voltariam todas no mesmo voo à noite. Resolvi visitá-las no dia seguinte. Ao chegar à rua que desemboca na pensão, vi, de longe, Salete e Helena na varanda da casa, com o portão escancarado. Abracei-as longamente, reparando a expressão de preocupação esboçada no rosto de Helena: “*a Pâmela teve uma hemorragia*”, desabafou angustiada. E logo, com um jeito carinhoso, disse-me que podia entrar na casa para vê-las. Salete ainda riu do bolo e do refrigerante que lhe estendia: “*ai, de novo, né? Eu já falei que não precisa*”, arrancando um sorriso da face tensa de Helena. Suzana estava prostrada no sofá, segurando o dreno, em meio a dores cuja tensão a fazia dar leves mordidas na parte interna da boca, perto dos lábios. No quarto dos fundos, Cecília, mais pálida e abatida do que Suzana, fazia gestos muito lentos, jogada na cama, pedindo-me em voz baixa, secretamente, que lhe comprasse bananas, pêras, suco de maçã e gelatinas – estas últimas recomendadas para o período de recuperação da cirurgia. Foi nesse momento que Helena, que circulava inquieta pela casa, apareceu à porta do quarto, dizendo-me: “*a outra bicha ainda não chegou; teve uma hemorragia e tá vindo agora*”.

A preocupação de Helena evidenciava-se em seu tom de voz e em seus passos incessantes pela pensão, espaço em que ela costuma ficar muito pouco, já que sua casa se situa ao lado, no mesmo terreno. Andava pela casa, olhando constantemente as travestis recém-operadas. Fora ela a abrir o sutiã de Suzana para mostrar-nos como ficaram seus peitos. Por sua vez, Cecília a chamava do quarto, enquanto Suzana pedia que ela arrumasse os botões do sutiã, que pareciam frouxos. Helena assumia permanentemente a função de cuidadora entre as moradoras da casa, aconselhando-as, ouvindo suas queixas sobre as dores, dosando-lhes os remédios e buscando medicamentos no posto de saúde. Salete chegou a considerar que Helena

²¹ *Bombadeiras* são as responsáveis pela aplicação de silicone líquido industrial nos corpos das travestis a fim de definir-lhes as medidas físicas, de *fazer-lhes o corpo*.

era “*muito desesperada*”, tendo em vista sua intensa preocupação com a jovem Pâmela.

Um senso de *maternalismo* caracteriza os discursos de Helena a respeito de sua atuação junto às jovens travestis na cidade, evidentemente constituídos não só por seu cuidado e proteção em relação a elas, como ainda por práticas de controle e fiscalização. Em minha primeira visita à pensão, no primeiro dia do mês de outubro de 2008, acompanhava duas mulheres integrantes da Sempre-Viva e duas pessoas (uma mulher e um rapaz) que intencionavam demonstrar produtos de beleza para as travestis da casa. Helena, proferindo críticas à ONG, afirmava inúmeras vezes, ao longo da conversa, que era ela quem cuidava de tudo para as travestis, que fazia de tudo por elas, que as protegia, que as defendia. Repetia-se, diante do assentimento das residentes da pensão: “*eu que vejo tudo pra elas, eu que não deixo faltar nada pra elas*”.

Helena ainda media as relações das travestis da pensão com demais atores sociais, revertendo as reclamações morais da vizinhança, por exemplo, em recomendações e prescrições de conduta entre as moradoras, da mesma forma como alertava a dupla que demonstrava a linha de produtos de beleza e de cuidados com a saúde a respeito de possíveis calotes na compra, salientando que ela é quem acaba ficando responsável pelas dívidas ou danos das garotas: “*pode deixar... as que fazem esse tipo de coisa não estão hoje*”, tranquilizava-a uma delas. Por fim, ela ainda polícia os gastos das travestis ali residentes e seus cuidados estéticos – estes últimos garantidores de clientes e, portanto, de somas maiores em dinheiro –, alertando-as acerca da necessidade de economia para a realização das plásticas a que aspiram, como transcrevo a seguir:

Helena, naquela tarde ensolarada de sexta-feira, usava um vestido roxo de cetim ajustado ao corpo, sandálias pretas e prateadas de longo salto, óculos de sol, cabelos com pequenas presilhas. Brincava com Madalena, revendedora da Natura, pedindo-lhe que lhe desse algo: “*nem meu gloss... não vou ganhar meu gloss?*”. Madalena respondia que fora ela a voltar da Itália, portanto ela que lhe devia presentes. E, assim que Brigitte apareceu com o dinheiro, Helena se apressou em perguntar a que se destinavam aquelas notas: “*o quê? Tu vai gastar noventa reais por um perfume?*”; e, depois das justificativas de Brigitte à insistência vigilante de Helena, esta comentou: “*não pode gastar... tens as plásticas ainda*” (Trecho extraído do diário de campo de 23 de janeiro de 2009).

Há, evidentemente, uma dimensão mais delicada desse controle permanente de Helena sobre as travestis que vivem na pensão, a qual reverbera em uma aparente menorização das mesmas. Quando pedi a Helena permissão para realizar a pesquisa junto às

moradoras de seu pensionato, ela me alertava, logo após perguntar de que se tratava a pesquisa: “*só dá uma ligadinha antes pra eu falar com elas, porque elas são assim, não prestam atenção em nada, eu que preciso pedir e avisar*”. Da mesma forma, segundo me relatava Fátima, Helena sublinhou a ela e a Francisca, quando estas propunham uma reunião com toda a casa para discutir-se a representatividade da ONG, que ambas até poderiam ir à pensão, mas Helena precisava “*traduzir*” para a demais, “*porque elas não entendem nada*”. Na verdade, interpretava Fátima, Helena não traduziria os conteúdos, mas selecionaria dele aquilo que ela acha que as travestis podem saber – o que, portanto, configuraria sua tradução como, na realidade, uma edição.

O lugar que Helena se outorga e em que é reconhecida legitimamente entre as demais travestis é o de *mediação* (VELHO & KUSCHNIR, 2001), na medida em que, com base em seu capital simbólico e em sua trajetória biográfica, dialoga com diferentes *mundos* (VELHO, 2001; KUSCHNIR, 2001; MOURA, 2001), quais sejam, as socialidades formadas pelas travestis que residem na pensão, sob a forma de evitações diurnas com o entorno social, e o universo público do comércio, das negociações burocráticas e da relação com as práticas institucionais – como a ONG Sempre-Viva, a qual, por sua vez, atua na *mediação* entre as políticas de Estado e as experiências das sujeitas travestis. Esse lugar como mediadora, engendrado em relações de poder, conferir-lhe-ia, de acordo com acusações como a de Fátima, a possibilidade permanente de que a comunicação entre os diferentes sistemas de socialidades fosse manipulada de acordo com interesses específicos.

Observam-se, aqui, semelhanças entre representações ou narrativas sobre as travestis que vivem na pensão. Entre os discursos institucionais que as percebem vitimizadas ou desinteressadas e certos discursos de Helena que as minorizam, elas parecem objeto de disputas entre polaridades políticas que organizam as travestis na região em torno de lideranças ativas.

O termo *cafetina* – ora acionado como categoria acusatória, ora como designação quase gerencial/empresarial dos negócios da prostituição – nunca é usado para *dentro*, mas sempre para *fora*. Entre as moradoras da pensão, jamais ouvi a palavra *cafetina* para referir-se a Helena, esta sempre chamada por seu nome ou por seu sobrenome social, qual seja, Flor. Inicialmente, julguei que a categoria dizia respeito a uma espécie de interdito, marcada que é por representações moralmente negativas entre pessoas que não vivenciam a experiência da prostituição. Com o tempo, entretanto, passei a ouvir as travestis da pensão falar em *cafetões*

e em *cafetinas* na medida em que narravam suas experiências como prostitutas em outras cidades do país, sempre reportando-se a outras pensões e a outras administradoras de pensionatos que não aquela com quem vivam no momento. Quando de sua discussão com Denise, relatada acima, Helena alertava: “*depois a gente dá um tapa na cara, é porque é cafetina*”. Tal episódio abre flancos para se pensar a que se refere *cafetina* nesse léxico, especialmente em se tratando do sistema moral de Helena. Marlene dissera jocosamente, entre gestos cobrindo a boca sorridente, no dia anterior, depois de se referir a Helena como “*cafetina*”: “*o quê? Eu falei essa palavra?*”. Entre as garotas, portanto, a palavra não é usada para referir-se a ela; e, assim que apareceu, foi imediatamente complexificada, sob uma vigilância mais moral que semântica. *Cafetina* parece, então, nesse contexto regido pelas normas de Helena, quase uma categoria de acusação, referente àquela travesti que não só cobra, mas sobretudo cobra injustificadamente e que pune fisicamente, sem ser justa, de maneira que encontrar qualificações morais para os gestos é uma forma de manter afastado o título ou estatuto de *cafetina*.

Os inúmeros discursos sociais que repudiam moralmente a cafetinagem se apoiam em uma ideia estereotipada das atividades de cafetões e cafetinas, constantemente veiculada por variados meios de comunicação e por órgãos comprometidos com a noção de direitos humanos sob uma perspectiva homogeneizadora a serviço das políticas públicas (gerais, não locais). Sob a lógica polarizada entre vítimas e vilões do mercado sexual, tais discursos se distanciam da dimensão experiencial de sujeitas e sujeitos, retiram-lhes a agência nos processos sociais e fomentam representações sobre a cafetinagem semelhantes àquelas em torno mercado internacional do sexo (PISCITELLI, 2005; GRUPO DAVIDA, 2005; KEMPADOO, 2005; SCHETTINI, 2005; JULIANO, 2005; TEIXEIRA, 2008). Tais pesquisas demonstram que, em geral, as mulheres e as travestis brasileiras que se prostituem no exterior têm consciência das regras e das vantagens e desvantagens dos vínculos estabelecidos com atravessadores profissionais de fronteiras. Nesse sentido, parece haver, tanto na situação internacional quanto no caso local estudado, uma opinião pública baseada em pânicos morais (COHEN, 1972; MISKOLCI, 2007) e/ou em pânicos sexuais (RUBIN, 1998; GRUPO DAVIDA, 2005) a respeito da prostituição e em particular das migrações internacionais, sob forte controle de políticas dos países do primeiro mundo.

A partir dos dados de campo que tecem esta pesquisa, entendo que um dos maiores

ônus dos discursos *contra* a cafetinagem em detrimento dos discursos *sobre* a cafetinagem²² por parte das instituições governamentais e não-governamentais responsáveis pela intervenção junto às travestis reside no distanciamento existente entre as propostas de políticas públicas e/ou os programas sociais e o conhecimento a respeito da forma como as travestis vivenciam o cotidiano nas pensões gerenciadas por sujeitas tidas como *cafetinas*.

É preciso, portanto, problematizar a categoria *cafetinagem*, percebendo suas nuances e tomando-a como uma modalidade de relação e organização sociais, para além dos discursos morais conhecidos – um processo semelhante àquele através do qual a categoria *violência* tem sido esmiuçada (RIFIOTIS, 1997; 2005). Carece-se, para tal, que novos procedimentos teórico-epistemológicos sejam acionados com a finalidade de se adentrar nas dinâmicas relacionais que constroem a situação denominada *cafetinagem*, na agência de que sujeitas e sujeitos estão dotados nesses processos sociais, na lógica de reciprocidade que sustenta tal modalidade de relação. Tais procedimentos implicam, por sua vez, que a polarização entre vítimas e algozes seja posta à luz de teorias atuais em estudos sobre violências de gênero e violências contra as mulheres (GROSSI, 1998; GREGORI, 1993; SOARES, 1999), complexificando-se os fluxos de bens simbólicos na relação entre as *cafetinas* e suas *filhas*.

1.4 Adentrando a Pensão: reciprocidade, normas e punições no cotidiano das travestis

As ruas, as casas, os paralelepípedos, as pequenas varandinhas, lembram um interior, uma parte mais urbana de um distrito rural. Havia silêncio nas ruelas, talvez aquele silêncio da hora do almoço, quando estão todos em torno da mesa ou aproveitando o descanso antes de voltar ao trabalho. Depois de dobrar ao lado da casa verde, vi uma longa rua vazia, com o cheiro de pequenas cidades. Caminhava, olhando os cachorros nos quintais. Pela metade da rua, vi, à direita, a lateral de um cemitério, com jazigos eminentemente em azulejos brancos e flores coloridas (...). Já quase ao final da rua, um senhor repousava dentro de seu carro velho, em frente à casa, com um cachorro faceiro na calçada. Da esquina, pude reconhecer a pensão, na rua igualmente vazia (Trecho extraído do diário de campo de 17 de dezembro de 2008).

A pensão de Helena se situa em um distrito de Vale das Passagens, afastado do centro da cidade. Trata-se de uma velha casinha de madeira que divide o terreno com a casa de alvenaria em que Helena vive com Mariana e Heloísa, à esquina de um cruzamento entre duas

²² Faço uso, aqui, do modelo de análise apresentado por Theophilos Rifiotis (1997) acerca das diferenças entre os discursos *contra*, *sobre* e *das* violências.

ruas que escapam à avenida principal do distrito e se adentram ao bairro. Ao lado da janela do quarto da frente, situada entre a simpática varanda – típica das casas da região da cidade – e o muro, um pequeno *banner* vermelho com letras em amarelo trazia o nome da pensão (“*Pensão Flor-de-Lis*”), seguido de um número de telefone fixo para contato.

Em minha primeira visita, Helena, com seus imensos brincos e óculos escuros em detalhes dourados, estava às voltas com a recente conquista do alvará para funcionamento da pensão. Exibia, orgulhosa, o documento emoldurado em um fino quadro dourado, pendurado na parede da sala, acima de um mural com fotos dela e de outras travestis, perto da mesinha do telefone. Lamentava, entretanto, que aparecêssemos quando ela estava tão atordoada, porque sua intenção era oferecer um café de comemoração pelo alvará e de inauguração da pensão. O estatuto de *pensão*, por sua vez, é bastante criticado e/ou questionado jocosamente pelas sujeitas que não vivem na casa.

Comentaram que Helena havia voltado da Itália. Jamile sugeriu que, em sua ausência, as *meninas* haviam tomado certas “liberdades”. Helena parara para falar com ela na avenida; dizia que estava bêbada, pois vinha de uma festa que acontecera em uma cidade vizinha para recebê-la. A festa fora dada por Albertina, que, como Magali falou sarcasticamente, “*também tem uma pensão lá*” (...). Em seguida, questionaram o estatuto de “pensão”: “*que coragem, né? Chamar aquilo de pensão. A cabeça dela, né? Se um casal chega e pede pra se hospedar ali? O que vão dizer? Que não tem vaga?*”. E Jamile avaliou que a casa que Albertina mantém por lá é realmente muito bonita (Trecho extraído do diário de campo de 26 de janeiro de 2009).

A construção de madeira abriga cinco quartos, um banheiro e uma salinha de televisão, sendo que o aparelho repousa sobre uma velha geladeira em que se guardam água e lanches comprados por cada uma das moradoras para consumo individual. Paredes muito amarelas, a sala ocupa o espaço onde antes funcionava a cozinha, que precisou ser retirada dali segundo exigências da concessão de alvará e agora se situa em uma construção à parte, aos fundos do terreno. Os quartos são de paredes muito coloridas, cada um com um tom diferente, com beliches e cômodas brancas. Em três deles, em vibrantes tons de vermelho, cor-de-rosa e azul, havia dois beliches, com vagas, portanto, para quatro pessoas em cada um deles; em um, amarelo e bastante pequeno, dormia uma travesti apenas, Suzana; e, por fim, o outro, com paredes verdes e quase sempre portas fechadas, destinava-se a casais. Em dezembro, Salete, responsável pelos serviços domésticos na pensão, modificaria o quarto cor-de-rosa, trocando as paredes pela cor branca e pintando de rosa muito claro as duas camas de um único beliche desmontado, além de caprichosamente usar dois cachorrinhos de pelúcia na

eira da janela, segurando a cortina fina.

Não há guarda-roupas nos quartos, excetuando-se o de Salete, depois das mudanças relatadas. Poucas são as que guardam suas coisas dividindo as pequenas cômodas, como vi Francine e Marcela fazerem. Em geral, todas as roupas e objetos ficam dentro de grandes malas de viagem e frasqueiras, sinalizando para essa possibilidade de se ir embora a qualquer momento, em busca de cidades que rendam mais clientes, de acordo com as notícias que circulam entre elas e a sazonalidade.

Saindo pela porta lateral da casa, chega-se a uma garagem e, mais adiante, a uma pequena escada em concreto que conduz, à direita, ao tanque de lavar roupas e aos varais; à esquerda, à casa de Helena (a “*casa grande*”, como apontaram em um momento de conversa); e, aos fundos, a uma construção de dois andares com a garagem de Helena no térreo e um conjunto de lavanderia e cozinha no andar de cima. A cozinha é bastante grande, com uma janela voltada às casas do terreno e uma varanda voltada à rua lateral. Na entrada, avista-se, à esquerda, uma mesa comprida de madeira coberta com uma toalha plástica estampada, acompanhada de dois compridos bancos de madeira. Além da pia e de uma churrasqueira à parede em que se situa a porta, a lateral direita concentra um fogão, um pequeno armário em madeira e vidro e uma geladeira horizontal.

Quando Helena viajou à Itália, levando Ruth para sua primeira temporada em Milão, deixou seus negócios aos cuidados de Heloísa e de Salete. Diariamente, são cobrados vinte reais de cada uma das travestis, transação registrada em um caderno universitário que Helena carrega sob o braço. Além do valor fixo das *diárias*, outros valores podem ser cobrados, como aquele solicitado para a compra do refrigerante na hora do almoço, por exemplo – “*ó, um real do refrigerante... quem não pagar, fica sem tomar refrigerante*”, enunciava Giovana enquanto coletava moedas antes de seguir até a pequena venda “*da tia*”, ao lado. Por vezes, as normas em torno do pagamento de *diárias* são colocadas em pauta e problematizadas, como quando da visita de uma jovem travesti da cidade que iniciara recentemente na *rua*. Chamadas para o café da tarde, subimos até a cozinha, enquanto Lúcia, a jovem, hesitava em acompanhar-nos, caminhando na direção da varanda, no sentido oposto ao da cozinha. Nesse momento, alguém balbuciou algo sobre ela poder ou não tomar café na pensão, e Suzana, referindo-se às *diárias* pagas por Lúcia para *descer*, foi incisiva: “*ué, ela paga, por que não pode? Tá no direito dela*”.

Há, entretanto, acusações internas e externas sobre cobranças abusivas por parte de

Helena. Entre as moradoras da pensão, elas aparecem na forma jocosa, entre brincadeiras feitas em voz baixa e na segurança de que todas as presentes compactuem com a queixa. Entre pessoas de fora do cotidiano da pensão, ligadas ou não às instituições, as acusações tomam forma denunciatória e de preocupação:

Retomaram, ainda, a fala de uma das *meninas* a respeito de quem pagaria a gasolina, quando da visita à casa de Helena. (...) calculavam que provavelmente Helena cobraria a gasolina das *meninas* se tivesse de se deslocar até a ONG em busca de preservativos. Enquanto os demais apontavam possibilidades, desde que uma das *meninas* viesse de ônibus até que elas dividissem o dinheiro ínfimo da gasolina de Helena, Cátia e Mônica desmistificavam as possíveis soluções propostas (...): “*é assim... se a gasolina for cinco reais, em vez de dividir os cinco reais ela vai cobrar dez reais de cada uma. É assim que funciona*” (Trecho extraído do diário de campo de 13 de outubro de 2008).

As cobranças, entretanto, não dizem respeito somente a relações que remetam a custos financeiros às travestis, mas também se direcionam a um conjunto de expectativas, controle e demandas em torno do sucesso das residentes da pensão, expressos na lógica da reversão dos cuidados estéticos em dinheiro e bens simbólicos. Na discussão com Denise, enquanto esta lhe lembrava o desejo de “*fazer o corpo*”, Helena a fazia ver o quanto estava faltando com seu corpo em função dos gastos com as drogas: “*agora tá aí. Olha que unha feia! Não tem nem dinheiro pra fazer a unha; não tem uma roupa bonita, não tem nada*”. E, quando conversava com Fátima sobre possibilidades de ofertas de serviços junto às moradoras da Flor-de-Lis, Fátima apostava nos cursos de maquiagem; afinal, segundo ela, todas as atividades que assegurem dinheiro são bem-vindas entre as garotas.

As formas de punição a quem infringe as normas da casa podem ser uma longa conversa de alerta, em que elementos de coação e ameaça de desligamento da casa estão presentes, ou mesmo meios físicos de agressão. Ouvi ainda, dentre membros da Sempre-Viva, que Helena “*solta na BR*” as travestis que ela não quer por perto.

Uma das razões que mais presenciei para as medidas punitivas na pensão diz respeito ao uso de determinadas drogas ilícitas, como cocaína e crack, sempre relacionado a passar a noite fora e voltar apenas pela manhã à pensão.

Na sala, as *meninas* se alvoroçavam em torno do banheiro a fim de se arrumarem para as fotografias. Marcela, que acordara fazia pouco, provocava algumas, como de costume, debochando delas pelo tempo no cômodo. Sentada ao sofá, ao nosso lado, engatou uma conversa com Suzana,

sentada no chão à nossa frente, sobre a surra que levava de Helena por novamente ter chegado já pela manhã naquele dia. Disse que estava no banho quando Helena a abordou esmurrando-a: “*chegou a essa hora? Tava se drogando? Não sei quê, não sei quê’. E pá e pá e pá... bateu com um caderno grosso assim* [sinalizava com as mãos]. *Arranhou meu braço e tudo, ó*”, comentava com certo deboche e sem pudores, mostrando o lugar do antebraço em que recebera o ferimento (Trecho extraído do diário de campo de 30 de janeiro de 2009).

Outra situação bastante presente nas narrativas sobre sanções negativas se refere ao não pagamento de *diárias* ou à recusa em pagá-las, situação que remete ao controle e à ação punitiva de Helena para além dos muros da pensão. Bastantes vezes me foi lembrada a surra sofrida por Joana quando esta resolveu não mais pagar as *diárias* para *descer* em Vale das Passagens, cidade onde ela nasceu e cresceu. Muito embora as diferentes narrativas apontem para divergentes formas de ingresso de Joana na atividade de prostituição, todas (exceto a da própria Joana) convergem para o desfecho punitivo de seu enfrentamento: a mando de Helena, ela teria sido gravemente agredida por Maiara.

Jussara lembra o caso de Joana, que resolveu *descer* recusando-se a pagar a Helena e acabou apanhando de Maiara, a mando de Helena. O episódio lhe desencadeou gargalhadas ao ser lembrado em seus desdobramentos. Álvaro (...) acompanhou Joana junto com outros dois meninos quando ela resolveu enfrentar a fúria de Helena indo para a rua sem o pagamento do “*pedágio*”. Vendo que a briga era feia, os rapazes correram fugidos. Jussara ria dos guris, e riu ainda mais quando contou que o namorado de Álvaro na época, com ciúme por este andar muito com Joana, desenhou na parede do apartamento Joana estirada no chão, com bolsa de um lado, sapato de outro, celular voando, escrito “*a travesti do coqueiro*”, já que Joana apanhara com uma folha de coqueiro que Maiara achou no lixo (Trecho do diário de campo de 20 de outubro de 2008).

Além das punições ao não pagamento dos valores de *diárias* e do uso de drogas, uma terceira circunstância bastante lembrada diz respeito à infração às normas de emigração. Marília, ao tentar viajar sozinha à Europa, sem negociar a viagem junto a Helena e sem pagar-lhe a porcentagem que ela se outorga agenciando cada travesti que viaja, foi alvo do castigo físico: “*ela apanhou tanto, tanto, mas tanto*”, repetia-me Fátima. A própria Marília me contara ter sido surpreendida pelas moradoras da pensão em uma noite de ano novo, às vésperas de sua viagem, o que a impediu de realizar o sonho europeu.

O apoio das travestis às chamadas *cafetinas* quando da aplicação das sanções não foi um aspecto que tenha podido observar com cuidado, mas merece destaque ao se pensar o

campo das relações de reciprocidade e afeto entre elas. Em geral, o que se conta é que Helena *manda* alguém, especialmente alguma de suas protegidas, executar as medidas punitivas. Discurso semelhante ouvi de Bárbara a respeito da *cafetina* com quem vivia antes de chegar a Vale das Passagens:

Comentei também, enquanto comíamos na lanchonete do supermercado, que temera escrever-lhe no orkut: a *cafetina* de Flor de Lótus poderia descobrir onde ela estava, caso ainda não soubesse. Bárbara disse que Odete não a procurou, e uma das *meninas* disse que a raiva foi apenas no começo (...). Bárbara disse que recentemente uma *menina* de lá perguntou o telefone da pensão de Helena, dando a desculpa de que pensava em tentar uma vaga, mas ela achou por bem não informar: “*eu não dei, Fernanda. Perguntei da cafetina, como 'tavam' as coisas, e ela não me respondeu nada. Não nasci ontem!*”.

Bárbara chegou ao Vale das Passagens às vésperas do ano novo, fugida da *cafetina* em cuja casa vivia. Segundo ela, havia-se endividado demais com a dona da casa, porque “*Flor de Lótus tá uó*” e não conseguia dinheiro para pagar as *diárias*, tampouco sua recente *bombaço*. Vendo a dívida ganhar grandes proporções, decidiu fugir da pensão, deixando para trás muitas roupas, maquiagens e acessórios de que sentia muita falta. Volta e meia, lembrava-se de uma peça ou outra *belíssima* que haviam ficado para trás, especulando quem, das ex-colegas, poderia ter-se apropriado do bem. Questionada sobre a razão pela não trouxera suas coisas, esclareceu: “*ai, bicha... já foi difícil sair com uma mochilinha, elas não queriam me deixar sair!*”. Contava que sua decisão por fugir em vez de negociar a dívida (que ela pretende pagar ainda) relacionava-se ao fato de que Odete não a deixaria ir embora antes da virada do ano.

1.5 Sistema de pensionato versus ONG: a tradução dos conflitos de perto e de dentro

Não só as instituições voltadas à defesa dos direitos humanos e à prevenção acusam o sistema de pensionato e de cobrança de *diárias* mantido por Helena. Esta, como uma liderança política entre as travestis na cidade, também tece constantes acusações às instituições com que, cotidiana ou discursivamente, está em contato. Suas queixas contra tais setores parecem relacionar-se a basicamente duas modalidades acusatórias: a (in)eficácia na distribuição de preservativos e de garantia de assistência às travestis; e a (i)legitimidade da representatividade das instituições entre o segmento identitário das travestis e transexuais.

Era a última segunda-feira de setembro de 2008. Fátima ligou para Helena a fim de confirmar o café previsto para dali a dois dias na pensão. Até o dia da visita, eu entendia que se tratava de um encontro para conversarem sobre as atividades da ONG e sobre a integração das travestis da pensão a elas – só descobriria a poucos minutos de sairmos da sede que os assuntos políticos ocupariam um segundo plano, subsumidos pela demonstração dos produtos de beleza e saúde por parte de uma parceira da Sempre-Viva, Leda. Helena aproveitou o telefonema para reclamar que faltavam preservativos na pensão e pedir que elas os levassem. Suas demandas causam desconfortos no espaço da ONG, uma vez que ela jamais se dirige até a sede, aguardando que os preservativos cheguem até ela. Carmem reafirma: *“as que não trabalham com a Helena vêm aqui na sede buscar camisinha, por que elas não podem vir buscar?”*.

No dia da visita combinada, sentadas no sofá da pensão, sobre uma capa recém ajeitada por Salete, ouvíamos as queixas de Helena sobre a falta de preservativos e, mais do que isso, sobre o fato de que, sendo a Sempre-Viva uma associação destinada às travestis, falhava, em sua compreensão, em atendê-las. Cautelosamente, Francisca aconselhava que Helena ou uma das moradoras da casa passasse a ir à sede buscar os preservativos, já que tantos problemas se pareciam desenhar com a desistência e os desencontros por parte das pessoas responsáveis pela distribuição das camisinhas (ela se referia ao episódio em que Suellen, sem ter conseguido encontrar uma das garotas a quem entregaria os produtos, foi severamente criticada e, portanto, desistira da função voluntária de agente de saúde da ONG). Helena fazia cara feia, retorcia os lábios, revirava os olhos, soltava uns gemidos de desconfiança em relação à proposta. Repetia que a Sempre-Viva é das travestis e que as travestis sofrem mais, para além do campo de compreensão *“das gays”*, categoria que ela acionava como acusação às pessoas que, naquele momento, coordenavam a instituição, desde que Antonella abdicara de seu cargo de presidenta. E, diante da insistência de Francisca ao sugerir que Helena aproveitasse a facilidade de seu carro para buscar os preservativos e gel por conta própria, uma das travestis brincou: *“mas e quem paga a gasolina?”*. Helena, sem jeito com o comentário da jovem, reiterava haver interesse em integrar a Sempre-Viva, mas argumentava nunca haver sido chamada a fazê-lo, tampouco havia sido alguma vez convidada para alguma atividade, e questionava o fato de não haver eleições e votações para se encaminharem os andamentos da instituição.

A saída de Antonella, fundadora da associação em Vale das Passagens, acarretou uma

espécie de crise em torno da representação política entre as travestis na cidade. Provisoriamente sem presidência mas com a atuação de homens e mulheres integrantes de projetos ou militantes da causa LGBTTT, a ajuda de algumas travestis não moradoras da pensão e a participação ainda frequente de Antonella, a Sempre-Viva mantinha seu trabalho de distribuição de preservativos, atendimento e aconselhamento psicológico e jurídico e promoção, junto à Associação Magnólia, de atos públicos e manifestos políticos pelos direitos LGBTTT. A coordenação empreendida por não-travestis agudizava as acusações por parte daquelas integrantes do sistema de pensionato da cidade, através de um campo de disputas identitárias. Helena, amparada por suas pensionadas, dizia: *“não sei o que as gays tão fazendo lá. Gay vai dar camisinha pra travesti? As gays não sabem o que travesti passa”*.

As desconfianças em relação *“às gays”* remetem a uma ideia de que *“o maior preconceito é de dentro”*, como costumavam apontar Helena e algumas moradoras da pensão. Alimenta tais representações o discurso social que localiza as travestis nos últimos degraus da hierarquia sexual (RUBIN, 1998), na medida em que, para elas, as travestis são mais discriminadas, enquanto sujeitos identificados gays não sofrem as mesmas modalidades de discriminação e violência: *“gay não vai ser apedrejado na rua”*. É em virtude de uma especificidade da experiência social e subjetiva que elas alegam que *“só as travestis sabem o que travestis sofrem”*. É nesse contexto de representações, valores e experiências que a saída de Antonella da ONG, autoidentificada travesti, pareceu ter abalado a legitimidade da Sempre-Viva junto às travestis da pensão, ainda que permanentemente questionada em virtude das disputas políticas entre os diferentes sistemas de solidariedade entre elas.

Entre as integrantes da ONG Sempre-Viva, circula a ideia de que Helena e as demais travestis acreditam que a instituição rende significativos faturamentos, sobretudo tendo em vista as aquisições materiais de Antonella, estas, entretanto, conquistadas com sua década e meia de trabalho como prostituta. Por conta disso, algumas vezes se mencionaram o interesse e a necessidade de uma reunião com Helena e as moradoras da pensão a fim de abrir-lhes as contas da ONG, esclarecendo os recursos que entram na conta da instituição e seus investimentos concretos.

Há uma divisão marcada entre tais espaços políticos, criando-se barreiras mais rígidas do que as que estruturam a organização e distribuição espaciais na rua durante a noite. Na avaliação de Inês, haveria uma resistência de ambos os lados, tanto de Helena quanto do pessoal da Sempre-Viva, estruturada na concepção de ameaça aos espaços políticos conquistados por cada um dos segmentos. Nesse sentido, a complexidade de se demandar de

Helena que compareça à sede residiria em colocá-la sob as regras de seu “outro”, da mesma forma como ir até sua casa também pode despertar-lhe desconfiança e receio, como uma invasão do inimigo a seu território em que suas regras precisam ser protegidas, e seus negócios assegurados. Mais do que isso, os espaços da pensão e da ONG parecem, por vezes, incompatíveis até mesmo na rotina das travestis que vivem na pensão, capturadas e enquadradas em modelos unívocos de lealdades, repetindo-se as incongruências e/ou disparidades ideológicas entre o trabalho de Helena e os pressupostos da instituição política representada pela Sempre-Viva:

Carmem me aconselhou a entrevistar Mariana, de quem disse gostar muito. Mariana costumava frequentar o espaço da Sempre-Viva, geralmente duas vezes por semana. Ela chegou a ficar responsável por abrir a ONG, tamanho seu engajamento. Mas, perto da ocasião do evento festivo da Parada local, Helena criou obstáculos para sua participação no espaço político, argumentando que ela teria de levar o café das *meninas* da pensão naquele período vespertino. Segundo Carmem, elas são amigas de longa data e compraram juntas a casa em que vivem, muito embora pareça que Mariana vive de favor ali (...). Qualquer tipo de desentendimento entre elas, avalia Carmem, implicaria que Mariana saísse dali sem nada (Trecho extraído do diário de campo de 02 de fevereiro de 2009).

As acusações contra a ONG em Vale das Passagens também partem das moradoras da pensão. Suzana, enquanto me contava sobre seu envolvimento com a associação das travestis em Campo Grande, relatava-me: *“lá é uma associação, né? A daqui é só um truque. Lá eles vão mesmo atrás, a presidente bota a cara na TV, luta pelos direitos, vai, faz passeata, faz palestra”*. E enumerava iniciativas tomadas contra a ação abusiva dos policiais, que costumavam fazer *“arrastões”* e agredi-las, sublinhando que conseguiram afastar um alto oficial da polícia a quem acusavam de agredir travestis e mulheres prostitutas.

Por vezes, nesse campo de disputas por capitais simbólicos e políticos, alguns elementos públicos parecem ser apropriados ou capturados pelo aparato político de Helena e ressignificados ou ressimbolizados no contexto de sua liderança, de modo a torná-la, às vezes, autora de determinadas iniciativas.

O carro de Helena parou ao lado da porta da pensão. No carro, Helena e Mariana chegavam exuberantes, em finos óculos de sol. Olhavam para dentro da casa, onde nos amontoávamos, na expectativa de que o mural de fotografias que eu construía para as *meninas* ficasse pronto. Mariana, com os imensos peitos, desceu no carro, desaparecendo logo em seguida. Helena, por sua vez, desceu séria, como de costume, e entrou na pensão cumprimentando-

me sem mudar a expressão do rosto desde quando saíra do do carro. Olhou para o mural sobre o qual Suzana se esforçava por organizar as fotos selecionadas e perguntou, em tom de afirmação, se não acontecera a Parada este ano. “*Sabia... são umas pobres!*”, comentou enquanto pedia licença com o corpo para caminhar até a porta do quarto dos fundos. E continuou: “*eu não tava aqui, né? Fui eu que fiz a Parada, fui eu que levei as bichas pra rua, senão não acontecia nada*” (Trecho extraído do diário de campo de 21 de janeiro de 2009).

Entendi que, mais do que um comentário para gabar-se, Helena exercia, pela mistificação das ações em torno do evento, um fascínio acerca de sua força política na região, de seu poder de liderança nas empreitadas de sucesso – e isso não só para mim, mas sobretudo para as travestis, especialmente as mais novas na cidade. Em termos práticos, foi a ONG Sempre-Viva a inscrever-se no edital aberto pelo Ministério da Cultura em busca dos recursos para a realização da Parada pela reivindicação política em torno dos grupos identificados pela categoria da “*diversidade*”, a contratar as empresas de publicidade e de som, a prestar contas do projeto; e muitas pessoas compareceram motivadas por alguma modalidade de identificação com o evento e sua proposta. Mas, para as moradoras da casa, dentre as quais Helena dispõe de prestígio e admiração, todas as outras dimensões organizativas do acontecimento não precisam fazer sentido: o fato de Helena ter chamado as travestis da pensão ao desfile desponta como ação determinante do sucesso do evento – quadro que remete ao conceito marxista de alienação, uma vez que o processo total da realização de uma Parada envolve procedimentos, negociações e investimentos mistificados pela afirmação de Helena. Minha presença, acredito, era especialmente motivadora de seu exercício de “autopropaganda”: ela parecia, ali, encenar, discursivamente, seu antagonismo em relação à ONG Sempre-Viva, provando-a, segundo sua perspectiva, ineficaz em suas responsabilidades e inferior à sua própria força política entre as sujeitas a quem a ONG se destina.

Essa apropriação e ressemantização de iniciativas de caráter público parece reproduzir-se mesmo na distribuição de preservativos e gel lubrificante. Larissa, natural do interior do Rio Grande do Sul, morou na pensão por bastante tempo até que, depois de sua estada na Itália mediada por Helena, comprou uma casa no mesmo distrito em que se situa a pensão, sem, entretanto, desfazer-se de seus laços junto ao cotidiano da casa de Helena, uma vez que faz visitas quase diárias à casa em que viveu por longa data. Certa tarde, encontrei-a por lá assim que cheguei com os preservativos adquiridos na sede da Sempre-Viva.

Resolvi entregar os preservativos às *meninas*, aproveitando a presença de

Larissa ali. Estiquei o braço com as tirinhas de preservativos e a caixinha de gel. Larissa, então, surpreendeu-me falando, com voz meio baixa e pesadamente: “*mas eu não moro aqui*”, enquanto se esquivava. Tamanha minha surpresa, (...) só falei: “*não faz mal, trouxe pra ti também*”. Enquanto eu separava os *kits* de cada uma das *meninas*, elas brincavam sobre os preservativos: “*dez reais cada uma*” ou “*dez reais a tira*” (Trecho extraído do diário de campo de 28 de janeiro de 2009).

O receio de Larissa em aceitar os produtos que eu lhe entregava, da mesma forma como o faziam as brincadeiras entre as demais colegas, deixava transparecer que os preservativos, no contexto da pensão, passavam a circular como bens privados, assegurados àquelas que vivenciam o regime de pensionato, perdendo seu caráter de política pública para se tornar, de certa forma, benefício privado.

Muito embora tenha escutado mais queixas a respeito da associação das travestis, as desavenças de Helena não se limitam a ela, mas se estendem a outras instituições guiadas pelos valores ideológicos do Estado. Quando nos preparávamos para deixar a ONG em direção à pensão, Carmem pediu a Francisca, esta ao telefone com Helena confirmando a visita, que lhe avisasse sobre a ida de Leda com os produtos e com a demonstração, indicando jocosamente: “*diz que a Leda vai lá mostrar uns produtos, aquela que era a psicóloga do GAPA*”. Leda se apressou dizendo: “*não, Carmem, não fala isso, daí é que elas não vão me querer lá*”. O GAPA da cidade, portanto, constitui-se como outro dos agentes a delinear as relações políticas conflitivas com os negócios de Helena.

Embora essas disputas sejam constitutivas dos grupos em interação, somadas às representações morais a respeito do sistema de *cafetinagem* elas criam impasses significativos do ponto de vista das iniciativas de prevenção ao HIV/Aids. Muito embora informações circulem internamente entre as travestis, estas acabam sendo distanciadas dos serviços públicos de assistência, encaminhamento e orientação, tanto no que diz respeito aos programas sociais e de saúde pública quanto em relação aos grupos organizados em torno de reconhecimento social. Como dito, portanto, a incompatibilidade política formal entre o *sistema de pensionato*, entendido como *cafetinagem*, e instituições de prevenção e direitos humanos, tomadas sob acusações de ineficácia e de certa negligência pelas sujeitas que vivenciam o cotidiano da pensão, impede serviços públicos de primeira necessidade entre as travestis.

CAPÍTULO 2. Socialidades, fluxos migratórios e inserções nas redes

As etnografias sobre travestis no Brasil têm, densa e ricamente, descrito as redes de trocas e de interações entre as travestis, demonstrando a *rua* como espaço de *sociabilidades* entre tais sujeitas (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994, 1997; FLORENTINO, 1998; KULICK, 1998; BENEDETTI, 2004; PELÚCIO, 2007a). Proponho-me, aqui, entretanto, a pensar as experiências entre as travestis junto às quais convivi a partir do conceito de *socialidades*, o qual acredito melhor dar conta dos temas a serem tratados ao longo deste capítulo e que atravessam a presente etnografia, quais sejam, amizade, jocosidade, conflitos, disputas, moralidades e hierarquias entre as travestis.

O conceito de *socialidade* proposto por Marilyn Strathern (2006) enfatiza a matriz relacional que constitui as pessoas – estas, portanto, inextricavelmente produzidas pelas relações. Ela o propõe como alternativa ao conceito de *sociedade*, que, muitas vezes, no pensamento ocidental, não é tratado em seu caráter relacional, mas como oposta ao indivíduo, este concebido como entidade dada que se insere nas relações, extrínsecas a ele. A partir de seus estudos junto aos melanésios, Strathern constatou que suas relações e interações, embora sejam por eles representadas, não se lhes apresentam como *sociedade* – este fundamentado em uma abstração do pensamento ocidental moderno que opera através da *classificação*, ao passo que o pensamento melanésio *justapõe*. Dessa forma, ela também diferencia *socialidade* de *sociabilidade* entendendo o primeiro como capaz de dar conta das relações conflitivas (STRATHERN, 1999: 169).

Uma das razões por que eu gosto da palavra “socialidade” é precisamente o fato de ela não ser a palavra “sociabilidade”. “Sociabilidade”, em inglês, significa uma experiência de comunidade, de empatia. (...) não suporta a sentimentalização da noção de relacionalidade (...). Ora, como Jack Goody me ensinou anos atrás – tenho quase certeza de que foi ele –, fazer a guerra, por exemplo, é estabelecer uma relação tão relacional quanto fazer a paz. (...) E eu detesto a sentimentalização das relações, a redução, por exemplo, da reciprocidade ao altruísmo (...). Não aguento isso, a redução da socialidade à sociabilidade. Estes termos se tornam imbuídos de conotações positivas – ou negativas, quando se trata de guerra, ou de conflito. Todos esses problemas se encontram no estrutural-funcionalismo, tudo isso sai da ideia de que a sociedade é algo inerentemente solidário. É aí que Fortes, naturalmente, põe sua moralidade. Essa ideia de que é uma boa coisa ter relações sociais, a ideia de que conflitos e guerras, de alguma forma, fragmentam algo...

Michel Maffesoli (2001, 2004, 2007), autor de outra vertente teórica, também distingue *sociabilidade* de *socialidade*. Esta, para ele, definiria os grupos urbanos contemporâneos, evidenciando relações cotidianas e banais, lúdicas, passionais, eróticas, conflituosas, violentas, ao passo que a *sociabilidade* diria respeito a relações institucionalizadas e formais. Nesse sentido, a *socialidade* consiste em relações banais que fundam a vida em sociedade, em práticas cotidianas que extrapolam o controle social rígido e se fundamentam no presente, distantes da institucionalização e da racionalização de que é tributário o pensamento moderno sobre o *social*, ancorado no paradigma da sociedade da ordem e no valor da racionalidade instrumental e técnica. Para o autor, o conceito de *socialidade* vislumbra, portanto, os excessos não instrumentais domesticados pelo paradigma racionalista da modernidade, tais como as emoções, a violência e o imaginário simbólico, e foca a *pessoa* em vez do *indivíduo* – este, por vezes hermético e ícone da modernidade, cede lugar àquela, cuja existência só é possível na relação com o outro, por isso a centralidade da *tribo* e das *massas*. Em Maffesoli, portanto, o conceito de *socialidade* igualmente prioriza a construção da pessoa por intermédio da relacionalidade e abarca também as relações não amistosas, não solidárias, conflituosas.

Nesse sentido, o conceito de *socialidade* parece adquirir grande inteligibilidade em se tratando do contexto pesquisado, na medida em que as redes que se tecem entre as travestis incluem relações amistosas, conflituosas, pedagógicas, hierárquicas. Além disso, é por meio dessas relações, que implicam “reconhecimento interpares” (R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005), que a *pessoa travesti* (PELÚCIO, 2007a) se constitui, através de recomendações de conduta no universo prostitucional, prescrições morais e ensinamentos corporais – lições coletivas que se expressam em diferentes modalidades de linguagem no grupo, dentre elas a *fofoca*, motivada especialmente pela intensa circulação migratória das sujeitas, e a jocosidade, por exemplo.

2.1 Pedagogias da fofoca

Na pensão estudada, o cotidiano é marcado por horários que organizam a vida coletiva. Sempre com bastantes travestis presentes, há constantes risos, passos, verbos ou discussões e acusações. Sendo o período noturno dedicado ao *trottoir*, durante o dia, quando não dedicadas a programas esporádicos marcados por telefonema ou via redes virtuais de

comunicação instantânea, as travestis circulam pelos espaços da casa, ora assistindo a algum programa de fofoca ou a novelas e filmes vespertinos pela televisão, ora jogando conversa fora em torno da mesa da cozinha na companhia de um *baseado*. Invariavelmente, passam horas trocando informações a respeito de seus programas e de outras travestis conhecidas. Por vezes, tal como Don Kulick (1998) observou entre as travestis de Salvador, sentam-se na varanda, olhando os carros e homens que passam e “*mexendo*” com eles, oferecendo programas. Quando Tamara, uma jovem travesti cabeleireira e manicure, chegou à pensão, algumas se revezavam esperando seus serviços, entre luzes nos cabelos e enfeites nas unhas.

A troca de informações e as *fofocas* marcam o dia-a-dia das travestis, seja tecendo relatos sobre a noite anterior, seja listando as transformações e experiências de outras travestis com quem cruzaram em alguma cidade ou sobre quem ouviram falar. Por serem eminentemente migrantes, cada travesti que chega à casa carrega consigo um conjunto de saberes acumulado pelos lugares por onde passou e pelas colegas que acabou encontrando no caminho. Por vezes, sentava-me no chão da saleta e acompanhava as conversas entre as moradoras da pensão sentadas no velho sofá de capa vermelha, quase como se acompanhasse um canal de “fofocas” na televisão. As travestis comentavam sobre as colegas que haviam encontrado ou conhecido ultimamente, além da situação das cidades recentemente visitadas em relação à prostituição; perguntavam-se sobre uma ou outra, contavam sobre quem havia empreendido novas intervenções corporais, viajado à Europa ou se “*acabado*”, como se referiam àquelas cuja beleza julgavam comprometida pelo uso de drogas, por exemplo.

As fofocas e trocas de informações parecem cumprir o objetivo de informar às travestis os itinerários da prostituição, orientá-las a respeito de procedimentos a serem tomados para sua segurança durante o *trottoir* e, especialmente, apresentar-lhes integrantes dessas amplas redes sociais que se estendem ao longo de todo o território nacional, com ramificações no exterior, e que se mantêm e se atualizam por intermédio da intensa circulação das travestis. Nessas redes, que permanentemente colocam muitas travestis em contatos entre si, as informações de que se dispõe atuam como bens simbólicos nas relações de reciprocidade, sobretudo porque o ato da conversa implica *oferecer* e *receber* notícias.

Outro tema que figura em suas conversas de atualização de informações sobre as redes diz respeito aos falecimentos decorrentes de assassinatos (tema que abordarei no capítulo sobre violências), de doenças ou de intervenções estéticas mal sucedidas. Em um sábado chuvoso de outubro, sentadas à mesa na praça de alimentação do *shopping* central de Vale das Passagens, Glória e Estela (esta residente na cidade vizinha, Flor de Laranjeira) comentavam

sobre as “baixas” no grupo, começando por um apreensivo “*sabes quem faleceu?*”. E abriam a lista das travestis recentemente falecidas, em geral por conta do HIV, mas uma delas, Zuleica, por conta da aplicação de mais dois litros de silicone nas nádegas, já imensas. “*Elas vivem essa pressão, essa concorrência de quem tem o corpo maior*”, lamentava Glória, desolada com os riscos a que suas colegas travestis se têm submetido. Estela comentava, jocosamente, que ela e Glória, que possuem mais de trinta anos, têm sido persistentes, já que continuam vivas diante de tantas mortes entre travestis.

O episódio de uma tarde quente de fins de janeiro encenava-me o tom pedagógico das informações transmitidas e/ou trocadas. Dias antes, estivera na sede da Sempre-Viva, de cujo computador copiei, sob a sugestão de Carmem, as fotos de um importante evento que acontecera na cidade em 2007 voltado às travestis e às transexuais e no qual eu estivera presente. Levei as imagens para Salete, que abriu as fotos, olhando-as uma a uma. Pâmela, a jovem travesti recentemente iniciada na prostituição da avenida, acompanhava, enrolada na toalha, uma a uma das fotografias que Salete analisava com olhar atento. Aglutinadas à porta, algumas das moradoras que lotavam a pensão apareciam curiosas, atraídas por nossas risadas. Comentários conferiam vivacidade às fotos na tela do computador: observavam a diferença de Eunice (nas fotos com queixo grande, nariz grande e cabelos encaracolados), apontavam Mariana ainda sem as próteses gigantescas, estranhavam a roupa de Juliana no congresso (top e bolsinha lateral; “*aonde ela acha que tava indo?*”), riam das travestis não consideradas belíssimas, debochavam de personagens do movimento *trans*, brincavam com a minha magreza na época (“*era a tia*”), admiravam as *belíssimas* presentes, comentavam sobre a bondade e o carinho de Francisca, do Coletivo HIV/Aids. Era, aliás, falando das *outras* que elencavam, professoralmente, os conselhos e as recomendações para *si mesmas*, transmitindo valores estéticos (ser bela como virtude, ser feia como risível) e prescrições de conduta (roupas de *trottoir* se limitam às atividades noturnas, não a um evento diurno e de caráter político). Tais valorações também eram ritualizadas por Francine e Marcela, por exemplo, ao apontarem seus desafetos entre as fotografias expostas no mural da pensão; a situação abaixo registrada denota a importância das fotos neste universo e a forma como eram comentadas ativando-se valores e reprovações estético-morais:

Francine e Marcela, recentemente de volta à cidade, olhavam as fotos no mural e falavam das colegas. Elogiavam exaustivamente uma delas, cuja foto lhe trazia o corpo insinuantemente nu; diziam que ela é “*linda*”. Em seguida, em tom de deboche, apontavam para as consideradas *feias* nas fotos e riam-

se: “*essa é linda!*”. Falavam de outra das meninas: “*feia*”, “*com cara de nordestina*”. Mais tarde, também falariam mal de algumas das gurias, reclamando das que “*se acham muito bonitas*”. Ao se referirem à beleza das admiráveis, acionavam o italiano: “*ela é troppo bella*” (Trecho extraído do diário de campo de 31 de dezembro de 2008).

Ambas reforçavam, apontando as atribuições de cada uma das travestis representadas nas fotos, valores referentes a beleza e a comportamento, indicando aspectos da ordem da moralidade. Rejeitavam a falta de beleza segundo seus padrões estéticos, reprovavam a aparente falta de humildade entre algumas colegas, estigmatizavam as oriundas de determinadas regiões do país e enalteciam o italiano como idioma glamourizado, tal como Don Kulick (1998) e Flávia Teixeira (2008) observam entre suas sujeitas em Salvador e em Uberlândia, respectivamente.

Nesse ato pedagógico e socializador de informar, as fotografias, portanto, apresentam-se como estratégia que desencadeia as narrativas, motivando assuntos e exemplificando-os. Eunice apontava as fotos presentes nos *banners* pendurados à parede da sede da Sempre-Viva apresentando casos de travestis às estudantes secundaristas que a entrevistavam a respeito de preconceito; Joana indicava outras fotos para mostrar a Adália, travesti chegada há alguns meses a Vale das Passagens, quão rápida fora sua feminilização; Carmem me apontava, através de fotos datadas de 2001, a transformação tardia de Janaína, uma transexual idosa que conhecera na sede da ONG interessada na cirurgia de transgenitalização e que, nas imagens, apresentava-se como *homem*; Jamile e Alessandra, por sua vez, ensinavam a mim e a Joana, através de seus álbuns fotográficos, quais travestis haviam sido assassinadas e quais haviam experienciado episódios de agressão e discriminação, evidenciando narizes quebrados e esparadrapos e hematomas nos corpos de algumas colegas.

Adália sentou-se ao lado de Joana, enquanto Carmem conversava. Joana apontou, na foto do *banner*, a imagem de Melissa, a travesti assassinada no ano anterior: “*ó, Adália, essa aqui que é a Melissa*”. Adália esticou o pescoço para ver a foto, fez um “*hum*” sério e curto, e voltou a olhar para Carmem, comentando qualquer coisa. Logo Joana tornou a chamar-lhe a atenção para as fotos dispostas na sede: “*olha, e ali sou eu, naquela foto ali*”, apontando para o registro em que aparecia beijando um rapaz, ainda com imagem sob representação masculina. Carmem contestava: “*não, ali não é tu, ali é o Henrique*”, referindo-se ao nome de registro civil. Brincava que Henrique fora assassinado por uma menina, Joana. E, em seguida, caímos na mesma modalidade jocosa a respeito das subjetividades não heteronormativas: “*ele tinha problemas, daí veio uma menina desequilibrada e matou ele*” (Trecho extraído do diário de campo de 11 de dezembro de 2008).

As *fofocas* e as trocas de notícias no interior das redes sociais que conectam tais sujeitas permitem que se entrevejam valores que estruturam uma moralidade interna ao grupo: há, por exemplo, a repreensão moral pelas roupas usadas, pela pouca discrição ao transitar pelas territorialidades diurnas, como o comentário de Salete a respeito da roupa de Juliana; também existe uma fiscalização sobre o consumo de drogas, tal como Natália sublinhava na conversa com Denise; a obediência ou não a padrões de beleza também é avaliada segundo valores morais que circulam entre as sujeitas. Claudia Fonseca (2000), a partir de seus estudos entre grupos populares, pontua como a *fofoca*, “domínio feminino por excelência” (idem: 43) que diz respeito ao “relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheia” (idem: 41), constitui-se como um recurso de informação e manipulação da reputação alheia, seja para beneficiar ou prejudicar a imagem pública do outro. Apoiando-se na literatura antropológica, a autora avalia que a *fofoca* também pode falar de uma identidade de grupo, na medida em que constitui uma história social dele a partir da qual os sujeitos podem identificar-se, bem como configurar-se como forma de comunicação e dotar-se de uma função educativa ao apresentar os princípios morais que regem determinada rede social.

Tratarei de alguns aspectos que engendram a moralidade entre as travestis no próximo capítulo. Por ora, abordarei outra dimensão importante do ato da *fofoca*: a circularidade das travestis, ancorada em seus projetos migratórios.

2.2 Fluxos migratórios: redes sociais e circulação de notícias

Vale das Passagens é a principal cidade da microrregião de que faz parte em seu Estado, atuando, portanto, como uma região de intenso fluxo de pessoas, bens e serviços. A esse processo de intensa mobilidade é, em parte, atribuído o sucesso em número de clientes que atrai tantas travestis para a cidade que “dá os peitos” e, assim, a inclui na rota de seus destinos migratórios.

Das travestis com quem estive, raras eram nascidas ou criadas na cidade em que realizei a pesquisa. A maioria delas apresenta intenso histórico migratório, das quais algumas estabeleciam duas localidades entre as quais alternavam, passando uma temporada em Vale das Passagens, um período em outra cidade, para depois retornarem. Nesse sentido, o abrigo na casa de uma amiga que reside na cidade permanentemente (como é o caso de Eunice, que

tem um quarto garantido no apartamento de Glória) e o sistema de pensionato (como é o caso da pensão que Helena mantém) despontam como redes imprescindíveis para que essa circulação se concretize materialmente.

Ousei perguntar se ela era nova ali, afinal nunca a havia visto na pensão. Marcela respondeu-me que chegara de São Paulo fazia poucos dias mas que já vivera ali anteriormente: “*tem até foto minha ali*” – e me mostrou sua imagem no mural de fotos improvisado com o *outdoor* do candidato a vereador das últimas eleições Lobato, do PDT. Era a menina que vira em duas fotos diferentes na sede da ONG, a que apontei como parecidíssima com uma versão mais jovem da atriz Daniele Winnits. Ela estivera na cidade em outros tempos. Mas, diante de mim, estava menos loira e com o nariz menor (Trecho extraído do diário de campo de 30 de dezembro de 2008).

Gláucia Oliveira Assis (2004), em sua pesquisa sobre migração internacional, demonstra a importância da configuração de redes sociais no projeto e na decisão de migrar, atentando para a perspectiva de gênero que permeia os processos vivenciados por tais sujeitos. A partir de uma densa revisão teórica, a autora aponta para a ideia da/do migrante não mais como alguém que abdica de laços sociais, mas como sujeito que emerge de um complexo sistema de relações sociais entre a cidade de origem e a de destino, ancorado, portanto, no que ela denomina “redes sociais na migração”, as quais consistem em um “recurso proveitoso, pois constituem-se em capital social que auxilia pessoas com poucos recursos, pouca experiência profissional e baixo nível de escolaridade na migração de longa distância” (ASSIS, 2004: 60).

Assim sendo, as densas redes sociais que se configuram possibilitando a migração empreendida pelas travestis se expressam, especialmente, no convite ou apoio e indicação por parte de amigas e colegas para se mudarem em direção à nova cidade e nas estratégias que lhes asseguram moradia e proteção, uma vez que as redes sociais, nos contextos migratórios, compõem-se de “práticas sociais que envolvem tipos diferentes de ajuda material, logística, emocional e simbólica que possibilitam aos futuros migrantes partirem com referências mínimas de onde ir, qual o trabalho que irão fazer, com quem vão morar” (BORTOLI & ASSIS, 2008).

Perguntei sobre Pâmela, de onde vinha. Veio de Itaquí, trazida por Larissa, sua amiga conterrânea. É sua primeira vez em Vale das Passagens, para onde veio fugindo do marido, com quem esteve casada por um ano (Trecho extraído do diário de campo de 12 de janeiro de 2009).

Heloísa me havia dito que veio para o Estado aos 18 ou 19 anos, com Helena, que conheceu em Campo Grande. Não tinha dinheiro para vir, então Helena pagou sua passagem. Morou em uma cidade litorânea próxima (*“na época não era a Helena, era a Gertrudes”* – entendi que se tratava da dona da casa), mas era ruim o trabalho na BR, não lhe rendia dinheiro algum: *“eu disse 'credo, Helena, me tirou de Campo Grande pra me trazer pra esse lugar horrível?'”*. De lá, veio a Vale das Passagens, (...) onde fez o corpo (Trecho extraído do diário de campo de 13 de janeiro de 2009).

Nos registros acima, Pâmela e Heloísa sinalizam a importância do encorajamento por parte de outras travestis diante do projeto de migrar. Tal encorajamento, que se inscreve, por sua vez, no conjunto de práticas sociais que constituem as redes sociais da migração (ASSIS, 2004), traduz-se pela oferta de capital financeiro, com o custeio de passagens para a locomoção, ou mesmo de um capital cultural relacionado ao conhecimento a respeito das possibilidades existentes no local de destino, compondo-se conexões sociais que estreitam os laços entre a novata na cidade e o grupo que a recebe. Neste sentido, a Pensão Flor-de-Lis cumpre um papel importante no acolhimento solidário de jovens travestis, em particular pela “proteção” dada por sua proprietária. Esta, em certa tarde ensolarada, em torno da mesa após o café, com os cabelos cheios de creme e envoltos em uma sacola de supermercado, dizia-me a respeito da importância da solidariedade mútua entre as travestis, uma vez que não há outros sujeitos ou grupos atentos a suas necessidades: *“não tem ninguém pra fazer nada pelas travestis, é a gente mesma que tem que fazer pela gente”*.

As redes sociais que possibilitam a migração emergem, então, de uma solidariedade do grupo que partilha de experiências similares e que constrói possibilidades em torno dos projetos migratórios, que em grande parte marcam a vivência travesti. Essas redes, por conseguinte, são bastante alargadas, ganhando ramificações por quase todo o território nacional e mesmo em alguns espaços internacionais, como nos têm mostrado ricas etnografias acerca de travestis no Brasil (SILVA, 1993; KULICK, 1998; PATRÍCIO, 2002; BENEDETTI, 2005; VALE, 2005; PELÚCIO, 2007a). A extensão e a manutenção dessas redes são fomentadas, sobretudo, pela própria circulação das travestis, uma vez que, inserindo-se em diferentes grupos à medida que circulam por diversas localidades, trocam informações entre outras sujeitas e acumulam um capital social traduzido pelo conhecimento a respeito dos locais por onde passaram e pelas relações estabelecidas neles.

É nesse sentido que, como apontado no capítulo anterior, o sistema de pensionato, administrado por *cafetinas* e por *cafetões*, ganha feições demasiado atraentes. Para além dos empecilhos burocráticos já descritos, o aluguel de um apartamento, marcado por muitas de

rescisão e por prazos de contrato, corromperia a possibilidade de fluxo de que elas desfrutam. As redes sociais que possibilitam o fluxo da maioria das travestis são, elas mesmas, flutuantes. Poucas são as travestis que dispõem de casa própria a fim de que possam hospedar muitas colegas oriundas de outras localidades; além disso, essas redes se tecem no fluxo, nos contatos em cidades por onde os nós dessas redes estão, ambos, de passagem. Sendo assim, o único ponto possível, mais ou menos fixo, concerne à pensão, esse ponto de referência que, em parte, materializa a trama social em torno da travesti migrante. A experiência de Natália explicita o lugar das pensões na experiência migrante dessas sujeitas:

Caminhei até a porta lateral e me surpreendi com os rostos novos na casa. Uma morena de longos cílios estava sentada ao lado de Marcela no sofá desencapado; e uma outra de cabelos vermelhos cacheados vinha na minha direção, com o intuito de sair da casa. Cumprimentamo-nos, embaladas no susto do encontro súbito, quase um esbarrão, olhando-nos tentando nos reconhecer. Logo depois, ela voltaria para dentro da casa, comentando que me conhecia: ela estava na Pensão Flor-de-Lis na ocasião de minha primeira visita. Disse-me que vinha de Porto Alegre, mas já havia feito o circuito Vale das Passagens – Porto Alegre – Vale das Passagens outras vezes. Lá também se hospeda em pensões com outras travestis. Mostrou os peitos recém-operados, afirmando que estivera na capital gaúcha para colocar suas próteses (Trecho extraído do diário de campo de 12 de janeiro de 2009).

Aqui, o *sistema de pensionato* cose delicadamente a trama social do *help*, de que fala Gláucia de Oliveira Assis (2004), na experiência de muitas travestis. O *help* é a ajuda recebida pela/pelo migrante no momento de sua chegada ao local de destino. Inscrito em relações de reciprocidade, por vezes redundante em conflitos decorrentes da falta de reciprocidade, mas é a expectativa de que ela ocorra que possibilita a coragem de migrar. Dessa forma, “o *help* pode fazer a diferença entre dar certo ou não o projeto migratório, pois significa o apoio material, mas também moral e financeiro ao empreendimento migratório” (ASSIS, 2004: 180). A existência do *sistema de pensionato* configura o *help* não só em virtude de oferecer um lugar onde as travestis migrantes possam hospedar-se, como ainda em função de assegurar condições para que as mesmas possam *descer*, mediando conflitos e disputas no território prostitucional.

A intensa circulação por entre localidades geográficas diferentes é motivada ora pelas notícias a respeito das cidades onde se especula poder haver maior sucesso *de e entre* clientes, ora pela necessidade de rompimento mediante relações conflituosas (seja com o *marido*, seja com a *cafetina*, ou mesmo em se tratando de situações públicas de violência), ora pelos

projetos de conhecer pessoas diferentes e vivenciar experiências que extrapolem o cotidiano – decisões sempre negociadas tendo-se em vista a rede de que se dispõe. Como demonstra densa e sensivelmente Alexandre Fleming Câmara Vale (2005) em sua pesquisa junto a travestis, transexuais e transgêneros em Fortaleza e em Paris, as experiências sociais de injúria e violência, o processo de feminilização, o desejo de ascensão e superação da pobreza e a ideia de liberdade motivam tais sujeitas a migrar em busca de contextos menos persecutórios e mais propícios à concretização de seus projetos.

Cabe destacar, ainda, o fascínio que as viagens despertam na elaboração de determinados projetos e carreiras mais individualistas presentes em camadas populares. Em sua etnografia entre freiras de uma congregação no sul do Brasil oriundas de grupos populares camponeses, Miriam Grossi (1990) avalia que a construção da vocação religiosa, além de um projeto familiar e da igreja, diz respeito a um projeto individual, em que as viagens, descobertas e aventuras figuram no imaginário das jovens que aspiram à carreira religiosa, “fantasia reforçada pelas histórias, lidas no convento, de missionário da África e na Ásia” (GROSSI, 1990: 51). Da mesma forma, entre as travestis esse desejo pela circulação e pelo que é *novo* se faz bastante presente na elaboração de suas carreiras prostitucionais e é aspecto presente nas narrativas que circulam neste grupo a respeito de viagens, mobilizando-as a migrar em busca de novas experiências que denotam certo capital simbólico, o que é motivado, também, pelas trocas de informações entre as que chegam e as que se encontram no local. Encontramos, portanto, no desejo de mobilidade das travestis, características importantes dos processos de individualização em camadas populares, como veremos a seguir.

2.2.1 A mobilidade inscrita no desejo

Nascida em Anápolis, morou em Goiânia com seu pai. Trabalhou em cidades diferentes do Estado de Goiás, indo para Brasília em seguida. Morava há um ano e meio em Uberlândia com outra travesti – uma amiga que morara na pensão de Helena – quando decidi passar uns tempos em Flor de Laranjeira, cidade vizinha a Vale das Passagens. Veio trazida por Helena, quando esta passou na pensão de Albertina. Não estava gostando da cidade, dava pouco dinheiro, e já conhecia Helena por conta das visitas desta a sua amiga. Comentei, animada, que ela viajara o país, e ela me falou que é assim: “*travesti não tem casa, né?*”, referindo-se à circularidade que vivenciam (Trecho extraído do diário de campo de 04 de fevereiro de 2009).

Laís revelava-me um desejo de conhecer lugares diferentes. Dizia-me que, quando se fica em um lugar apenas, acomoda-se e passa-se a viver “*no mesmo mundinho, presa, sem nada de novo*”. Manuela, que saíra do Vale das Passagens perto do natal e seguia por diferentes cidades do país – itinerário devidamente informado em sua página pessoal no orkut –, expressava-me o mesmo sentimento ao me deixar um recado em que dizia precisar sair, conhecer lugares e pessoas novos, a fim de vivenciar novas experiências e engrandecer-se. Não raramente, travestis que vivem fora da pensão ou que dela se desligam costumam criticar o cotidiano lá dentro; dizem que “*as gurias só ficam falando de chupar pau o dia inteiro*”, referindo-se a uma restrição ao universo prostitucional e sexualizado, e que, portanto, não aspiram a nada de novo, prendendo-se a uma rotina igual e apática, sem grandes novidades e sem novos aprendizados.

O valor e o sentido da circulação como uma forma de se buscar o novo se justificam grandemente pela ideia de repetição, de rotinização da experiência na prostituição. Enquanto conversávamos em volta da mesa após o café, Natália comentava estar “*enjoada*” da cidade em que vinha atuando: “*ai, mona, a gente vê sempre as mesmas caras, as mesmas mariconas... enjoa*”. Suzana, concordando com o comentário da amiga, virou-se para mim constatando: “*essa vida é cansativa, sabe, Fernanda?*”.

Circular entre diferentes lugares parece conter certo prestígio, incrementar seu capital simbólico. Assim sendo, as redes que se tecem no território do país, mesmo entre cidades próximas, nos limites do mesmo Estado, constituem elementos de prestígio entre elas, sobretudo no caso daquelas que não possuem (ainda) recursos para sonhar de perto com a Itália, um dos destinos mais cobiçados e planejados entre as travestis, como pontuam muitas etnografias (SILVA, 1993; PELÚCIO, 2007a; TEIXEIRA, 2008). Tais aspirações se expressam fortemente na avaliação de Laís a respeito de as travestis não terem casa – sem raízes, permanentemente migrantes. Desse modo, a circulação geográfica inscreve-se nos projetos e planos a curto e médio prazo na vida de muitas travestis.

Cristina, reclamando de preguiça, passava enrolada na toalha e com a peruca lavada para receber uma escova. (...) No momento em que se levantara, havia perguntado a ela sobre suas rotas: é de Goiânia, mas seus últimos destinos haviam sido três outras cidades do sul brasileiro, antes de chegar dessa vez a Vale das Passagens, por onde já havia passado outra vez. Disse que planejava ir para Cuiabá, o que possivelmente acontecerá em fevereiro (Trecho extraído do diário de campo de 14 de janeiro de 2009).

Pode-se aproximar, aqui, o prestígio da migração dessas sujeitas à noção de ato

heroico que marca o imaginário da migração na pesquisa de Gláucia Assis (2004), sobretudo tendo em vista que essa vivência altamente móvel as dota de saberes comparativos entre as localidades em que moram e onde atuam como prostitutas, através de empreitadas que, por vezes, se marcam pela aura de aventura e coragem frente ao desconhecido. Laís me dizia, com muita propriedade e eloquência, que gosta de trabalhar em Brasília e que pretende voltar a atuar lá. O problema da cidade é que “*tem muito mala*”, referindo-se a usuários de drogas que circundam os espaços, prestes a exercer assaltos e furtos. Explicava-me ainda que levou um tempo para se acostumar com Vale das Passagens. Os clientes são diferentes em cada cidade, seus sinais na rua são diferenciados; ela passa sempre por um período de adaptação, até compreender os sinais de chamado, de aproximação e de negociação. Além disso, eles pagam preços diferentes: em Vale das Passagens, Laís não faz programas por menos de cinquenta reais, ao passo que em Uberlândia faz programas por trinta ou até vinte. Não dispensa programas mais baratos por lá porque há muita circularidade de clientes, de modo que, no fim da noite, ela consegue reunir boa quantidade de dinheiro.

Por sua vez, o desejo pela circulação também está vinculado às potencialidades que o mercado do sexo em cada região lhes assegura e às possibilidades de aquisição e acúmulo de “capital corporal” (PELÚCIO, 2007a) através de determinadas redes sociais, recurso que pode apontar para o sucesso ou não da empreitada migratória das travestis. Quando perguntei a Denise sobre os planos a respeito do tempo que permaneceria na cidade, confessou-me que pretendia ficar “*até conseguir tudo o que quero*”, pois “*sair da cidade e voltar igual não dá*”; da mesma forma, Giovana, que iniciara sua atividade como prostituta em Vale das Passagens, sinalizava-me que pretendia voltar para sua cidade natal assim que conseguisse “*fazer o corpo*” e juntar dinheiro suficiente para montar um negócio e garantir conforto. Tal como Gláucia de Oliveira Assis (2004) aponta em suas pesquisas sobre migração internacional, o acúmulo de recursos, marcadamente a aquisição de uma casa, e a ascensão social denotam o sucesso do projeto migratório.

2.2.2 A circulação de acordo com o mercado do sexo

Cecília, deitada na cama, falava com Francine sobre lugares para os quais ir durante a temporada. Francine, em pé e apoiada na janela, dispunha-se a falar com os *cafetões* que a iniciaram na prostituição em outra cidade e recomendou-lhe alguns lugares. Cecília avaliava as sugestões; dizia que ela não era “*como a Jane – essas, por qualquer vinte ou trinta reais, tão indo*”.

Mas ela própria não: não fuma e não bebe, não faz nada disso, portanto avaliava que não valeria a pena. Especulavam a respeito do lugar que proporcionaria mais dinheiro em início de janeiro, alta temporada de verão. Francine falava em uma cidade litorânea que “dá dinheiro” mesmo “sendo nada, sendo feia”, mas avaliava ser difícil descer lá nessa época. E aconselhava Cecília a passar uma temporada na cidade litorânea de Monte das Tulipas, onde sua pele negra faria sucesso, já que eram todas de pele muito branca por lá (Trecho extraído do diário de campo de 04 de janeiro de 2009).

Cecília começou o mês de janeiro planejando a temporada de verão. Para tanto, pedia a opinião das colegas que recentemente haviam chegado a Vale das Passagens. Francine a incentivava a seguir rumo a determinada cidade litorânea onde há “*uns alemães*”, de maneira que as travestis “*mais escurinhas*” (Cecília é de descendência negra) acabam por conseguir bastantes clientes e dinheiro. A “dica” a respeito da relação racializada/eticizada (PISCITELLI, 2009) entre expectativas da clientela e região geográfica fez Cecília convidar Lorena, uma travesti negra que divide apartamento no centro e trabalha em um salão de beleza, para uma temporada fora de Vale das Passagens.

O que as travestis avaliam é que, durante a temporada, o movimento de clientes cai, considerando que Vale das Passagens é uma cidade turisticamente pouco atraente no ápice do verão. Dessa maneira, Glória igualmente planejou seu mês de janeiro em uma movimentada cidade litorânea próxima, com o objetivo de juntar dinheiro aproveitando o maior número potencial de clientes. Para tanto, conseguiu vaga no apartamento de uma conhecida sua, com a qual contribuiria pagando algumas contas e comprando alimentos. E convidou Adália e Joana para irem junto, em busca de uma nova experiência e de novos clientes.

Em ambos os casos, as sujeitas contaram com redes sociais para o planejamento de sua partida; e, uma vez decidido o trajeto, não hesitaram em convidar suas “chegadas” (MAGNANI, 1998) para se aventurarem junto na empreitada migratória – Cecília é muito amiga de Lorena, com quem viajou no ano novo; Glória tem grande proximidade com Joana e Adália, sendo que estas duas últimas dividem um apartamento. A circulação durante temporadas de verão parece exemplificar bem os arranjos das redes sociais e a solidariedade interna no grupo.

O risco implícito à aderência aos fluxos migratórios durante temporadas reside exatamente na fluidez e na eficácia das informações que atravessam essas redes sociais, concentrando-se, durante determinado período, um grande número de travestis que concorrem entre si, além daquelas apontadas como “ladras”, que se aproveitariam do intenso fluxo de

clientes para empreender furtos lucrativos em locais mais movimentados. Glória não foi a única a articular redes e partir em busca de um local movimentado no verão.

Carmem me chamou pelo *chat* do Gmail. Contou-me que, segundo Glória, “*tava feia a coisa lá em Desassossego*”. Perguntei se isso se devia ao fato de haver muitas travestis na cidade, e Carmem respondeu: “*sim, muita gente de fora, 'muito ladrão'... tu vai ver ela contando, disse que uma menina parava as mariconas e mais 2 ou 3 entravam no carro pra roubar*”. Comentei que uma das meninas falara que havia muito “*varejinho*” em Desassossego e que mesmo nas páginas das gurias víamos avisos de que lá estariam neste mês de janeiro. E Carmem prosseguiu: “*como diz a Glória, 'os ladrões descem todos'*”, referindo-se às travestis que efetuam roubos contra os clientes (Trecho extraído do diário de campo de 13 de janeiro de 2009).

Outro aspecto do chamado “mercado do sexo” (PISCITELLI, 2005)²³ que motiva as migrações concerne à produção cinematográfica. São Paulo desponta como um lugar a que bastante se aspira, em virtude das oportunidades de trabalho junto à produção de filmes pornográficos estrelados por travestis e transexuais. Marcela contava sobre sua experiência por lá, relatando o quanto faturara atuando nas gravações. A intenção apareceu também entre Jamile e Natália: Jamile chegou a contatar um rapaz responsável pela produção dos filmes, mas acabou, sem muitas informações a respeito de pagamento, não viajando no dia marcado; e Natália me relatava o desejo de viver em São Paulo e atuar em filmes quando lhe perguntava a respeito de seus planos, em nossa caminhada até a *lan house*. Segundo Maria Elvira Diaz (2009), São Paulo constitui-se como a “cidade que concentra o maior número de produtoras e distribuidoras de material pornô no Brasil” (DIAZ, 2009: 13). Em sua etnografia a respeito da produção de filmes pornôs, a autora constata que as travestis, mais prestigiadas tanto mais se aproximarem esteticamente de mulheres, “conformam o principal mercado pornô distribuído fora do Brasil e, sendo assim, a quantidade de filmes feitos com elas é grande, sendo, portanto, também intenso seu recrutamento” (idem: 56).

²³ Adriana Piscitelli, na apresentação do Cadernos Pagu de julho/dezembro de 2005, discute o uso do conceito de *mercado do sexo* em lugar do termo *prostituição*. A autora parte da argumentação de Laura Agustín a respeito da limitação da categoria *prostituição*, que, de um lado, obscurece uma pluralidade de trabalhos sexuais que integram a indústria do sexo comercial e, de outro, não dá conta da existência mesma de um mercado que organiza essas atividades. Piscitelli (2005: 8) acrescenta ainda que “as definições correntes da prostituição tampouco contribuem para pensar nos diversos tipos de inserção em um jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade que, marcado pela mercantilização, não necessariamente assume a forma de um contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro”.

2.2.3 A migração como estratégia de fuga diante de situações conflituosas

Não foram raras as vezes em que, conversando com as travestis que chegavam à pensão, ouvi relatos atribuindo a chegada a Vale das Passagens a situações conflituosas das quais elas tentavam refugiar-se.

Uma das razões que mais escutei foi o rompimento amoroso. Paloma, uma travesti loiríssima com imensos olhos azuis, grandes quadris e tatuagens à mostra, estava sempre entre as fotos no mural da pensão e nas fotos exibidas no álbum virtual de Manuela. Conheci-a pessoalmente em meados de dezembro de 2008, quando ela viera para mais uma temporada em Vale das Passagens, dessa vez tentando fugir da rotina que a ligava ao *ex-marido*, do qual se separara muito recentemente. Dizia-me que se hospedava na pensão de quando em vez, muito embora *tenha*²⁴ um apartamento em outra cidade, no qual vivia com seu até então companheiro.

Pâmela, como já mencionado, também chegou à cidade trazida por Larissa, conhecidas por serem conterrâneas. Amparada pelo apoio da amiga, resolveu migrar para manter-se longe do *ex-marido*, que não se conformava com a separação. O casal morara junto em Uruguaiana, mas ela havia voltado para Itaquí quando decidiu abandoná-lo pela primeira vez; ele fora atrás de Pâmela, que tentou novamente a relação, mas não deu certo. Como ele já a houvesse procurado na casa da mãe, resolveu mudar-se para mais longe, a fim de que o rapaz não mais a encontrasse. Para sua “*sorte*”, dizia-me, o celular não funcionava em Vale das Passagens, portanto ele permanecia sem comunicação com ela.

A história de Pâmela não é isolada. Estava sentada no sofá, assistindo a algum programa vespertino da televisão, quando Amélia telefonou, despertando a alegria e o afeto de Salete. Perguntava-lhe a respeito de vagas na casa, ao que Salete insistia que ela viesse, propondo que dividissem o mesmo quarto. Amélia esteve *casada* por cinco meses com um rapaz de vinte e sete anos que, segundo ela, não a deixava trabalhar e “*bancava tudo*”. Vendo-se “*muito nova*” para viver em conjugalidade e incomodada pelo ciúme excessivo do *marido*, resolveu abandoná-lo, encontrando seu refúgio na Pensão Flor-de-Lis, em Vale das Passagens. Amélia, entretanto, ficou menos de uma semana na cidade – no dia seguinte àquele em que conversamos, ouvi de Francine que ela resolvera voltar para o *marido*: “*ela foi embora hoje de manhã; o marido ligou pra ela ontem, ela foi. Dizia: 'Márcio, cê não tá brincado comigo? Cê não tá me brincando?'*”.

²⁴ Não soube se Paloma é proprietária ou locatária do apartamento que mantém na outra cidade.

A trajetória de Marcela até sua volta a Vale das Passagens mescla conflitos amorosos e uma história de uso de drogas que ela dizia querer superar. Narrara-me, durante nossa ceia no *réveillon*, que fora espancada pelo ex-namorado, com quem tentara reatar novamente o longo relacionamento que mantinham desde seus treze anos de idade. Quase todos os nossos momentos de conversa eram marcados por sua tristeza e decepção diante do episódio que culminara na denúncia junto à delegacia e na prisão do rapaz, de quem ela fugiu imediatamente tomando o rumo para Vale das Passagens. A cidade foi eleita seu destino também porque já dispunha de redes e de relações imprescindíveis para sua “*recuperação*” frente às drogas e à depressão.

Marcela morara ali na pensão por um tempo, até ir para São Paulo. Reconheceu que era muito bonita, mas que emagrecera muito (e me mostrava o dedo mindinho dizendo: “*eu tava assim, ó*”), por conta de uma profunda depressão que a tomara nos últimos meses, além de “*coisas erradas*” com que havia se envolvido – em geral, a menção de *coisas erradas* tem a ver com o uso abusivo de drogas. A convergência de muitos fatores a levou a um “*último estágio de depressão*”, o que fez seus pais chegarem a buscá-la. Eles a internaram; e Marcela passou a tomar antidepressivos por cerca de três meses. Vendo-se apática, dormindo demais e sem disposição, resolveu abolir os medicamentos. Ciente de que os pais, embora a apoiem, não são capazes de entender exatamente as coisas pelas quais ela passa, decidiu, em vez de seguir para a casa da família, ir para a pensão em Vale das Passagens, onde conhece as meninas e Helena e onde sabe que receberá apoio e compreensão (Trecho extraído do diário de campo de 30 de dezembro de 2008).

As histórias de Gisele e Bárbara, por sua vez, remetem à migração como estratégia de escapar da ação punitiva nas cidades em que, por alguma razão, devem valores em dinheiro – dívida, mais do que econômica, moral e simbólica. A história de Bárbara, que fugiu da cidade de Flor de Lótus por não conseguir pagar a *cafetina*, foi relatada no capítulo anterior. Quanto a Gisele, esta passou poucos dias em Vale das Passagens. Relatava-me estar angustiada com questões financeiras: acumulara dívidas por não ter conseguido o dinheiro esperado quando de sua temporada na cidade litorânea de Desassossego e ficou devendo, inclusive, para a travesti que aplicou seu *megahair* – esta, aliás, visitaria Vale das Passagens dentro de três dias, e, por isso, Gisele planejava ir embora ainda no dia seguinte ou no próximo, dependendo do quanto recebesse naquela noite. Salete lhe aconselhou que deixasse certa quantia do valor em débito que ela mesmo entregaria o dinheiro nas mãos da travesti e explicaria as dificuldades que Gisele vinha enfrentando. Era por conta dessa situação, aliás, que a jovem temia voltar a Desassossego.

Situações de conflito também se fizeram presentes na saída de algumas travestis de Vale das Passagens. Francine pedia desculpas a Madalena, a revendedora da Natura, em virtude dos quinze reais que lhe ficara devendo da última vez em que estivera ali: teve um desentendimento com Salete e, por isso, saiu às pressas da cidade. Maiara voltou para a cidade natal, junto à família, quando Helena viajou para a Itália e deixou a pensão sob os cuidados de Heloísa, com quem Maiara tinha sérias desavenças. Denise fugiu de Vale das Passagens após, já tendo sido alertada a respeito da infração às regras da pensão pelo uso de drogas, roubar um cliente.

Episódios de violência também podem motivar a migração das travestis em busca de refúgio. Suzana deixou o apartamento que alugava todo mobiliado em Campo Grande e se mudou para Vale das Passagens após o assassinato de uma amiga sua, de quem se lembra com muito carinho e pesar. Contava-me que, ao sair do carro, a *belíssima* travesti, que vivera na Europa e ascendera socialmente, foi executada a tiros, sem qualquer possibilidade de reação. Assustada com as agressões e os crimes frequentes contra travestis naquela cidade, Suzana decidiu migrar, sob o apoio de Ruth, a quem conheceu em Campo Grande e que já residia em Vale das Passagens: “*o que me fez vir pra cá foi a morte da minha amiga, a Lucíola, que eu tinha te contado*”. Ruth a aconselhava a sair de lá, em virtude de ser uma cidade demasiado “*perigosa*”, assertiva confirmada com o relato de assaltos à mão armada de que foi vítima: “*a Ruth já tava aqui... fez minha cabeça e pagou a minha passagem. Daí, quando eu vim, eu paguei pra ela, lógico!*”.

Gláucia de Oliveira Assis (2004: 50) sublinha que “mulheres migram não apenas por razões econômicas, mas também por rompimentos com sociedades discriminatórias, nas quais estariam em posição subordinada”. Portanto, transgressões sexuais, rompimentos e violências conjugais e situações de discriminação concorreriam para a experiência do projeto migratório entre elas (ASSIS, 2004). E é nesse sentido, ainda, que Alexandre Fleming Câmara Vale (2005) aponta as experiências sociais de discriminação, violência e a injúria como elementos que concorrem para a migração realizada por travestis, transexuais e transgêneros.

As reflexões de Gláucia Assis (2004) e de Alexandre Vale (2005) se aproximam, portanto, muito fortemente da experiência migratória das travestis com as quais estive em contato, sobretudo ao se levarem em conta os espaços de socialização primária e/ou secundária dessas sujeitas que, tendo-as concebido e absorvido “meninos”, evadiram-se ou falharam no processo de renegociação simbólica face a seu desejo pela feminilidade. É importante ter-se permanentemente em vista que tais agentes socializadores também se

configuram grandemente responsáveis pelo fluxo migratório em que as travestis se aventuram, como será tratado mais adiante.

2.2.4 O sonho e o risco europeus

Larissa Pelúcio (2005) detalha, a partir de sua pesquisa em São Carlos, o projeto e o sonho de migração internacional entre travestis. A autora demonstra como a temporada de trabalho prostitucional na Europa se reverte em bens econômicos e simbólicos, na medida em que não só os ganhos financeiros mas também a proximidade a produtos cosméticos e a técnicas cirúrgicas de ponta lhes permitem aperfeiçoar o corpo segundo seus ideais de beleza e feminilidade. Além disso – e conseqüentemente a isso –, a experiência estrangeira confere-lhes prestígio e ascensão social, seja nas histórias de vida a serem narradas, seja mediante a compra de casas e automóveis com o dinheiro obtido fora do país.

Durante minha permanência em campo, presenciei os últimos preparativos para a ida de Mariana para Milão, a tensão e a excitação de Ruth à véspera de sua viagem e o levantamento de estratégias para que Eunice pudesse, por fora das redes mediadas por Helena, migrar para algum país europeu – o que ela acabou cumprindo pouco tempo depois de minha saída de Vale das Passagens, viajando para a Espanha. Dentre as demais, faziam-se presentes lembranças sobre a própria temporada na Itália – como era o caso de Larissa, que comprou sua casa em Vale das Passagens com o montante acumulado com seu trabalho na Europa – e suposições, recomendações e conhecimentos a respeito de experiências alheias e/ou genéricas – como no caso de Suzana e Marcela, que acionavam o que ouviam de amigas a respeito da experiência de prostituir-se fora do país.

Dentre as travestis com quem conversei, apenas uma apresentava trajetória migratória internacional com vivência em um país latino-americano. Salete passou duas temporadas em Buenos Aires, mas avaliava que tal experiência não lhe fora rentável, uma vez que o peso argentino é bastante desvalorizado em relação à moeda brasileira: “*se for pra trabalhar em dobro pra ganhar o mesmo, então eu prefiro trabalhar aqui*”. Sobre ela, ainda, pesam acusações de que teria “*passado fome na Argentina*”, como dizia Marcela enquanto reclamava ofegante em relação à surra que Salete lhe infligira como punição pelo uso de drogas. Tal acusação encontra sua maior eficácia na ideia de insucesso do empreendimento migratório, marcado pelo não acúmulo de montantes financeiros através da experiência fora

do país (ASSIS, 2004).

A circulação de notícias e de experiências, propiciada pelas redes sociais de que fazem parte, auxilia a construção de um saber consistente sobre a migração e sobre as estratégias frente às adversidades. Para Flávia do Bonsucesso Teixeira (2008: 295), “elas sabem que as informações que circulam nas redes são preciosas. Semelhante às considerações de outros estudos sobre trabalhadores indocumentados, quanto maiores e mais bem articuladas as redes, maiores são as chances no local de destino”.

Suzana passou boa parte da celebração de *réveillon* contando-me sobre seu desejo e seus receios em torno da emigração para a Itália, enquanto conversávamos à varanda da cozinha, olhando a rua quase vazia na ocasião. Incluía a emigração dentre os planos para o ano vindouro, uma vez que não vê laços ou razões que a mantenham no Brasil: “*não tem nada que me prenda aqui, nada que me prenda a lugar nenhum*”. A intenção a despeito do medo se vincula às aspirações a seguranças materiais, de que ela avalia ainda não dispor aos vinte e seis anos de idade; em seus planos, vislumbra, na volta da Itália, comprar uma casa e construir kitnets aos fundos para serem alugadas, ali mesmo, em Vale das Passagens, tendo em vista seu receio em voltar a Campo Grande, onde uma amiga foi assassinada, e sua amizade com Ruth, bastante fortalecida nos últimos meses.

Sobre as redes e estratégias acionadas em torno do projeto migratório, Suzana explicava-me que se pagam dez mil euros a uma pessoa que organiza tudo: “*a Ruth não se incomodou com nada; a única preocupação que ela teve foi entrar e sair do avião*”. Lá, como são clandestinas, pagam um italiano, que aluga um apartamento em seu próprio nome. Trabalham, segundo ela, sob frio intenso e sob o temor da polícia, em um ponto de convergência entre as entradas de várias cidades, onde há muito fluxo e fábricas, mas não casas. Atentas aos movimentos na estrada, quando uma vê a polícia, avisa às demais, que saem correndo e se escondem entre os matagais. Os riscos são frequentes: Ruth foi presa logo que chegou, mas acabou, de acordo com Suzana, livrando-se da cadeia pela falta de espaço na viatura, que já comportava outras travestis capturadas pelos policiais; Mariana adoeceu, mas não podia procurar médicos, já que estes a encaminhariam à polícia assim que a atendessem – e, por isso, até que Mariana voltasse, houve grande comoção e apreensão entre algumas travestis na casa, preocupadas com sua saúde.

As dificuldades parecem relatadas também como forma de se sublinhar e valorizar o ato heroico da experiência europeia. Heloísa me contava a respeito de quão difícil era viver na Itália, trabalhando no frio e fugindo da polícia, além da depressão e da saudade que a

acometiam permanentemente, sentimento de que falavam Salete e Suzana após o telefonema de Helena, que passara o ano novo na Itália, sem a companhia da mãe e das amigas e trabalhando sob intenso frio europeu. Heloísa esboçou uma expressão de apreensão e de conformismo ao falar de ter de ir para lá novamente, confirmando os percalços que precisam ser vencidos para se alcançarem objetivos e lucros. Parece haver um glamour e uma melancolia na experiência de ir para a Europa: a saudade, a distância, a língua não dominada, os riscos, o frio, o trabalho voltado com fervor ao acúmulo do dinheiro. Mais tarde, acompanhando-me na volta para casa, Lorena me diria as mesmas coisas ao falar das razões pelas quais nunca teve a intenção de viajar.

Há uma grande preocupação em relação ao uso e ao abuso de drogas durante a temporada europeia. Ao relatarem suas experiências ou o corpus de informações de que dispunham a respeito da atuação no Velho Continente, as travestis me falavam do recurso do álcool como forma de aquecer-se mediante o rigoroso frio europeu. Heloísa, cujo *marido* italiano passara uns dias com ela em Vale das Passagens, reclamava de suas demandas e apontamentos:

“Eu vinha aqui [referindo-se à pensão, já que ela mora na casa de Helena, ao lado], ele já perguntava onde eu tava; eu dizia 'ah, fui fumar um baseado com as gurias’”. Ele não gosta que ela fume maconha, da mesma forma como não gostava que ela se embebedasse na Europa para combater o frio. “Mas ele não me conhecia assim, só lá, que eu bebia; lá eu era bêbada, aqui eu sou maconheira” – e rimos. Ele a conheceu na Itália porque era seu cliente, faz cerca de um ano que se conhecem; lá se bebe mais, avalia ela, como forma de aquecer o corpo (Trecho extraído do diário de campo de 13 de janeiro de 2009).

Se Heloísa não costuma, no Brasil, fazer uso de álcool ou de outras drogas além da maconha, Eunice preocupava bastante Glória e Carmem com seu desejo de ir para a Europa em virtude da relação com a cocaína. Enquanto conversávamos na sede da Sempre-Viva, quando Glória por lá passou em busca de preservativos.

Carmem resolveu fazer um café. Perguntou por Eunice, se ela estava preparada para ir à Europa. Para Glória, Eunice tem usado muitas drogas, bebido demais. Isso a coloca em perigo no exterior, onde pode acabar por participar de mais “festas” e “colocar-se” ainda mais. Eunice precisa de uma quantia de dinheiro para conseguir viajar por conta, sem depender de atravessadores. Glória recorreu ao *marido*, para saber se ele não disporia dessa quantia a ser emprestada a Eunice, cerca de sete mil reais, que ela se dispôs a pagar em dobro (Trecho extraído do diário de campo de 10 de

novembro de 2008).

O relato acima, de um lado, aponta para esse risco constante propiciado pela oferta de drogas e pelo afastamento em relação às redes de amizade que fiscalizariam os abusos; de outro, sinaliza para estratégias capazes de burlar as redes sociais mais organizadas que coordenam a emigração das travestis.

O acúmulo de um capital corporal oriundo da experiência no exterior pode ser formulado e exibido, por vezes, a despeito da temporada na Europa. Glória, enquanto me explicava, em uma tarde chuvosa de outubro, as funções de seu moderno iPhone que comprara, de segunda mão, de sua irmã que estivera na Itália, comentava-me que ainda estava aprendendo a mexer no aparelho, o que se dificultava em virtude de os comandos não estarem em português. Perguntei, quase em tom de afirmação: “*mas tu fala italiano, né?*”. Ela respondeu que não fala, mas entende o básico. Questionei se ela não havia morado no exterior, ao que, para minha surpresa, ela me respondeu: “*nunca; as pessoas até acham que eu já morei fora, por causa do meu jeito assim, né?*”. Como seu telefone tocasse, enunciando clientes, não continuamos a conversa; mas há uma dimensão performativa da experiência de morar-se no exterior, da qual algumas travestis, muito embora jamais tenham deixado as fronteiras brasileiras, podem dispor. Acredito que a ideia de *capital corporal*, proposta por Larissa Pelúcio (2007a), seja capaz de dar conta desse aspecto, na medida em que o refinamento dos modelos de feminilidade que povoam as representações sociais das travestis é objeto de expectativas que associam a experiência de vida no “primeiro mundo” ao glamour de certas técnicas corporais (MAUSS, 1974).

A literatura antropológica tem apontado as implicações dos pânicos morais (COHEN, 1972; MISKOLCI, 2007) em torno da migração internacional e do mercado internacional do sexo (PISCITELLI, 2005; GRUPO DAVIDA, 2005; KEMPADOO, 2005; PEREIRA, 2005; JULIANO, 2005; PELÚCIO, 2005; SILVA & BLANCHETTE, 2005; TEIXEIRA, 2008; CASTILHOS, 2008). Trabalhadoras e trabalhadores sexuais que seguem para a Europa com o objetivo de adquirir recursos financeiros e simbólicos são genericamente tomados como vítimas do fenômeno do tráfico internacional de seres humanos, alardeado amplamente nos setores midiáticos e nos termos acusatórios ou denunciatórios apropriados como categorias analíticas na discussão sobre o fenômeno (GRUPO DAVIDA, 2005). Por sua vez, as políticas globais contra o chamado “tráfico de pessoas” apresentam, segundo Kamala Kempadoo (2005), consequências sobre comunidades e sujeitos pobres, agudização das distâncias entre

países ricos e pobres e implicações concernentes a raça e a gênero, sobretudo na medida em que visam a motivações políticas, não a um comprometimento com a justiça social e os direitos humanos. Tomar tais sujeitos como “vítimas” ajuda a legitimar ações intervencionistas e moralizantes (PEREIRA, 2005).

Flávia do Bonsucesso Teixeira (2008), em seu artigo a respeito leitura jurídica sobre a migração de travestis brasileiras para a Europa a partir das noções de tráfico de pessoa e exploração sexual, argumenta que travestis e transexuais são objeto recente dos referidos debates, incorporadas à discussão mediante mudanças no Código Penal brasileiro em 2005, que alterou de *mulheres* para *pessoas* o objeto do tráfico. A autora sublinha que, muito embora possa haver travestis que chegam à Europa sob violência e subjugação de traficantes, as sujeitas de sua pesquisa acessaram a Itália através de “redes informais de amizade, gênero e parentesco” (TEIXEIRA, 2008: 285), de modo que não se veem vítimas de tráfico ou de exploração, tampouco suas memórias remetem a experiência migrante à ideia de cárcere. Como nos lembra Larissa Pelúcio (2005: 243), a prostituição travesti na Europa não se funda pelo tráfico de seres humanos, “mas pela opressão material e simbólica que circunscreve as travestis em guetos, dificultando o acesso à escolaridade, ao mercado de trabalho e comprometendo seus projetos de transformação e inserção social fora da prostituição”.

2.3 Jocosidade no universo das travestis

A jocosidade integra, frequentemente, as relações de socialidade entre as sujeitas da pesquisa. Os temas jocosos são os mais diversos, expressando ora depreciações e disputas em torno da estética e da vaidade, ora acusações de loucura amparadas na avaliação acerca do que Berenice Bento (2006) denomina “dispositivos da transexualidade”.

Mesmo as experiências coletivas de discriminação são apropriadas pela satirização, tornando risíveis as representações estigmatizadas a respeito das travestis por parte dos variados atores sociais. Nesse sentido, não são raras duas formas de se brincar com a vivência não heteronormativa, ambas remetendo a ela – seja para recompô-la jocosamente, seja para acusá-la de sua opressão: uma consiste nas formas de tratamento às travestis chamando-as, entre risadas, “*senhor de vestido*”; outra no acento à vitimização, como “*travesti tem que morrer de sede mesmo*” quando não havia água gelada para saciar a sede e o calor ou “*catou que é travesti, não funciona mais*” em se tratando de defeitos em aparelhos, por exemplo.

Em momentos de conversa, especialmente entre as travestis mais ligadas à ONG, ouvia muitas vezes: “*sabe, Fernanda, a gente se diverte muito!*”. Tal frase podia preceder a narrativa sobre algum episódio, criando expectativas em torno dela, ou concluir, entre risadas, uma série de relatos cômicos vivenciados pelas travestis, sobretudo durante a noite, na avenida.

Jamile salientou sobre as brincadeiras, as risadas e a diversão que povoam o universo das meninas à noite. E me perguntou, tomando-me de surpresa, se eu, que circulava entre elas, não achava que elas se divertiam mais do que os “héteros”. Pensei um pouco e respondi a ela e a Alessandra que o que me parecia era que, entre as meninas, se ria de tudo, inclusive das coisas tristes; entre elas, tudo são motivos para brincadeiras, até as desgraças, ao passo que, entre “héteros”, ao menos entre aqueles com quem mais convivo, há uma constante preocupação em ser-se politicamente correto ou em sensibilizar-se excessivamente com as coisas ruins. Exemplifiquei essa potencialidade lúdica entre elas falando da brincadeira em torno da suposta loucura decorrente da transexualidade. Jamile e Alessandra concordaram comigo, dizendo que elas realmente sabem “*brincar com as desgraças*” (Trecho extraído do diário de campo de 18 de dezembro de 2008).

Há, além disso, avaliações a respeito dos contextos nos quais comentários jocosos podem ser elaborados, na medida em que “*tem hora e lugar*” para se tecerem brincadeiras. Carece-se que os sujeitos em interação disponham minimamente de códigos que lhes permitam decifrar o chiste, de um léxico que os mantenha familiarizados com o universo simbólico das travestis e dos aspectos tornados risíveis entre elas. Caso contrário, interpretações e apropriações díspares podem provocar rupturas no compartilhamento das brincadeiras e comprometer, com preocupações desavisadas, o instante de risadas que constituem aquele momento coletivo. Como me relatava Glória, certa vez uma pessoa achou que ela falasse a verdade quando brincou que era doente por ser “transexual” (descreverei, mais adiante, as formas jocosas pelas quais se lê a transexualidade): “*’ah, é? Tu é doente mesmo?’ me perguntaram*”.

Durante minha convivência com elas, pude integrar tanto o momento de risadas como o de ruptura com o fluxo das brincadeiras – este último, invariavelmente, estava ligado às expressões jocosas referentes à não prevenção ao HIV, que eu pouco dominava e com as quais, pessoalmente, não sabia (e não sei) lidar. À minha não participação junto às risadas após brincadeiras sobre não usar o preservativo – justo por não dominar os códigos que me permitiriam decifrar a aura risível dos comentários –, precipitavam-se esclarecimentos: “*ai, ela ali me olhando assustada... é mentira, tá? Eu sempre uso camisinha*”.

Por outro lado, participar da brincadeira contribuindo para a construção narrativa dela me inscrevia mais fortemente no universo simbólico das sujeitas junto às quais realizava a pesquisa de campo; inseria-me em uma modalidade de socialidade específica, tornando-me *closer*, na medida em que demonstrava partilhar, em tais momentos, dos mesmos códigos lúdicos que circulam entre elas, instrumentalizar-me deles.

Carmem não deixou de brincar com o vestido florido: por conta dos vestidos floridos de Glória, chamam-na “*camponesa*”. Segundo Glória, uma amiga sua, ao vê-la com um vestido longo florido de fundo branco e de meia manga, perguntou: “*é pro Campo & Lavoura?*”. Enquanto Carmem abria a porta da sede, Glória mostrava o short curtinho xadrez por baixo do vestido: “*ah, por baixo tu é emo, né?*”, deliciava-se Carmem. Nesse momento, não pude deixar de entrar na brincadeira: “*é que, por baixo, a camponesa veste a toalha xadrez de piquenique*”. Surpresas com a piada inesperada, ambas riram muito, simulando expressão de espanto e comentando: “*tá vendo? Ela aprende rápido. Isso aí é um perigo... é pequena, mas dá cada salto!*” (Trecho extraído do diário de campo de 30 de outubro de 2008).

A seguir, detalho as principais modalidades jocosas que pude presenciar durante minha permanência em campo.

2.3.1 Jocosidade, estética e cuidados de si

A avaliação estética, que engendra episódios conflituos e hierarquizantes entre as travestis, também se expressa através de brincadeiras, estas não raramente encenadas através de duelos verbais que reconstituem acusações e expressam valores estéticos entre elas.

As meninas falavam muito sobre técnicas de beleza. Como Joana me falou argumentando o investimento de trezentos reais por sessão de laser, “*a gente trabalha com o corpo, né? Tem que investir, não adianta*” (...). E brincavam entre elas a respeito dos cremes; Adália comprou um produto para remover manchas na pele, com o objetivo de diminuir as sardas. “*Ela precisa de óleo de máquina pra tirar a ferrugem*”, comentava Joana. “*Pelo menos eu não tenho barba, minha pele é lisinha*”, retrucava Adália, provocando ainda mais risadas (Trecho extraído do diário de campo de 11 de dezembro de 2008).

Subimos para o café. Suzana insistia para que eu comesse mais um pedaço do bolo de Salete, de que havia gostado muito. Agradei e disse que estava satisfeita, o que desencadeou comentários engraçados entre as meninas: “*ela é amapoa, Suzana, não é uma cabruda como você!*”, comentou Natália. E imediatamente esta última e Pâmela começaram a alfinetar-se, esta sendo criticada por ser “*um homem gordo*” e aquela, por ser “*um homem peludo*”. Ríamos da troca de acusações, que, embora possuísem o tom ácido da crítica

em relação ao alvo mais “vulnerável” de cada uma, apareciam entre risos, numa espécie de luta verbal ou adjetiva (Trecho extraído do diário de campo de 28 de janeiro de 2009).

Aqui, a feminilidade, a beleza e o peso despontam como aspectos facilmente satirizáveis, deslocando-se a não adequação a determinado conjunto de padrões estéticos para o plano das brincadeiras e do deboche. Suzana, por exemplo, costumava frequentemente brincar com o tamanho dos troncos de duas colegas, Manuela e Ruth, acusando-as *homens*. Tecendo observações sobre os braços e os ombros de Ruth, por exemplo, bastante próxima a ela e que estava na Itália desde meados de outubro, cantarolava a canção temática do *He-Man* com as mãos na cintura, evidenciando-lhe o tronco e os músculos. A imagem do *He-Man* remete, mais do que à figura corporal de um homem, a uma hipermasculinidade, representada, por sua vez, na relação com a musculosidade, como demonstram estudos sobre gênero e histórias em quadrinhos (BEIRAS *et al.*, 2007).

Parecer-se *homem*, ser *feia*, ser *gorda* são, portanto, elementos que figuram fortemente entre os comentários jocosos, por vezes delineando-se uma tenuidade entre o riso e a discórdia. Francine e Pâmela, por exemplo, duas das mais jovens travestis e mais recentemente iniciadas na prostituição na rua, costumavam jocosamente tocar insultos tendo em vista o peso e a beleza, os quais ora pareciam brincadeiras francas, ora sugeriam uma rivalização encenada sob o manto diáfano do lúdico. Certamente, o principal alvo das críticas em Pâmela era o peso, um pouco acima de seu ideal, e em Francine, excessivamente magra, o nariz, bastante saliente. Implicavam insistentemente uma com a outra: “*a gordines vai pro banho*”, falava Francine sobre Pâmela; “*tu que eras uma nhonha*”²⁵, *a tia te pegou e tu ficou magrela*”, respondia Pâmela. Aqui, o controle sobre a obediência e modelos estéticos e o peso dos corpos se entrecruza com as narrativas jocosas a respeito da aids e dos cuidados de si implicados na prevenção.

Por sua vez, a “*tia*” e as práticas de prevenção aparecem de maneiras diferenciadas nas piadas das travestis mais ligadas à ONG e nas brincadeiras daquelas que vivem na pensão, estas mais afastadas dos discursos e da maior amplitude dos serviços institucionais. Se as brincadeiras entre Joana e Adália, por exemplo, giram em torno da camisinha para “*evitar a gravidez*”, as piadas entre Andressa, Soraia e Vitória tangenciam a ideia de uma suposta disposição maligna de contaminação dos clientes ou de descaso com os cuidados de si no jogo

²⁵ *Nhonho* é um famoso personagem do programa *Chaves*, série mexicana que teve sua estreia no Brasil em 1984, através do canal SBT. *Nhonho* é um menino obeso, filho do personagem *Seu Barriga* – ambos parodiados em virtude do sobrepeso.

de infecção pelo vírus: “*faço sem camisinha... a loka*”; “*hoje, se eu vejo um pinto, já dou uns beijinhos, sem camisinha... a loka*”; “*a gente troca nossos bichinhos*”; “*só passando a tia pras mariconas*”. Não raras foram as vezes em que, imediatamente após os comentários, elas me olharam, supondo espanto de minha parte. Nesse caso, a expressão “*a loka*”, enunciada entre o prolongamento da primeira sílaba e a mudança no timbre da voz, agrega-se às falas demarcando seu caráter jocoso.

Não só as atribuições físicas como nariz grande, ombros largos ou sobrepeso como também o acúmulo ou não de “capital corporal” (PELÚCIO, 2007a) decorrente de cirurgias e aplicação de silicone compõem os circuitos de jocosidade.

Sentei-me novamente no sofá, ao lado de Natália, que olhava os próprios seios, satisfeita. Comentei que haviam ficado realmente lindos, e ela concluiu que precisava de sessões de laser para tirar os pêlos no colo. Cecília passou, e Natália mexeu com ela. “*Desiste*”, falou rindo Cecília, sugerindo que Natália não conseguiria “*se tornar mulher*”; esta respondeu que era mais fácil Cecília desistir da feminização e a desafiou de brincadeira: balançou os peitos para ela comentando que ela precisaria batalhar muito, como ela própria batalhara, para conseguir os seus. “*Não precisa balançar os peitos pra mim não, mona... eu já batalhei, vou pagar à vista*”, rebatia Cecília, virando-se e balançando os cabelos, enquanto seguia até a cozinha (Trecho extraído do diário de campo de 21 de janeiro de 2009).

Por vezes, entretanto, as brincadeiras, expressando uma falsa concorrência ou um falso sentimento de inveja, são elaboradas na intenção direta pela expressão de elogios. Quando nos encontrávamos na sede da Sempre-Viva, Carmem, por exemplo, costumava destacar a beleza e o charme de Glória: “*não, mas nem me fala, né? Vontade de empurrar daqui de cima. Vou passar daquele gel lubrificante na escada da Nazaré²⁶ e empurrar daqui de cima (...). E esse cabelo? Vai mais um pouquinho ali pra trás, vai [sinalizando para o ventilador ligado atrás de Glória]?*”. Certo dia, conversando sobre as fotos que uma das travestis postara recentemente em sua plataforma virtual, perguntávamos: “*o que ela faz pra ficar assim?*”; Francisco, um jovem de dezoito anos que se adornava com alguns signos da estética feminina, respondeu: “*a gente vai ficando mais mulher, vai ficando assim*”.

²⁶ Nazaré é a personagem da novela *Senhora do Destino*, exibida em horário nobre pela Rede Globo entre 28 de junho de 2004 a 12 de março de 2005. Como vilã, Nazaré costumava, dentre uma série de crimes, empurrar seus rivais da escada da casa em que morava.

2.3.2 Loucura e fragilidade: sobre os dispositivos da transexualidade

Entre as travestis não moradoras da pensão e mais próximas às rotinas da Sempre-Viva, uma brincadeira bastante frequente dizia respeito às representações sobre transexualidade, localizando-a entre a ideia de loucura e/ou doença e a noção de fragilidade hiperfeminina decorrente dos discursos tradicionais sobre os lugares sociais de gênero.

Nesse sentido, diz-se, de um lado, que se é transexual nos momentos em que alguma inabilidade, esquecimento ou equívoco se evidencia, aproximando-se a interpretação sobre aquele episódio às representações lúdicas sobre loucura.

Francisco brincou: “*eu não ligo se quiseres me dar um pastelzinho*”. Mônica, que guardava o pacotinho com o último pastel no colo, deu-se conta: “*ai, a louca... oferece e depois coloca aqui no colo, pra ninguém pegar, né? Ai, é que eu sou transexual*” (Trecho extraído do diário de campo de 08 de dezembro de 2008).

Ser transexual desponta, aqui, como uma categoria de “doença mental”, da pessoa desequilibrada emocional e comportamentalmente. Portanto, *ser transexual é ter problemas*, estes referentes ao estado mental, à lucidez cognitiva e às capacidades de compreensão. Muito recorrentemente, brinca-se, usando a ideia de loucura relacionada à transexualidade como justificativa para certas ações atrapalhadas: “*ai, ela é assim porque é transexual*”. Durante uma conversa em que caracterizávamos uma pessoa conhecida como um *fake* – isto é, algo falso, artificial, “de mentira” – por sua falta de credibilidade política, Carina brincou aos risos: “*então ela é transexual. Transexual também é maluca e toda fake*”.

Carmem entregou a Carina duas folhas sequenciais (...), que ela começou a ler atentamente, até que Carmem lhe disse que “*do outro lado tem mais*”, o que a fez virar as duas folhas unidas e checar as costas do papel, vendo apenas o papel em branco. Carmem riu, dizendo que não era atrás, mas na folha seguinte. O episódio foi suficiente para quebrar a seriedade de Carina ao olhar os papéis: “*eu sou doente; se me falar pra virar, eu viro, né?*” (Trecho extraído do diário de campo de 11 de dezembro de 2008).

Tais brincadeiras, ao insinuarem inabilidade, estupidez e/ou parvoíce, aproximam-se dos conhecidos chistes a respeito das mulheres loiras, os quais se disseminaram amplamente a partir do sucesso da canção “*Lôraburra*”, lançada pelo cantor Gabriel *o Pensador* em 1993. Essa aproximação me ficou clara no dia em que viajávamos de carro a uma cidade vizinha

quando, perdidas entre as entradas da cidade até o local do evento que perseguíamos, uma de minhas sujeitas, travesti, e uma amiga sua autodenominada transexual sugeriam jocosamente, ao descobrirem o caminho correto depois de muitas voltas, que retornássemos até o Vale das Passagens para, então, seguirmos pela rota mais fácil, descoberta naquele momento. Os gritos agudos fingindo pavor e inaptidão em meio ao trânsito e as conclusões de “*ser transexual*” davam o tom da brincadeira, entre vozes simuladamente lânguidas e propositalmente agudizadas.

De outro lado, a ideia de *transexualidade* também é apropriada jocosamente como sinônimo de fragilidade, sensibilidade exagerada, aproximando o estereótipo risível da transexual ao estereótipo caricatural da mulher representada pelos discursos tradicionais de caráter machista e naturalista.

Magali mexia em algum documento no computador. Disse-me que estava estudando a bíblia, especificamente uma parte que trata de questões próximas à homossexualidade. Enquanto isso, ouvia uma seleção de músicas, dentre as quais havia aquelas que eu não reconhecia. Uma era da banda Zero, de que Paulo Ricardo fizera parte antes de integrar o RPM. Mônica dizia que era apaixonada por Paulo Ricardo; tinha o vinil do RPM e chorava ao ouvir *London, London*. Rimos da cena que conseguimos imaginar. E ela se apressou: “*ai, bem transexualzinha, né?*” (Trecho extraído do diário de campo de 26 de janeiro de 2009).

Na brincadeira de Mônica, o aspecto da fragilidade e da debilidade física e emocional associado à caricatura risível da *transexual* aparece sublinhado pelo recurso linguístico do diminutivo, de modo que *zinha*, em “*transexualzinha*”, reinforma o caráter débil e depreciativo da representação a partir da qual se tecem os comentários jocosos.

Tal modalidade de expressão jocosa, seja expressando loucura ou fragilidade, diz respeito a uma apropriação crítica dos significados psico-biomédicos inerentes ao que Berenice Bento (2006) caracteriza “dispositivos da transexualidade”, ou seja, tecnologias discursivas que versam sobre a transexualidade a partir de uma perspectiva normativa e universalista e que produzem sujeitos e padrões de normalidade/anormalidade. Bento (2006) ressalta as disputas travadas entre a psicanálise e a biomedicina desde os estudos de Robert Stoller e de Harry Benjamin na definição do “verdadeiro transexual”, os quais centraram a “causa” do fenômeno no insucesso do processo de castração e na incompatibilidade entre sexos psíquico e físico, respectivamente, considerando a cura por meio da terapia psicanalítica e da intervenção cirúrgica. A despeito mesmo das divergências, as duas correntes explicativas

participam da construção dos protocolos referentes à transexualidade vigentes até hoje – ou do dispositivo da transexualidade.

Assim sendo, as sujeitas criticam, através de práticas de jocosidade, os significados psico-biomédico atribuídos à categoria *transexualidade*, os quais a dotam de uma dimensão de descompasso psicológico em relação ao desejo e à subjetividade das sujeitas em questão – daí as representações centradas na loucura e na doença –, bem como de expectativas heteronormativas acerca das performatividades de gênero (BUTLER, 2003) – daí as representações ancoradas na fragilidade e sensibilidade caricaturais da feminilidade. A brincadeira visa, portanto, à apropriação e à ressignificação lúdicas das explicações patologizantes das áreas médicas, não a uma forma de chiste com relação às pessoas autodenominadas transexuais em oposição hierarquizante face àquelas que se afirmam travestis. Ou seja, ou a imagem da *transexual louca* é uma brincadeira com a explicação médica, não uma desvalorização simbólica em relação àquelas que se reconhecem transexuais. Afinal, as identificações entre transexualidades e travestilidades não seguem rígidos ou claros regimes divisórios, de maneira que as sujeitas com as quais estive em contato se reconheciam, na interação comigo e com suas amigas e colegas, *travestis*, mas não raramente acionam a categoria *transexual* e/ou *transex* em suas páginas virtuais e endereços eletrônicos, aparentemente como uma forma de revalorização no mercado do sexo.

2.3.3. Acentuando a vitimização: denúncia da discriminação através da jocosidade

Durante a pesquisa de campo, tinha a impressão de que pouco ouvia acerca de episódios de discriminação ou da noção autoconsciente de modalidades discriminatórias. Entretanto, elas apareciam, de forma generalizada e difusa, não específica nem episódica, no fluxo das brincadeiras, das piadas, que, às vezes, ganhavam feições menos risonhas.

Embora jamais tivesse ouvido os termos *homofobia* e/ou *transfobia*²⁷ fora dos espaços estritamente institucionais, diferentes modalidades de relação das travestis com outros atores sociais eram satirizadas como preconceituosas, produzindo-se invariavelmente uma vitimidade risível e acusações hiperbólicas quase persecutórias, as quais, por sua vez, visibilizavam e expressavam, através do exagero, experiências coletivas latentes, apesar de

²⁷ As categorias *homofobia* e *transfobia*, assim como *lesbofobia* e *bifobia*, organizam o cenário atual dos grupos LGBTTT que atuam nas lutas por reconhecimento político e das políticas públicas voltadas a tais demandas, especialmente através do Programa Brasil Sem Homofobia.

não necessariamente compatíveis, em grau, com a circunstância que desencadeava o comentário jocoso:

Circulei um pouco, na loja de departamentos, entre os liquidificadores e as cafeteiras, até reconhecer, junto aos eletrônicos, uma das meninas da pensão Flor de Lis (...). Cheguei até ela enquanto a mesma esperava pelo vendedor, que lhe mostrava opções de câmeras fotográficas digitais. Perguntei o que estava acontecendo ali, já que parecia atônita: *“tô tentando comprar uma câmera, mas eles não querem que eu tenha uma câmera (...). Isso é preconceito”*, falava com um leve riso. Na realidade, ela pesquisava preços e procurava entender as instruções de uso que o jovem vendedor lhe passava. Insegura, continuava a questioná-lo sobre as modalidades de fotografia e a qualidade de cada uma delas (Trecho extraído do diário de campo de 21 de outubro de 2008).

Em uma tarde ensolarada do dia 1o. de dezembro, como encontrasse permanentemente fechados os portões mais próximos à sede da Sempre-Viva que dessem na rua, questionei por que não mantinham abertas as saídas, ao que Magali respondeu brincando: *“se tiver um incêndio, é pras bichas morrerem tudo, né?”*. Os portões cerrados, que acarretam que se dê uma volta em torno do prédio até a saída, foi alvo também do comentário de Glória, quando, em um fim de tarde, eu a ajudava a descer com os preservativos que ela buscara na sede. O deboche, acompanhado por uma avaliação mais severa e concreta, direcionava-se a uma generalização de pessoas, materializada no ato de abrir os portões mas que se insurgia para além daquele evento: *“o outro portão só abre quando distribuem cestas básicas [referindo-se ao serviço de distribuição de cestas básicas na sala ao lado da escadaria da Sempre-Viva]; eles não abrem pros travestis. E é 'os', né?”*.

Além das interações sociais diretas e indiretas, os problemas em determinados aparelhos ou na oferta de certos serviços também podem ser apropriados jocosamente como forma conspiratória insurgente contra as travestis.

No meio das brincadeiras, Mônica tentava fazer uma ligação, mas esta não se completava (...). Depois de algumas tentativas sem sucesso, Mônica soltou: *“'não faz ligação desse tipo' [reproduzindo a mensagem eletrônica da operadora de telefonia]; 'travesti não pode usar telefone, né?'*. (...) Insinuava, ainda, que o telefone captara sua travestilidade e que a “ligação desse tipo” se traduzia por “ligação feita por uma travesti” (Trecho extraído do diário de campo de 10 de novembro de 2008).

Evidentemente, trata-se de um chiste, de uma releitura lúdica de processos sociais

ressituados em circunstâncias alheias às modalidades voluntárias de discriminação. Mas, de qualquer forma, a estrutura daquela brincadeira, o “mitema” que se replica em situações variadas de dificuldades, expressa relações e processos relevantes, que marcam as experiências daquelas sujeitas. Nesse sentido, as acusações a dificuldades com objetos, serviços e eventualidades são metáforas de processos sociais, que encontram na sátira sua expressão mais fina. Dessa maneira, a vitimização com que brincam passa por mecanismos de reflexão, de distanciamento em relação aos excessos e às paródias; Glória comentava, certa tarde, entre a troca de saberes sobre espiritismo: “*é como essa coisa que eu falo de ser travesti, só porque eu sou travesti, mas não é sério, eu não levo isso comigo na minha vida*”.

2.3.4 A jocosidade como linguagem

Claudia Fonseca (1991, 2000) discute o humor a partir de suas etnografias entre grupos populares de Porto Alegre, aprofundando o debate para além da teoria radcliffe-browniana a respeito da jocosidade como recurso de amenização de tensões da estrutura, bem como para além das explicações que se centram na jocosidade como reforço das normas vigentes. Para a autora, o humor integra as trocas sociais e pode mesmo expressar uma identidade de grupo, na medida em que possibilita a paródia e o riso de si mesmo. Portanto – e para tanto –, ensina que “o humor, para ser compreendido, deve ser situado num contexto de práticas e valores” (FONSECA, 2000: 156) e que é preciso “questionar o pressuposto de que o humor tem que ser explicado como se a seriedade fosse a forma ‘natural’ da conversação cotidiana” (FONSECA, 1991).

Nesse sentido, Flávia de Mattos Motta (1998), em seu estudo acerca das relações entre identidade feminina e velhice, toma como ponto de partida a ideia de *faceirice* e aborda a jocosidade como linguagem, como “uma modalidade de discurso que revela uma dimensão da visão de mundo da cultura popular: a cômica”, sugerindo que o sério e o cômico sejam coexistentes na cultura popular brasileira (MOTTA, 1998: 110). Assim sendo, o tom jocoso integraria uma “lógica simbólica própria a um *ethos* popular” (idem: 109) Em sua pesquisa, a jocosidade desponta, portanto, como “uma modalidade de discurso capaz de revelar dimensões insuspeitadas daquilo que é ser mulher nos chamados grupos populares” (idem: 122).

Alinhando-me a Claudia Fonseca (1991, 2000) e a Flávia de Mattos Motta (1998), entendo, portanto, que a jocosidade entre as travestis consiste em uma modalidade de

discurso, em um estilo de expressão, para pôr em cena suas relações internas, sublinhar e renegociar valores estético-morais e tecer suas avaliações sobre sua relação com os demais atores sociais. O estilo jocoso vincula-se ao *ethos* das sujeitas como oriundas de classes populares (FONSECA, 1991, 2000; MOTTA, 1998) e marca suas práticas de socialidade em um grupo identitário marcado, quando não por representações sociais hipersexualizantes ou marginalizantes, por ideias de alegria e diversão extremadas. Elas também elaboram humoristicamente, no âmbito de suas relações, metáforas sociais a respeito de suas experiências como travestis, transpondo, para a ineficácia de produtos inanimados, por exemplo, os processos excludentes ou negligentes com que se defrontam na relação face a face com indivíduos e serviços. Ademais, submetendo o conteúdo dos discursos médicos acerca das transexualidades ao estilo jocoso, sob seu domínio simbólico, as travestis questionam a pretensa hegemonia do saber psico-biomédico e se tornam agentes frente e ele.

Por vezes, ainda, a ineficácia de alguns serviços pela suposta vitimidade travesti contrasta com a eficiência motivada pelo medo diante das travestis, sobretudo decorrente das representações acerca do *escândalo*.

Comentaram que algo não havia funcionado; e, no embalo da ideia de que os aparelhos “*catam que é travesti*”, Carina tornou a brincar: “*por que será que não funcionou?*”, sugerindo que tal objeto só não funcionara porque com as travestis as coisas emperram, vitimizandando-as pelas consequências das coisas mundanas. Uma versão daqueles dados precisaria ser enviada por fax: “*se souberem que é travesti, mandam na hora – não, a gente não manda por fax, entrega aí pessoalmente até*”, caçoava Carina (...). Carmem lembrou ainda o episódio em que, tentando falar com uma empresa de telefonia tendo ao fundo uma música qualquer de espera, foi imediatamente atendida assim que comentou com Carina: “*bem que podia tocar uma drag music, né?*” (Trecho extraído do diário de campo de 11 de dezembro de 2008).

Larrisa Pelúcio (2007a) destaca que, para Kulick e Klein²⁸, a noção de *escândalo* desponta como uma micropolítica, como uma estratégia de negociação acionada pelas travestis, na medida em que o escândalo lhes permite alargar, para outros sujeitos, a abjeção que lhes é atribuída. Nesse sentido, portanto, a potencialidade do escândalo, como instrumento de negociação e como representação social acerca das travestis, atuaria como mecanismo, embora segregador e estigmatizante, capaz de permitir que elas sejam notadas, atendidas, percebidas.

²⁸ KULICK, Don and KLEIN, Charles. “Scandalous Acts: the politics of shame among Brazilian travesti prostitutes”. In: HOBSON, Barbara. **The Struggle for Recognition**. Oxford: Blackwell, 2003.

Há, aqui, a ideia de um medo, do plano das representações sociais e alimentado pelas práticas estratégicas das travestis, do qual elas se apropriam para lidar com o mundo não-trans, instrumentalizadas, portanto, pelo artifício do escândalo. Da mesma forma, a jocosidade ante as representações psico-biomédicas sobre a transexualidade desponta como uma forma de apropriação crítica e lúdica das modalidades que buscam enquadrar ou submeter as trans; como uma maneira de sobrepor-se ao saber médico, na medida em que elas trazem tais discursos para seu universo simbólico e lhes atribuem novos significados, cujo léxico é do domínio delas. Trata-se de estratégias de negociação frente a mecanismos que buscam hierarquizar e submeter as travestis e as transexuais de acordo com a norma.

CAPÍTULO 3. Hierarquias e conflitos: a linguagem das moralidades

A socialidade entre as travestis é marcada não só por fofocas e redes de solidariedade, mas também por conflitos internos, hierarquias e troca de acusações, os quais, por sua vez, expressam e reproduzem as moralidades que regem as relações do grupo.

O tema da moralidade, muito embora central nas reflexões acerca das relações em sociedade, acabou escapando à conceituação teórica no campo das Ciências Sociais (R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994; TEIXEIRA-PINTO, 2006). Recentemente, a *moralidade* tem figurado no campo de estudos em Antropologia, seja pensada a partir da ética discursiva de Habermas (R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994; L. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995), seja com base nos escritos de Durkheim (VIANNA, 2005; TEIXEIRA-PINTO, 2006).

Em *A Genealogia da Moral* (1985), Nietzsche historiciza a moral cristã demonstrando que o bem e o mal não são conceitos oriundos de uma razão universal, antes consistem em avaliações elaboradas a partir de pontos de vista. Sendo assim, os valores construídos pelos sujeitos que avaliam dizem respeito a interpretações morais, não a fatos morais condizentes com uma moralidade dada a priori.

A partir do campo da *eticidade* (“instância empírica privilegiada para a observação dos fatos morais e éticos”) e de sua preocupação com uma “ética válida em escala planetária”, Roberto Cardoso de Oliveira (1994) busca conceituar *moralidade* e, assim, demonstrar sua viabilidade nos estudos antropológicos. Defende que é preciso apreendê-la a partir das manifestações empíricas e, longe da elaboração de um megaconceito, modelar algum conceito que oriente as investigações antropológicas. A moralidade, para ele, não se reduz nem se explica a partir da noção de cultura, uma vez que “aquilo que já está na tradição ou no costume não pode ser tomado necessariamente como normativo”. Além disso, moralidade e eticidade se distinguem analiticamente, sendo a primeira referente ao bem-estar comum, aos preceitos para uma vida justa, e a segunda concernente a obrigações ou deveres, a responsabilidades diante do coletivo. É com base em tais explanações que o autor entende ser possível a “fusão de horizontes morais”, uma vez que a moralidade, suscetível à argumentação racional, pode ser negociada nos contextos de diálogos interétnicos ou de comunidades de comunicação, em termos habermasianos.

De outro lado, a *moralidade* tem sido pensada com base nas teorias durkheimianas,

como o fazem Márnio Teixeira-Pinto (2006) e Adriana Vianna (2005), por exemplo. Márnio Teixeira-Pinto (2006) aborda o tema da moralidade ao buscar compreender “a natureza e o fundamento da sociabilidade humana” (TEIXEIRA-PINTO, 2006: 2-3) a partir de sua etnografia entre os povos Arara. O autor questiona as razões pelas quais a preocupação de Durkheim com a moral não foram levadas a cabo nas pesquisas antropológicas. Entende que Durkheim – que, sob influência dos filósofos alemães, transpôs a moralidade do campo do transcendentalismo kantiano para uma perspectiva mais empírica e “positiva” – diluiu o problema da moral na ideia de solidariedade, além de tê-la localizado no indivíduo em vez de situá-la em seu vínculo com o coletivo que integra, apontando para o altruísmo e a identificação com o outro como elementares na vida social e fundadores da moralidade. Segundo ele, portanto, “a ideia de ‘sociedade’ como um ‘sistema moral’ é o produto final da teoria durkheimiana. Donde também a enorme dificuldade de isolar a Moral como um objeto analítico em si mesmo: tratar do ‘social’ seria como já estar tratando do que é ‘moral’ em sua substância” (TEIXEIRA-PINTO, 2006: 15). Ao acionar as etnologias ameríndias para traçar pistas a respeito de moralidade, ele a apreende como regime que ordena as sociabilidades (ou socialidades) nos grupos sociais, centrando-se nos vínculos e nos compromissos entre os sujeitos (TEIXEIRA-PINTO, 2003, 2006).

Ainda pensando as contribuições de Durkheim, Adriana Vianna (2005) aborda o tema das moralidades ao tratar dos processos judiciais envolvendo a guarda de crianças no Rio de Janeiro. A moral, para ela, não pode ser reduzida a “um conjunto claramente definido e estanque de comportamentos e valores. Falar em moral implica falar em produção, veiculação e embate de significados” (VIANNA, 2005: 24). Nesse sentido, ela aproxima o conceito de moral àquele sugerido por Roberto Cardoso de Oliveira (1994) acerca de moralidade, ou seja, como passível de renegociação a partir de processos comunicativos.

Revisitando o pensamento de Durkheim, Adriana Vianna identifica que as questões sociológicas vinculadas à moral, segundo os escritos durkheimianos, seriam os fatos sociais, que se impõem aos indivíduos como uma força obrigatória pelas sanções decorrentes da obediência ou não a eles e/ou pela “capacidade de engendrar regras de condutas vividas pelos indivíduos no plano dos sentimentos” (VIANNA, 2005: 25). Assim sendo, não apreensíveis por análises utilitaristas, os benefícios oriundos da observância aos procedimentos tidos como moralmente mais corretos implicam o reconhecimento da “autoridade das representações” que os move e beneficiar-se dela. Portanto, as ações moralmente “adequadas” imbuem-se de poder de mando e de obediência, uma vez que segui-las acarreta benefícios à imagem social.

Nesses termos, a moral é concebida por Vianna como “linguagem em uso, presa a um conjunto relativamente estável de pressupostos, mas especialmente objeto de luta” (VIANNA, 2005: 26), que, por sua vez, difere de *moralidades* (no plural), na medida em que

(...) à moral como uma forma de organizar certo conjunto de percepções e atitudes corresponderiam moralidades, entendidas como campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais, nunca totalmente fechadas de antemão e dependentes das experiências concretas nas quais são invocadas e explicitadas (VIANNA, 2005: 24).

Por conseguinte, para a autora as moralidades se vinculam intrinsecamente a seus contextos de enunciado, de modo que sua apreensão só se torna possível através de sua descrição, tomando-as como ação social. A moral e as moralidades, portanto, permeiam a ação social e se materializam nela, tornando-se, assim, passíveis de apreensão, descrição e análise.

Com base nas propostas dos autores citados, entendo *moralidades* como linguagem orientada por um certo conjunto de valores não fixos (VIANNA, 2005), negociáveis entre os sujeitos (VIANNA, 2005; R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994) e que fundamenta e permeia as relações sociais (TEIXEIRA-PINTO, 2006).

3.1 *Beleza como atributo moral*

A beleza, projetada segundo determinados modelos de feminilidade, constitui um bem simbólico poderoso entre as travestis. Prova disso são, evidentemente, os inúmeros processos estéticos e cirúrgicos a que se submetem em busca do corpo que sonham para si – este, sim, autêntico, pois desejado e conquistado, como demonstra Sônia Weidner Maluf (2002) em sua análise acerca da fala de uma das personagens travestis do filme “*Tudo sobre minha mãe*”, de Pedro Almodóvar.

Manuela, em minha primeira visita à pensão, chamava-me até seu quarto, com sua calça *legging* preta, camiseta azul desbotada, cabelos loiros desalinhados contornando o rosto sem maquiagem alguma. Sem ter conversado conosco ao longo daquele período, pretendia mostrar-me suas fotos disponibilizadas no orkut; o laptop ficava em cima da cama, a parte de cima de um dos beliches do quarto ao fundo, com a foto de Paloma, sua grande amiga, como plano de fundo na tela. Manuela aparecia nas fotos com trajes curtos e acentuados decotes,

extremamente maquiada, traços firmes delineando os olhos e os lábios. Repetia-se, referindo-se às fotos que me mostrava: “*eu sou assim... na verdade eu sou assim*”. Diante de meus elogios, ela justificava-se: “*é que ficar o dia todo assim não dá, né?*”. Manuela parecia acenar-me para o fato de que se *é* justamente o produto (nunca acabado) do máximo de recursos possíveis para a construção da beleza, a pessoa “*montada*”, ao passo que a rotina implica quem se *está*, não quem se *é*.

Marcela, que se envolvera com o uso de drogas a ponto de comprometer seus dotes estéticos, sinalizava para o estado transitório em que se encontrava, projetando no passado (período anterior às drogas) e no futuro (período em que ela vislumbrava livrar-se de seus vícios), a *pessoa* que percebia ser. Suas fotos, que ela me pedira que lhe revelasse, faziam sucesso entre as demais travestis, e ela se orgulhava das imagens, falando que estava “*belíssima*” naquele momento: “*diferente de hoje, né? Hoje tô assim*”. O que suas colegas costumam dizer-lhe é que ela ainda está bonita e que o viço daquela época logo será recuperado, assim que superar o processo de abandono das drogas. Certa tarde, sentadas à mesa, conversávamos durante o café quando uma delas deu por falta de Marcela. Esta, outra travesti explicava, estava pintando os cabelos de loiro, voltara a tomar hormônios e parara de “*se colocar*”. “*Ela quer ficar bonita*”, comentou atrapalhadamente Pâmela, dando margem para que Natália a repreendesse: “*ai, que podre... ficar bonita?*”. Pâmela ainda consertou: “*bonita como antes, é o que ela quer*”.

Ser loira era mencionado como um alto valor entre elas. Marcela e Francine reforçavam o loiro claro em seus cabelos. Maiara repetia: “*eu sou feia, disseram que eu sou feia na rua (...); eu quero ficar loira... aqui todo mundo quer loira*”. Assim que saí de Vale das Passagens, entretanto, Salete aplicou um *megahair* e tingiu os cabelos de castanho escuro, dando sequência a progressivas e significativas modificações entre as colegas que viviam com ela na pensão: Soraia trocou a peruca mechada por outra em castanho escuro; em seguida, Giovana, de ascendência negra e cabelos muito amarelos, também os tingiu de preto.

Ser *feia* ou não aparentar-se suficientemente investida de recursos pela feminilização (como apresentar pêlos e barba, por exemplo) são atributos moralmente recrimináveis, seja pela repreensão e desqualificação moral, seja pelo deboche.

Marlene e Débora se arrumavam para sair, passando do quarto da frente para o banheiro, e daí para a porta lateral por onde se segue até a cozinha. Andressa, sentada no sofá, de frente para a TV, fazia caretas quando as duas passavam, insinuando que eram “*feias demais*”. Mostrava a língua torcida

entre os dentes, punha a palma da mão contra a boca aberta, franzia as sobrancelhas em um sorriso ácido. Quando Amélia se sentou conosco, fazia sinais para esta também, que, tendo concordado em princípio, imediatamente disse que era Andressa quem era responsável pelas palavras proferidas. Andressa ria de Amélia, afirmando que ela bem havia concordado com a observação. Andressa fazia sinais comentando sobre o tamanho do nariz de Débora e de Marlene e sobre os pêlos da segunda: “*chega a ser azul*”, sussurrava, passando a mão no rosto, indicando a barba (Trecho extraído do diário de campo de 12 de janeiro de 2009).

Andressa, por várias vezes, demonstrava uma centralidade excessiva da beleza e uma avaliação rigorosa com o parecer-se mulher como valorações legitimadoras no universo das travestis. Costumava dizer que, se fosse mulher, não gostaria que o namorado tivesse saído com travestis, pois alguns homens saem com travestis “*belas*”, “*femininas*”, mas outros saem com “*travestis feias, que parecem homens vestidos de mulher*”. Em sua concepção moral a respeito dos homens com quem relacionar-se, parece figurar uma ideia de “contaminação” e ameaça à sua beleza, tanto a partir de uma relação indireta com uma “*travesti feia*” por intermédio do companheiro, ponto de triangulação, quanto em virtude da aproximação entre ela e as outras na trajetória amorosa do rapaz em questão. Tal quadro remete à noção formulada por Françoise Héritier (1994) a respeito do “incesto de segundo tipo”, que pressupõe o perigo implicado no contato entre idênticos – mulheres consanguíneas – através da relação com um terceiro – um homem como parceiro sexual –, na medida em que os fluidos corporais dos primeiros são postos em relação²⁹.

Além disso, a fala de Andressa sublinha a abjeção aos pêlos, denunciatórios de certa falha no projeto de *ser travesti*. Sílvia era protagonista de uma conversa entre Jamile e Ricardo em que este comentava o episódio em que Sílvia saía com um cliente sem ter feito a barba, despertando expressão de repulsa. Por sua vez, Natália, ao mesmo tempo em que exibia as novas próteses de silicone, lamentava os pêlos que se adensavam no peito: “*o problema é que sempre tem uma coisa que denuncia, né?*”, falava apontando para os pêlos no peito e para a barba; “*é verde, até, mona*”. E prosseguia, frustrada com os pêlos, mesmo com Suzana aconselhando o recurso do laser: “*tem umas que já nascem pra ser travesti, mas tem outras que viram travesti de teimosas, né?*”.

A beleza, como bem simbólico e moral caro ao universo travesti, também toma feições de “arma” e de “ameaça”, despertando, entre as sujeitas, certa ideia de comparação e de superação no cuidado de si.

²⁹ Agradeço à Professora Miriam Grossi a cuidadosa observação.

Brigite entrou na cozinha: magra, pele muito branca, olhos verdes e longos cabelos negros presos em rabo de cavalo. As meninas a chamavam “*Angelina Jolie*”. Sua presença, silenciosa, causava grande admiração e um sentido quase de ameaça. Repetiam, depois que ela saiu, que deveriam estar na rua cedo, antes que ela chegasse, pois nenhum cliente olharia para elas quando a “*Angelina*” chegasse à avenida. E Natália não demorou a provocar Pâmela, perguntando se ela não se sentia “*ofuscada*” pela beleza de Brigitte. Questionada também, Giovana disse que não se deixava ofuscar por ninguém, despertando a mesma reação afirmativa em Pâmela (Trecho extraído do diário de campo de 21 de janeiro de 2009).

Enquanto organizávamos o mural de fotografias na pensão, Denise propunha, entre sorrisos cúmplices com Marlene, não ser necessário colocar a foto em que duas travestis apareciam em trajes justos e corpos exuberantes; Soraia também falava da foto de Ruth, dizendo guardar uma delas como prova de que Ruth fora “*gorda*” antes de viajar à Itália, de onde viria, segundo Soraia, “*magérrima*” e com “*uma cinturinha*”. Mesmo entre brincadeiras, a *beleza* alheia – que é aquela que mais aproxima as travestis de atributos idealmente femininos – é algo a ser escamoteado. Assim que conheci Suzana, encontrei seu perfil no orkut e lhe deixei um recado, comentando que eu estivera na Pensão Flor-de-Lis; sem se lembrar de mim, Suzana achou que eu fosse uma travesti e, segundo me contara durante a entrevista em tom jocoso, ficou “*morrendo de raiva... essa travesti tem cara de amapô*”.

A beleza, muitas vezes, figura como arma ou artefato simbólico em uma espécie de disputa que não se enuncia, não tangenciável, não materializável, sem inimigos claros ou concretos. Ao olharmos as fotos de nossa ceia de ano novo, Salete, diante das fotos em que saíra mais bonita, dizia: “*toma!*”. Nas fotos disponibilizadas online, as legendas ou os comentários das amigas trazem o mesmo conteúdo: “*toma*” ou “*aceita*”, alongando-se alguma das sílabas. A *beleza* performativizada, assim como pode ser lida como ameaça e como algo que precisa ser escamoteado ou boicotado, é também apropriada como bem simbólico que instrumentaliza as travestis no campo de disputas simbólicas em torno dos projetos de “*transformação*”, permanentemente em processo, na medida em que é veiculada com uma imposição afirmativa, a ser inquestionavelmente *aceita*, a despeito de qualquer discordância ou inquietação.

3.2 Recalcada e closeira: *disputas e moralidades entre as travestis*

A beleza e o prestígio social, como bens simbólicos valorativos entre as travestis, recorrentemente protagonizam episódios acusatórios e conflitivos entre elas. Seja em virtude de alguém se julgar esteticamente superior às outras, seja em razão de desprezar os atributos das demais, o que parece engendrar esses conflitos é a apologia à *humildade* como valor, tópico presente em outros estudos sobre camadas populares no Brasil.

Em seu estudo entre jovens participantes de uma política pública destinada a grupos populares, Elias Barreiros (2008) analisa o uso da categoria *humildade* como valor ambivalente entre o holismo e o individualismo. Oposta ao *se achar*, expressão acusatória que designa “supervalorização pessoal”, a *humildade* refere-se à igualdade entre os sujeitos, possibilitando laços de solidariedade e de confiança no grupo de “iguais” (BARREIROS, 2008: 82). *Achar-se*, portanto, como “adjetivo acusatório” (idem: 36) acionado como referência a sujeitos que buscam sobrepor-se aos demais, “que se vangloriam de suas ações, de determinadas atitudes, posições, ou de certos bens materiais” (idem: 37), diz respeito à hierarquia (pela sobreposição ante o grupo) e à ideologia individualista (pelo destaque individual). Nesse sentido, o autor sugere uma relação ambivalente das categorias *humildade* e *achar-se* para com as ideologias holista e individualista, sendo que a *humildade*, de um lado, estaria ligada à totalidade e à igualdade, e o *achar-se*, por sua vez, seria referente ao individualismo e à hierarquia (idem: *ibidem*).

É a esse valor denominado pelos sujeitos da pesquisa de Elias Barreiros (2008) como *humildade*, portanto, que parecem relacionar-se duas modalidades acusatórias entre as travestis concernentes à valoração da beleza: a *closeira* (ou *abusada*) e a *recalcada*.

Closeira é o termo utilizado para caracterizar a travesti que supervaloriza sua beleza ou seu capital corporal (PELÚCIO, 2007a), material ou simbólico, procurando destaque frente às demais através do exercício de uma hierarquização estética ou de prestígio social. Ser *closeira* ou *dar close*, portanto, aproxima-se da noção do *achar-se* de que trata a citada pesquisa de Elias Barreiros (2008). Por outro lado, *recalcada* é a categoria de acusação contra a travesti que despreza ou sobrevaloriza a beleza, as aquisições simbólicas e/ou materiais ou as potencialidades no meio prostitucional de que as outras dispõem. Nesse sentido, o *recalque*, assim como o *close*, parece igualmente figurar como uma ruptura ou antagonismo em relação ao valor da *humildade*, uma vez que, pela via negativa – ou seja, não pela

supervalorização de si, mas pelo desprestígio das outras –, nega-se à igualdade entre as sujeitas e à horizontalidade em suas relações internas.

O *close* é categoria para falar-se da “outra”, não de si. Nos primeiros dias de janeiro, Francine e Marcela conversavam a respeito da noite anterior, quando ambas haviam saído para uma festa. Francine dizia que dançara com um rapaz conhecido por elas, situação de que Marcela duvidava veementemente, dando margem a uma longa sessão verbal de “*eu juro*” e “*eu duvido*”. Suzana, que ouvia o diálogo, sentada ao meu lado no sofá, retirou os olhos da televisão e, voltando-os a mim em busca de cumplicidade, disse-me: “*por isso que eu não saio com essas bichas; dizem que são as mais lindas, que todo mundo quer ficar com elas...*”.

Francine, por sua vez, encena muitas das discussões acusatórias a respeito de ser *closeira*. Jovem de dezenove anos e iniciada há pouco na *rua* – mesma situação compartilhada por Pâmela –, Francine costuma encenar trocas de acusações, ainda que por vezes com intenções jocosas, concernentes a aspectos estético-morais das demais travestis, ao mesmo tempo em que chama a atenção sistematicamente para sua cintura muito fina e marcada, para os cabelos muito loiros (“*platinados*”) e para o sucesso da *bombaço* nos quadris e nas coxas, repetindo atrair olhares e fazer sucesso nos locais por onde passa. Chamavam-na, jocosamente, “*pezines*” e “*botines*”, por conta do incidente com o silicone que lhe descera para os pés, inchando-os significativamente. Em uma tarde quente de janeiro, quando Francine viajara para a casa dos pais, Denise riu-se, em deboche, quando respondi que “*sim*” à sua pergunta sobre eu gostar ou não de Francine. Sua risada e olhar cúmplice com outras das colegas na sala de televisão, motivados por minha semi-ingenuidade ao questionar a razão da arguição, passaram a reclamar de seu jeito de “*debochar*” de todas, apontando-lhes aquilo que considera “defeitos”.

Pâmela foi a primeira a sentir-se encorajada pelo comentário desencadeador de Denise, reclamando de Francine chamá-la *gorda*. As demais também se pronunciaram sobre o desconforto quanto aos comentários da colega ausente, sendo que uma delas sublinhava que Francine “*não olha o próprio nariz*” (referindo-se ao nariz saliente) quando critica as meninas. Suzana, por sua vez, com sua capacidade de se distanciar dos fenômenos e tecer avaliações mais práticas e menos passionais, disse que as meninas pegam demais no pé dela também e que, cada vez que Francine a chamava “*gorda e feia*”, ela respondia dizendo: “*e você? Olha pra sua cara... parece doente*”. Segundo Suzana, por várias vezes Francine foi chorar no quarto após seu comentário (Trecho extraído do diário de campo de 21 de janeiro de 2009).

Suzana aponta, no episódio acima relatado, para a possibilidade de se modularem os

conflitos decorrentes do *close* a partir de certo “destronamento” estético, remetendo à enunciadora os critérios morais de que ela lança mão para avaliar negativamente as demais colegas. A sobrevalorização implicada em seus enunciados jocosos poderia aproximá-la ao *recalque*; entretanto, é de *closeira* que a acusam, tendo em vista o fato de ser *abusada*, ou seja, valer-se, sem limites, de brincadeiras pejorativas para com as demais em contrapartida ao enaltecimento de seus atributos físicos tidos como desejáveis – tronco acinturado, cabelos loiros. É Suzana também quem, em outra conversa, flexibiliza a ideia de *close*, entendendo-o não só como categoria de acusação, mas também como estratégia positiva de afirmação e enfrentamento: dizia a Natália que esta “*dá close, e sabe pra quem dá*”, despertando-lhe inicialmente um constrangimento que logo, mediante a compreensão sobre o argumento, seria desfeito em orgulho e satisfação. Afinal, debatiam entre si, há uma “*diferença entre dar close e ser nojenta; a Ruth é nojenta*” – nesse caso, em que Suzana apontava para novas negociações em torno do sentido do *close*, ser *nojenta* implica, em contraponto à relativa positividade moral de ser *closeira*, a indiferença e a depreciação das demais em nome da supervalorização de si e de seus próprios atributos, despertando-se hostilidades e desconfortos.

O *close* – ou o *abuso* –, por vezes, pode desencadear não só conflitos no plano verbal, mas também embates de ordem física. Larissa contava, durante o café da tarde, o episódio em que uma travesti teria batido em Marcela por esta ter discutido, de dedo, com ela, relato que deu espaço para outras narrativas referentes a brigas entre travestis conhecidas, como o dia em que Giovana e Manuela “*se atracaram*”. Era tarde, fim de noite, apenas as duas estavam na rua, ninguém poderia separá-las; Giovana, que, no momento de nossa conversa, ria entre um pedaço de bolo e um gole no café, ter-se-ia “*irritado*” com Manuela por conta do “*close*” desta última, que “*dizia ser a mais bonita*”. Enquanto discutiam, Manuela tentou bater em Giovana, que reagiu. Giovana gargalhava revivendo o episódio enquanto ele era contado, lembrando-se de Manuela a alertá-la, temerosa, de que Helena acabaria por “*bater*” nas duas, punindo ambas pelo conflito. Larissa ria do estado de Manuela, toda arranhada; “*ela chegou toda descabada*”, lembrava Natália, arrancando novos risos. Suzana dizia-se surpresa que Manuela tivesse apanhado, afinal “*é um homem*” – e fazia gestos de um homem com troncos grandes.

Apesar do caráter jocoso ao se recontarem algumas cenas de embate, por vezes o *close* é acionado como explicação para mortes violentas de algumas travestis, como Angélica, com

quem comparavam a recém-chegada Brigitte, esta de grandes olhos azuis e pele muito branca. Diziam que Angélica era “*belíssima*”, mas não saía à rua durante o dia; tinha verdadeiro pavor, ainda que fosse bela e “*se passasse por menina*”. Pâmela lembrava a Larissa que Angélica apanhava de todo mundo; diante de minhas perguntas acerca das razões para tal, Isabella respondeu-me que Angélica “*era abusada demais*”, de maneira que esse atributo muito possivelmente tenha sido responsável por sua morte: “*a bicha era abusada demais*”.

Se de um lado a supervalorização de si configura o *close* ou o *abuso*, o desprestígio aos atributos alheios configura o *recalque*, que, embora se assemelhe ao primeiro na trama das acusações, distingue-se dele ao ser aproximado à ideia de *inveja*. Em geral pensada como decorrente de um desejo pelo que a outra tem e que falta a si mesma, o *recalque* surpreende quando é apontado entre travestis que dispõem, elas próprias, dos atributos invejáveis. Suzana comentava com Natália, em uma tarde preguiçosa de verão, a respeito do contexto prostitucional de travestis em Porto Alegre; dizia que uma das colegas que conhecera por lá será bem recebida se vier passar uma temporada em Vale das Passagens, já que foi a única que falou com Suzana e que se importou com ela. As demais, prosseguia, olhavam-na como se Suzana “*fosse um cocô, e elas as rainhas*”. Dentre as que a trataram mal na capital gaúcha, apontava uma delas, dotada de beleza admirável entre as travestis, dizendo: “*o recalque é da natureza, porque ela é belíssima, não precisa ser recalçada*”.

Logo no início do campo, acompanhei as reclamações de Clara a respeito do *recalque* de Cibele, chamada a apresentar a coleção de roupas modeladas e costuradas por ela – as roupas, explicava-me, são especialmente para as meninas “*batalharem*”, modelos sensuais para trabalharem na rua. Clara chegou à ONG Sempre-Viva em uma tarde de final de setembro, mostrando as fotos do desfile de algumas peças suas da moda primavera-verão que acontecera em uma boate local poucos dias antes. Contou que apenas três das travestis convidadas desfilaram e que Cibele, a apresentadora – “*uma drag queen de Porto Alegre*” –, fingiu esquecer seu sobrenome e retirou-lhe o estatuto de estilista, chamando-a “*costureira*” – termo tido entre elas como de desprestígio em relação ao anterior – ao apresentá-la, por puro “*despeito*”. Dois dias depois dessa conversa com Clara, conheci, na pensão, Cibele e duas das travestis que haviam desfilado seus modelos. Quando Francisca mencionava o nome de Clara, ouvi algumas das moradoras da pensão se referirem a ela jocosamente perguntando “*a costureira?*”, enquanto outra delas corrigia, igualmente em tom de deboche e provocando muitos risos: “*a estilista... é estilista*”.

O que emerge das perspectivas postas em diálogo no plano analítico é a relação de

forças entre o *close*, como autovalorização e singularidade, sobreposição individual ao coletivo, e o *recalque*, como forma de, se não sobrepor o grupo ao esforço por diferenciação individual, amenizar os impactos dessa singularização. O que para um grupo ou uma sujeita pode significar projeto e ascensão social, para outro pode ser lido como *close*, passível mesmo de uma punição que, por sua vez, será interpretada pelo “alvo” da injúria como *recalque* ou *inveja*.

O sucesso financeiro e simbólico adquirido pelo trabalho na prostituição, explicava-me uma das sujeitas da pesquisa, desperta desconfianças e *inveja* por parte daquelas que não obtiveram o mesmo sucesso. Prosseguia dizendo-me que, “*nesse mundo*”, há três formas de se ganhar dinheiro: “*roubando, indo para a Itália e com cafetinagem*”. O fato de tal interlocutora ter acessado alguns bens por outros meios que não os três que ela me elencava não parece, de acordo com ela, compreensível entre outras travestis com quem tem contato, o que desencadeia especulações e desconfianças a respeito de suas fontes de renda.

3.3 Códigos de vestimenta e de conduta

Um dos pressupostos morais mais passíveis de conflitualidades diz respeito às vestimentas utilizadas pelas travestis durante o *trottoir* e, especialmente, nos espaços públicos durante o dia. O campo das moralidades que regem os códigos vestuários, portanto, é eivado de conflitos, acusações e recomendações normativas, sejam estas últimas oriundas da liderança política de Helena, sejam elas oriundas da liderança política da Sempre-Viva.

Na sede da ONG, soube do episódio em quem uma travesti que circulava com os peitos à mostra na rua foi abordada pela polícia. Argumentava, junto aos policiais, que estes não poderiam bater nela ou prendê-la, porque havia uma ONG para defendê-la. As integrantes da instituição, por sua vez, deixavam claro à travesti que a nudez não era algo a ser defendido pela Sempre-Viva, que não podia ser conivente com tal atitude. No imaginário da polícia, entretanto, não existe, segundo membros da ONG, tal esclarecimento que diferencie os atos individuais da política da associação. As impressões sobre o que as travestis fazem na rua se embaralham com as representações acerca dos pontos de defesa da instituição, colocando a Sempre-Viva em descrédito junto à comunidade e aos setores de segurança, uma vez que os sentidos atribuídos às suas funções políticas se reduzem à simples “defesa das travestis”, negligenciando-se suas normas, recomendações e discordâncias face a determinados

comportamentos individuais.

À varanda, Soraia conversava com Francine e e Marcela a respeito de um short *jeans* que ela havia dado a uma colega da pensão. Era bonito e bastante curto, guardado há certo tempo por ela. A travesti para quem ela deu a peça acabou por usá-la em determinada ocasião, rompendo, pela exposição excessiva do corpo, a regra que Helena colocara na casa, a fim de evitar escândalos junto à comunidade e à polícia. O gesto de Helena foi pegar o short em mãos e cortá-lo em pedaços, como forma de ensinar às residentes os interditos relacionados ao vestuário. Soraia lamentava tê-lo passado adiante para ser destruído.

O ensinamento de Helena, amparado em valores morais que visam ao afastamento e à evitação da ampliação dos estigmas e das punições contra as travestis, está articulado também a recomendações negociadas junto à Sempre-Viva. Na ocasião da Parada em Vale das Passagens, Antonella, então presidenta da ONG, e Helena acordaram que as travestis deveriam evitar roupas demasiado curtas que provocassem reações negativas e estigmatizantes entre a população. A solução proposta por Helena foi que as moradoras da Pensão Flor-de-Lis fossem ao evento vestidas com fantasias diversas.

A moralidade em torno da regulação das roupas é incorporada por algumas das demais travestis. Andressa critica duramente aquelas que saem à rua durante o dia com trajes mínimos que exponham seus corpos, argumentando que elas “*não são mulheres, são travestis*” e que, portanto, não sendo “*mulheres*”, precisam usar roupas “*adequadas*”, que “*não chamem a atenção*”, pois não precisam andar “*vinte e quatro horas como travestis*”. Invariavelmente, aciona as regras prescritas por Helena como forma de colocar-se em lugar moralmente legítimo da crítica.

Esperava, na sala, que Francine ficasse pronta para irmos ao salão de beleza. Ouvi, no quarto ao fundo, Andressa criticando a roupa de Francine, dizendo-lhe que esta não precisa “*ser travesti o tempo inteiro*”. Argumentava que, se ela vai uma vez de roupa imprópria a um lugar, nunca mais a deixam entrar e que, além disso, Helena costuma brigar com as que saem de roupa curta. Reforçava que Francine “*é travesti, não é mulher*” e que, por isso, precisa usar roupas “*discretas*” durante o dia. Francine a desafiava: “*tá, Andressa, tu é mulher, tu é feminina*”. E lembrava que Andressa costumava sair com a blusa amarrada do lado, curta, sugerindo que as normas que Andressa defendia não valiam igualmente para todas. Irritada, Andressa caminhou até a varanda; (...) reclamava, comigo e com Suzana, que o silicone “*tá subindo pra cabeça da Francine*”. Suzana, entretanto, não via problema algum com os trajes de Francine. Não entendi o que Andressa retrucou, mas Francine respondia: “*tá, Andressa, é feminina*”. E Andressa: “*é, sou feminina, sim*”. E dizia que Francine a havia incomodado, pela manhã, “*com aquela história*” – a discussão parecia, portanto, ter-se iniciado bem antes daquele meio de tarde

(Trecho extraído do diário de campo de 05 de janeiro de 2009).

Mais tarde, Francine me explicaria que Andressa lhe pedira dinheiro emprestado naquela manhã, ao que Francine acabou negando-se: “*eu tenho o direito de dizer não, né, Fernanda?*”. Francine ficou *chateada* com o episódio. Dizia-me que “*a Andressa é assim, muito arrogante, se acha demais*” e que trabalhar, naquela noite, seria “*horrível*” com elas brigadas, pois trabalham lado a lado. Ameaçava que, se Andressa lhe batesse “*a porta na cara se achando*”, avançaria na parceira quando esta voltasse com o cliente. Enquanto eu tentava acalmá-la, pedindo que tolerasse a situação, Francine me falava que “*travesti é assim*” e que “*arrasaria com a cara dela*”.

O que a discussão entre Andressa e Francine parece transparecer, sobretudo pela argumentação daquela, é que as roupas curtas não só são interditas às travestis, mas àquelas que não sejam suficientemente “*femininas*”. A prescrição moral defendida por Andressa, como sublinhava Francine, não parecia aplicar-se a ela própria, que se outorga uma feminilidade reconhecida entre as demais travestis – “*ela é uma menina, toda pequena*”, diziam suas colegas. Andressa, portanto, gosta de afirmar-se *feminina*, como forma traduzida de *parecer mulher*; e essa aparência é uma moeda preciosa de hierarquização em seu universo de significados – fala das travestis que não são *tropo bellas*, debocha daquelas que têm *chuchu*, ridiculariza as que não são magras ou jovens, indigna-se com os clientes que saem com as que ela considera feias e não femininas.

Não é só Andressa, entretanto, que adota a postura de crítica aos comportamentos das colegas. Acompanhei, certa tarde, a troca de impressões entre ela e Giovana acerca das travestis que usam roupas curtas e chamam a atenção ao andarem nas ruas. Andressa não reparara quando Débora e Marlene saíram da casa. Marlene usava uma calça colada cor de rosa, combinando com o top muito curto, amarrado na frente, com o peito à mostra; Débora, por sua vez, vestia-se com um top cinza, bermuda justa estampada, tênis botinha e muitas pulseiras, ornamentada com sua grande peruca loira, estilo platinada. Andressa só as viu quando voltaram e esperavam Salete abrir-lhes o portão: indignada com os trajes das meninas, fazia caretas, sinal da cruz, debochava. E retomou, então, sua crítica, argumentando que era ridículo o visual apresentado, pois Marlene e Débora “*não são mulheres, são travestis*” e, portanto, precisam vestir-se “*discretamente*”. Em meio às suas reclamações, Giovana chegou do centro da cidade, para onde fora acompanhada de Bárbara e de Samara. Acabou decidindo voltar sozinha e sem as compras, reclamando do fato de as duas “*darem em cima dos homens*,

ficarem chamando a atenção” e flertando ao longo do trajeto. Aparentemente irritada, gesticulava, andava para os lados e desabafava, salientando que não *“dava para sair com elas”*, pois *“mexiam com os rapazes”*, *“todo mundo”* ficava a observá-las e a falar-lhe coisas, arrastando homens atrás de si. Giovana reforçava que desaprova tal atitude, que busca ser *“discreta”*, afirmando que ficara para trás, de modo que os rapazes sequer *“mexiam”* com ela, uma vez que, sendo *“discreta”*, eles não a reparavam. Andressa, notando a convergência de reclamações, reforçou a posição de Giovana constatando: *“elas querem parecer mulheres mas ficam parecendo uns putos (...); não precisa mostrar que é travesti, tem de andar com roupas discretas assim na rua”*.

A mesma Marlene que figurava como alvo dos comentários reprovadores de Andressa a suas roupas contava-me, enquanto eu perguntava a respeito do tratamento recebido em espaços públicos e comerciais, que o comportamento despudorado de algumas travestis desencadeava legitimamente a reação negativa nesses locais: *“mas é que às vezes as bichas não dão respeito também, né? Ai, mona... às vezes elas entram no mercado, só uma rasteirinha, uma sainha beira-cu, um topzinho com o peito na garganta, quebrando o quadril de um lado pro outro – pá, pá –, aí não quer que o povo fique em pânico, né?”*.

Ao se alinharem ao discurso das lideranças políticas (especialmente de Helena) entre as travestis, Andressa e Giovana revestem-se da autoridade moral que estabelece e regula as normas que integram o conteúdo desses discursos (VIANNA, 2005). Nas palavras de Adriana Vianna,

Ater-se a certos procedimentos como sendo moralmente mais corretos do que outros implicaria, dessa forma, reconhecer a autoridade das representações por trás de tais procedimentos e, simultaneamente, beneficiar-se dessa mesma autoridade como algo de que o indivíduo indiretamente passa a estar investido (VIANNA, 2005: 25).

Giovana, embora afirmasse *“não gostar de confusão”*, confessava-me que às vezes acaba vendo-se envolta em conflitos. Costumava criticar o comportamento de Natália, que exibia constantemente seus seios recém operados, *“balançando os peitos pros viados”*. Para ela, não é correto fazê-lo, afinal *“depois a outra pode um dia ter um peito mais bonito que o dela”*. Lembrando o dia anterior, em que a Natália provava na sala o top que ganhara de Suzana, Giovana questionava: *“pra que ficar trocando de roupa na frente de todo mundo? Que coisa mais vulgar!”*. No embate estético-moral entre elas, as características mais feminilizáveis são acionadas como moedas na disputa pela perfeição idealmente feminina:

Giovana acusava Natália de ter muitos pêlos e de ter de fazer ainda uma terceira cirurgia no nariz, enquanto ela mesma tem a pele lisa e o nariz pequeno – este, para Giovana, “*é pra quem quer, não pra quem precisa*”.

As recomendações a respeito da *discrição* não se limitam, portanto, ao uso das roupas, mas se estendem a um conjunto de comportamentos moralmente prescritos que se contrapõem à representação da travesti como *escândalo*. Salete, com os ombros descascando e em bolhas em virtude de uma queimadura pela exposição ao sol, contava-me que aproveitara seu sábado de folga para ir à praia, esclarecendo-me que fora sozinha porque não gosta das “*baixarias*” decorrentes da presença das demais meninas, que fazem “*muito escândalo*” e “*chamam muito a atenção, fazem bagunça*”. Essa *discrição* pode mesmo estar presente nos projetos que envolvem as intervenções corporais: Brigitte pedia-me conselhos em relação a seus seios e quadris, confessando-me não querer “*chamar a atenção*” e temer que o corpo muito perfeito acabasse revelando sua travestilidade. Dona de um ateliê em sua cidade natal, Brigitte dizia-me não ter pretensões de seguir a carreira de prostituta e intencionar a cirurgia de transgenitalização.

Não só o comportamento indiscreto é interdito às travestis, como também escapam às suas moralidades os comportamentos de *homens* ou a convicção de *ser mulher*. Marcela, que olhava através da janela enquanto tinha os cabelos escovados por Lorena, falava de Pâmela, tida por todas como *amapô*: “*ela viaja que é mulher... não sei qual é a dela*”. E confabulava com Lorena o desconforto para com Pâmela, que aparentemente não se relacionava a nenhuma atitude ou a nenhum ato objetificável a não ser sua aparência de *mulher*. Por outro lado, aproximar-se a comportamentos classificados como de *homens* também traz implicações morais às travestis no interior do grupo: Suzana reclamava da forma como Nádia arrumara as fotos no mural, dizendo que as pendurara “*como um macho, tudo desorganizado*”; Cecília mudou de quarto porque não se sentia bem no anterior, com as novas moradoras: “*elas são muito porcas... ficam peidando no quarto, arrotando; de noite, tudo bem, mas de dia... parecem uns homens*”; Soraia alertava Pâmela de que as duas meninas de mesmo nome não eram as mesmas: “*não... até parece... essa aqui é belíssima, e essa é um homem vestido de mulher*”.

O que se coloca em jogo, aqui, são as expectativas sociais de gênero esboçadas com base na feminilidade com que as sujeitas travestis se apresentam. Na medida em que se atribuem uma identidade feminina, cumpre-lhes, moralmente, a assunção de determinado

conjunto de comportamentos prescritos ao universo das feminilidades, quais sejam, polidez, relativo recato, preciosismo estético no cuidado de si, organização e capricho, por exemplo. Nesse sentido, a categoria da *discrição* ocupa, portanto, lugar significativo no conjunto de moralidades das travestis, uma vez que reitera a ideia de feminilidade segundo determinadas representações de gênero e auxilia nas negociações morais em torno da relação das sujeitas com o mundo social.

3.4 Prostituição e seus códigos morais

O universo prostitucional é profundamente marcado por moralidades, seja em relação à observância de uma certa etiqueta do *trottoir*, seja em relação aos valores a serem cobrados pelos programas realizados.

Há um conjunto de prescrições a respeito de como atuar na rua e de como abordar o cliente sem comprometer o trabalho da travesti cujo ponto fica próximo – geralmente, ao lado. Na Pensão Flor-de-Lis, eu acompanhava, sentada no chão, a conversa entre Natália e Denise, no sofá, enquanto Pâmela fazia as sobancelhas à janela, aproveitando a luz do sol com um pequeno espelho e pinça em punho. Uma moto foi, lentamente, parando na frente da casa, o que despertou a atenção das moradoras. Pâmela precipitou-se e correu imediatamente à frente, ao que Natália passou a chamar-lhe a atenção reclamando de sua conduta. Usava o episódio vespertino que acabara de transcorrer para expressar as normas da *rua* noturna; acusava a jovem de projetar o corpo à frente quando da aproximação dos clientes, não deixando oportunidade para as colegas. Pâmela, entretanto, defendia-se, argumentando que sempre perguntava com quem o cliente queria sair. Natália levantou-se do sofá e pôs-se a encenar jocosamente a forma como Pâmela atende a um carro e se coloca na frente da travesti que estiver junto, usando-a como personagem equivalente à colega desfavorecida. Rindo da brincadeira, Denise dizia que prefere trabalhar sozinha, ao passo que Natália acredita valer a pena trabalhar com outra travesti por perto, contanto que elas não se inclinem diante do cliente, mas perguntem antes com quem ele pretende sair.

No espaço profissional e moral da *rua*, a feminilização e o suposto grau de envolvimento que ela parece revelar com o projeto de se vivenciar a travestilidade são aspectos que constroem um distanciamento entre um “nós” (as travestis sujeitas da pesquisa) e “os outros” (as/os não travestis). Constantemente, ao analisarem a situação rentável ou não da *rua*, as travestis mencionam a concorrência das “*crossdressers*”. Estas são apontadas

como sendo “*homens vestidos de mulher*”, acusadas pela falta de investimentos no corpo e pela conseqüente restrição de experiências discriminatórias e estigmatizantes quando da vida extra-noturna, situações a que as “*travestis*” acabam sendo expostas duramente pelo engajamento com o projeto de feminilização.

Mas em Porto Alegre são as crossdressers que estão dominando as ruas e sendo requisitadas, segundo Natália. E as três passaram a reclamar da concorrência representada pelas “*cross*”, que “*botam uma peruca de plástico, não fazem nenhum investimento no corpo e 'tão' lá batendo porta, fazendo sucesso*”. (...) Passou a avaliar, então, a diferença entre as “*crossdressers*” e sua fase iniciante como travesti: novinha, começando a trabalhar na rua, ela se arrumava e se esforçava para ser feminina, embora não tivesse peitos nem curvas. “*Mas dava o truque, né? Tinha um esforço... dava um desconto*” (Trecho extraído do diário de campo de 12 de janeiro de 2009).

Suzana chegou da rua, reclamando do calor que fazia. Contou-nos, com irritação e deboche, que, na noite anterior, um carro passara com um caroneiro “*vestido de mulher*”, com cabelos curtos, top e maquiagem, o qual gritou para ela: “*eu sou mais bonita que você, sua feia*” (Trecho extraído do diário de campo de 14 de janeiro de 2009).

Invariavelmente, tais constatações e acusações ligavam-se a um contexto avaliativo do prestígio das travestis no mercado prostitucional, considerando-se que os clientes, em geral “*mariconas*”, têm preferido sair com outros homens, figuras masculinizadas, não mais com travestis. Salette pesava que, em breve, “*os homens só vão sair com outros homens, não vão mais sair com as travestis*”; Natália relembra irritada que, assim que realizou o implante de suas próteses, um cliente parou para ela e, notando seu silicone, disse que seu peito tinha ficado grande demais, que não tinha gostado. Essa postura de reprovação ou desvalorização das travestis com poucos investimentos corporais era reprovada e/ou relativizada por duas entrevistadas, Joana e Glória. Ambas relatavam-me, em meio a suas trajetórias de transformação corporal, as acusações e perseguições por parte de outras travestis quando ainda não dispunham do silicone e de outros massivos investimentos estéticos.

Tem umas que não admitem que uma que não tem peito, usa peruca, parar um cliente. Eu não tenho problema nenhum, Fernanda. O que é pra ser meu vai ser e pronto. Mas sei lá, acontece muito disso, né? Acontecia comigo quando eu não tinha peito, só tinha cabelo. Lá em [*cidade em que vivia*], uma lindíssima... tava eu do lado dela, daí um cara parou e me chamou. Daí ela assim: “eu não acredito que essa tábuia de passar roupa... que tu escolheu essa tábuia de passar roupa!”. O problema foi dela, não meu; eu não vou retrucar

(Relato de Glória durante entrevista realizada em sua residência).

Comparada a elas, eu não tinha nada; nem silicone, nada, só uma peruca, ainda, que nem era cabelo meu. E do lado delas eu não parava, sempre tinha alguém que me procurava (...). Em um mês, eu coloquei silicone no bumbum. Daí elas já foram impondo mais respeito em cima de mim, que daí eu já não era mais aquele “viadinho”, aquela “bichinha montada”. Daí eu fui fazendo o meu corpo: coloquei silicone, continuei tomando os hormônios, né? E fui tendo mais liberdade com elas, em falar com elas, elas me respeitarem, conversarem comigo, terem respeito... porque no começo elas viravam as costas pra mim, porque eu era o “viadinho”, a “gay montada”, como elas se referiam, né? (Relato de Joana durante entrevista realizada em sua residência).

Tantos investimentos no corpo levam à necessidade de valorização dos serviços sexuais ofertados pelas travestis. Nesse sentido, o preço cobrado pelos programas inscreve-se em prescrições morais cuja ruptura pesa sob a forma de acusações, tanto pela ideia de *inveja*, projetada às demais por aquelas que conseguem elevar seus preços, quanto pelo termo pejorativo *varejo*, acionado para apontar aquelas que aceitam realizar programas por preços mais baixos.

Marília diz que não “*deita*” para as travestis da pensão, que elas não a “*tombam*” (...). Disse que às vezes desce depois que elas já estão trabalhando, “*bate uma ou duas portas*” e volta antes que elas saiam. Outro dia mesmo, fez questão de, em vez de pedir que o cliente a deixasse em casa, ficar no ponto, para passar pelas gurias e mostrar que estava indo cedo para casa. A diferença que ela aponta em relação às outras meninas, sobretudo aquelas que trabalham sob os olhos de Helena, é o valor mais alto de seus programas, ao passo que as demais fazem “*varejão*” (Trecho do diário de campo de 14 de outubro de 2008).

O *varejo* inscreve-se profundamente nas moralidades prostitucionais, uma vez que a redução dos preços dos programas representa, em se tratando das relações internas, a desvalorização corporal e, no que diz respeito às relações com os clientes, ocasiona a aparente desvalorização dos serviços sexuais do grupo como um todo.

Assim que saímos da lan house, voltei sozinha para a pensão, já que Giovana atenderia um cliente naquele horário. Natália, Suzana e Denise, que conversavam na sala, perguntaram-me de Giovana. Natália, então, brincou: “*só a Giovana pra se despencar a essa hora do dia pra arrastar um dez*”. Segundo ela, todos os que as demais “*dispensam passam com a Giovana*” (Trecho extraído do diário de campo de 22 de janeiro de 2009).

Jamile estava preocupada com Iara, que não se tem “*valorizado*”. Iara “*arrasta tudo na avenida... arrasta todo dinheiro que aparece: cinco, dez,*

vinte reais”. Contou-nos que um rapaz chegou dizendo que só dispunha de trinta reais, o que Jamile avaliou improvável, já que, tirando os dez reais do *box*, ficaria com apenas vinte; chegou a oferecer um sexo oral por aquele valor se ele quisesse. O rapaz pediu, então para falar com Margarida, que, após ouvi-lo, chamou a amiga: *“Iara, ele quer fazer um programa por trinta reais, é pra ti”*. Jamile entendia que ela já fizera o programa por tal valor com aquele rapaz, que, constrangido, queria pontes para acessar a garota. Ela acredita que não há como exigir que as meninas cobrem tal preço, afinal cada uma faz o seu, mas há uma preocupação com que elas *“se valorizem”* estabelecendo preços mais elevados. E todas concordam que, sendo muito bonita, Iara poderia cobrar um preço alto (Trecho extraído do diário de campo de 26 de janeiro de 2009).

Entretanto, ainda que haja um certo acordo a respeito dos preços a serem cobrados pelos programas (o valor de cinquenta reais é o recorrente, sendo vinte reais o sexo oral), as moralidades em torno desses valores podem ser negociadas circunstancialmente, de maneira que a redução do preço de um ou outro serviço não redunde em desprestígio moral. Soraia, por exemplo, esclarecia-me que, se é fim de noite e ela conseguiu oitenta reais, aceita realizar programas por vinte, para *“inteirar”* cem reais – mas sublinha que só faz por aquele valor pra inteirar sua quantia. Seu comentário, longe de provocar acusações, despertou brincadeiras em torno das possibilidades de somatórias ao fim de noite: Natália, brincando, reproduzia a fala de Soraia dizendo que esclarecia ao cliente que aceitava o programa por vinte reais porque, tendo feito *“duzentos e oitenta, é só pra inteirar trezentos”*; e imediatamente Denise sugeria, aos risos, que o suposto cliente poderia ser um assaltante, que acabaria descobrindo que ela não tinha o valor mencionado.

Além do valor do programa e da etiqueta na *rua*, a prevenção figura como mais um elemento a expressar moralidades e hierarquizar as que *“se cuidam”* e agem com ética para com o cliente em relação às demais. Clara, no dia em que nos contava sobre a reação da travesti que a repreendera duramente por não ter conseguido entregar-lhe os preservativos, argumentou que, quando não consegue camisinhas, passa na farmácia e compra um pacote: *“também... o que é dois e sessenta? Mas essas aí que fazem varejo cobram dez reais o programa, por isso não podem comprar camisinha”*.

Enquanto recebia dez tirinhas de preservativos das mãos de Carmem, comentou sobre seu horror diante da falta de cuidado por parte de algumas travestis. Contou sobre um cliente que lhe telefonara pedindo um programa mas que saiu com outra menina porque Clara, na demora do cliente, acabou saindo com outro; quando foi buscar a travesti com quem ele fizera o programa, a garota disse-lhe: *“comi ele sem camisinha”*. Clara disse que sentiu um arrepio, um frio pelo corpo inteiro, um medo súbito, já que a

menina é soropositiva. Disse que, mesmo sendo possivelmente mentira e terror da garota, sentiu-se muito mal com o que foi dito. Carmem alertou para o fato de que (...), mesmo sendo mentira, já é horrível só o fato de ela propagar esse tipo de ideia (Trecho extraído do diário de campo de 29 de setembro de 2008).

3.5 Intrigas, intromissão e fofocas

Ao fim de tarde, após uma sessão fotográfica, Larissa me dizia, ao portão de sua casa, o que outrora ensinara à jovem Pâmela diante de seu hábito de intrometer-se nos assuntos particulares: *“nesse meio, a gente não vê nada, não escuta nada pra evitar confusão... ouviu uma coisa aqui, finge que não escutou nada”*.

A discrição diante dos assuntos considerados mais particulares ou mais polêmicos, portanto, compõe uma das recomendações de conduta entre as travestis, especialmente entre aquelas que residem na pensão, dividindo a moradia com outras colegas. Ensina-se às mais jovens ou recém iniciadas na atividade migratório-prostitucional que é conveniente que as conversas de “pé de ouvido”, trocadas secretamente e em voz baixa, permaneçam circunscritas ao universo daquelas envolvidas na cena da conversa. Acompanhei a rotina dos ensinamentos passados a Pâmela, cuja curiosidade era permanentemente criticada entre suas colegas com mais tempo de atuação na atividade da prostituição.

Na cozinha, entre um gole e outro da água gelada que nos aplacava o calor, Larissa me perguntava confidencialmente por Suzana, com quem estávamos preocupadas (...). Nesse momento, Pâmela entrou na cozinha perguntando, de forma indiscreta e com sua voz alta e firme: *“quem? O quê?”*. Larissa, em meio a um sorriso, chamou-lhe a atenção cuidadosamente: *“ai, guria... não interessa! Mania feia de se meter na conversa dos outros. Tá todo mundo reclamando disso. Se as pessoas tão conversando, não tem que se meter, não é pra tu saber”*. E, diante da expressão de decepção de Pâmela, quase chorosa e de bochechas enrubescidas, Larissa adocicou ainda mais o tom de voz e continuou, tentando amenizar o impacto da repreensão: *“tadinha... ela é novinha. Tá na fase do 'por quê'. Eu já te falei que não pode ficar perguntando tudo”*, reforçava entre sorrisos (Trecho do diário de campo de 30 de janeiro de 2009).

Além disso, polícia-se, sobretudo, a veiculação de pequenas acusações, sejam elas “verdades” ou não, uma vez que serão consideradas verdadeiras ou falsas com base na negociação no interior das alianças e das redes de amizade e solidariedade estabelecidas entre as travestis. Nesse caso, determinadas acusações podem reverberar em fofocas geralmente veladas a respeito da “acusada” ou em julgamentos morais contra a “acusadora”.

Uma das situações que presenciei foi a queixa de Denise e de Marcela em relação à conduta de Nádia, que, segundo elas, “*fala de todo mundo, faz fofoca de todo mundo*”. Em uma manhã ensolarada, jogadas ao sofá, algumas moradoras da pensão conversavam entre si. Denise, ao ver Nádia caminhando em direção ao banheiro, hesitou um pouco e, enquanto esta escovava os dentes, comentou: “*quero te dizer uma coisa: se tu tiver algum problema comigo, fala pra mim; eu gosto que falem pra mim, que não fiquem falando pelas costas*”. Surpresa pela fala serena de olhos baixos de Denise, Nádia perguntava preocupada: “*por que tu tá me dizendo isso? Eu fiz alguma coisa? Disseram alguma coisa de mim?*”. Denise, na mesma posição, respondia que não, que só estava avisando, que queria deixar claro. No meio da tarde daquele mesmo dia, enquanto assistíamos a programas na televisão, Denise e Marcela voltariam a falar de Nádia. Marcela comentava que Nádia aconselhara Cristina a não emprestar nada a Marcela, pois esta “*quebrava tudo*”. Para Marcela, sob assentimento de Denise, Nádia “*vai aprender muito com a rua*”, através de sofrimento e de confrontos.

Também, a intensa circulação empreendida pelas travestis entre diferentes territórios, entremeando-se por variados laços sociais, arrasta consigo um emaranhado de acusações e de suposições, o que, por sua vez, pode ampliar e/ou desencadear conflitos entre as envolvidas.

Ao olhar a foto e reconhecer a amiga de Elvira, Suzana se lembrou de contar que Eva lhe deixara um recado no orkut dizendo que sabia de Natália estar falando mal dela em Vale das Passagens. Natália ficou sem reação, inicialmente; Eva dissera que Natália não tinha nada que falar dela, pois não era metida nem fazia mal a ninguém. E Suzana constatava: “*foi a Elvira, né? Foi a Elvira*”, respondendo às perguntas de Natália sobre quem poderia ter falado isso a Eva. “*É uó, né, mona? Esses tacacá só aparecem quando a bicha não tá ali pra se defender, né?*” (Trecho extraído do diário de campo de 21 de janeiro de 2009).

3.6 Implicações morais do calote

O roubo, as trapaças financeiras e o débito deliberado, situações traduzíveis pelo termo *calote*, são atos bastante policiados pelas travestis, configurando-se como mais uma das moralidades que regem o grupo. Além disso, o reforço sobre a prescrição proibitiva ao *calote* vincula-se ao receio ante as consequências punitivas pela infração de uma das sujeitas poderem reverter contra as demais colegas.

No contexto da pensão, Denise criticava Bárbara, dizendo não gostar de “*bicha que dá close*”; no fluxo das denúncias morais, sob assentimento de Marcela, acusava-a de ser

“*closeira e caloteira, ainda*”, uma vez que Bárbara se *bombara* e, fugindo da *cafetina*, não pagara o que devia pelo procedimento. Quando, por sua vez, fugiu de Vale das Passagens após roubar um cliente, Denise foi criticada pelas colegas. Marcela era constantemente acusada de não saldar dívidas informais, sendo que Madalena se queixava junto às demais travestis a respeito de seu constrangimento em cobrar-lhe novamente e sem sucesso os produtos cosméticos que lhe vendera, recebendo delas, como retorno, a afirmação de que Marcela era “*assim mesmo*”.

Cibele era lembrada, dentre outras situações, como aquela cujo *marido* levava, sem sequer pagar a locação, cinco filmes da locadora próxima em que Helena tinha crédito, dando a Pensão Flor-de-Lis como referência. Em volta da mesa, enquanto Salete limpava a cozinha, algumas moradoras da pensão conversavam a respeito do casal. E Natália avaliava: “*caloteira não dá, né, mona? A gente já é xingado por ser puto, trabalhar na rua e ser viado... pelo menos que pague as contas em dia, né?*”. Em meio a risadas de todas as que ouviam o comentário, Natália, continuando as histórias sobre Cibele, falou da manicure no salão próximo, que teria pedido, “*com todo o jeito*”, que Natália falasse com Cibele, pois esta lhe devia dinheiro pelos serviços no salão. Quando avisada por Natália, Cibele, por sua vez, falava mal do estabelecimento, dizia que não fazia mais as unhas lá acusando profissionalmente a manicure, ao que Natália retrucava, dizendo que Cibele não ia lá porque estava devendo, razão pela qual esta teria ficado muito brava. Salete, que prestava atenção enquanto esfregava a pia, dizia que as pessoas ficam bravas quando se lhes dizem verdades, de modo que, diante de acusações reais, tem-se é de ficar quieta. Natália, discordando da colega, dizia que “*depende*”, porque “*às vezes tem bicha abusada que é intrometida*”, referindo-se a situações em que as travestis resolvem dar palpites inconvenientemente.

O que a avaliação de Natália sugere é que, estigmatizadas pela transgressão de gênero que efetuam ao corporificar seu desejo, cabe às travestis obedecer a certo conjunto de normas o quanto lhes seja possível, sob a pena de amenizarem o peso da “*economia de discriminações*” (VIANNA, 2005: 15) a que estão submetidas. Em outras palavras, às acusações pelas transgressões de gênero (feminilização) e sexuais/morais (prostituição) somam-se, mais facilmente, novas modalidades acusatórias, estas referentes a infrações em outros contextos morais – no caso, a responsabilidade *moral* para com dívidas de caráter financeiro.

Essa soma de discriminações ou de acusações, articulada a um campo de representações altamente estigmatizado como o que alimenta o imaginário social sobre as

travestis, acarreta-lhes implicações não individualmente, mas para o grupo – sejam tais consequências da ordem das representações, sejam elas da ordem da punição. Tomadas como um grupo homogêneo, qualquer falta moral empreendida por uma travesti recai, quase sempre, sobre todas as outras, em um processo coletivo de re-estigmatização. Além disso, é de conhecimento comum, em Vale das Passagens, que a ONG Sempre-Viva e a Pensão Flor-de-Lis constituem dois lugares, de naturezas distintas, que podem, de um modo ou de outro, “representar” as travestis que atuam na cidade, da mesma forma como é sabido que elas se distribuem, durante o *totóir*, ao longo da Avenida da Saudade. Diante de qualquer adversidade em que figure uma travesti, sabe-se onde podem ser encontradas, o que as coloca em permanente risco na medida em que a punição, assim como a desqualificação moral decorrente da infração, aplica-se coletivamente, não individualmente. Como me esclareciam Glória a respeito dos clientes e Marcela sobre o assassinato de uma colega, as travestis morenas, assim como as loiras entre si, parecem aos “de fora” todas iguais, independentemente dos demais atributos, tomando-se-as, de forma “despessoalizada”, como um grupo homogêneo, formado por elementos indistintos. Dessa forma, não incomum é que a sanção contra uma infração recaia sobre uma travesti indistintamente, punindo-se exemplarmente o grupo, não a sujeita responsável pelo ato.

De outro lado, porém, a mesma prática fiscalizada moralmente entre elas é acionada por Soraia como um recurso legítimo de punição moral aos clientes. Enquanto se lembrava de épocas anteriores em que costumava efetuar roubos contra os homens que a paravam e que negociavam programas com ela, confessava-me:

Eu roubava mesmo, porque ele merece! Muitas vezes ele deixa a mulher dentro de casa, com o filho, e sai pra dar o cu sem camisinha, pegar doença e passar pra mulher dentro de casa. Então eles têm que ser roubados, eles têm que apanhar na cara. Eu não faço mais porque a minha vida não vale o que eles têm na carteira. Porque esse negócio é uma loteria. Do mesmo jeito que pode dar certo num dia, num dia pode dar errado – ele pode ter um revólver e te dar um tiro (Relato de Soraia durante entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

3.7 Drogas, moralidade e punição

O uso de drogas parece figurar como o terreno do conjunto de moralidades mais passível de punições decorrentes de sua ruptura ou transgressão. De um lado, tecem-se brincadeiras, acusações verbais, que reiteram permanentemente o interdito às drogas e

estigmatizam internamente as que abusam de tais substâncias. De outro, a infração à proibição, no contexto do sistema de pensionato, a seu uso pode culminar na repreensão física pelas administradoras da pensão.

Verificando as meninas das fotos, perguntei por Maiara. “*Morreu*”, repetia Suzana, enquanto Salete falava, em tom de crítica: “*ela foi encontrada dentro de uma lata de fumar pedra... foi encontrada lá dentro, de tanto se acabar nas drogas*”³⁰ (Trecho extraído do diário de campo de 14 de janeiro de 2009).

Denise e Natália começaram a falar sobre as meninas que elas conhecem. Falaram de alguma menina conhecida delas, e Denise perguntou se fora a que “*Helena botou pra voar... deu uma surra e mandou embora*” porque estava se drogando; a garota “*azuelava, puxava chave horrores*”. Falaram de outra menina, a quem chamavam “*Florzinha*”; sendo Helena a *Flor*, entendi que se tratava de uma “*filha*” sua. Denise comentava, curiosa, que Larissa lhe falara precisar ver a garota; Natália esclarecia que se tratava de um tom de deboche, afinal Florzinha estava acabada, drogava-se muito, estava magérrima: “*ela tá quase entrando na lata, mona... de tão magra*”, falava Natália fazendo careta, contraindo as bochechas em sinal de emagrecimento (Trecho extraído do diário de campo de 21 de janeiro de 2009).

Carmem perguntava por Marília, se ela estaria “*espumando em casa*”, ao que Mônica respondia saber que ela estava “*se colocando*” junto com outras travestis na casa de “*uma amapô que também quase não se coloca*”. Glória tomava-se por preocupações em relação a Elisa, que, segundo notícias, vinha realizando programas em troca de cocaína. Glória preocupava-se, ainda, com Suellen, que, apesar de todos os sustos que o abuso das drogas lhe vinha rendendo, permanecia “*só na força da alegria... ela diz força, a Marília diz que é alegria, daí ficou força da alegria*”. A mesma Suellen, por duas vezes ao longo do período em que estive em campo, foi internada às pressas em virtude de overdose decorrente do uso de cocaína.

Mesmo entre as travestis que fazem uso de drogas, especialmente no que diz respeito àquelas que vivem fora da pensão e que apresentam proximidade à ONG Sempre-Viva, há uma avaliação moral sobre o uso de substâncias entorpecentes. Marília, durante uma festa promovida pela Associação Magnólia, comentava que não faz uso de cocaína perto das travestis mais jovens que trabalham perto dela. Prefere fazê-lo mais afastada, pois teme que, sendo “*novinhas*”, elas achem certo ou bom o uso do entorpecente e queiram experimentar. Marília dizia saber que “*faz mal*”; mas, segundo ela, com seus trinta e quatro anos sabe fazer

³⁰ “*Entrar na lata*” soa como duplo significado: de um lado, trata das travestis bastante viciadas que fazem uso permanente do crack; de outro, refere-se a seu emagrecimento rápido, que as diminui a ponto de caberem na lata.

uso “*moderado*” e julga não incorrer em certos riscos. De seus “*erros*”, ela sabe; e não quer “*influenciar as mais novinhas*”, por isso não admite que a vejam inalando a substância.

A decisão de abandonar o uso de drogas advém, geralmente, do *susto* que vivenciam pela experiência do abuso de tais substâncias. O *susto*, portanto, assemelha-se à *queda* vivenciada pelos meninos hemofílicos que figuram no trabalho de Éverton Luís Pereira (2008), marcando a passagem de um momento de desconhecimento sobre as condições em que os sujeitos se encontram para o momento em que uma reflexividade passa a ser acionada, junto com medidas de mudança na vida de tais pessoas. Esse *susto* pode ser uma emergência médica, que lhes coloque a vida em risco, ou um distanciamento e um estranhamento acerca do estilo de vida no contexto do uso de drogas. Marlene, por exemplo, representa a segunda circunstância. Segundo nos relatava, era “*colocada*”; e, em decorrência do cotidiano marcado pelo uso do crack, chegava a ser “*relaxada*” e sequer tomava banho; levantava-se, escovava os dentes, lavava o rosto, punha a mesma roupa, prendia os cabelos “*ensebados*” e seguia para a “*rua*”. Surpreendia-se, entretanto, que, enquanto suas colegas cobravam dez reais pelo sexo oral, vinte o programa no carro e trinta no boxe, ela conseguia cobrar quarenta reais, mesmo dos clientes que paravam de bicicleta – “*é o axé da droga*”, dizia ela; “*eu queria que me dessem mais pra eu comprar mais, com vinte ou trinta comprava pouquinho*”.

Por sua vez, Emília me contava que passara por problemas por conta de “*colocação*”, pois “*cheirava muito na rua*” e bebia para aguentar a noite inteira trabalhando. Costumava acreditar que, reservando o dinheiro que levava para casa a fim de pagar suas contas, não teria problemas em usar entorpecentes, mas hoje entende que é uma questão de saúde, não só financeira. Certa vez, cerca de uma hora da tarde, ligou para Magali, integrante da ONG, que a levou para o hospital em virtude do abuso de cocaína, episódio que a assustou bastante, fazendo-a decidir pelo abandono dos entorpecentes. Nesse contexto, a mudança do trabalho para o período diurno também foi estratégia para afastar-se do abuso de bebidas e de drogas, pois percebe que a noite a coloca mais perto de “*perigos*”. Emília vem analisando a relação entre ingestão de entorpecentes e práticas noturnas; houve uma noite em que, de vestido longo, sandalhinha (“*essa mesma que tô usando [fala olhando para a rasteirinha vermelha], eu bato com a mesma sempre, uso até arrebentar em vez de comprar outra*”) e pouca maquiagem do que usara no trabalho à tarde, foi abordada por um cliente quando ia conversar com as demais travestis que estavam trabalhando, e logo foi chamada por outro. A experiência de dois clientes inesperados à noite e sem estar “*colocada*” a despertou a pensar

que ela poderia fazer programas noturnos de “*cara limpa*”. Disse que não fica muito tempo na rua à noite, voltando para casa à meia-noite ou à uma hora da manhã, e que a bebida e as drogas a ajudavam a permanecer mais tempo.

Dentro da pensão, o impedimento moral ao uso de determinadas substâncias ilícitas é mencionado como regra e condição para a permanência na casa. Ao telefone, Salete, que atendia às travestis em busca de uma vaga, alertava-as: “*é que tem umas regrinhas que eu gosto de avisar antes*”. E punha-se a perguntar sobre “*colocação*”. “*Ótimo, ótimo... arrasou*”, falava logo em seguida à confirmação das jovens a respeito da abstenção em relação ao uso de drogas. Na experiência estritamente da Pensão Flor-de-Lis, a transgressão ao interdito às drogas, como já relatado no capítulo anterior, pode ocasionar punições físicas – as quais, evidentemente, concernem a expressões de uma reprovação moral. Relatarei, aqui, duas cenas narradas e vivenciadas durante a pesquisa de campo que descrevem aspectos das moralidades referentes ao uso drogas ilícitas.

Marcela e Salete

Perguntei sobre o fim de semana, tentando saber se houvera alguma festa. Marcela retorceu o nariz, negando qualquer diversão, e, depois de uma pausa, disse: “*só a Salete, que me bateu*”. Contou-me que saiu de casa e ficou longo tempo sem aparecer, pois fora drogar-se na rua. Quando chegou, Salete começou a brigar, bateu nela, dava socos, batia com o punho cerrado, com força, esmurrando-lhe com raiva, a ponto de pegar um guarda-chuva para bater em Marcela. Esta reclama que Salete é “*mafiosa*”, faz fuxico com todas, cria fofocas e arruma intrigas, tudo como forma de “*se prevalecer*”, segundo Marcela, de assegurar seu lugar político na casa, seu cargo de confiança. Marcela disse que paga as contas, que não deve satisfação, que faz o que bem entender se não está prejudicando outrem; e acusa Salete de ser “*um velho feio, recalçado*”, que inveja a beleza das demais meninas, não suporta “*as meninas bonitinhas e novinhas*”, e de possuir dívidas na casa e de ter “*passado fome na Argentina*”. (...) dizia-me que Salete não conversou com ela, não procurou ouvi-la. Durante a briga, acusou Salete a respeito de seu passado, pois “*se acabava na pedra*” e, portanto, não “*tinha moral pra bater*” em Marcela por conta de seu envolvimento com a cocaína.

Marcela reclamava para mim, ofegante, enquanto penteava os cabelos molhados e se maquiava; dizia que Salete “*pagaria ainda*”. “*Sorte de Salete*” não lhe ter batido no rosto, pois mandaria o namorado bater nela “*para aprender*”, “*pois uma hora ela vai pagar*”. Segundo Marcela, Madalena estava ali, viu tudo, ficou nervosa, apavorada com a cena, já que

Salete bateu em Marcela na frente de todas as outras travestis, gerando grande constrangimento e comoção. Pouco antes do relato de Marcela, Soraia entrara no quarto com ela, comentando que *“Salete é mafiosa”*; diante daquele calor, a janela estava fechada, pois Salete teria pregado a janela do quarto em que Marcela dorme, argumentando que a vizinha havia reclamado que as travestis se trocavam ali com a janela aberta, expondo-se aos moradores da casa ao lado. *“Nesse calor e a gente com a janela fechada”*, lamentava inconformada. Mais tarde, pouco antes de eu voltar para casa, ela tentaria abrir aquela janela, sob o cuidado e a cumplicidade das meninas que se aglomeravam no quarto entre pinças e cremes e celulares, e a veneziana abriu – mas as meninas logo disseram que não era para fazê-lo, e ela voltou a encostar a janela.

Algumas horas depois, Suzana olhava um tipo de produto revendido por Madalena, decidindo pelo aroma, que Salete advertia não ser o mesmo que ela própria já havia adquirido. Suzana, brincando, disse que seria exatamente o produto a ser comprado, provocando uma falsa discussão entre elas. Madalena, participando da briga encenada, falou que Salete ia pegar o guarda-chuva para bater em Suzana. Todas se entreolharam, e Madalena referiu-se ao que acontecera no dia anterior. Apenas dizia que chegou a chorar, tamanho seu choque com o que presenciara. Salete dizia que foi merecido, *“não tinha nada que chorar”*, pois se tratava *“de um drogado”*, e, portanto, *“tinha mais que apanhar”*. Madalena, hesitante, concordou com o argumento de Salete, enquanto Suzana ria, entendendo o exagero do gesto. Ao fim da tarde, enquanto conversávamos à mesa, Salete chegaria a comentar que o braço estava dolorido. Perguntei a razão das dores, e ela me esclareceu: *“é que eu bati numa bicha”* (Trecho extraído do diário de campo de 12 de janeiro de 2009).

Helena e Denise

Helena e Salete me convidaram a almoçar com elas na pensão (...). Dei as primeiras garfadas e ouvi Helena me perguntando, com o pescoço esticado para a frente a fim de me encontrar na outra extremidade da mesa, sobre o que exatamente era a pesquisa. E ela logo me falou, em um desabafo exemplar às demais meninas presentes: *“tu tá vendo aquelas lá embaixo? Tá vendo a discriminação? Não tão aqui almoçando por quê? Tavam se drogando até dez e meia da manhã”*. Helena avaliava que *“o maior preconceito não é fora, é de dentro”*; o abuso de drogas por conta das meninas, na opinião de Helena, constrói aparatos morais que justificam as representações discriminatórias da sociedade envolvente a respeito

das travestis. *“Elas ficam por aí se drogando, aprontando... depois as pessoas não vão falar mal? As pessoas têm o direito de falar mal, não têm que gostar de viado drogado”*, repetia. Contou ainda sobre duas travestis que haviam conseguido *“fazer o corpo”* e adquirir bens mas que *“se acabaram”* e *“perderam tudo nas drogas”*.

Havia um clima de apreensão disfarçada. Helena explicava, exemplarmente, o quanto recriminava o abuso de drogas pelas meninas da casa; dizia que não gosta de *“drogado”*, e as demais meninas, em silêncio, olhavam para mim e para Helena, por vezes confirmando suas palavras, por outras engolindo-as atravessadas. Marcela, Natália e Denise subiram, causando uma ruptura naquela atmosfera. Natália entrou primeiro, assustada e silenciosa. Logo, Marcela entrou na cozinha, sob os olhares de todas, e esperou um pouco para se servir, enquanto Denise olhava da porta, hesitando sobre entrar ou não no cômodo, com as mãos na cintura e sorriso tenso; em pouco tempo, distanciou-se dali, desaparecendo nas escadas.

(...) Todas começaram a descer, em fila, seguindo Helena. E não demorou muito para que Helena subisse e me chamasse a descer com ela. Acompanhei-a até o tanque de lavar roupas, sob a janela da saleta. Ela me perguntava: *“tá vendo como é, né? É pra tu conhecer como é a realidade”*. Ela argumentava que sua irritação com as gurias era porque ela não tolera o abuso de drogas e porque não tem a obrigação de sustentá-las de graça, de mantê-las na casa sem receber o pagamento em troca: *“eu não tenho que sustentar viado de graça, tenho?”*. Desabafava e se justificava, preparando-se para conversar com as gurias. Entrou na casa, pedindo que as meninas entrassem em seus quartos, pois queria conversar com Denise, prostrada no sofá, cabelos revoltos, calça de moletom azul. Helena chegou a fechar a porta do quarto de Saleta, que estava entreaberta. Tinha um caderno universitário nas mãos, que gesticulava junto com as palavras e com os braços nervosos. Cristina, vindo do quarto da frente na direção de Helena, ainda tirava o dinheiro da bolsinha – *“é da diária? Nem adianta me pagar agora; não quero agora. Vai pra lá, vou conversar aqui”*. Denise aguardava encolhida no sofá, olhando para a TV ligada à sua frente. Fiquei constrangida com a cena que Helena me pedia que presenciasse, e Denise parecia tensa também ante uma possível humilhação a ser testemunhada por mim. Muito embora Helena reforçasse que me queria ali para *“saber como é”*, pelos fins da pesquisa, senti-me uma peça moral no jogo performático da punição e da confirmação das regras.

Helena fechou a janela da saleta e começou a aconselhar Denise. Lembrava-lhe seu pedido de ajuda, quando quis voltar para Vale das Passagens, com a finalidade de largar as drogas e conseguir fazer o corpo: *“como é que vocês vêm lá do fim do mundo pra se drogar*

aqui?”. Perguntava-lhe como conseguiria, drogando-se como fizera; dizia que não adianta quando vão para a pensão com o objetivo de largar as drogas, pois “*uma tá tentando se recuperar, a outra não deixa*”. E continuava: “*depois ainda falam de mim, falam mal de mim, mas por quê?*”. Denise, com a voz baixa e muito séria, lembrava-lhe que ela sabia sobre seu desejo de fazer o corpo, a razão pela qual viera a Vale das Passagens. Helena a fazia ver o quanto estava faltando com seu corpo em função das drogas: “*agora tá aí... olha que unha feia, não tem nem dinheiro pra fazer a unha; não tem uma roupa bonita, não tem nada*”. Constrangida com a discussão, tentei quebrar meu próprio silêncio; precisava mediar a situação, caso contrário pareceria aquela entidade moral, despersonalizada e embrutecida, posta em uma vantagem moral hierárquica diante das vivências de Denise. Sentada a seu lado, tocava-a dizendo que precisava cuidar do dinheiro para fazer o corpo e que, já que fazia parte das regras da casa, era importante que, sempre que tivesse o impulso de utilizar drogas, pensasse que seu corpo é o que ela mais pretende conseguir. Claro que não tentei ser convincente, tampouco veiculava uma perspectiva crítica, afinal elaborava ali um discurso óbvio e totalmente senso comum, mas importavam mais a função e a forma de meu discurso naquela hora do que o conteúdo do que dizia.

Helena prosseguia, argumentando que ela mesma já fora usuária de drogas, “*fumava pedra*”, mas havia se recuperado. Olhando para mim, avaliava: “*não teve ninguém pra fazer isso por mim, eu tive que me recuperar sozinha; quem dera alguém tivesse me batido na cara pra eu acordar na minha época*”. E não demorou para que Denise mesma reconhecesse que, para ela, Helena estava certa e que concordava com tudo o que dizia: “*pior que tu tá certa, Helena. A Helena tá certa. Ela faz isso porque quer ver a bicha bem, quer colocar a gente pra cima*”. E Denise mesma começou a me contar, sendo reforçada por Helena, sobre uma travesti que ali chegara com o objetivo de livrar-se das drogas e que conseguiu largar o vício, pôs os peitos e ainda saiu com “*um bom aquê*”. Helena avisava: “*eu vou te dar outra chance nessa semana. Se tu não te arrumar, vou tirar do meu dinheiro e te colocar num ônibus pra tua cidade*”.

No meio da tarde, assim que Larissa chegou à pensão, Denise lhe contou o que acontecera na noite anterior e naquele dia. Avaliava que “*a Helena foi bem, Larissa... A Helena foi ótima*”. Ela parecia reconhecer em Helena uma preocupação com sua recuperação, um incentivo para que melhorasse, e, mais ainda, um aconselhamento em lugar de uma punição, já que não lhe havia surrado e sim dado outra chance. E soltava comentários

reticentes sobre “*a outra vez*” em que algo semelhante aconteceu.

Salete, por sua vez, enquanto conversávamos na cozinha, repetia: “*odeio viado drogado, não suporto*”. E continuou: “*só que a Helena ainda conversa; eu não tenho paciência, eu bato... Tu não tavas aqui quando eu dei uma surra na Marcela, né?*”. Em seguida, Marcela subiu e se sentou à mesa, de frente para mim. Reclamava de estar trêmula por conta da asma. Acabara de tomar o Berotec e sentia o coração acelerado. Explicou-me que o problema de asma compõe o histórico familiar, sendo que algumas tias já haviam falecido por insuficiência respiratória. Salete, que continuava limpando o armário, comentou, repreensiva: “*problema no pulmão e ainda se droga, né?*”. E logo desceu, com Marcela fazendo caretas às suas costas (Trecho extraído do diário de campo de 23 de janeiro de 2009).

3.8 Conflitos, moralidades e subjetividades

Uma série de moralidades, portanto, permeia, constitui e ordena as relações entre as travestis. Tais moralidades, como preceitos engendrados a partir de relações de autoridade e de poder, são negociáveis no interior dos sistemas explicativos das sujeitas e no contexto de suas interações (VIANNA, 2005; R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 1994). Com um campo semântico amplo, são múltiplas e abertas, públicas (tal como a cultura em termos geertzianos), podendo ser apropriadas e reproduzidas pelas travestis, sujeitadas e sujeitas em relação a tal conjunto de preceitos e prescrições.

As muitas moralidades que atravessam e significam os diversos campos sociais das travestis podem ser apreendidos a partir de um *conjunto moral*, no qual elas se acomodam e se conectam, não de forma absoluta, mas sim que desestabiliza e liquefaz as possibilidades de hierarquias morais a serem estabelecidas entre as sujeitas. Dessa forma, jamais se pode, a partir da lógica de uma hierarquia segundo atributos moralmente corretos ou recomendáveis ou desejáveis, projetar moralmente acima das outras de forma absoluta, uma vez que, em se enquadrando nos pressupostos morais referentes a uma dimensão da vida social, é possível que, em outros campos vivenciais, a pessoa possa ser transgressora. Giovana, por exemplo, preza pela *discrição*, criticando as colegas que não incorporem nem corporifiquem tal comportamento; entretanto, Giovana é alvo de deboche das colegas em virtude de cobrar preços mais baixos por seus programas; Denise julga moralmente errado fazer intrigas ou fofocas, mas ela própria é julgada por seu envolvimento com drogas; Marcela igualmente pode defender a desvalorização que a intromissão e a mentira implicam, mas ela mesma é

sistematicamente desvalorizada em termos morais em virtude de ser *closeira*, fazer uso de entorpecentes e dever dinheiro. Nesse complexo *conjunto moral*, portanto, as posições morais jamais são fixas ou absolutas, mas extremamente “democráticas” e altamente mutantes e negociáveis, contingentes.

Da mesma forma, há uma mobilidade intensa em se tratando dos conflitos e das alianças entre as travestis, que se organizam em torno dessas possibilidades de posicionamento e reposicionamento morais. Não raras vezes encontrei, juntas em um quarto e trocando impressões sobre algum acontecimento na casa, colegas que, horas antes, trocavam, veladamente e secretamente a mim, ácidas críticas. Suas alianças ocasionais, formuladas de acordo com um terceiro elemento e relação ao qual se posicionar acerca de diferentes temas em disputa, lembram os segmentos políticos entre os Nuer de Evans-Pritchard (1978), que tecem alianças ou disputas dependendo dos contextos políticos em questão – ou seja, A e B criam alianças contra C; mas B e C podem fazer alianças tendo A como inimigo em comum.

No complexo de minhas inserções, como pesquisadora e amiga, como entrevistadora e ouvinte, como alguém de fora e “*da casa*”, acabava por ser tomada como o “público moral” para os julgamentos, as acusações e as disputas que se travavam em minha presença. Assim como Helena me chamava a presenciar sua conversa com Denise, conforme relatado anteriormente, Salete aproveitava minha presença para repreender Marcela, dizendo-lhe estava “*se controlando*” para não brigar com ela, que sempre “*se enrola*” para fazer as coisas que supostamente se propõe a fazer. Minha presença motivava a encenação da briga, como uma forma de exposição pública – sendo eu o público, o elemento moral exterior – para punição do “erro” de Marcela. Isso ficava claro na medida em que Salete narrava o que havia acontecido dando ricos detalhes que ambas bem conheciam, muito embora a projeção da voz e a performance fizessem parecer que sua conversa era restrita entre ela e Marcela.

CAPÍTULO 4. Conflitos sociais, negociações, violências e riscos na avenida noturna

A *noite*, como “uma categoria temporal e espacial abstrata” em que “há legitimidade em se transgredirem comportamentos que seriam mal vistos ou mesmo impensáveis de dia” (PELÚCIO, 2007a: 70), é cenário para uma complexa teia de eventos conflituos. Ela comporta uma série de riscos às travestis que se prostituem, seja pelos clientes junto aos quais as negociações se tornam mais difíceis, seja por conta dos personagens notívagos que perambulam pelos espaços urbanos em busca de vítimas para suas práticas de assalto, seja ainda pela intervenção, por vezes desastrosa, da polícia.

Os perigos que circundam o trabalho na avenida são lembrados àquelas que ingressam na carreira de prostitutas, como forma de que não se “*deslumbrem*” com a rua.

Eunice está com trinta e quatro anos e observa que “*as mais novas acham que são mil maravilhas*” a vida como profissionais do sexo, negligenciando os riscos de serem agredidas pela polícia, de serem “*perseguidas por malandros*” ou de serem “*estupradas e violentadas*”. Deslumbradas com o dinheiro imediato, acabam não sabendo aplicar o que ganham, esquecendo-se de que “*a beleza passa*” (Trecho extraído do diário de campo de 14 de outubro de 2008).

As violências e os conflitos, que permeiam intrinsecamente a experiência prostitucional das travestis, dizem respeito, mais profundamente, a elementos constitutivos da própria vida em sociedade (SIMMEL, 1983; GLUCKMAN, 1987; RIFIOTIS, 1997, 2005; MENEZES BASTOS, 2001), na medida em que se configuram como inerentes ao social e que possibilitam, por seu caráter produtivo, a articulação de redes sociais (GREGORI, 1993; GROSSI, 1995, 1998; SOARES, 1999; RIFIOTIS, 1997, 2005; PORTO, 2002).

O fenômeno das *violências*, entretanto, apresenta-se dotado de impasses conceituais, tendo em vista o alargamento de seu campo semântico, que abarca experiências demasiadamente plurais, e sua pulverização por discursos morais, os quais as apreendem sob a perspectiva de “problemas sociais” (RIFIOTIS, 1997, 2005, 2008). De acordo com Theophilos Rifiotis (1997), os discursos da modernidade, sustentados pela ideia da racionalidade e da civilidade, focam a *violência*, de um lado, como um vestígio de uma primitividade, um arcaísmo que precisa ser erradicado, e, de outro, como um elemento de fora, externo, estranho, desagregador, o que a associa à *anomia*, à desordem, a um elemento transitório a ser combatido, exterior, de acordo com o paradigma moderno de *sociedade da*

ordem. Partindo, então, do paradigma contemporâneo da *sociedade do conflito*, o autor compreende as *violências* como fenômenos plurais, constitutivos do social e dotados de positividade e produtividade, na medida em que possibilitam a formação de redes sociais e a constituição de subjetividades pelos processos de diferenciação social (RIFIOTIS, 1997, 2005, 2008).

Nesse sentido, os estudos acerca das *violências* buscam compreender a sociedade hodierna a partir do presente, do concretamente vivenciado, do contexto tal como ele se apresenta – permeado pela fragmentação, pela resignificação dos laços sociais, pelo redimensionamento dos processos de socialização e pelos novos regramentos complexos da vida cotidiana (RIFIOTIS, 1997; MAFFESOLI, 1987, 2004). A dimensão vivencial das experiências dos sujeitos passa, então, a figurar como o foco das análises, com o objetivo de se mapearem os múltiplos significados atribuídos às violências no fluxo das relações sociais (RIFIOTIS, 1997, 2005; KATZ, 1988). Pensadas, enfim, a partir dos processos de interação, as violências deixam de ser pensadas como uma irrupção abrupta entre vítimas e algozes e passam a ser entendidas como dinâmicas das relações sociais, tal como o campo de estudos feministas e de gênero tem destacado.

Como lembra Miriam Grossi (2008), a experiência feminista de reflexão e combate às violências contra as mulheres ou às violências de gênero foi objeto de estudo de inúmeras produções acadêmicas no Brasil desde os anos 1980 (FONSECA, 1984; PONTES, 1986; GROSSI, 1988; GREGORI, 1993) e campo privilegiado do qual emergiram conceitos e perspectivas teóricas que lançariam novas luzes aos estudos sobre violências. No Brasil, se uma forte tradição no movimento feminista firmou as discussões na vitimização das mulheres – e, no limite, na feminilidade da vitimização – em contraponto à agência algoz dos homens – e na masculinização da ação agressiva (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995) –, outra corrente atentaria para o aspecto relacional dos conflitos conjugais e deslocaria as mulheres de uma vitimização objetificadora para uma agência sobre a dinâmica da relação afetiva (GREGORI, 1993; GROSSI, 1995, 1998; BRANDÃO, 1998; SUÁREZ & BANDEIRA, 1999; SOARES, 1999; GROSSI & BRAZÃO TEIXEIRA, 2000; RIFIOTIS, 2004, BRAZÃO TEIXEIRA, 2009), vertente que exerceu grande influência sobre os atuais estudos sobre outras modalidades de conflitos e violências no país.

Claudia Fonseca (2000), centrada nos processos microssociais a fim de entender aspectos estruturais, entende que, apesar da excelência de pesquisas a respeito de violências

em contextos urbanos contemporâneos, poucos trabalhos conseguem dar conta de descrever a convivência cotidiana dos sujeitos junto a meios sociais que impliquem a “ameaça constante de morte ou de violência física” (FONSECA, 2000: 168). Em seus estudos junto a grupos populares, aponta para a presença e circulação constantes de relatos sobre violências e crimes na articulação das fofocas que compõem o cotidiano dos sujeitos, “constituem o folclore do grupo e ajudam a definir uma identidade comunitária” (idem: *ibidem*). Tais acontecimentos, por sua vez, atuam como dispositivos a ordenar a dinâmica cotidiana em torno da contenção do perigo (idem: 169).

4.1 Sobre alguns personagens: cidadãos de bem e “moleques”

Os personagens apontados pelas travestis como perpetradores de ações agressivas na avenida noturna são os assaltantes, geralmente meninos que realizam pequenos furtos (os “moleques”), e os motoristas sem intenção comercial que lançam objetos nas travestis ou proferem ofensas verbais contra elas³¹.

Mas o que a gente tem que se cuidar bastante e que a gente sempre enfrenta é assalto. Mas aí geralmente essas coisas acontecem depois da meia-noite, uma hora, que daí eles pensam que a gente já tá com dinheiro, que já trabalhou, e dificilmente eu tô ficando (...). Mas aí a gente já combina também nunca ficar sozinha. Se tem uma num outro lugar, que uma sair, já fica perto da outra, que em duas é melhor. E daí, quando tá sozinha, não ficar num lugar muito discretinho; ficar perto de um posto de conveniência, alguma coisa. São coisas que a gente pode tá acatando pra evitar, né, Fernanda? Que às vezes a gente quer ficar num lugar discreto, senão o cara não passa, mas às vezes aquele lugar discreto pode... né? (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

Como elas explicam, o período que finda a noite de trabalho das travestis densifica a ação de assaltantes que efetuam rápidos furtos a fim de tomar-lhes o dinheiro adquirido através dos programas ou objetos eletrônicos de alto valor simbólico segundo o léxico de ascensão social. Juliana fora roubada enquanto lanchava um cachorro-queente na barraquinha

³¹ Vale das Passagens vinha sendo, segundo membros da Associação Magnólia, palco da ação de um grupo *neonazista* emergente. A região central da cidade começava a ser tomada por alguns parques cartazes com os dizeres “*proteja sua família da miscigenação racial*”, os quais eram afixados nas paredes de pontos comerciais. Dentre as travestis, entretanto, não ouvi direta referência à ação neonazista na cidade. O único relato a respeito de grupos urbanos caracterizados por ideologia e ação de intolerância foi o de Suzana acerca dos *skinheads* em São Paulo no período em que ela morava em Bauru, os quais violentavam homossexuais, travestis e negros: “*tinha dias que eles matavam três, quatro por noite. A gente ficava sabendo porque Bauru é a seis horas de São Paulo*”.

localizada nas imediações da rodoviária, no caminho para sua casa, ao final de uma noite de trabalho: o rapaz passou e arrancou-lhe a bolsa, onde ela acabara de guardar o dinheiro, julgando-se segura, àquela hora, dos assaltos que as acometem durante o *trottoir*. “*A gente não guarda o dinheiro na bolsa, Fernanda, a gente guarda em outros lugares, por causa de assalto*”, ensinavam-me enquanto elencavam as estratégias adotadas.

Essas ações rápidas de furto podem ser acompanhadas de agressões físicas que envolvem surras ou o uso de objetos caracterizados como “armas brancas”, como o caso de Joana, agredida com uma lâmpada fluorescente pelo jovem garoto que tentava furtar-lhe um aparelho eletrônico.

Outro dia foi na rua também que aconteceu. Tinha três rapazinhos, todos menor, mas são esses rapazinhos de rua, moleques. Um deles eu não conhecia, tava com aquela lâmpada, daquelas fluorescentes, compridinhas, na mão. Daí eles vieram, me cumprimentaram. Eu tava ouvindo música com um mp5. Daí os outros dois eu conhecia, mas esse eu não conhecia, que tava com a lâmpada na mão. Aquele lá pegou, veio pra cima de mim, estourou a lâmpada no meu rosto... veio aquele pó branco. E pegou meu mp5 e puxou a minha bolsa e saíram correndo. Daí os meninos saíram correndo junto, decerto se apavoraram. Tinha lá documento meu, a chave de casa, umas coisinhas. Eu consegui recuperar o meu número de celular, na revenda. E os meus documentos e a chave, uma outra travesti que morava lá perto da avenida achou. Eu só perdi mesmo meu mp5 e o aparelho do celular, né? Consegui recuperar o restante. Daí, pelo fato de levar a lâmpada no meu rosto... eu tive a sorte que, na época, eu usava peruca e tava frio, eu tava com uma boininha na cabeça, daí defendeu um pouco, fez um cortezinho, praticamente um arranhão... só que, como era vidro, saiu um monte de sangue; pensei que tinha desfigurado (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

Tais sujeitos praticantes de assaltos costumam circular pelas imediações onde atuam as travestis, avaliando seus ganhos e seus bens eletrônicos. Segundo Glória, um garoto saíra com Adália sob o pretexto de realizar um programa ali perto, em uma região de matagal; na hora, o rapaz enfiou-lhe a mão no sutiã e lhe tirou cinquenta ou cem reais junto ao peito esquerdo, supondo que ela não teria mais dinheiro escondido junto ao outro peito. “*Por sorte*”, ele havia pedido que Adália tirasse as sandálias, o que lhe permitiu fugir depois. Adália explicava a Glória que se lembrara, desconfiada, de agir como Eunice fizera em outra ocasião: baixar as calças do rapaz até os pés, impedindo-o de correr em virtude da limitação dos movimentos das pernas. Ela conseguiu, então, empurrá-lo e sair correndo dali.

A situação vivenciada, narrada e ensinada por Eunice a suas amigas e colegas consistia

em sua fuga durante um programa realizado com dois rapazes, na rua, em uma área coberta de mato. Durante o programa, enquanto ela realizava sexo oral em um dos rapazes, o outro disse que voltaria logo e buscou um cordão para enforcá-la. Eunice havia baixado as calças do rapaz até os pés, de maneira que pôde empurrá-lo e fugir mato adentro. *“Ele não vai correr sem antes levantar as calças, né?”*, avaliou Carmem enquanto ouvia Glória relatar o episódio; *“é, e na verdade o impulso é ele sair correndo, mas vai acabar caindo, não vai conseguir”*, completava Glória.

Fazer circularem as histórias sobre riscos e estratégias de defesa e fuga, portanto, assegura uma espécie de pedagogia que informa e forma coletivamente as travestis para lidar com as situações de perigo na rua. Narrar experiências de conflitos e de medo, assim como aquelas sobre o *trottoir* e técnicas corporais, é uma forma de socializar aspectos da vivência da prostituição através de relatos que se tornam “dicas”, capazes de instrumentalizar as demais sujeitas para as práticas das quais compartilham. Glória, por exemplo, ensina às travestis mais novas a inviabilidade de se trabalhar calçando sandálias que se prendem aos pés e às pernas. Em vez disso, aconselha-as a usar tamancos, que tanto podem ser utilizados como uma arma de defesa quanto permitem que as travestis mais facilmente se livrem do salto a fim de correrem em situações de risco.

O mesmo rapaz que assaltara Adália abordou Glória outra vez. O cliente a deixou na quadra aos fundos, pois havia quatro rapazes no ponto em que a deixaria e temia ser assaltado. Glória, no trajeto entre o local onde o cliente a deixara e o ponto em que atua, fazia um telefonema, segurando a bolsa firmemente no cotovelo, com o braço dobrado. O garoto veio em sua direção e pediu que fizessem um programa. Desconfiada, disse que já estava cansada e que voltaria para casa. Ele insistiu, dizendo-lhe que tinha dinheiro e mostrando-lhe uma nota de cinquenta reais – Glória ficou ainda mais desconfiada, afinal é raro, segundo ela, que os clientes aceitem pagar o valor sem negociar, sobretudo mostrando o dinheiro. Ela novamente negou, e ele a seguiu até a esquina; diante de seu conselho de que não a seguisse, o rapaz encostou-se na parede. Adália chamou-a assustada e avisou: *“esse é o guri que me assaltou da outra vez”*. Ouvindo a confissão de Adália, os outros três rapazes, temidos pelo cliente que dera carona a Glória, entraram no carro e foram embora: *“daí eu soube que eles não estavam junto com ele; imagina, tudo filhinho de papai... foram embora, com medo de assalto”*. Adália e Glória resolveram atravessar a rua argumentando fazer um lanche na loja de conveniência do posto de gasolina; e o rapazinho foi atrás. Glória corporalizava a narrativa, mostrando como saiu já verificando o que acontecia às suas costas. Ela se virou rapidamente e

levantou a voz: “*eu não disse que não queria tu me seguindo? Queria fazer programa com os cinquenta reais que tu roubou da minha amiga? Sai já daqui, senão eu chamo a polícia*” – e mostrava que soltara o tamanco do pé ameaçando-o. Assutado, o rapaz correu; Adália quis continuar na rua, apesar do risco, pois precisava de dinheiro. Glória a deixou acompanhada de Juliana no posto e foi embora. Logo ligou para as demais travestis, alertando-as sobre o assaltante; “*a gente faz isso, né? A gente avisa todo mundo pra ficar atenta. Dá a descrição do rapaz e tudo*”.

A circulação, no interior do grupo, de informações a respeito de riscos e de personagens que oferecem algum perigo às travestis consiste, pois, em uma maneira eficaz de proteção e de alerta. Elas se ensinam, ainda, a importância de uma postura ativa, de enfrentamento, tal como Glória demonstrava diante do jovem assaltante, entendendo que uma aparente fragilidade implica a ideia de vulnerabilidade a investidas agressivas. Eunice, por exemplo, salientava, em uma entrevista a um grupo de colegas que realizavam uma pesquisa sobre preconceito, que, muitas vezes, a ação agressiva das travestis veiculada nos jornais concerne a uma ação defensiva, visto que, se alguém as agride, elas não vão “*se abaixar, ficar quieta e chorar*”. É preciso, ensinava, enfrentar quem investe contra elas, pois a fuga culmina em perseguição e ampliação dos ataques.

Além dos assaltantes ou dos *moleques*, outros personagens que provocam situações de perigo para as travestis durante o *trottoir* são homens dirigindo carros que passam pela avenida sem intenção comercial e, muitas vezes, acompanhados de familiares, até mesmo dos filhos.

Eunice relatou episódios de agressão na rua, durante o trabalho, como pessoas que “*gongam, jogam pedra, jogam garrafa*” e mesmo os pais que mostram as travestis às crianças e ensinam os filhos a xingarem-nas, às vezes gritando para que mostrem “*o peito*” ou para que mostrem “*a bunda*”. Para Eunice, trata-se de falta de conhecimento a forma como esses sujeitos ensinam às crianças como tratar as travestis, além de um estímulo a que, quando adultos, consumam a mística em torno das travestilidades (Trecho extraído do diário de campo de 14 de outubro de 2008).

São recorrentes as narrativas sobre objetos e ofensas lançados de dentro de carros contra as travestis que aguardam por seus clientes na rua. Eunice, ligada a atividades institucionais não só da Sempre-Viva mas a outra ONG para travestis no Estado, lembrava-se de sua experiência de trabalho de campo para distribuição de preservativos, quando presenciou pessoas jogando rojões, extintores de incêndio e pedras nas travestis, mandando-as

correr. Brigitte apontava-me que muitas travestis de sua cidade natal, um pequeno município no interior do Estado, têm os pés cheios de cicatrizes, por conta das garrafas que as pessoas jogam passando de carro, sendo que uma amiga sua chegou a ser atingida por uma garrafa de cerveja cheia lançada por policiais aos seus pés. Carmem relatava, com indignação, episódios presenciados durante sua atuação como agente de saúde, como quando um policial jogou uma nota de dez reais e gritou, da viatura, algo como “*mostra os peitos pra mim*”. E afirmava, consternada: “*gente, um policial, de farda, na viatura*”. São frequentes também momentos em que pessoas jogam rojões nas pernas das travestis gritando “*corre, viado*”.

Os sujeitos que engendram tais episódios, estes marcados por gestos agressivos e por injúrias, articulam um campo moral em que representações de gênero e de comportamentos sexuais se impõem através de ofensas morais, motivadas pela rejeição às modalidades de transgressão que as travestis prostitutas encenam. Geralmente desgarradas de qualquer dinâmica relacional entre as sujeitas na rua e os motoristas perpetradores das ofensas, tais ações remetem à expressão heteronormativa (BUTLER, 2003) de moralidades amparadas em hierarquias sexuais que situam as travestis entre os indivíduos socialmente mais abjetos (RUBIN, 1998). Além disso, tais sujeitos são aqueles aproximados à figura do “cidadão de bem”, que se mantêm assépticos em relação às práticas prostitucionais das travestis ao mesmo tempo em que se alinham à moral heteronormativa ao reproduzirem manifestações de repúdio e abjeção a elas.

Diante da hierarquia que segrega os mundos entre as travestis prostitutas e os heteronormativizados “cidadãos de bem”, despontam também riscos e interditos na abordagem de sedução empreendida por tais sujeitas. Um jovem rapaz sentado ao meu lado no ponto de ônibus, à espera de um veículo que nos levasse do bairro Estação das Flores ao centro, dizia-me que, além da troca de roupa diante das janelas abertas, o fato de as travestis “*mexerem*” com os homens que passavam causava desconfortos entre os moradores do bairro³². Esse desconforto pode, todavia, ser expresso de forma fisicamente contundente, como demonstra o episódio em que Maiara foi agredida pelo rapaz com quem “*mexeu*” – situação em que os pontos de vista remetem a diferentes prescrições morais de conduta e a diferentes etiquetas de sedução, como sinalizam as narrativas de Clara, que presenciou o ato agressivo, e da própria Maiara.

De um lado, Clara narrava a cena contando que Maiara havia “*mexido*” com um rapaz

³² O jovem rapaz concordou comigo, entretanto, a respeito da disparidade no caso de os homens julgarem justo abordar inconvenientemente as mulheres, mas acharem ruim ou violador que as travestis “*mexam*” com eles.

enquanto trabalhava na avenida da Saudade dizendo algo como “oi, lindinho”. O rapaz, diante do gracejo, teria avançado sobre Maiara, batendo-lhe a cabeça contra uma placa de propaganda ou de trânsito e agredindo-a violentamente. Clara, pegando seu carro, foi atrás do rapaz e questionou sua atitude, bastante nervosa. Disse que, se tivesse ouvido a colega xingá-lo ou ameaçá-lo – “*se ela tivesse dito 'seu lixo', 'tu não és nada'*” –, não se teria intrometido, julgando que, sob tais circunstâncias, ela teria provocado a reação do transeunte. Uma senhora apareceu durante sua discussão com o rapaz e o chamou pelo nome, parecendo, aos olhos de Maiara, mãe dele. Esse rapaz teria mandado a mulher sair dali e dito coisas ofensivas às travestis. Clara o desafiava, indagando se ele teria batido em um homem que o abordasse, recebendo como resposta: “*e vocês são o quê?*”. Diante das ameaças de quebrar o carro de Clara, a senhora interveio e pediu que ele não brigasse “*com a moça*”, ao que ele respondeu: “*não tá vendo que é tudo homem?*”. Clara indagava-lhe se qualquer pessoa que “*mexesse*” com ele deveria apanhar: “*se um mendigo mexesse contigo na rua, tu ias bater no mendigo?*”. Para Clara, ficava evidente que sua identidade de gênero motivava a reação agressiva do rapaz.

De outro lado, o mesmo episódio era significado por Maiara sob uma perspectiva bastante diferenciada, amparada em interditos que pressupõem certa segregação entre os mundos possíveis às travestis e aqueles universos e sujeitos que lhes parecem moralmente incomunicáveis. Maiara teria abordado o rapaz que passava pela avenida tecendo-lhe um elogio: “*oi... que gostosinho!*”. Dizia, entre alguns sorrisos, que ele correu para cima dela a agredi-la e que ela “*deu uma de Jack Chan*”, repetindo jocosamente o gesto de defesa dos filmes japoneses protagonizados por aquele personagem. Argumentava não ter registrado um boletim de ocorrência em virtude de não haver razão para tal, já que ela estava “*errada*” por ter “*mexido*” com o rapaz: “*ele tá certo... eu mexi com ele, ele não gostou, me bateu. A gente sabe que não é pra ficar mexendo na rua com homem que a gente não conhece*”. E continuava: “*o soco dele me deu sorte ainda; eu fiz uns programas e consegui um monte de aquezinho. A Clara ainda pegou o carro, foi na casa dele, bateu boca, e eu fiquei na rua conseguindo dinheiro. O soco dele me deu sorte. Quero levar um desse de novo*”.

Maiara conferia, assim, outros sentidos a uma agressão que, aos olhos de Clara, parecia imperdoável e injustificada; subvertia moralmente os sentidos construídos por Clara à investida agressiva, revalorizando a experiência ao pensá-la como uma espécie de amuleto de sorte, um ponto de virada a tornar produtiva e positiva uma noite que poderia terminar em

averiguações e frustrações na delegacia. Para ela, não havia violência e vitimização, senão a consequência inevitável de um risco em que incorrera ao transgredir uma norma moral. Clara, no entanto, vivenciara o episódio de forma mais dramática, amparada nos códigos simbólicos e políticos que marcam o contexto da ONG Sempre-Viva, o que a fez imediatamente acionar a instituição através do comunicado a suas integrantes, como ficou claro no comentário de Carmem: “mulher, o que foi aquele teu depoimento que tu deixou no orkut? Eu fiquei desesperada, e nem tinha crédito pra te ligar, pra saber como tu tava!”. Debruçando-se sobre a forma como Clara e Maiara descrevem e significam o episódio, portanto, chega-se a sentidos distintos atribuídos a tal experiência social, apenas captáveis através do foco na dimensão vivencial das sujeitas envolvidas (KATZ, 1988; RIFIOTIS, 1997).

As experiências de conflitos, agressões, injúrias e outras ofensas morais (R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005) não se restringem aos passantes notívagos; a relação com os clientes, por vezes, é bastante conflituosa, permeada por uma série de orientações prescritivas que visam à segurança das travestis.

4.2 Da relação com os clientes: negociação, conflitos e riscos

Carmem comentou que há uma ideia errada de que se vende o corpo, pois o que se vende, na verdade, é a fantasia. E descrevia como Glória suscita, ao telefone, imagens que produzem, na fantasia do cliente, contextos completamente diferentes daqueles que ela realmente está experienciando no ato da fala. Lembra um dia em que as duas faziam compras no centro da cidade e um cliente ligou: Glória falava, com voz sensual, que estava em casa, de saia, sem calcinha, mas andava pela rua com Carmem, de calça jeans e camiseta, cabelos presos em coque, e apontava para as vitrines indicando o que as duas procuravam. Na mente do rapaz, comenta Carmem, Glória estava na cama, maquiada, peças íntimas sensuais – isso é saber provocar fantasias (Trecho extraído do diário de campo de 10 de novembro de 2008).

A forma como o corpo é significado no mercado do sexo – ou seja, o corpo como performatividade (BUTLER, 2003) e incorporação (CSORDAS, 1994) da fantasia e do desejo em um contexto em que práticas e períodos são negociados – engendra embates nas negociações entre travestis e clientes e operacionaliza a profissionalização da empatia e da entrega.

4.2.1 Sobre ser-se profissional

De uma maneira geral, não estritamente, o cliente é visto como “*uma mariconna*”, “*uma gay*”, cujo principal desejo é “*ser penetrado*”. A esses clientes são, por muitas das sujeitas, atribuídos valores morais desqualificantes, sobretudo porque são percebidos como homens que aparentemente se enquadram nos padrões heteronormativos e socialmente aceitáveis – circulam pelos meios públicos trajados masculinamente, mantêm mulher e filhos –, mas que, à noite, procuram as travestis para realizar seus desejos e fantasias – por vezes pedindo que o chamem por nomes femininos, pedindo que o penetrem, fazendo uso de *lingeries*. Entre muitas delas, ele é, portanto, desprezado moralmente, muito embora as mesmas reconheçam que é graças a este tipo de homens, os quais “*não têm peito pra assumir*” sua suposta “homossexualidade”, que elas garantem sua clientela.

Aurora explicava-me que “*não suporta gays*”, “*não gosta das gays*”, que, embora busquem por seus serviços, não enfrentam as mesmas agruras com que elas precisam lidar cotidianamente. Todavia, são eles que “*botam comida na nossa mesa, eles que sustentam a gente. É por causa do dinheiro que eles dão que a gente pode comer isso aqui, comida gostosa*” – afirmava enquanto apontava para a comida farta sobre a mesa, na pensão. Performatizar profissionalmente a fantasia pela qual o cliente paga implica relativizar as próprias representações sobre eles e mesmo treinar uma espontaneidade ou “*naturalidade*” da prática erótica.

Apesar de ser profissional, eu passo o máximo de naturalidade possível pra eles. Eu sei, pra mim, que é profissional. Mas chega lá na hora, eu não vou ser igual a uma máquina, igual a um robô. Eu tenho que conquistar eles pra eles gostarem de mim, pra eles voltarem mais vezes (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

Eu tenho essa cara de brava (...). Eu não tenho um sorriso bonito. O que conta muito no nosso meio é o sorriso. Se você é uma pessoa sorridente, você conquista os homens. Agora, se você não sorri muito, eles acham que você é enjoada, é chata (Relato de Suzana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Se alguns clientes estabelecem relações de cumplicidade e respeito junto às travestis a quem procuram, outros, sobretudo se “*mariconas*”, adentram em relações de desconfiança em que são moralmente questionados. Por vezes, são acusados de *podres* em virtude de não valorizarem devidamente os novos investimentos estético-corporais que as travestis

empreendem, uma vez que estão mais interessados em “gozar”. Natália julgava que “quando eles querem gozar, nada impede” quando relatava que seu cliente seguira para o programa mesmo depois de um constrangimento causado por alguns policiais. Francine afirmava que “eles querem gozar, não importa se é comigo ou se é com outra”. Glória dizia que Joana “se iludia” por achar que os clientes lhe pagariam mais assim que ela colocasse as próteses nos seios, afinal “eles querem é gozar”, algo para o qual ela usa o “pênis, o ânus e a boca, não os peitos”.

A acusação de *podre* e o questionamento moral também se atribuem aos clientes que demonstram falta de fidelidade aos serviços sexuais de determinada travesti. Cecília descrevia a forma como trata os clientes que, após “pararem” para ela, hesitam entre outras travestis na avenida: “‘vou dar uma voltinha’. Eu digo: ‘vai, amor, só não pára mais pra mim, tá?’. Ele já parou pra mim, a gente conversou, ele diz que vai dar uma voltinha... Ele não gostou de mim, né?”. Suzana, por sua vez, contava sobre um cliente que, depois de abordá-la, dizia querer “uma loira” naquela noite: “eu ia colar a porta do carro dele!”. E seguia, relatando sua indignação com os clientes que “prometem mundos e fundos” e que “dois dias depois passam e nem olham na cara”. Há, entretanto, a possibilidade de revide à atitude que elas consideram ofensiva por parte do cliente:

(...) Mas depois eles param no pé de novo. Daí eu já cobro adiantado (...). O dinheiro caiu na mão da gata, a gata já fica diferente. “Nossa, você tá tão diferente!”; “é, cê lembra aquele dia que você passou e nem olhou?”. E, se a bicha [referindo-se à travesti com quem o cliente acabou saindo] é mais feia que você, aí fica pior: “seu corajoso, sangue no zóio, morto de fome!”. Eu falo mesmo [risos] (Relato de Suzana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Glória, por sua vez, embora compartilhe do questionamento moral ao cliente que transpõe as cisões territoriais da prostituição, avalia de forma diferente a postura a ser adotada diante deles:

Eu sempre digo: “olha, gente, essas mariconas não valem nada!”. Podem sair com uma, depois saem com outra. De repente, tem uma do lado da gente: “ah, e a tua amiga?”. Eu não tenho problema nenhum, eu chamo. Mas eu vejo que eles, às vezes, têm medo de perguntar isso, porque decerto já passaram por uma dessas (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

São frequentes também as desconfianças sobre os clientes que as abordam

argumentando jamais terem sido penetrados, uma vez que, para elas, havendo a afirmação tácita, é presumível que se trate de uma falácia. Além disso, duvida-se também do suposto “engano” que clientes alegam ao ficar evidente tratar-se de travestis e não de mulheres as prostitutas abordadas. Jamile me narrava o dia em que um cliente a abordou na rua: ela estava de minissaia, “bem viadão”, deixando “claro” ser uma travesti. O homem a levou ao motel; acariciava-lhe a região pubiana – aqui, segundo ela, o rapaz já deveria ter percebido o pênis. Mas continuou o programa. Ela estava de quatro, fazendo-lhe sexo oral, e tirou a calcinha. Na hora, ele se assustou, argumentando não saber que se tratava de uma travesti. Jamile disse que, muito embora estivesse evidente, ela aceitaria que ele a levasse, sem sequer dar-lhe o dinheiro. Ele, entretanto, quis continuar o programa: “*ai, é que tu chupa tão gostoso, e eu tô com tanto tesão. Só põe a calcinha de volta e continua*”. Concluía Jamile: “*ele só puxou a calcinha de lado e me comeu assim mesmo*”.

O relato de Jamile remete ao caso de grande impacto nos meios jornalísticos e entre as travestis a respeito do jogador de futebol Ronaldo, cujo rosto estampava a capa de revistas e jornais após seu envolvimento com três travestis no Rio de Janeiro, situação em que o esportista alegava ter pensado que se tratasse de mulheres e as acusava de tentar extorqui-lo³³. Glória me revelava que, segundo uma amiga sua “*belíssima*” que se prostitui na capital carioca, há uma clara divisão territorial entre as travestis, marcando quem são as “*tops*” e as que são “*feias*” e “*marginais*”; de acordo com sua amiga, ainda, Ronaldo era visto frequentemente pela região das “*belíssimas*”, fazendo programa com as travestis mais bonitas, de maneira que o jogador “*sabia o que estava fazendo quando foi atrás das travestis que aprontam*”. Glória avalia, então, que ele queria “*fama*”, porque “*se sentia apagado da mídia*”, mas que, mesmo assim, as travestis envolvidas mereciam ser punidas, já que haviam feito “*coisas erradas*”. Uma delas, segundo suas fontes, tem “*apavorado Curitiba*”, pois “*apronta muito por lá*”.

Essas “*mariconas*” que procuram pelos serviços sexuais das travestis com o objetivo de serem “*penetradas*”, muito embora sejam os clientes preferidos daquelas que afirmam ter mais facilidade em ter ereções e realizar programas mais rápidos, representam, muitas vezes, a afronta aos investimentos corporais e simbólicos empreendidos pelas travestis em torno da feminilidade. Como me dizia Amanda, causa-lhes desapontamento que “*os bofes*

³³ Para mais informações sobre o caso envolvendo o jogador de futebol, consultar a entrevista concedida por Larissa Pelúcio ao CLAM: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=4158&sid=43>.

maravilhosos”, rapazes jovens e bonitos, proponham ser penetrados na relação sexual: “*respeite os meus hormônios!*”, brincava, enquanto Manuela e Suzana relatavam casos de clientes que, inclusive, pedem sua *lingerie* emprestada ou que os chamem por nomes femininos. Dizia-nos sobre um jovem cliente: “*eu louca pra ser possuída; ele: 'me come'. Eu disse: 'ai, gato, por favor! Tu, um gato lindo e maravilhoso desse, pedindo pra eu te comer? Me come, caralho! Só quer saber da minha neca*³⁴*!'. Lindo, o cara lindo, não tem noção. Tudo de bom, tudo de bom!*”. E Suzana reafirmava: “*o pior de tudo é quando você vê aqueles homens lindos, cheirosos, num carrão... e eles vêm, tiram a roupa, e tãõ de calcinha e sutiã por baixo*”.

O caráter profissional da prostituição – entre mulheres, homens ou travestis – implica códigos de conduta amparados na proteção da identidade do cliente, seja no caso do encontro súbito em espaços públicos, seja na relação com pessoas ligadas ao cliente que as questionem a respeito de seu envolvimento.

Estava sentada ao lado de Lorena à espera do ônibus, no ponto em frente ao supermercado Lírio. Do estabelecimento, uma funcionária lhe acenara, enquanto um homem de boné passava por nós: “*esse cara já foi meu cliente, guria! É engraçado quando a gente encontra eles assim; um dia encontrei no caixa do supermercado um cliente meu, com mulher e filhos*”. Explicava-me que “*faz parte do profissionalismo*” fingir não conhecer os clientes quando se os encontra em público, mas que “*nem todas são assim*”, visto que algumas reagem indignadas quando os clientes fingem jamais tê-las visto.

A postura de compactuação com o não reconhecimento recíproco entre travestis e clientes quando dos espaços não prostitucionais é apropriada e significada por muitas travestis, que entendem os espaços vivenciais seus e dos homens que contratam seus serviços comunicáveis entre si unicamente em contextos de sexualização. Carmem dividia comigo uma sábia avaliação de Mariana. Certo dia, o responsável por um laboratório farmacêutico decidiu promover um jantar para funcionárias e funcionários do Coletivo HIV/Aids e para representantes de organizações não-governamentais na cidade, sendo aconselhado por algum secretário para que não se estendesse o convite a representantes de ONGs. A razão, Carmem descobrira, era que ele não pretendia que travesti alguma comparecesse ao evento; o boato era que ele teria saído com Juliana, por isso seu receio de que alguma das travestis estivesse presente. Enquanto Carmem se exaltava contra o tal secretário, Mariana, sentada à mesa, no canto da sala, ria-se olhando sua irritação, dizendo que “*é assim*”, que esses homens têm um

³⁴ Termo usado para designar pênis.

lugar de destaque a ser ocupado e que, portanto, lhes é necessário preservar uma imagem sem cujos preceitos perderiam qualquer espaço de prestígio social. Para Mariana, como profissionais, cabe às travestis manter o “*segredo*” – este que, de um lado, assegura o lugar social pretendido pelos homens e que, por outro, garante que os clientes permaneçam voltando aos seus serviços.

O “*segredo*” (SIMMEL, 1939)³⁵, por sua vez, implica não só o não contato com o universo social do cliente fora dos espaços prostitucionais, mas também o acionamento de uma argumentação em prol do sigilo quando as travestis são interpeladas por terceiros, especialmente esposas.

Conversávamos na sede da Sempre-Viva quando Vitória recebeu um telefonema. Carmem e eu atentamos para a conversa ao telefone quando ouvimos “*não, eu não tenho nada com o teu marido*”. Uma mulher ligava novamente para Vitória questionando-a a respeito da razão pela qual seu número de telefone constava inúmeras vezes na conta do celular de seu companheiro. Ela insistia ao telefone, perguntando se Vitória mantinha ou não um “*caso*” com ele – ora dizia ser seu namorado, ora seu marido, ora ainda seu amante. Carmem pegou um bloco de papel e anotava dicas do que dizer: “*sou profissional*”, sob uma negativa de Vitória com o indicador. “*Sou casada*”, consentido por ela, que comentou ser “*muito bem casada*” e ser “*muito feliz*” com o *marido*, a quem “*ama muito*”. Incansável e nunca satisfeita com a negativa, a mulher insistia nas mesmas perguntas e nas mesmas ameaças por cerca de vinte ou trinta minutos. A história começara quando a mulher constatou as várias ligações do companheiro para dois números: um era o de Vitória, outro era o de Amanda – “*liguei pra lá, era um traveção*”, acusava a mulher. Quanto a Vitória, sequer desconfiava tratar-se de uma travesti – e era nessa suposta “mulher” que ela investia sua desconfiança e sua ameaça. Desde o primeiro dia, Vitória dissera ser uma vendedora de produtos de beleza, esquivando-se de contar ser prostituta.

Como a mulher já houvesse ligado outras vezes, Vitória nos relatava o que acontecera. Quando a mulher questionou o companheiro, este respondeu que as ligações decorriam do fato de ele ter emprestado o chip do celular a um amigo, de maneira que este, sim, havia feito os telefonemas a tais números. Vitória confirmava a versão do homem em questão, dizendo que ele dizia a verdade e que quem lhe telefonava era o tal amigo: “*não, eu não posso dizer o*

³⁵ Para uma análise do *segredo* a partir de uma discussão da Antropologia Feminista, ver Rozeli Maria Porto (2009), que aborda a categoria do *segredo* para discutir as práticas e representações de profissionais da saúde em relação ao aborto legal.

nome do amigo dele. Não posso entregar ele assim, não posso comprometer o amigo dele. Mas eu juro que não tenho caso com o teu marido (...). Pode ficar tranquila". De fato, e Vitória justificaria mais tarde, podia jurar à vontade: não tinha mesmo um "caso", mas "relações profissionais" com o homem em questão. E, enquanto a mulher ameaçava contratar um detetive para segui-la, Vitória, com muita calma, dizia que ela não descobriria nada e que seria apenas gasto de dinheiro, mas que, se quisesse, que o fizesse. Sem entender a relação entre a mulher que a procurava e o homem sobre quem se faziam os questionamentos, Vitória chamava "teu marido, teu namorado, teu amante, sei lá...". Para encerrar os apelos, teve de dizer que entraria em uma reunião e que, portanto, precisava desligar.

Vitória negava e protegia seus clientes "até o fim", uma vez que o sigilo, que lhe integra a ética profissional como prostituta, assegura que não se perca o cliente, o qual supõe tal segredo ao contratar os serviços de Vitória.

Enquanto avaliávamos a situação presenciada, Vitória passou a recordar outro episódio envolvendo esposa de cliente: ela saía com um cliente de longa data. Pararam o carro no estacionamento do supermercado Begônia e começaram o programa. Vitória baixou a saia e colocava a camisinha para penetrar o cliente, deixando a embalagem do preservativo no carro, quando um homem forte bateu no vidro do automóvel, do lado do motorista, com a esposa do cliente. Este, sem titubear, arrancou com o carro, deixando Vitória perto de seu ponto, após pagar-lhe o programa não realizado. No dia seguinte, a mulher foi até ela, perguntando-lhe o que havia acontecido entre ela e o marido. O rapaz, filho do casal, havia visto o pai parar para Vitória, por isso os seguiram. Vitória, cautelosa, explicou à mulher que não houvera nada entre eles, que o homem parara achando que ela era uma mulher e que, quando do programa, ao perceber que ela era travesti, nada aconteceu e ele a levou de volta. A mulher agradeceu, aliviada com o que Vitória lhe dissera. No dia seguinte, o mesmo cliente a procurou para o programa, agradecendo-lhe ter "salvado seu casamento".

As duas situações relatadas por Vitória remetem a uma preocupação maior por parte das esposas ou companheiras em se tratando da "traição" de seus parceiros com travestis, menos aceitável, mais dramática ou mais grave do que a "traição" com mulheres, sejam elas profissionais do sexo ou não. No primeiro caso, o fato de Amanda ser "um traveção" parecia ter descentrado a esposa/namorada/amante do medo diante de uma traição, ao passo que a preocupação com Vitória residia no fato de ser ela, a seus olhos, uma mulher – evidentemente, merece ser levado em conta, aqui, o fato de a mulher possivelmente supor, tendo em vista a representação sexualizada das travestilidades, que Amanda era prostituta,

mas não Vitória, tornando-se, no plano das representações, mais plausível o laço afetivo entre o homem e Vitória. Quanto ao segundo caso, igualmente o fato de o marido procurar os serviços de uma prostituta mulher não era o preocupante: ameaçador era que o marido procurasse os serviços de uma travesti. O que parece por trás dessas inseguranças não é a ameaça representada por uma concorrência “entre iguais”, que coloque essas mulheres em comparação a outras, senão o questionamento à masculinidade de seus homens, bem como o contato com o “impuro”, presente nas representações sobre as travestis, referente à transgressão da heteronormatividade.

4.2.2 Relações conflitivas e relações arriscadas: travestis e seus clientes

Consoante já exposto, a *fantasia* é o objeto que engendra a negociação no mercado do sexo. A ininteligibilidade, porém, acerca do que está sendo negociado, fomentada pelas representações sociais acerca de sua identidade de gênero e de sua atividade prostitucional, é responsável por inúmeros episódios conflitivos entre travestis e seus clientes, estes acusados por uma espécie de objetificação das sujeitas cujos serviços procuram.

Maiara explicava que há homens “*durinhos*” e homens “*flácidos*”. Perguntou a mim e a Fátima, estagiária de Direito na Sempre-Viva: “*né? Não tem uns homens durinhos, assim, gostosos de pegar?*”. E, antes que respondêssemos qualquer coisa, ela mesma antecipou a resposta: “*ah, se bem que vocês não pegam tantos homens como a gente, não devem saber*”. Maiara e Cibele relatavam que às vezes os clientes ainda argumentam que “*estão pagando*” e que, por isso, elas devem fazer o que eles querem. Maiara, jocosamente, afirmava responder: “*ah, é? Ainda bem que tá pagando, né? Pior tua mulher, que tem que te aturar de graça, lavar tuas cuecas*”. Cibele dizia que às vezes os clientes reclamam por *ainda terem* de pagar pelo serviço sexual de uma travesti.

As queixas a respeito da resistência ou da recusa, por parte do cliente, em pagar o valor cobrado pelo programa são complementadas pela indignação mediante as ofertas irrisórias que os mesmos fazem no momento da abordagem e da negociação. Um rapaz cruzava o silêncio da madrugada de ano novo no bairro Estação das Flores; vendo-nos sentadas à varanda da pensão, chamou por Salete, oferecendo-lhe, insistentemente, dez reais por um programa: “*não, querido; faz assim... junta mais quarenta e vem aqui, tá?*”. Os valores ínfimos propostos representam, para as travestis, que, no imaginário dos clientes que

as procuram, elas “*passam fome*”, como me dizia Mariana. Natália reclamava, injuriada, do rapaz que lhe oferecera nove reais pelo programa: “*nem dez... eram nove reais!*”, repetia-se entre a jocosidade e a frustração, enquanto Suzana o identificava através do luxuoso carro com que desfilava na avenida. Helena, que participava da roda de conversa no canto da cozinha, avaliou que os homens que as abordam com carros populares pagam o valor pedido, ao passo que os homens de classes médias em “*carros caros*” sempre oferecem valores muito abaixo do cobrado. As demais, que conversavam paralelamente, concordavam com Helena; Suzana e Natália avaliavam que, por estarem ali na avenida, os clientes “*pensam que podem fazer o que quiser*” com elas, podem pagar o quanto desejarem.

O argumento de que se “*está pagando*” é, portanto, recorrente no relato das sujeitas acerca de cenas de discussões, bem como o é nas narrativas sobre experiência de agressão por parte de seus clientes. O pressuposto de que a compensação financeira confere ao cliente total controle sobre a travesti reduz ao poder econômico do dinheiro a subjetividade e a moralidade da sujeita em questão, em um exercício de tornar uns “*mais humanos*” que os outros (FONSECA, 1999). Brigitte, enquanto terminava o café da tarde, falava de sua preferência por “*trabalhar de tênis e camisetinha*”, pois é cansativo ficar em pé, chamando a atenção, sobre saltos altos durante a noite; e desabafava que voltara mais cedo na noite anterior, depois que um cliente tentou agarrá-la à força e, irritado com sua negativa, quis abandoná-la – ela, que não conhecia na cidade por ter chegado há poucos dias – na BR: “*ele queria fazer à força, não tem? (...) Eles acham que, só porque tão pagando, podem fazer o que quiser com a gente*”.

A discordância em relação ao valor do programa ganha feições mais dramáticas quando a prática excede o que foi previamente negociado, sobretudo quando a cobrança não é feita com antecedência. Joana ilustrava a situação conflituosa lembrando a briga que presenciara entre uma travesti que trabalha perto de seu ponto e o cliente:

Teve uma vez que uma menina foi atender um cliente. A hora que ela tava voltando, que ela foi cobrar o preço, não cobrou adiantado, né? Daí ela tinha fechado por um preço, daí na hora eles fizeram coisas a mais, daí ela quis cobrar depois pelo que ela tinha feito a mais, né? Tava no direito dela! O rapaz disse que não queria pagar, daí quis confrontar com ela. Ela também não quis ficar por baixo. Acabaram todos os dois se agredindo. Ela saiu mais agredida, pelo fato de o cliente ser mais forte, não ter... A gente tem silicone, tem que ter um cuidado a mais com o corpo, né? Não pode chegar a confrontar pra levar um chute, um soco, e deformar o corpo. Daí ela apanhou, sim. Daí, quando a gente escutou ela chorando, os dois já tavam fora do carro. Daí a gente foi...eu e outras meninas fomos e separamos. Daí

mandamos ele embora. Ela saiu por aquilo mesmo. E foi onde deu pra contornar, porque, se deixasse os dois, eles iam acabar se matando (Relato de Joana durante a entrevista em sua residência).

A recusa em pagar o serviço sexual já realizado constitui o cerne da dimensão conflitiva da negociação em torno do programa e pode, inclusive, culminar em ameaça à vida das sujeitas, como me narrava Joana:

Foi quando eu sofri uma espécie de assalto, né? Eu fui fazer um programa com um cliente, daí já era tarde, eu tava a fim de ir embora, daí eu fechei com ele, no caso, 30 reais o programa e ele me levava embora, porque eu cobro cinquenta reais, e a diferença de vinte reais era o que eu ia pagar de táxi. Daí ele falou: “vamos fazer aqui perto, que depois eu te levo embora”. Eu disse: “não, quando a gente tiver lá perto de casa, a gente faz e depois tu me paga e me deixa lá mesmo!”. Daí tá, a gente fez o programa, ele me levou... A gente tava direcionando pra minha casa, daí eu fui cobrar dele, eu não tinha cobrado adiantado porque eu confiei nele, pelo fato de ele tá me levando embora, né? Daí ele parou o carro e disse que não ia me pagar. A reação que eu tive, pelo que eu aprendi, assim, né, foi de puxar a chave do carro (...). Eu tirei a chave e desci do carro. Eu desci do carro, ele já foi tirando uma arma que tava escondida e foi pra apontar em mim, mirar em mim. Eu abaixei do lado do carro. Ele abriu a porta do carro do lado dele e saiu, veio atrás de mim correndo. Daí eu falei: “não”. Ele falou assim: “pára agora senão eu atiro”. Daí a reação que eu tive foi parar, né? “Senão ele me mata”. Eu tava com vinte dias de silicone no bumbum, não podia correr. Daí ele veio pra cima de mim, me deu um chute na coxa, me deu um soco. Eu joguei a chave longe, ele foi pegar a chave... no que ele foi pra pegar a chave, eu comecei a correr. E nem podia tá correndo, né? Daí corri bastante. Daí ele foi no carro, pegou o carro e veio atrás de mim. Botou a arma do lado de fora ainda. Quando ele me alcançou, tentou me assaltar, levar o dinheiro que eu tinha feito na noite. Daí eu entrei no mato que tinha ali perto, atravessei do outro lado da quadra. Ele continuou indo atrás de mim, só que ele não conseguiu me alcançar. Quando eu tava perto da minha casa... eu tava indo pra minha casa mas não queria que ele fosse junto, eu queria despistar, pra ele não saber onde eu morava. Ele parou bem na esquina da minha rua e direcionou o farol. Daí eu me abaixei perto do mato; e deu certo que, naquele dia, eu tava com uma roupa verde, fiquei meio camuflada. Eu não tava de salto, tava de tênis, porque eu não podia usar salto, devido à cirurgia, né? Tava de tênis, foi aonde facilitou de eu ter corrido, né? Daí ele não me viu lá, foi embora, e eu fui pra casa (...). Cheguei em casa num desespero! Eu cheguei a chorar, tremer... porque, se ele atirasse da cintura pra cima, podia ser fatal; se acertasse no bumbum, também, porque eu tava com a cirurgia recente, podia dar uma infecção... ia ter que tirar tudo, ia acabar com a minha vida (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

A objetificação de seus corpos por intermédio de pagamentos inscreve-se no mesmo plano de representações acerca de seus lugares de margem que as tornam mais vulneráveis a ações de violências e de abuso sexual, dentre as quais as investidas que visam ao sexo à força,

denominado por elas *estupro*, figuram como recorrência dramática. Brigitte, lamentando o episódio da noite anterior, lembrava-se de quando, no início de carreira prostitucional, entrou no carro de um suposto cliente sem ver que outro rapaz estava deitado no banco de trás do automóvel: alterando a rota do local combinado, o motorista, sob o protesto de Brigitte, ameaçou-a dizendo que a *estupraria*; e, antes que ela pudesse reagir, o rapaz do banco de trás se levantou e a segurou pelo pescoço, com uma faca em mãos. O motorista, então, tentou tirar-lhe as roupas, até que ela o empurrou com chutes, livrando-se de ambos, não sem perder uma mecha de cabelo tirada pelo homem que a segurava. Já Natália, na entrevista que acontecia com outras travestis em volta, recordava uma experiência semelhante, também quando era iniciante na prostituição de rua:

Aí depois um dia eu entrei dentro de um carro com uma *maricona* só. Aí eu tava indo com a *maricona* pro motel. E eu bem lesada, né, mona? Bobinha. Aí ele: “ai, vamos lá pra minha casa”. Aí eu: “eu quero o pagamento adiantado, então, porque eu tô indo pra um lugar que eu não conheço...”. Porque eu vi que ele tinha passado da rua de entrar no motel. E, quando eu comecei a debater com ele que eu queria o aquê, me pula um oco não sei d’aonde, mona, e bate na minha cabeça. Pum. “Vem cá” – puxou pelos meus cabelos. “Chupa”. Ai, fui uó, né, mona? Aí me levaram lá... Eu trabalhava em [uma cidade], me largaram [em outra cidade], bicha! Ai, eu tive que dar pros dois. Levaram toda a minha roupa... tudo, bicha, fiquei pelada! Só de tamanco, mona... Só de tamanco! Com a cara toda maquiada... um menino, né? Sem bunda, sem nada... Aí, tá. Vi uma casa com luz, eu pensei: “ah, vou chamar na frente dessa casa”. Mas eu olhei pra mim, eu tava toda pelada, né, mona? Vão achar o quê? Que é um doido, né, bicha? Aí... quando eu vi, vinha um caminhão passando, daí eu peguei e pedi carona pro caminhão. Aí o caminhão ainda ficou meio assim de parar. Daí depois, quando ele me deu uma carona, ele falou assim: “olha, guria, eu até dei a carona pra ti porque eu vi que tu tava muito apavorada mesmo, eu vi que tinha acontecido alguma coisa contigo. Porque tu sabe que, por aqui, eles colocam as meninas a pedir carona e, quando a gente pára pra dar carona, eles embrecam pra assaltar a gente. Essa região é perigosa. Eu não ia parar, eu só parei porque eu vi...”. Porque ele começou a ir devagarinho, e eu comecei a correr atrás do caminhão (...). Aí eu ainda falei o nome da minha rua, “me leva em tal lugar?”. Daí ele: “mas onde que é isso”. Aí eu: “ah, em [cidade]”. Daí ele: “tu tá em [outra cidade]”. Eu: “ah!”. Daí ele disse: “ó, eu não posso te levar até lá. O máximo que eu posso fazer é te levar até a delegacia”. Daí ele pegou, me levou pra delegacia, tudo. Aí, lá eles me deram uma capa amarela – sabe essa capa amarela de chuva da brigada? – pra mim me envolver. Daí eu me envolvi. Aí a primeira coisa que eu falei... eu olhei pro alibã³⁶, o alibã tava fumando, aí eu disse: “ah, posso te pedir uma coisa?”. Ele disse: “o quê?”. Eu: “me dá um cigarro, por favor?”. Eu chorando, em pânico. Daí ele: “o que que aconteceu?”. Daí eu comecei a chorar. Mas eles foram maravilhosos comigo. Sabia, mona? Eles não foram uó (Relato de Natália

³⁶ *Alibã* é o termo pelo qual se referem a policiais.

durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Nas narrativas sobre *estupro*³⁷, é recorrente a atuação de dois homens, dos quais um aborda as travestis na avenida, enquanto o outro se esconde no banco traseiro do automóvel, esperando o momento de surpreendê-las, em geral após passarem pelo local em que se espera que o programa seja realizado. Da experiência, restam avaliações subjetivamente dolorosas: “*ai, é horrível. É horrível, querida. É uó. É a pior sensação do mundo. E sabe que eu apanhei de coronhada e tudo, né? E ainda levaram toda a minha roupa... me xoxaram ainda*”, desabafava Natália.

Em virtude dos riscos inerentes à realização de programas com dois ou mais clientes, as travestis ensinam-se e recomendam-se entre si que jamais se aceite a proposta de um programa com mais de um cliente e que, se for o caso de aceitar tal proposta, se chamem outras colegas. Entrar no carro e aceitar programas com mais de uma pessoa são, portanto, evitações de segurança entre as travestis, ilustradas recorrentemente pela morte trágica de Melissa, que perdera a vida ao entrar em um carro com dois rapazes. Eunice nos contava o susto pelo qual passara na noite anterior, quando, a caminho do apartamento de seu cliente, na carona de sua lambreta amarela, um grupo de homens em um carro, aparentemente amigos do rapaz, gritava elogios ao corpo de Eunice e propunha que se encontrassem todos para uma “*festinha*” com ela. Suellen, por sua vez, inscrevera-se em um grande risco ao aceitar o convite de um cliente para que fizessem uso de cocaína em seu apartamento, onde havia mais três homens aguardando-os. No prédio ao lado, uma mulher estendia a roupa, e podia ser vista dali, bem como ver o apartamento; e Suellen, que “*fervia*” com os caras, ouviu, a certa altura, os rapazes comentando: “*será que, se a gente cortar os pés, as mãos, a cabeça dela e colocar num saco plástico, a vizinha vai desconfiar de alguma coisa?*”.

Livrar-se das situações de risco apresentadas por potenciais ou supostos clientes implica um “*jogo de cintura*” (OLIVEIRA, 1994) a fim de que evitar-se que episódios de fúria se façam eclodir. Giovana trata os clientes com simpatia, inclusive quando precisa esquivar-se deles: “*não, meu amor... hoje não, tá?*”. Glória, que disse jamais entrar em carros com vários rapazes, descrevia suas estratégias para desvencilhar-se de episódios de risco e/ou de conflito, inclusive fazendo uso do humor. Certa noite, um grupo *parou* para ela e, diante de sua recusa, perguntou o que ela fazia ali na rua se não era para aceitar as propostas de clientes: “*eu tô*

³⁷ O termo *estupro* é utilizado pelas sujeitas para designar as situações de sexo forçado, com penetração sem seu consentimento.

esperando o ônibus pra ir pra escola”, respondeu brincando. Os rapazes, entre gargalhadas, despediram-se e foram embora. Para Glória, se tivesse sido “*grossa*”, eles insistiriam e mesmo poderiam, de alguma forma, ameaçá-la.

Carro cheio, eles descem, aí eles querem já que a gente vá perto, daí a gente fica meio assim. Porque eles podem jogar alguma coisa. Porque geralmente, quando tem três, quatro, assim, querem festinha³⁸, e a gente não tá ali pra fazer festinha. Tem algumas, sim, mas enfim. A gente tá ali pra trabalhar – eu, pelo menos, que eu adotei como profissão, então eu vou trabalhar (Relato de Glória durante entrevista realizada em sua residência).

Diante de tantos perigos que se desenrolam na avenida noturna, uma série de recomendações, portanto, é cautelosamente arrolada e pedagogicamente transmitida e reforçada entre as travestis. As conversas durante as tardes na Pensão Flor-de-Lis ou aquelas que costumam os instantes de espera entre um cliente e outro na avenida reforçam, através de exemplos, dicas, experiências próprias e histórias alheias, a importância da vigilância a preceitos construídos com base nessa experiência coletiva sistematicamente dialogada e partilhada reflexivamente. Como Joana me explicava,

Se eu vejo que não tô sentindo confiança, eu nem vou, pra não me incomodar (...). Primeiro, quando para uma moto ou carro, algum veículo, primeira coisa que eu faço é olhar a placa, ver se a placa é daqui. Se for daqui, é mais tranquilo pra gente sair, porque ela não vai querer aprontar com a gente e se prejudicar, porque alguém vai conhecer ela. Se a placa é de fora, a gente já precisa ter uma atenção a mais. Daí a gente vai no carro, eles falam, eu noto... vejo se eles não estão bebendo alguma coisa ou se já não tão bebados, na maneira de eles falarem; vejo se também não tão se drogando, porque tem, né, a maneira de ver. Eles chegam lá drogados, chegam já estralados, se mordendo, né? Como aconteceu, já... de acontecer de cliente chegar com a lata na mão pra fumar pedra! Daí eu também já não vou. Tem coisinhas, assim, que a gente tem que analisar bastante. Perguntar, também, antes de sair... Eu falo: “tá, lindo, é tal preço, a gente vai fazer tal coisa, mas sabe que é tudo com camisinha, né?” (Relato de Joana durante a entrevista em sua residência).

Verificar a placa do automóvel, a feição do cliente, o uso ou não de substâncias entorpecentes por parte dele, o que há dentro do carro (drogas, armas brancas) e a possibilidade de mais um indivíduo no interior do veículo são procedimentos básicos de segurança compartilhados e seguidos pelas travestis, aprendizados que requerem certo tempo

³⁸ *Festinha*, aqui, diz respeito a encontros envolvendo mais de um cliente que implicam a transposição da lógica profissional da prostituição pelo aspecto da diversão prazerosa da travesti.

de experiência. Glória sublinhava o que aprendeu com mais de um década trabalhando no mercado do sexo:

O cara parou, eu já conversei com ele. Posso até ser simpática, não sou grossa (...). E, conversando com ele, meu olho já corre dentro do carro todo, já vejo tudo o que tem dentro do carro. Numa dessas, tem um deitado ali, tu não sabe. Olho se o porta-mala não tá meio aberto. Tudo, todos os detalhes, né?

(...)

Por isso que eu falo pra Adália e pra Joana, que tão começando, não conhecem a maldade: conversem! Eu falo pra Adália até uma forma assim: eu paro pra conversar com eles, então o cabelo automaticamente desce, né? Então eu seguro a bolsa pra trás (...) e seguro o cabelo, assim. Porque tu não sabe, ele pode passar a mão no teu cabelo ali e arrastar; o cabelo não vai arrancar. Então, só pra elas nunca saírem com dois. Até pode conversar, ser simpática. De longinho, assim. Não é sempre. A gente não pode generalizar, mas... (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

Além das medidas que visam prevenir situações de violências, Vitória adota estratégias que venham a responsabilizar e a incriminar os clientes que lhe fizerem algum mal, caso eles o façam.

Outro dia, um homem pediu que ela fosse atendê-lo em seu sítio. Embora receosa, resolveu ir ao encontro dele, na rótula da saída da cidade. Chegando, ela perguntou em que carro ele estava, e ele perguntou em qual *ela* estava. Vitória se impôs, perguntando por ele, que respondeu. Ela parou atrás do carro do cliente, anotou às pressas sua placa e jogou o papel debaixo do banco – “*se me acontece alguma coisa, ele não vai tirar o banco, né? E um dia vão achar o carro. Daí a placa dele tá lá*”. Entretanto, o programa correu bem; foi bem paga e ouviu ainda que “*da próxima vez, tu já sabes onde é*” (Trecho extraído do diário de campo de 26 de janeiro de 2009).

Somada a um conjunto de recomendações práticas sobre como prevenir-se de violências no universo prostitucional, a empatia parece figurar como o componente mais subjetivo, mais íntimo e mais pessoal na avaliação sobre as condições nas quais se desenrolará o programa. Como afirmava Pâmela, é preciso olhar bem para o rosto do potencial cliente a fim de ver “*que tipo de pessoa ele é*”, afinal “*tem uns que tu olha na cara e já vê, né?*”. Joana entendia que, ao perceber não sentir “*confiança*”, desistia da negociação para não se “*incomodar*”. Glória, por sua vez, aceita as propostas daqueles clientes com quem ela “*se sente bem*”.

Chego, conversei, já... Se eu não me sentir bem, pode tá num carro

importado, pode tá engravatado, eu já não vou. Sabe aquela coisa quando tu conversa com alguém, tu sente... é como quando tu conhece uma pessoa, na faculdade, em qualquer lugar... tu conversa com uma pessoa, às vezes não bate e pronto, daí tu não te obrigada a tá engolindo a amizade daquela pessoa. “Eu tô te pagando”; “não, querido, eu não sou obrigada a sair contigo”. Outro dia, até, aconteceu um assim, né? Um cara parou lá e... bem no meio da rua, onde não pode parar carro, na via rápida, ali... “E aí, morena?”. Eu disse: “ai, lindo, eu...”. Eu achei que ele tava bêbado, pelo comportamento dele. Aí ele perguntou o preço; eu falei. Aí ele: “ah, mas tá muito caro..”. Abriu a carteira, puxou trinta reais. “O que eu te dou é trinta reais”. Eu disse: “não, lindo, então deixa”. Educada com ele. Virei as costas e saí andando, não sou obrigada a dar satisfação, né? Daí ele: “ô, *cara*, tu tá achando que vai saindo dando as costas pra mim? Tu tá achando que é o quê pra dar as costas pra mim?”. Eu disse: “querido, tu fez uma pergunta, eu respondi, a gente não tem mais nada que conversar. Eu fui super educada contigo, tá sendo grosso por quê?”. “É, vamos sair”. “Vamos sair não! Eu não sou obrigada a sair com você”. Ele disse: “é... tô te dando dinheiro aqui”. Eu disse: “querido, eu não sou obrigada a sair com você... se você acha que eu sou obrigada a sair com você, desça do teu carro, venha até aqui e me coloque à força dentro do teu carro, então”. Mas eu já tava de olho numa garrafinha, né? E aí ele saiu cavando com tudo. Aí a polícia veio na hora, já foram atrás, pararam ele lá na frente, nunca mais apareceu (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

Há, na narrativa acima transcrita, dois importantes aspectos que integram o conjunto de dispositivos de segurança das travestis na rua: de um lado, a importância de uma postura ativa de enfrentamento diante dos personagens com os quais dividem o espaço noturno da avenida; de outro, a empatia, às vezes informada pela dimensão simbólico-espiritual do que elas denominam “*santo-forte*”.

Eunice nos dizia que não adianta, em caso de agressão contra as travestis, “*se abaixar, ficar quieta e chorar*” e que fugir dos sujeitos que as perseguem pode resultar em uma punição ainda mais grave, de maneira que o enfrentamento se constitui como a mais eficaz forma de defesa. Giovana, ao me narrar o dia em que um cliente a ameaçou com um facão após sua recusa em realizar o programa sem preservativo, esclarecia: “*tem que enfrentar, porque, se tu abaixar a cabeça, ele bate*”. Glória também argumentava frequentemente, através de casos que presenciara na avenida, que a postura firme, ativa, tesa das travestis é elemento imprescindível para evitar situações de violência.

Eu já passei por isso muito, né? De repente tu ficar lá, com cara de coitadinha, encostadinha na parede... Aquilo ali dá uma impressão de que tu tá com medo, entendeu? Dá uma impressão de que tu tá com medo. Então, se tu manter um postura, se manter tesa, dá uma impressão pra eles de que tu realmente sabe o que tá fazendo ali. Não que tu tá ali com medo de alguém

parar, de... Porque isso já aconteceu comigo antigamente³⁹; porque antigamente, quando eu caí na rua, eu era muito medrosa: um caro parava, se era de película, não dava pra enxergar nada, eu já ficava desconfiada, né? E, no entanto, eu tava perdendo dinheiro, que é pra isso que eu tô ali. E aquilo ali te dá... Algumas vezes, aconteceu comigo, de repente o cara não tava nem na intenção de aprontar alguma coisa contigo; e, quando ele te vê daquele jeito ali, entregue à fragilidade, de repente ele assim: “se ela tá com medo, tá achando que eu vou aprontar, então eu vou. Vou lá comer, vou lá, faço o que tenho que fazer, desce do meu carro e pronto”. Sabe? Descia. Bem coitadinha. E ainda desejava bem pra ele. Sabia? Então, hoje em dia já não (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

Segundo a perspectiva relatada por Eunice e Glória, portanto, a performativização de uma vulnerabilidade engendra, no plano das relações sociais, seres vulneráveis. A vitimização, incorporada pelas sujeitas, acaba por potencialmente vitimizá-las. É, nesse caso, exatamente ao se enfrentar a situação conflituosa que as travestis conseguem proteger-se dela; acuar-se, franzir-se, expressando corporalmente certa virtualidade vitimária, significa, pois, expor-se mais ao risco, oferecer-se à arena em que é moral e fisicamente expressa a abjeção. Glória, ao tomar a garrafa em mãos e desafiar o homem que tentava intimidá-la, embora se expusesse ao risco de que o mesmo, atendendo a seu desafio, saísse do carro e a agredisse, colocava-se como agente (ORTNER, 2006) em um processo tomado, nos discursos sobre violências, como passivador de um dos polos para hiperagenciamento do outro (FONSECA, 1991; GREGORI, 1993; GROSSI, 1995, 1998; RIFIOTIS, 1997, 2004, 2005), negando-se à submissão e ao assujeitamento.

A contrapartida performática de Glória e Eunice, portanto, era Clara. Esta, segundo o que relatavam algumas sujeitas, costuma pôr-se no canto, encostada à parede, prostrada, com ombros encolhidos. “*Arruma essa postura, Clara*”, alertam-na, supondo que aquela disposição corporal comunica fraqueza e, portanto, põe-na vulnerável às investidas de assaltantes ou de clientes mal intencionados. Nesse sentido, ser-se, de acordo com as brincadeiras, “*transexualzinha*” como uma hiperfeminilização desabilita a sujeita em sua atividade prostitucional, na medida em que a fragilidade e a inaptidão a deixam suscetível a situações de perigo.

Além de uma disposição corporal agressivo-defensiva, certa “*intuição*” parece igualmente necessária em se tratando do trabalho na avenida. Na primeira vez em que nos

³⁹ A referência a “antigamente” não repousa em algum período específico de tempo. Parece, nas narrativas, designar não só um tempo abstrato, mas também um espaço abstrato. Agradeço à Professora Adriana Vianna o diálogo e as observações.

narrou o episódio em que o homem insistiu pelo programa a trinta reais, Glória relatava como “*sentia*” que havia algo errado em relação àquele sujeito, de maneira que a passagem da polícia em ação persecutória aumentou suas desconfianças sobre o que a aguardava naquele carro; é por isso que Carmem sempre afirma que Glória “*tem um santo forte*” e que “*pressente as coisas*”, associando-a a uma bruxa.

Ontem ainda veio um cara a pé falar comigo. Eu falei: “não, querido, não tem um lugar aqui onde a gente possa fazer”. Daí ele perguntou: “onde a gente pode fazer, então?”. Não tem lugar, né? Porque já aconteceu de eu pegar meu carro e ir com o cliente, porque eu conheço. Mas... e eu não me senti bem. Ele... não sei... não sei como explicar. Não me senti bem com ele, conversando com ele (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

O acionamento da ordem do sobrenatural como recurso tanto para explicar as violências e os riscos quanto para proteger-se deles está presente nos estudos de Andréa Moraes (2001) a respeito da percepção de risco entre idosas de camadas médias cariocas. Essas sujeitas, conforme indica a autora, lançam mão do *destino*, do divino e da sorte, por exemplo, como estratégia de agenciamento frente ao risco urbano, como argumenta Gilberto Velho (1994). Este, por sua vez, parte da noção de *destino* para compreender as visões de mundo que explicam as violências a partir de aspectos da ordem do sobrenatural que remetem à ideia de inevitabilidade da circunstância dita violenta. Para ele, a noção de *destino* configura-se como possibilidade de se analisarem as relações entre indivíduo e sociedade, temática cara às ciências sociais, na medida em que os indivíduos-sujeitos agenciam a elaboração de seus *projetos* em um processo de negociação face ao risco.

Vitória julgava-se bastante receosa, sendo que, por vezes, exagera em seu medo e em sua cautela. Certa noite, estava a caminho da avenida quando um cliente ligou para encontrá-la em sua casa; ela, então, retornou, atendeu-o e, em seguida, desistiu de voltar para a avenida, supondo que a trama de eventos que a impediu de chegar ao ponto e que a fez voltar para casa tinha como objetivo preservá-la, mantê-la em segurança. Nenhuma situação específica de violência aconteceu na referida noite, nenhum acidente fora registrado. O que Vitória parecia supor era que algum acontecimento poderia desencadear-se justamente se ela estivesse em seu ponto de trabalho, naquela noite – o infortúnio, portanto, conforme nos ensina Evans-Pritchard (1978), conecta-se à conjunção de elementos protagonizados por aquela sujeita em particular, de maneira que não só ela escaparia de um episódio de perigo como ele próprio não aconteceria.

Na relação com os clientes, emergem duas categorias que remetem ao plano simbólico da relação com a ventura e com o infortúnio. Se, de um lado, o *santo-forte*, como mencionado, expressa uma potencialidade para escapar-se a situações de perigo, uma espécie de proteção de origem metafísica com efeitos materiais sobre a vida das sujeitas, de outro o *axé* se refere à boa sorte, ao sucesso que determinado recurso ou bem simbólico de que dispõem lhes assegura. Ter o *santo-forte* é ser prevenida de circunstâncias arriscadas, é contar com uma “*intuição*” que acautele diante dos clientes e supostos clientes que procuram os serviços sexuais; o *santo-forte* diz respeito a uma proteção simbólica que alguém tem. O *axé*, por sua vez, está alocado ou projetado em coisas, sejam elas produtos que se utilizam ou capital corporal; o *axé* assegura o sucesso mediando a sujeita afortunada e o recurso sobre o qual se projeta.

Laís subiu imediatamente, reclamando da chuva que ameaçava sua escova e chapinha: “*meu axé é com cabelo liso, não adianta. Os clientes me chamam de indiazinha – ‘ô, indiazinha; ô, Potira’*”. Baixinha, pele vermelho-dourada, cabelos escuros e longos, contou-nos que sua avó é descendente indígena e que sua mãe é igual a ela: baixinha, cabelos longos, pele escura (Trecho extraído do diário de campo de 04 de fevereiro de 2009).

O *axé* está nos cabelos lisos de Laís, nos cabelos muito loiros de Marcela, nos apliques capilares de Francine, na maquiagem “*bem garota*” em tons de rosa de Suzana, inclusive no efeito inexplicável do uso de entorpecentes por parte de Natália sobre seus antigos clientes (“*é o axé da droga*”). É no sucesso financeiro junto a clientes com quem se fazem bons e inúmeros programas ou no sucesso em escapar de situações violentas ou de perigo que eles representam que tais categorias – respectivamente *axé* e *santo-forte* – despontam, expressando boa e/ou má sorte na relação junto aos homens que procuram por seus serviços.

4.2.3 O uso do preservativo como campo de disputas morais

As negociações em torno do preservativo constituem uma das circunstâncias que mais desencadeiam conflitos entre as travestis e seus clientes, além das acusações morais por parte daquelas que fazem uso dele contra as que aceitam realizar programas sem camisinha, como me contava Giovana:

Semana passada, um rapaz veio aqui me pegar de moto, tava me levando pra

casa dele. E o bairro era tão longe. Chegou lá ele queria que eu chupasse ele sem camisinha. Eu falei que, sem camisinha, eu não ia chupar. Ele disse: “tá, então vira!”. Eu falei: “não, sem camisinha eu também não vou virar. Você tá achando o quê? Que eu vim da Bahia pra cá pra pegar uma doença tua?”. Ele: “peraí que eu vou pegar o facão”. Eu: “ô, você vai me bater ainda? Então me bate... me bate que eu vou ligar pra polícia agora”. Ele: “sai da minha casa, vagabundo”. E eu: “não me empurra, não me toca... eu vou sair da tua casa, mas eu vou chamar a polícia, você vai pagar o meu programa”. Tava saindo da casa dele, liguei pra polícia. Ele se bicou de moto! Peguei, deixei pra lá e vim embora. Peguei uma carona e vim embora. Coisinhas assim que incomodam (Relato de Giovana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Giovana e Suzana apontavam, durante suas entrevistas, a recusa dos clientes em fazer uso do preservativo como uma das razões pelas quais se davam discussões e brigas. O episódio narrado por Giovana não circunscreve o embate conflituoso estritamente ao desentendimento em torno das negociações sobre o preservativo, mas as apontam como geradora de uma série de acusações que emergem de uma circunstância moral.

Adália, entre uma brincadeira e outra a respeito do não uso de preservativos – que ela se apressava em desmentir –, contava-me que já recebera propostas em valores muito altos para a realização de programas sem o uso de camisinha, mas que preferiu ficar sem o dinheiro a correr riscos de infecção por HIV. Lembrava-se do dia em que um cliente lhe deu o dinheiro e a levou ao motel; chegando lá, disse-lhe que o valor oferecido era para um programa sem preservativo, o que fez Adália negar-se a realizá-lo e devolver *quase* todo o dinheiro, retendo parte do valor em virtude de ele tê-la tirado de seu ponto. Ouvindo seu relato, Glória imediatamente alertou-a de que é importante esclarecer, desde o começo, as condições do programa, deixando evidente que somente com camisinha é que as propostas são aceitas, para não se dar margem a reclamações e a discussões com clientes.

Vitória recordava o dia em que “*um rapaz lindo*” a abordou oferecendo uma grande quantia em dinheiro por um programa sem camisinha; tendo recusado a proposta, ele aumentou a oferta para cerca de quinhentos reais (ao nos contar a cena, ela fazia expressões de ansiedade para com a beleza do rapaz e para com o dinheiro que ele propunha), o que ela negou dizendo: “*querido, quinhentos reais não paga nem a tampa do meu caixão!*”. Joana continuou, confirmando que altas ofertas se fazem pelo não uso do preservativo: “*elas perguntam quanto é o sexo oral; 'boquete' eles falam, né? 'Quanto é o boquete?'. Eu digo: 'sexo oral é vinte reais'. 'Então eu te dou quarenta pra fazer sem camisinha'*”.

Nem todas têm o mesmo cuidado. Tem umas que já tão doentes. O cliente

pede pra fazer sem, elas já tão doentes mesmo, não têm nada a perder. Vão mesmo, daí, pra ganhar o dinheiro. Já apareceu cliente oferecendo fortunas: mil, dez mil reais pra fazer um programa, passar uma noite pra transar sem camisinha. De um dia pro outro, podia comprar um carro. Mas e minha saúde? Ia estragar a minha saúde? Ia perder a minha vida? Isso aí, se eu me cuidar, eu vou ter bastante tempo pra conquistar (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

Narrativas sobre propostas de altos valores em troca de programas sem o uso do preservativo são, portanto, recorrentes entre as travestis. E a recorrência com que isso acontece aponta para um aspecto relevante do ponto de vista dos programas de prevenção ao HIV/Aids, na medida em que não se trata de abdicção da camisinha em nome de vínculos de confiança (OLTRAMARI, 2007). Larissa Pelúcio (2007a) avalia que o contato com o sêmen – este “um líquido impregnado de significados simbólicos, associado à masculinidade, à força, à reprodução e à vida” (idem: 89) – promove prazer e excitação, de maneira que o preservativo impediria tais sensações por contê-lo.

De acordo com Adália, alguns clientes dizem preferir as travestis e transexuais *casadas*, pois estas, no entender de tais homens, prevenir-se-iam mais. Joana, que muito frequentemente fala sobre prevenção – seja jocosamente, seja criticamente a quem “*não se cuida*” –, constatava que as travestis sabem mais sobre prevenção, são mais informadas, previnem-se mais do que as outras pessoas. Para ela, as massivas campanhas que focam sujeitos LGBTTT e profissionais do sexo as tornam mais capacitadas a “*cuidar-se*” face ao HIV/Aids.

Eu falo: “tá, lindo, é tal preço, a gente vai fazer tal coisa, mas sabe que é tudo com camisinha, né?”. Porque eu sempre me cuido, né? Muito! Porque tem um cliente que vai lá procurar a gente e ele pede: “ah, um sexo oral, vamos fazer sem camisinha, porque não tem problema nenhum”. Eu sei que tem, né, porque eu tive uma orientação, eu tive uma instrução que não pode. A gente corre muito risco. Mesmo usando preservativo, a gente sabe que pode acontecer de estourar. Tem que ter um cuidado a mais também quanto a isso. Eles vão lá na maior tranquilidade, pedir pra fazer sem. Tem gente que pede pra fazer o programa completo sem preservativo. É assim... eles que deviam tá se cuidando, pelo fato de a gente ser uma profissional da rua, de sair com vários. A gente se cuida mais do que muitos que vão lá procurar a gente (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

A atenção dedicada às práticas de prevenção entre a maioria das travestis com as quais estive em contato denota a importância e a eficácia da atividade contínua desenvolvida por programas de saúde junto a elas. Nesse sentido, a ONG Sempre-Viva, especificamente,

destaca-se como grande articuladora entre as políticas públicas e as sujeitas, na medida em que, voltada às demandas em torno do reconhecimento social das travestis e fundada e liderada por uma travesti conhecida na região, Antonella, construiu pontos de identificação subjetiva e política com tal população, inseriu-se nas redes através das relações de confiança e mais pessoalizadas e apostou nas dinâmicas internas do grupo para a ampliação das redes de prevenção.

O método de entrega dos preservativos integrava tanto as “*saídas a campo*” por parte de pessoas ligadas à ONG quanto a entrega dos produtos a sujeitas-chave em determinada teia de relações, as quais, por sua vez, se encarregavam de distribuí-los entre outras colegas. Presenciei, muitas vezes, a chegada de Glória, Joana e Ricardo, por exemplo, à sede da Sempre-Viva em busca de preservativos e gel para si e para um grupo de pessoas que enumeravam enquanto Carmem, Fátima ou eu mesma separávamos a quantidade de produtos a serem levados. Da mesma forma, pude contar com a disponibilidade de muitas moradoras da pensão em guardar, para suas colegas mais próximas, as camisinhas que eu buscava na ONG e lhes levava semanalmente, tentando encurtar distâncias entre os dois espaços políticos; também constatei o cuidado de Salete em entregá-las equitativamente às travestis da casa, assegurando-se de que cada uma receberia sua parte de direito.

Apesar da eficiência dessas redes de prevenção, dinamizadas e agenciadas pelas próprias travestis, sejam elas integrantes ou não da Sempre-Viva, a medida sofria acusações deslegitimadoras por parte de outra instância de prevenção na cidade, sob o argumento de que se deveria “*entregar em mãos*”, de que “*não valia*” a entrega para uma travesti a fim de que esta levasse às demais. Entre as integrantes da Sempre-Viva, entretanto, discordava-se profundamente, entendendo-se, pela experiência junto às travestis atendidas, que, quando se entregam preservativos para uma delas, esta os guarda para suas colegas, pois sabe que elas farão o mesmo quando ela própria não estiver no ponto. Na sede da Sempre-Viva, mostravam-me as tabelas com os registros de atendimentos a travestis na cidade, os quais lhes asseguravam o acesso a preservativos e a gel lubrificante – os números em cada ponto, sublinhavam-me, excedia os apresentados por outras instituições de prevenção em Vale das Passagens.

4.2.4 Punições coletivas e a responsabilização

Como já discutido anteriormente, o roubo constitui uma transgressão moral entre as

travestis, não só pelo ato em si, como ainda pelo peso da “economia de discriminações” (VIANNA, 2005) e pelos riscos a que todas as demais travestis acabam sendo expostas pela generalização das representações acerca de seu comportamento. Roubar um cliente implica, portanto, colocar todas as demais colegas sob suspeita entre os consumidores de seus serviços no mercado sexual, além de expô-las aos riscos de uma punição que, segundo as travestis sublinham, se dirige, indiferenciadamente, ao coletivo, não ao indivíduo: *“tem uma amiga nossa que (...) os caras desceram do carro, deram um pau nela, achando que era outra”*.

Francine me ensinava que as travestis *“que não ganham mais pela beleza”* passam a cometer roubos, provocando a vingança por parte de muitos dos clientes. Quando estes não mais se lembram do rosto da responsável pela investida, *“uma vai pagar por todas”*. E continuava: *“muitas travestis já morreram por causa de outras, entendeu?”*. No fluxo na conversa, Marcela enumerava histórias de assassinatos decorrentes de vingança, as quais, levando-se em conta narrativas de outras sujeitas, costumam apontar para uma ameaça verbal proferida em forma de anúncio, por parte do cliente roubado, a respeito do assassinato que está intencionado a cometer, aparentemente como expressão de honra no universo do mercado do sexo. Jocosamente, Marcela recordava-se de uma paródia musical que ouvira à época do assassinato de um grupo de travestis por uma *“maricona”* que fora assaltada; e pôs-se a cantarolá-la, ao ritmo de uma canção infantil contemporânea:

Três travestis foram passear,
chegaram na esquina, decidiram batalhar,
chegou uma maricona e pá, pá, pá, pá,
e nenhuma travesti voltou de lá⁴⁰.

Entre as travestis, contava-se a respeito dos lugares onde as *mariconas* *“não perdoam”*, onde *“elas atiram mesmo”*. Larissa, enquanto relatava perplexa a morte de uma amiga sua em uma cidade próxima à sua cidade natal, ensinava-me, a respeito das tentativas de roubo por parte das travestis, que *“as mariconas não aceitam lá; uma apanhou da maricona... maricona não aceita!”*. Glória descrevia que, em Curitiba, uma *“maricona”*, depois de ter sido roubada por uma travesti, parou no ponto e atirou em duas delas, sendo que nenhuma fora culpada, e a responsável pelo furto sequer estava ali. Ou seja, o roubo efetuado pela travesti contra seu cliente nem sempre é uma ação em que ela ocupa uma posição de

⁴⁰ Paródia da música “Cinco Patinhos”, gravada por Xuxa. Marcada por um jogo de repetição e numeração, tem como modelo a seguinte estrofe: *“Cinco patinhos foram passear/Além das montanhas, para brincar/A mamãe gritou quá-quá-quá-quá/Mas só quatro patinhos voltaram de lá”*.

dominação em relação a ele, mas pode ela própria ser punida fatalmente; e a punição muitas vezes recai sobre qualquer outra travesti que esteja no ponto em torno daquele ocupado pela responsável pelo furto.

E é sob esse risco que as distâncias morais em relação ao roubo se tornam mais visíveis, da mesma forma como se agudiza a distribuição territorial na avenida a fim de que se mantenham em pontos diferentes e “inconfundíveis” os grupos de distintas fidelidades políticas. Muito embora todas possam ter contato entre si, relações de amizade e troca, há uma restrição no sentido das pessoas e condutas pelas quais cada grupo pode internamente responder. Como me esclarecia Glória a respeito da divisão política que se espelha na avenida,

Aí acontecia de “ai, teve uma amiga tua que me roubou aqui esses dias”. Eu disse: “pra começar, eu não tenho amiga assaltante. Em segundo lugar, olha pra minha cara e vê se tá escrito ‘delegacia’ aqui na minha testa”. Pronto, já não falou mais nada. E outra: se ele for assaltado por uma morena e se foi naquele ponto ali, é naquele ponto ali que, se ele quiser se vingar ou se ele quiser mandar alguma coisa, vai ser ali. Então, a morena que estiver ali vai pagar, porque são todas iguais pra eles à noite. Então, se for lá na outra esquina, o problema é de quem tá lá. O que eles marcam é a morena e o ponto. Aí nós começamos a cortar. Mas não tem problema nenhum: quando elas chegam ali, elas já avisam (...). A gente se dá bem, todas. Mas assim: a maioria vem de fora. No nosso ponto, todas têm residência aqui, e as que vêm de fora a gente não sabe (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

Internamente ao grupo, porém, a ruptura de certas prescrições morais pode colocar-se, aumentando-se a vigilância interna sobre as integrantes. Célia, segundo colegas, vinha “aprontando”. Chegou a quebrar o carro de um cliente, injuriada após ele tê-la chamado “cabacinho”, possivelmente, segundo Emília, referindo-se à sua juventude. Célia, brava com o comentário, reagiu agressivamente, chutando a porta do carro. A atitude despertou a fúria do motorista, que voltou mais tarde com uma arma, perguntando a Adália: “*cadê aquela coisinha que tava aqui? Que quebrou meu carro?*”. A “sorte” de Célia foi que ela havia saído dali com Ricardo, seu parceiro, e Adália ligou imediatamente avisando à amiga. Mônica, uma das integrantes da Sempre-Viva, avaliava: “*se ela leva um tiro, daí vem procurar a ONG pra denunciar o cara. Leva um tiro na perna, reclama, mas pra chutar a porta do carro ela teve perna!*”. O perigo, nesse caso, ligava-se diretamente a Adália, que poderia ter sido “punida” em lugar de Célia: “*sorte que aqui é cidade pequena, ele não ia atirar numa que não tivesse culpa; porque, se fosse em cidade maior, ele podia sair atirando*

em qualquer uma”, concluía Emília.

Por outro lado, no contexto da pensão, Denise fugira após roubar um cliente. Enquanto conversávamos na cozinha, em um fim de tarde, Helena me dizia que Denise fora embora em fuga devendo-lhe dinheiro das diárias, depois de ter roubado “*uma maricona*”. Natália contava que o rapaz que sofreu o furto ficou questionando Giovana a respeito de Denise: “*ela dizia: 'perdeu alguma coisa? Tá faltando alguma coisa sua, menino?'; e ele respondia que não, que não faltava nada, que com ele tava tudo bem. O amigo dele que tinha sido roubado, e a Giovana dizia: 'então vai falar com ela, menino'*”. Suzana disse que também foi arguida a respeito do roubo que o rapaz sofrera, reagindo da mesma forma: pedindo que ele procurasse Denise, a responsável pelo incidente. Dois problemas se impunham com a infração moral de Denise, para além da dívida (também moral) que ela acumulava com Helena: primeiro, as representações sociais acusatórias com que ela corroborava a respeito das travestis; em segundo, o risco de uma punição ou responsabilização atribuída ao coletivo, não ao ato individual de Denise – se for roubada uma das “*mariconas que não perdoam*”, as colegas podem sofrer graves consequências.

Os clientes, por sua vez, acautelam-se. Laís avaliava que os clientes levam um tempo até se acostumarem com as novas travestis, até se habituarem aos novos rostos. E achava curioso como os clientes em Vale das Passagens manifestam intensa curiosidade acerca do lugar de onde elas vêm: para ela, importa-lhes saber suas trajetórias porque avaliam se são as mesmas daquelas travestis através das quais vivenciaram experiências de roubo. O que parece estar por trás dessa constatação é o mesmo pressuposto implicado na avaliação de que as loiras seriam todas iguais entre si ou que as morenas seriam equivalentes: em ambos os casos, as travestis são tomadas homogeneamente; e determinadas categorias são elencadas para classificá-las em grandes grupos a serem inteiramente responsabilizados pelas infrações legais e/ou morais daquelas que com tais grupos compartilhem a característica a partir da qual se estabelecem as categorizações. As representações sobre as travestis partem de categorias generalizáveis, portanto. Laís dizia, sobre isso, que a imagem de um profissional ruim sempre afeta todo o coletivo de profissionais daquela área – e com as travestis, nesse sentido, não é diferente.

4.3 Dos lugares da polícia: relação com as travestis e sua aliança com a imprensa

A polícia aparece, nas narrativas das sujeitas, de forma bastante ambivalente, tal como Hélio Silva (1993) descreve as relações entre policiais e travestis na Lapa de sua etnografia. De um lado, ela é prestativa, parceira, inscrevendo-se em um quadro bastante ameno em relação a épocas anteriores, quando a intolerância e a agressão marcavam seu encontro com as travestis. De outro, os policiais se apropriam de seu lugar legitimado pelos aparatos estatais para cometer abusos e ofensas morais. As experiências de contato com a polícia, portanto, são bastante diferentes entre elas.

Glória me explicava que hodiernamente a relação com os policiais é mais tranquila, *“não tem problema nenhum. Só não ir pelada, né? Mas mesmo assim... não tem problema nenhum agora”*. E comparava o momento atual a épocas anteriores: *“antigamente, quase toda semana era presa, parecia uma coisa! Sei que eles se encarnavam em mim. E engraçado, né? As que roubavam drogas e tal, tavam tudo soltas; e eu não fazia nada e me levavam. Não sei o que era, o que tinha. Eu também era um pouquinho bocuda”*. A mesma Glória me contaria, em nosso encontro de despedida, em uma tarde de fevereiro, o episódio que recentemente lhe acontecera quando de uma blitz policial; o guarda lhe pediu os documentos chamando-a por *“senhora”* e, ao olhar o nome de registro no documento, esboçou-lhe um sorriso e comentou: *“tu quase me enganou, né?”*.

A polícia estabelece algumas redes de solidariedade junto às travestis, reconhecendo a Pensão Flor-de-Lis como uma modalidade de organização entre elas. Era final de outubro quando os dois réus confessos pelo assassinato de uma travesti, Abigail, em Vale das Passagens no ano de 2003 foram soltos. O delegado imediatamente telefonou para a pensão avisando que os dois homens estavam em liberdade a fim de orientá-las a tomar os devidos cuidados, sobretudo porque fora Marília a responsável pela denúncia e pela identificação dos acusados. Avisadas através das redes entre as travestis na cidade, as integrantes da Sempre-Viva pretendiam reuni-las com o objetivo de mostrar fotos dos responsáveis pela morte de Abigail e recomendar que estivessem atentas à circulação deles pela cidade.

Embora aparentemente reconhecesse o grupo liderado por Helena e, de algum modo, zelasse pela segurança das travestis, a atitude da polícia apontava para o não reconhecimento da organização institucional das travestis representada pela Sempre-Viva, peso que se fazia sentir entre as integrantes da ONG. Nenhum telefonema, segundo elas, fora feito pela polícia para a sede da instituição como forma de encaminhar medidas formais de segurança e de

proteção, estabelecendo-se a comunicação entre dois órgãos formalmente instituídos. Pelo contrário, a relação da polícia para com a Sempre-Viva parece carregar-se de representações construídas a partir das ações, sobretudo legalmente subversivas, das travestis com as quais os policiais entram em contato, como no caso daquelas que transgridem as recomendações morais acerca das normas de vestimenta e argumentam, no embate com os policiais, que a ONG existe em defesa de suas atitudes (episódio discutido no capítulo anterior). A Sempre-Viva, esclareciam-me, não pode ser conivente com a nudez das travestis que se prostituem; mas, no imaginário da polícia, não são claras as diferenças entre as diretrizes morais recomendadas pela instituição e as atitudes individuais adotadas nos espaços públicos, de maneira que as impressões sobre o que as demais travestis fazem na rua se embaralham com as representações acerca dos pontos de defesa da Sempre-Viva.

A vigilância sobre as vestimentas, aliás, constitui um dos aspectos que mais mobilizam a polícia em torno das travestis.

[...] só que, uns quinze dias depois, parou uma viatura; me mandaram colocar roupa, que eu tava muito pelada. “Que botar roupa o quê? Vocês não têm nada pra fazer não nessa cidade? Vou trazer uns traficantes lá de Campo Grande pra vocês terem ocupação”. Desacato à autoridade. Me prenderam. Eu tive que pagar quatrocentos e quinze reais de multa, por desacato à autoridade (...). Mas teve uma época em que eles embaçavam mesmo (Relato de Suzana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Para se compreender como, no contexto de Vale das Passagens, a fiscalização sobre as roupas utilizadas pelas travestis constitui o mote da intervenção policial, é preciso entender-se a aliança moral entre a polícia e a mídia jornalística.

4.3.1 Jornalistas e as campanhas de moralização⁴¹

O período durante o qual a pesquisa de campo foi realizada inscrevia-se em uma intensa campanha de moralização das vias públicas encabeçada por jornalistas e colunistas da imprensa local que teciam o que eles chamavam *denúncias* a respeito das travestis na avenida da Saudade e parabenizavam a ação policial subsequente à publicação de seus escritos, segundo atestou uma análise do pequeno arquivo de reportagens relacionadas às travestis e

⁴¹ Inorro, aqui, em um problema delicado, qual seja, a não revelação das fontes jornalísticas. Opto, entretanto, por tal estratégia como forma de manter o anonimato sobre a cidade, as instituições e as sujeitas que integram a pesquisa.

veiculadas nos jornais locais de que dispunha a Sempre-Viva⁴². Os personagens mais engajados em tal atividade midiática eram Humberto, um colunista que costuma fazer uso de linguagem popular apropriando-se de gírias e expressões locais, e Orestes, jornalista responsável por uma coluna policial diária em outro jornal da cidade, apresentador de um programa televisivo na região e, à época, candidato a vereador, que não conseguiu eleger-se (perdeu sua vaga na Câmara para um pastor evangélico).

Nessas colunas, os comentaristas expõem sua foto e seu endereço eletrônico, logo abaixo do nome, oferecendo um caráter mais individualizado à voz que celebra a notícia. Ali, tecem breves comentários pretensamente “bombásticos” fragmentados por pequenos subtítulos que iniciam pequenos parágrafos imbuídos de avaliações pessoais. Destaca-se, mais do que o conteúdo de intolerância e sexismo, o tom com que esbravejam suas observações: por vezes, outorgam-se semi-heróis da virtude, reivindicando processos de moralização sob sua perspectiva de senso comum e assumindo-as a despeito de críticas imaginárias a sua posição. Observe-se o seguinte comentário: *“podem até ficar de ‘beijo torto’ com esse caboclo que aqui vos escreve, o negócio é que não podemos nem devemos deixar que a tal liberdade vire libertinagem. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa e muito diferente”* (comentário de Humberto a respeito da ação policial que fechou estabelecimentos em que atuavam mulheres prostitutas, em junho de 2007).

As colunas que reverberam na “moralização” das vias públicas se caracterizam por acompanhar, comentar e arrematar reportagens policiais incriminando uma ou outra travesti por assalto ou roubo. Nesse sentido, tomando por generalizadas as práticas registradas nas reportagens, trazem acusações contra a prostituição de travestis, cobram medidas policiais e congratulam ações policiais de grande repercussão. Por vezes, as acusações e os apelos se fundamentam na afirmação de que se trata de uma demanda da população, ainda que a voz desses outros sujeitos raramente apareça e mesmo que, como mencionado, o colunista se apresente como um bravo de atitude heroica que expõe aquilo com a coragem de ir contra opiniões alheias, por defender “o que é certo”: *“esse negócio de mulherada e viadada quase peladas nas ruas precisa e deve ser brecado”* (comentário de Humberto após reportagem de uma jornalista tratando da ação, entre as travestis, pelos cuidados com os trajes na rua, em junho de 2007).

⁴² No total, eram, no momento da pesquisa, 33 matérias, provenientes de 4 jornais, com datas entre agosto de 2003 e junho de 2008. Embora o número de reportagens fosse bastante pequeno e os recortes não se vinculassem a um monitoramento sistemático, a análise desse conteúdo jornalístico me sinalizou valores e acontecimentos sociais significativos no contexto do Vale das Passagens.

Uma das reportagens, datada de junho de 2007, retrata o impacto das companhias moralizadoras empreendidas pela imprensa sobre as travestis e sua relação com os demais atores sociais. Uma das travestis, antecipando-se à ação policial que se vinha realizando junto aos estabelecimentos voltados à prostituição, passou, ligada à ONG local, a circular entre os pontos de prostituição de outras travestis alertando-as de que fizessem uso de roupas que dessem conta de cobrir o corpo, afinal ela própria vinha sofrendo ameaças por parte da população sob a justificativa de que, sendo atacadas moralmente pelos meios de comunicação, não teriam o direito de reclamar ou de reagir diante das agressões.

Não raras vezes, também, os apelos pela moralização das vias públicas se amparam em uma miscelânea de acusações ou de supostos “problemas” no local de que se trata: tráfico de drogas, roubo, assaltos à mão armada e vestimentas inadequadas se somam na justificativa pela demanda de intervenção, muito embora, na própria reportagem, a relação entre a circulação de substâncias ilícitas não apareça como prática empreendida pelas travestis e sim como evento simultâneo ao *trottoir* em um espaço apropriado por muitos diferentes sujeitos para distintas práticas sociais. Esse agrupamento de fenômenos moralmente postos sob desconfiança constrói e fundamenta o *pânico moral* em torno das travestis na cidade.

Há tempo venho dizendo no meu programa de televisão sobre o perigo iminente dos travestis na Avenida [da Saudade]. Pense bem, o travesti estava armado, será que só este ou uma prática de todos que ali fazem ponto? Nas grandes capitais, as ocorrências são diversas, os hospitais recebem diariamente homens com suas faces cortadas por brigas com os rapazotes, além é claro, do possível tráfico de drogas. Parabéns à Polícia Militar que já há alguns dias vem fazendo a fiscalização na [Saudade] e mostrando quem é que manda (Coluna de Orestes, publicada em maio de 2008, relacionada à reportagem sobre a prisão de Giovana, acusada de assalto à mão armada).

O excerto acima demonstra, além do recorrente tratamento dados às travestis pela desinência de gênero masculina – o que configura, em si mesmo, uma modalidade de ofensa moral –, como a imagem das travestis como um “*perigo iminente*” é construída a partir da articulação entre fragmentos aleatórios, levantados meramente na forma de hipóteses não comprovadas por meio de dados, sugerindo elementos de atrocidade a sujeitas que o próprio jornalista desconhece. O encadeamento de múltiplas generalizações, todas amparadas em representações moralizadoras extremamente subjetivas, projeta, como em um jogo de sombras, o alerta para o controle e desconfiança em relação ao grupo das travestis. Nesse sentido, a noção de *pânico moral* desponta como explicativa ou descritiva da forma como a

imprensa jornalística local, através de seus colunistas das páginas policiais, representam as travestis que atuam como prostitutas na cidade.

Richard Miskolci (2007), apoiado em Kenneth Thompson, esclarece que, do ponto de vista da abordagem estadunidense sobre os pânicos morais, a mídia opera pela espiral de significação, de modo estabelece conexões de significação entre fenômenos paralelos, ampliando uma preocupação social. É dessa forma que parecem operar certas reportagens ou colunas acerca das travestis na cidade, como se observa na publicada em agosto de 2003, acerca das reclamações do presidente da Associação de Moradores de um bairro: *“moradores pedem a retirada de travestis”*, diz a manchete, acompanhada de um segundo título em letras menores, segundo o qual *“famílias do bairro (...) se incomodam também com o tráfico de drogas”*. No corpo da reportagem, ilustrada com a foto de uma travesti em seu ponto de trabalho, um embaralhamento entre as reclamações sobre a conduta das travestis na rua, sobre o tráfico de drogas e sobre o vandalismo no bairro finalizam com a providência tomada pela polícia: *“as rondas noturnas serão intensificadas, e policiais ficarão de plantão observando as atitudes dos travestis”*.

A produção jornalística, portanto, constrói demandas junto à polícia a partir de seu lugar de veiculadora da “opinião pública”, seja alertando para supostos perigos iminentes representados pela atuação das travestis, seja congratulando ações policiais que atendam ao apelo por moralização dos espaços públicos – leia-se Avenida da Saudade, ao longo da qual as travestis realizam seu *trottoir*. Pretensamente portadores da voz moral, os colunistas empreendem sistemáticas acusações às travestis, privilegiados pelos espaços de que dispõem junto à imprensa, e, ao mesmo tempo, cobram medidas policiais, fiscalizando-as e denunciando sua inércia.

4.3.2 A legitimidade policial em descrédito

Se, de um lado, os policiais tentam construir pontes informais de aviso de segurança às travestis, de outro algumas reclamam que a polícia está presente sempre na hora errada, ou seja, desponta para fiscalizá-las quando não há problemas na avenida, mas jamais, em contrapartida, se apresenta quando agressões e roubos as colocam em situação de risco.

Eu acho que, no momento em que tá tudo bem, a polícia vem até importunar a gente, atralhar... Ficam perguntando o nome, vendo se a gente tem passagem na polícia. Eu não tenho passagem, mas quem tem, veem por que

motivo tem passagem. Numa situação dessa [*referindo-se a um episódio em que foi agredida e perseguida por um cliente*], que a gente precisa, não tem ninguém pra ajudar a gente (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

Dessa forma, a ação policial em favor das travestis é sempre tomada com descrédito, impedindo, inclusive, que elas tomem providências formais no caso de agressões vivenciadas nas ruas⁴³. Depois do episódio em que foi agredida, Maiara dizia não ter feito o boletim de ocorrência porque, em seu entendimento, em nada adianta registrar queixas na delegacia, uma vez que as investigações não têm continuidade. Tal descrédito se agrava por conta das acusações de que policiais tecem ofensas morais às travestis e a seus clientes e das histórias sobre corrupção da polícia e envolvimento de policiais com travestis.

Só que tem polícia – que eu sei, porque eu já presenciei – que a droga que eles apreendem eles vão lá vender pras travestis, oferecer pra elas em troca de programa, em troca de companhia, sair com elas... até na própria viatura. A Suellen diz que já saiu com dois, assim, pra fazer um programa. Nem foi por droga, eles pagaram mesmo, na própria viatura. Eles levaram ela lá (...), que é um lugar que não tem movimento à noite, é bem escuro também. Fizeram um programa com ela lá, no horário de trabalho e tudo, né? (Relato de Joana durante a entrevista realizada em sua residência).

Cibele contava, entre risadas, que um delegado “*desaquendou*”⁴⁴ para ela, enquanto Maiara explicava por que razões não pensava em registrar um BO contra o rapaz que a agredira. Soraia dizia que ela e Telma foram liberadas quando da prisão por desacato à autoridade depois que Telma fez um programa com o delegado. Elas jamais revelam nomes de policiais ou de delegados com os quais realizam programas, mas os cargos profissionais que eles ocupam são acionados como forma de subverter a legitimidade de que eles desfrutam e pôr em dúvida a moralidade de que se imbuem, relativizando seu poder moral e legal.

A polícia é não só parceira, corrupta ou cliente, mas também ofensiva. O relato de Natália a respeito de uma intervenção policial aponta para as ofensas morais de que alguns policiais podem fazer uso, de seu lugar legitimado pelos aparatos estatais, contra as travestis e seus clientes.

⁴³ Marcelo Oliveira (1994, 1998), em pesquisa junto a travestis na Grande Florianópolis, avaliou que os policiais são os responsáveis pelas mais agudas agressões sofridas por suas sujeitas. O autor discute a trágica morte de uma travesti da região decorrente de um brutal espancamento por parte de policiais, enquanto esta distribuía preservativos a travestis em pontos de prostituição. Como agravo à circunstância, houve resistência, na delegacia, em se registrar a queixa, problema só superado mediante a presença de um advogado.

⁴⁴ *Desaquendar*, neste caso, refere-se a ser passivo na relação. No caso, o delegado foi passivo em uma relação sexual com Cibele.

Aqui em Vale das Passagens, né? Que eles param a gente, chamam os caras de “papa-traveco do caralho”, não é, Soraia? Aqui os alibã são podre, querida. A única coisa que eu acho que é uó aqui, mona, é os alibã, sabia? Porque que nem uma vez em Porto Alegre... a Cristina pegou uma maricona que falou horrores de coisas pra ela, ela cuspiu na cara da maricona. A maricona voltou com a polícia: “foi esse ali, ó”. Daí eles perguntaram: “que que aconteceu?”. Daí a Cristina: “ah, maricona, voltou com a polícia?”. Aí eles: “o que foi que aconteceu? Houve furto?”. Eles perguntaram assim. Aí a Cristina falou... a própria maricona falou: “não”. Aí, na hora que ela falou “não, ela não me roubou, mas ela cuspiu na minha cara”, daí os policiais falaram assim: “ah, cara, vai pra casa! Ela correu atrás do teu carro pra cuspir na tua cara? Tu tava passando pra ir pra tua casa e ela correu e cuspiu na tua cara? Não, né, meu? Tu que veio parar no pé dela, falar besteira pra ela, pra ela cuspir na tua cara. Então, cara, vai pra casa”. E já olharam pro carro dele e falaram: e esse farol aí da placa do carro? Tá ligando? Já pegaram e... Aí a Cristina [*solta uma risada muito aguda*], e nós nua na rua, e eles nem intimidade. Aqui, esses dias eu tava indo pro box, não ia nem fazer no escurinho, quando eles tiveram a capacidade de seguir o carro até o caminho do box; aí, chegando quase lá no box, eles embrecam o carro e mandam descer. Aí o cara desceu, aí eu desci também. Aí eles começaram a rir. “Ah, seu papa-traveco do caralho”; “ah, se até o Ronaldinho pega, né?”. Eles falaram assim. Aí, depois tá... eu tava parada e eles: “ô, machão”. E eu nem intimidade, né, mona? E eles: “ô, machão de biquinizinho rosa!”. Ai, mona que uó. “E o documento? Qual é teu nome?”. E eu falei assim: “Natália”. E ele: “não, teu nome!”. Eu peguei a minha bolsa, tirei a identidade de dentro da bolsa e dei assim pra ele: “tá aqui, menino”. Não falei meu nome pra ele. Não sou obrigada, né, mona? [*Uma das travestis presentes durante a entrevista falou: “devia dizer ‘você não sabe ler? Então leia meu nome’”*] Mas foi o que eu falei: “tá aqui o meu nome, ó?”. Ele disse: “qual o teu nome?”. Eu disse: “Natália”. Ele: “não, o teu nome”. Eu peguei a minha identidade e falei assim: “tá aqui o meu nome”. Daí eles ficaram loucos, né? Daí eles falaram: “ah, se até o Ronaldinho pega”. Eu falei: “não, mas porém com uma diferença, né, querido? O Ronaldinho pegou dois viados feios, esse aqui pelo menos pegou um viado bonito”. E chamei pencas de coisas pra eles, mona. E eles falaram horrores pra mim, daí é que abalavam mais ainda com a minha cara. Ai, foi podre. Me chamaram de “machão” e tudo... o “machão de biquinizinho rosa” (Relato de Natália durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Natália comparava a conduta policial entre Porto Alegre e Vale das Passagens, as duas cidades pelas quais costuma circular e, respectivamente, como costumava destacar Denise, onde se pode fazer o *trottoir* com vestes mínimas e onde é preciso ter cuidados em relação à vestimenta. No dia seguinte ao acontecimento, semanas antes da entrevista, ela avaliava, enquanto me contava indignada o que vivenciara, que a intervenção se caracterizava por “*abuso de autoridade*” por parte dos policiais. De um lado, estes deslegitimavam sua feminilidade chamando-a “*machão*” e obrigando-a a dizer seu “*nome*”, em uma ação insistente para que ela pronunciasse – e, portanto, verbalizasse e materializasse – uma

masculinidade que lhe fora outorgada quando de sua primeira socialização e com a qual não encontra pontos de identificação subjetiva. De outro, as ofensas morais se estendiam ao cliente, em um processo de contaminação pelo contato com o heteronormativamente “impuro”, alimentadas pelo evento que mobilizara, meses antes, a opinião pública: o escândalo midiático em torno do envolvimento do jogador de futebol Ronaldo com três travestis no Rio de Janeiro⁴⁵. Para Natália, assim que os policiais saíram, muito possivelmente o cliente foi alvo de chacotas por estar saindo com um “viado”; mesmo assim, entretanto, o rapaz não desistiu do programa: *“quando eles querem gozar, nada impede”*.

Marcela trazia um relato semelhante ao de Natália no que diz respeito às formas de abordagem policial tidas como abusivas contra as travestis e seus clientes. Quando uma viatura policial parou o carro do cliente com quem ela saía, foi solicitado que ambos descessem do veículo. Ao descer de roupas muito curtas e cinta-liga aparente, Marcela, segundo me contava, despertou acusações e provocações jocosas por parte dos policiais contra o rapaz: *“o quê? Tu tá saindo com traveco? Tava chupando pau de traveco? Tava gostando? Acabou a festinha? Mas vai continuar agora. Vai ali, chupa o pau do traveco”*. Marcela reagiu: *“escuta aqui, eu não estou infringindo nenhuma lei. Eu sou travesti e exijo respeito”*. Diante de seu enfrentamento, os policiais teriam solicitado revistar a bolsa, ao que ela contestou, argumentando que a única pessoa que poderia revistá-la seria uma policial mulher, porque ela é travesti mas é *“considerada mulher”*. Diante dos abusos policiais, Marcela *“ficou louca”* e ameaçou tornar pública a situação.

Nessas narrativas, os policiais despontam, mais do que interessados em uma ofensa direta contra as travestis, guiados por um constrangimento efetuado contra os clientes que procuram os serviços sexuais das mesmas. Além disso, tanto na descrição de Marcela quanto na de Natália, estas aparecem dotadas de agência (ORTNER, 2006), ao passo que os clientes não se pronunciam e não reagem à investida policial.

4.3.3 Da prisão de Giovana

À época da pesquisa de campo, uma das travestis moradoras da Pensão Flor-de-Lis, Giovana, buscava provar sua inocência em relação a um assalto pelo qual fora acusada e

⁴⁵ Para uma discussão sobre o episódio envolvendo o jogador Ronaldo, ver a entrevista “Notas de um Escândalo”, concedida por Larissa Pelúcio ao CLAM. Disponível no site: (<http://www.clam.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4158&sid=43>).

presa, episódio que desencadeou grande alarde na imprensa de Vale das Passagens, já envolta na massiva campanha de moralização da avenida da Saudade, liderada, sobretudo, por colunistas em jornais da cidade.

Em uma madrugada de sábado para domingo, uma jovem de dezenove anos foi assaltada enquanto voltava de uma festa promovida em alguma boate local. Segundo a jovem, uma travesti loira a teria abordado com uma arma de fogo em punho, levando-lhe a bolsa. Após a denúncia na delegacia, foi levada pelo pai e por policiais até a pensão, onde se sabe que moram muitas travestis que se prostituem na cidade, a fim de identificar a pessoa responsável pelo assalto. Foi Giovana, uma esguia travesti loira, quem abriu a porta e atendeu os policiais, os quais, sob a acusação e suposto reconhecimento pela jovem garota, a prenderam.

A narrativa do colunista Orestes, também apresentador de um programa de televisão e candidato a vereador na campanha eleitoral da época, sobre o caso foi a seguinte:

Uma moça de 19 anos foi deixada próximo a sua residência por uma amiga, quando estava no meio da madrugada e um travesti escondido atrás de um posto de lavagem anunciou o assalto levando sua bolsa, celular e chaves de casa. O travesti por sua vez estava armado com um revólver, segundo a vítima. Após assaltar, o marginal entrou num [*descreve o modelo do carro*] e fugiu. A polícia foi comunicada pela vítima que foi ao batalhão e através das câmeras de segurança conseguiu identificar o travesti. Os policiais tinham informações que o assaltante residia no [*bairro*]. Não deu outra, lá estava o [*modelo do carro*] em frente a casa estacionado. Os policiais então invadiram a casa e a vítima reconheceu o assaltante que foi conduzido a Central de Flagrantes e encaminhado ao Presídio⁴⁶ [*nome do presídio*] (Trecho da coluna publicada em 26 de maio de 2008).

Sua descrição sobre o episódio, entretanto, diferencia-se um pouco do que outro jornalista escreveu, algumas páginas antes, no mesmo número do jornal:

O travesti (...) foi preso em sua residência na manhã de ontem, acusado de ter assaltado uma jovem de 19 anos que saía de uma danceteria. De acordo com a vítima, ela estava voltando para casa e passava próximo ao bairro [*nome do bairro*] quando foi abordada por dois travestis armados com um revólver que levaram sua bolsa, um celular e mais R\$ 15,00. Após o registro do Boletim de Ocorrência, a polícia prendeu [*iniciais do nome presente no registro civil*] e segue a procura do outro suspeito (Reportagem publicada em 26 de maio de 2008, no mesmo jornal e exemplar em que o comentário de Orestes foi replicado).

⁴⁶ Os inúmeros e crassos erros gramaticais/textuais no trecho reproduzido se devem à cópia *ipsis literis* do artigo do jornalista a quem aqui chamo Orestes.

Entre as duas descrições jornalísticas, há discrepância em relação ao número de assaltantes. E, mesmo no relato das travestis acerca dos detalhes da acusação e da prisão de Giovana, a menção a uma segunda pessoa envolvida no assalto jamais apareceu. Ao longo da reprodução midiática e pessoal sobre o evento, essa outra pessoa apontada pela jovem e mencionada pelo jornalista acabou por desaparecer.

Enquanto a imprensa construía esta narrativa oficial sobre o ocorrido, Giovana, a acusada pelo assalto, relatava-me que sequer teria saído de casa na noite do assalto pelo qual fora acusada. Esclarecia-me que poria silicone no dia seguinte, por isso não havia deixado a pensão, uma vez que, por recomendação da *bombadeira*, precisava ficar em repouso. Além disso, foi naquele sábado a festa de comemoração de seu aniversário, assunto explanado na reportagem publicada uma semana depois da prisão de Giovana por uma jornalista que, acreditando “*que todos devem ter espaço para se defender*”, entrevistou Helena e outras moradoras da pensão. As travestis entrevistadas apontaram para o preconceito como determinante na forma como Giovana foi abordada – “*se fosse um homem ou uma mulher, não seriam arrastados pela polícia até a viatura, como foi nossa colega*”, diz Helena na reportagem – e afirmaram nunca ter roubado alguém e jamais ter tido passagens pela polícia, legitimando moralmente sua presença no bairro, a despeito das acusações de que são alvo nas colunas policiais.

Questionada pelos responsáveis por sua acusação sobre quanto ganhava por dia, Giovana argumentava: “*eu ganho trezentos reais por dia; por que eu ia roubar uma bolsa por causa de quinze reais e um celular? Eu compro o celular que eu quero (...)*”. As acusações sobre a jovem acusadora também pesam fortemente entre as travestis: “*ela tinha vindo da boate, então tava drogada ainda. Eu abri a porta, ela disse ‘foi essa’*”, dizia Giovana, cuja observação é sustentada por outras de suas colegas, alegando que a jovem não estava sóbria para identificar, com precisão, a pessoa responsável pelo assalto. Giovana, hoje, acredita que a garota se arrepende do episódio que desencadeou, pois sabia de sua inocência, apenas não queria voltar atrás em sua acusação – perspectiva reforçada pelo fato de a jovem não estar comparecendo às audiências.

Giovana guardava fotos e reportagens da manhã de domingo em que fora levada pela polícia, algemada. Nas fotografias, registrando minuciosamente cada momento do trabalho da polícia, Giovana exibia, com a ajuda de uma de suas colegas, as algemas prendendo-lhe as

mãos; Soraia e Telma também apareciam algemadas – a segunda parecia debater-se enquanto era levada até o carro, curvando-se para a frente e para baixo enquanto os braços eram mantidos para trás, pelas algemas. Era um dia de sol, policiais jovens executavam a operação; a policial segurava, na foto, a arma no coldre, presa à cintura; o policial de óculos falava ao rádio.

Soraia me esclarecia as imagens. Ela e Telma foram presas junto com Giovana por desacato à autoridade quando foram *“defender a bicha”*. Soraia, assim como as demais travestis presentes no dia da ação policial, entende que Giovana foi presa ao acaso: *“ela foi presa porque abriu a porta; qualquer uma que tivesse aberto a porta tinha sido presa”*. O relato de Soraia expressava solidariedade à colega de quarto; o episódio, vivido e recontado, parecia despertar uma comoção que acionava, de forma dramática, os laços de solidariedade que amparam as travestis na cidade, sobretudo aquelas que vivem na mesma casa e compartilham das mesmas regras, sob a proteção de Helena e a convicção de que não há mais ninguém por elas a não ser seu próprio grupo. Segundo Soraia, *“a Telma chupou o pau do delegado, o delegado chupou o pau da Telma, aí eu e a Telma (...). Fomos liberadas sem pagar nada aquele dia, não foi, Giovana? A Telma atendeu ele lá, fez um namorinho com ele; eu e a Telma fomos liberadas. A Giovana ficou presa. Fomos liberadas sem precisar pagar nada”*.

Quanto a Giovana, sua prisão durou um mês e dez dias. Ela alega que foi maltratada na delegacia, mas garante ter sido bem tratada na prisão, pois os presos a respeitavam. No carro da polícia, lembra que ficou quieta, seguindo todas as orientações dos policiais, pois pensava que, chegando à delegacia, seria desfeito o engano e descobririam sua inocência. Recordava-se de que, quando Soraia e Telma foram liberadas, começou a chorar, desesperada. Após longo período de espera e sem notícias sobre o que lhe aconteceria, às seis horas daquela tarde foi transferida para o presídio, onde dividiu uma cela com outros seis homens e acabou namorando um deles. O vínculo afetivo-sexual com um dos presidiários possibilitou-lhe segurança e o *“respeito”* por parte dos demais internos: *“lá, ou casa logo com um ou não dá pra ninguém. Se der pra um, vai acabar tendo que dar pra todos os outros”*.

Dentre as lembranças mais dolorosas, Giovana destaca o corte de seus cabelos, há longos anos cultivados, e a necessidade de ficar nua na ocasião dos procedimentos de praxe no interior do presídio. Contava-me que *“foram cinco pra cortar”* os cabelos, pois ela não permitia, só tendo cedido quando o delegado lhe avisou que a resistência implicaria que ela respondesse por desacato – temendo mais um processo, Giovana permitiu, com pesar, o corte.

De acordo com seu relato, passou por experiências que lhe soaram humilhantes, como ter ficado nua diante de vários homens, sendo, única travesti na instituição, assediada pelos demais detentos, que a chamavam “*gostosa*”. Cada vez que precisava despir-se, voltava chorando para a cela, sendo confortada por seu namorado, que a alertava de que passaria por tal circunstância inúmeras vezes no presídio. Sua mãe chegou a mandar um corregedor para verificar sua situação e as condições sob as quais ela estava vivendo. Por fim, reclamava muito da péssima alimentação: Giovana chegou a passar fome no período em que esteve detida, pois serviam “*sopa de arroz; pelanca de galinha na sopa. Nem cachorro come aquilo. Eu nunca comi tão mal como eu comi lá dentro*”.

Passado o período de detenção, Giovana cultivava o anseio de “*provar inocência*” e de processar a jovem que a acusou mas “*não pelo dinheiro*”. Sua intenção em dar entrada a um processo judicial visa, antes, a uma restituição moral, que talvez escape às lógicas jurídicas que ordenam as denúncias e seu julgamento (L. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005) e que, assim, apreendendo as disputas em torno do reconhecimento e da restituição moral, judicializam (RIFIOTIS, 2004, 2007a, 2007b, 2007c) relações sociais cujas bases são eminentemente da ordem da moral. “*Eu podia perdoar ela, mas ela não voltou atrás*”, repetia-me, argumentando que não perdoa o fato de ter sido mantida presa sendo inocente: “*o tempo lá parece que não passa. Um mês e dez dias parece que é um ano*”. Giovana avisou ao pai da jovem que “*ela pôs um inocente na cadeia*” e que, portanto, “*um dia ela vai ter que pagar*”.

4.4 Falando sobre crimes: algumas histórias de assassinatos

As formas de precaução diante de situações de risco e de modalidades conflituosas de negociação junto aos clientes são lembradas e ensinadas coletivamente entre as travestis, sobretudo por intermédio das narrativas sobre assassinatos de colegas ou conhecidas em seu universo prostitucional. Contar e relembrar essas histórias é um meio de se reforçarem as recomendações em torno das práticas de segurança das sujeitas.

Os casos de assassinatos, por sua vez, reúnem diferentes sujeitos de enunciação, congregando a versão das travestis próximas à vítima, da polícia, dos jornais e da população, que se apropria da repercussão policial do crime e, por vezes, tece avaliações compadecidas: “*não fazia mal pra ninguém, pra que matar, né?*”.

A seguir, trago algumas narrativas sobre crimes letais contra travestis, tendo como central a morte violenta de Melissa, ocorrida em agosto de 2007.

4.4.1 A história de Melissa...

A Polícia Civil de [cidade] tem nas mãos uma longa investigação. O corpo de um travesti foi encontrado assassinado com 14 perfurações, ontem pela manhã, numa rua da divisa de [Vale das Passagens] com aquele Município. Trata-se de [nome de registro civil], de 22 anos, natural de [cidade natal]. Praticamente nenhuma pista está disponível ao delegado [nome], responsável por apurar a autoria do crime, que começa o trabalho colhendo informações junto aos colegas da vítima.

Segundo a autoridade policial, dois outros homens que moravam com [nome de registro civil] prestaram depoimento, já ontem, e confirmaram que o jovem fazia ponto na avenida [da Saudade] e trabalhou durante toda a noite antes de ser morto. “Os companheiros contaram que a vítima morava há um ano em [Vale das Passagens] e não possuía vícios em drogas ou bebida alcoólica”, revelou o delegado.

A uma distância de 100 metros do local onde o corpo estava jogado, foi encontrada uma peruca preta. “Próximo ao cadáver, a perícia constatou marcas de salto alto, que podem ser da bota usado pela vítima. Isso supõe que ele chegou a caminhar por ali antes de ser executado”, enfocou [nome do delegado].

Conforme relato da Polícia Militar, por volta das 7 horas, um trabalhador informou à Central de Operações que encontrou um corpo de uma mulher, jogado ao chão, com a boca toda ensanguentada, parecendo estar morta. A guarnição foi até o local e constatou o crime cometido com uma arma branca. O homem estava largado na beira da estrada, se nenhum documento. O travesti vestia blusa vermelha, saia amarela e bota marrom. Ele tinha pele branca e cabelos encaracolados (Reportagem da jornalista Rosa publicada em 18 de agosto de 2007).

Quando de minha chegada a Vale das Passagens, fazia pouco mais de um ano que Melissa, uma jovem travesti natural de uma cidade próxima, fora brutalmente assassinada. Foi Marcela, que estava vivendo na pensão na época do crime, uma das travestis a reconhecer o corpo de Melissa, primeiro através das fotografias levadas pelos policiais até a casa, depois no necrotério. Segundo a descrição de Marcela, Melissa teve a boca rasgada, além de ter sido estuprada; os rapazes que cometeram o homicídio tiraram-lhe a calcinha e arrancaram-lhe a peruca. Os olhos de Melissa, lembrava-se ela, estavam abertos, sendo que nenhuma tentativa de fechá-los, quando a viram no necrotério, teve sucesso. Suzana, que, sentada no sofá conosco, escutava o relato, comentou: “*morto de olho aberto não descansa*”.

Marcela descrevia-me a noite em que Melissa foi assassinada. Recordava-se de que encontrou a colega no posto, quando esta foi trocar uma nota de cinquenta reais para dar troco

a algum cliente. Chegou a questioná-la a respeito do valor do programa, ouvindo como resposta, segundo ela, que Melissa vinha fazendo programas por preços mais baixos. Marcela chamou-a a ir embora, sugerindo que levasse o dinheiro do cliente, mas a jovem disse não querer “*confusão*”. As demais travestis esperaram longamente pela volta de Melissa; e resolveram seguir para casa perto das quatro horas da manhã, quando uma delas supôs que provavelmente ela já teria voltado para a pensão, tendo em vista que andava doente, com pneumonia. Chegando a casa, notaram a cama vazia e arrumada. De acordo com Marcela, imaginaram que ela estivesse bem, já que “*ela era doida... dormia fora e só aparecia no outro dia*”. A notícia veio na manhã seguinte, quando a polícia, por meio de um telefonema, questionou se estava “*faltando*” na pensão alguma moradora e comunicou ter encontrado um corpo próximo à estrada.

Algumas das colegas de Melissa foram levadas pela polícia ao local onde seu corpo foi encontrado. Marcela contava-me que vira as pegadas de sua colega, inclusive as “*derrapadas*” decorrentes de sua tentativa de fuga, e as dos rapazes que a violentaram, sendo que “*faltava pouco pra ela chegar na BR quando eles alcançaram ela e mataram*”. Marcela não entende como Melissa não se defendeu dos rapazes, muito embora a polícia tenha afirmado que ela chegou a lutar contra eles.

Joana, por sua vez, contava-me que, embora jamais tivesse conhecido Melissa pessoalmente, esta, “*quando era menino*”, namorara seu atual companheiro, Teodoro. Segundo Joana, Melissa, ainda “*menino*”, desaparecera enquanto ainda namorava Teodoro, indo morar na Pensão Flor-de-Lis. Teodoro a encontrou tempos depois na avenida, entretanto ela fugiu, “*com vergonha dele*”. Passado um tempo, tornaram-se amigos; e certa noite, em uma boate, Melissa quis voltar com Teodoro, mas este não mais a quis de volta, pois “*era apaixonado pelo menino*”, não pela travesti que Melissa se tornara. Sem sucesso com o ex-namorado, a jovem saiu dali e foi para outra danceteria, encadeando-se o evento que teria culminado em sua morte. Teodoro, segundo Joana, sentiu-se culpado por um tempo pela morte de Melissa, afinal ela supostamente teria sido salva ao voltar para casa com ele caso ele aceitasse namorá-la novamente.

A imagem de Melissa ao lado de algumas colegas em uma das fotos que ilustravam o *banner* pendurado à parede da Sempre-Viva provocava lamentos, lembranças e narrativas sobre sua morte, além da reiteração de uma das recomendações que visam à segurança das travestis na avenida, qual seja, a de jamais aceitar programas com mais de um cliente.

Diz que o carro passou com dois rapazes dentro e parou pra uma, daí ela não quis, né? Falou que não saía com dois. Daí a Melissa tava ali junto (...). Daí diz que ela atravessou... lá em direção ao supermercado Begônia (...). E, nesse tempo, esse carro tinha ido, dado o retorno, depois parou lá na esquina do Begônia. E ela entrou e foi (...). Diz que sumiu, que demorou horrores. Porque essas que morrem na mão desses sem-vergonha: ela não fumava, não bebia, não usava droga, não roubava. A gente sabe que realmente não fazia nada disso. Tava já seis meses, acho, na rua. (...) a gente avisa, a gente avisa pra todas elas: “não vai, é perigoso”. Agora parece que transferiram o caso pra cá, pra Vale das Passagens. E, aí, agora parece que trouxeram pra cá pra ver se conseguem resolver, mas tá parado (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

O aprendizado coletivo construído a partir da experiência trágica de Melissa sugeria, ao mesmo tempo, a construção de um campo de possibilidades de evitação de riscos, criando-se e ratificando-se um *corpus* conhecido de práticas de defesa no universo prostitucional. Marcela me dizia que “*a Melissa era louca*”, pois realizava programas com mais de um cliente por vez, sozinha e a preços bem abaixo dos cobrados pelas demais travestis. E recordava de uma noite em que Melissa conversava com “*uns oito motoqueiros em volta dela*”, tendo sido retirada de lá pela própria Marcela, que a pôs no táxi e a levou para a pensão. Para Marcela, sua colega queria fazer dinheiro rápido com o objetivo de “*fazer o corpo*”; além disso, era “*egoísta, só pensava nela, não chamava outra pra ir junto*”, pontuava, referindo-se ao fato de que, em seu caso, quando dois clientes a abordam, por segurança ela rejeita a proposta ou convida outra travesti para o programa.

O assassinato de Melissa inscreve-se, assim, em um sistema de significação possível no universo de cada uma das pessoas que a conheceram. Para Mônica, Melissa era bastante novinha e “*ingênua para a rua*”, fato que a levou a entrar no carro com mais de um cliente, desconhecendo a cautela que a rua exige, da mesma forma como Marcela entende que a colega se ofereceu ao risco, na extensão de práticas que lhe eram cotidianas. Emília, por sua vez, elaborava a tragédia com a seguinte explicação: “*é assim ó... é que não era pra ser. Na verdade não era. É igual uma criança quando nasce, já acontece alguma coisa e morre: não era pra ser, assim*”.

Melissa era lembrada com especial carinho por Salete. Esta se deliciava olhando no computador as fotos que Carmem me pedira que lhe levasse de um evento no qual nos conhecêramos; surpresa, deparou-se com a última do álbum virtual: uma fotografia de Melissa, com calça jeans até o tornozelo, miniblusa, chapeuzinho preto, bolsa lateral e peruca

em corte chanel. Questionada por Pâmela sobre quem era a garota da foto, Salete respondeu com saudade, a voz esticando-se por sobre cada fonema: “*é a Melissa... querida, que saudade da Melissinha*”. E logo, pedindo-me permissão para copiar algumas fotos, editou no paintbrush aquela em que aparecia Melissa recostada na parede, sorriso tímido, perna dobrada. Salete ajeitava demorada e caprichosamente a formatação do texto sobre a imagem, que continha mais ou menos os seguintes dizeres: “*Melissa, para sempre em nossos corações (...). Descanse em paz. Saudades (...). Melissa, um nome, um mito*”. Depois de muito hesitarem os dedos sobre o teclado, em busca dos melhores dizeres, Salete pôs a foto com a mensagem como plano de fundo da tela do computador, olhando-a silenciosamente.

Não só o assassinato de Melissa, mas também a reação de seus familiares causaram intensa comoção entre as travestis, fosse da Pensão Flor-de-Lis, fosse da ONG Sempre-Viva. Marcela me relatava que as colegas de Melissa providenciaram seu velório e procuraram exaustivamente por amigas e parentes dela. A família de Melissa, entretanto, que a havia expulsado de casa, apareceu, assumiu a cerimônia fúnebre e proibiu as demais travestis da pensão de comparecer ao velório. Melissa teria sido, portanto, rejeitada pela família quando da assunção de sua identidade travesti; todavia, a mesma família retomava-lhe o corpo e masculinizava-o na hora do velório. O episódio sinaliza para as ressignificações do corpo e para a apropriação coletiva desse corpo morto: expulso quando dotado de agência e feminilizado, sendo reconhecido pelas outras travestis, volta ao seio da família quando, inerte, pode ser remasculinizado e moralizado. Os acontecimentos em torno do velório de Melissa desenlaçavam uma disputa simbólica entre dois coletivos pela significação e codificação sobre o corpo que já não mais respondia.

Carmem também me narrava que, mais do que o assassinato, foi o fato de a família ter enterrado Melissa com roupas masculinas e de tê-la chamada por seu nome de registro civil que revoltou algumas pessoas ligadas às reivindicações LGBTTTT na cidade. De fato, o advogado da ONG, responsável por um projeto de assessoria jurídica, não se havia apropriado do caso de Melissa como umas das experiências mais sensíveis a mobilizar os debates políticos entre as travestis – ele sequer a conhecia.

4.4.2 ... e algumas outras histórias⁴⁷

Marília, olhando para a foto de Melissa ilustrando o *banner* à parede da Sempre-Viva, recostou-se à cadeira e lembrou o episódio, ocorrido cinco anos antes, em que fora assaltada e *estuprada*: “*fui estuprada... estuprada não, porque estuprada é mulher; fui violentada*”. Puseram-lhe uma faca no peito, mas ela conseguiu escapar da morte. Tendo anotado a placa do carro com os rapazes que a agrediram, foi à delegacia, onde “*riram*” dela. No dia seguinte, uma amiga sua, também travesti, foi assassinada pelos rapazes que haviam tentado matá-la. Com a identificação dos rapazes em mãos, Marília foi até a delegacia, denunciou-os, reconheceu os agressores, os quais estavam presos até aquele dia por homicídio. Ela lamentava: “*precisou outra morrer para prenderem*”.

O fim trágico que o destino reservou ao jovem [*nome de registro civil*], 25, é investigado pela polícia. Ele foi encontrado morto, na manhã de ontem, com uma facada no peito. Estava nu, às margens de um matagal localizado em uma lateral à avenida (...).

Às 8h20min, um homem ia trabalhar quando se deparou com o corpo e acionou a Polícia Militar de [*Vale das Passagens*]. O jovem apresentava uma perfuração no peito provocado por objeto contundente, provavelmente uma facada. Ele tinha várias escoriações e hematomas pelo corpo e ainda várias mechas de cabelos nas mãos, demonstrando que deve ter lutado com o assassino até ser morto. Próximo ao corpo havia três locais com marcas de sangue e um preservativo (Trecho da reportagem da jornalista Dalva, publicada em 04 de agosto de 2003).

Assim como noticiado a respeito do assassinato de Melissa, no caso de Abigail foram homens trabalhadores que encontraram os corpos pela manhã e acionaram a polícia. A narrativa jornalística contrapõe pesadamente a vítima ao sujeito que a encontra: essa sujeita noturna, que incorre em riscos e desafia a norma, é encontrada por um trabalhador (e o fato de ser trabalhador ou estar a caminho do trabalho é sublinhado nas reportagens) durante uma manhã de labor. Além disso, no caso de Melissa, impõe-se uma justaposição dramática entre a perspectiva daquele que avistou seu cadáver (“*que encontrou um corpo de uma mulher, jogado ao chão*”) e a do jornal, com sua “verdade” sobre a identidade daquele corpo desfalecido (“*o homem estava largado na beira da estrada*”). Em todos os momentos, Abigail e Melissa, assim como suas colegas, são permanentemente apontadas pela desinência

⁴⁷ A respeito de assassinatos de que sujeitos homossexuais e travestis são vítimas, consultar os relatórios construídos pelo Grupo Gay da Bahia (www.ggb.org.br), responsável por um banco de dados contendo notícias de crimes ocorridos em todo o Brasil. Ver: MOTT (1999, 2002, 2003).

de gênero masculina, sendo, inclusive, insistentemente chamadas “*homens*”.

Diferentemente, porém, do desfecho misterioso das investigações sobre o assassinato de Melissa, os responsáveis pela morte de Abigail foram presos vinte dias depois do crime, graças à identificação da placa do veículo feita por Marília. Capa da edição de um jornal local, a prisão dos dois jovens foi noticiada com fotos suas e do carro utilizado para a abordagem de Abigail: “*os acusados informaram que saíam com travestis e prostitutas só para 'sacanear'. Praticavam roubos e atos sexuais forçados. Os policiais descobriram que os dois já teriam atacado quatro prostitutas em três ocasiões, em que também foi praticado ato sexual forçado e roubo*”. A reportagem descrevia, ainda, que os dois parceiros estariam ébrios quando abordaram Abigail e que esta, em outra ocasião, se teria negado a sair com um deles atingindo-o com “*uma bolsada*”.

Além das histórias sobre Melissa e Abigail, compartilhavam-se narrativas a respeito do assassinato de outras travestis, conhecidas a partir da experiência em outras cidades. Marcela, por exemplo, contava-me os assassinatos de que tinha notícia no período em que morou em São Paulo, afirmando, inclusive: “*já vi bicha morrer na minha frente até*”. Um dos episódios narrados foi a respeito de uma travesti assassinada muito perto dela, quase a seu lado, com três tiros. De acordo com Marcela, houve uma discussão entre a travesti e um rapaz; e, de repente, ele lhe deu três tiros: “*como se não bastasse, quando ela tava caída no chão, ele deu mais um tiro na cabeça... pá*”. Lembrava-se Marcela de que imediatamente sua amiga tentou puxá-la pelo braço, convencendo-a a ir embora logo. O rapaz passou por elas com a arma em punho, ameaçando-as: “*ninguém viu nada, hein? Ninguém viu nada*”. A amiga a tirou dali, e depois “*só se via um monte de táxi parando, as bichas todas indo embora*”. A polícia demorou a chegar, deixando o corpo na avenida. Embora não soubesse o motivo do assassinato, Marcela supunha que “*elas aprontam muito*”, de maneira que tais crimes seriam modalidades de punição por quaisquer infrações morais, seja junto a clientes, seja junto a outras travestis, seja junto a membros do tráfico de drogas – este, por sua vez, figura fortemente entre motivações de crimes de execução contra travestis (CARRARA & VIANNA, 2006).

Enquanto entrevistava Suzana, que me descrevia sua trajetória familiar e seus caminhos até Vale das Passagens, Larissa entrou no quarto:

Larissa: Ai, tava na lan. Falei com a Regina. Ai, tô passada com a bicha, mona. Não acredito até agora que a bicha morreu.

Eu: O quê?

Larissa: Ai, mataram uma amiga minha sábado, lá em Gérbera.

Eu: Mas tu sabe alguma coisa do que aconteceu?.

Larissa: Tem três opções. Dizem que ela tinha *azuelado* quinze *arô* de uma maricona...

Suzana: *azuelado* é “roubado” (explicava-me).

Larissa: (...) ela chutou um *fuca* de um cara ou pode ser *doce*.

Assustada, Larissa nos contava que outra amiga já fora esfaqueada naquela cidade e que frequentemente recebe notícias de travestis assassinadas na região. Recordava que já lhe puseram uma arma na boca, sendo que ela sobreviveu porque deu ao assaltante tudo o que tinha, implorando pela vida. “*Lá é bem perigoso, porque tem muita droga lá*”, constatava Larissa. “*Ah, é igual Campo Grande. Todo lugar que tem muita droga, é perigoso; drogados vão tentar roubar pra poder fumar*”, completava Suzana. Esta recorrentemente se lembrava do assassinato de uma amiga sua em Campo Grande, evento decisivo em sua decisão de migrar para Vale das Passagens:

Foi igual a antes de eu vir pra Vale das Passagens. Mataram uma amiga minha lá em Campo Grande. Só que essa era pior ainda: ninguém sabe o porquê. A bicha fina, com dinheiro; trabalhava na Itália. Vinha e voltava, vinha e voltava – passava férias no Brasil. Gastava o que ganhava no Brasil e depois voltava. Numa dessas, tava na rua, passaram, deram dois *pipoco*. Ela saindo do carro dela. Fechou a porta do carro, passaram: pá, pá. (...) E não roubaram nada. (...) Não usava droga, não usava nada, não aprontava... A bicha estabilizada!

(...)

É, tem muita história horrível. Lá em Campo Grande (...), onde a gente trabalhava, era um cemitério, um cemitério. Sangue espalhado por todo canto. Assim, modo de dizer, né? Não tinha sangue. Passam e matam mesmo. Essa que mataram, mesmo, era uma bicha fina – no nosso meio, assim, dita como fina, entendeu? Carro, casa, viajada pra Itália, toda plastificada, entendeu? Família na cidade. E o duro, minha filha, é que matam e nem sabem quem matou ou quem não matou (Relato de Suzana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

A respeito do assassinato de sua amiga, Suzana avaliava, em outra tarde de conversa, que, nos jornais, são expostos os “*corpos detonados*” das travestis mortas. Sua amiga aparecia no jornal com o rosto todo para trás, afundado no chão: “*a bicha morre, eles vão lá fotografar pra pôr no jornal*”, dizia enquanto reproduzia poses disformes. A avaliação de Suzana se aplica adequadamente à imagem noticiada de Abigail morta, com boca semi-aberta, pescoço inclinado para trás, braços abertos e perna esquerda dobrada lateralmente, situada no canto inferior direito da foto em que se registra a ação da polícia e da perícia.

As narrativas sobre crimes com as quais estive em contato dificilmente tratava os assassinatos como decorrentes de preconceitos de gênero direcionados às travestis – o termo *transfobia*, assim como *homofobia*, era estritamente mencionado pelos grupos que se organizavam em protestos políticos e em torno de reivindicações de determinados direitos ou debates legislativos concernentes a políticas de identidade sexual. Em geral, os assassinatos eram explicados por uma má conduta, dentre as prescrições morais entre elas, por parte das travestis mortas, como o caso relatado por Marcela a respeito da colega de São Paulo e por Larissa sobre a amiga de Gérbera, ou pelo ingresso em situações de risco das quais estavam cientes, como o caso relatado sobre Melissa. Os assassinatos podem, ainda, remeter às disputas entre travestis, como Jamile narrava a respeito da morte de uma amiga sua:

Reparei, em uma foto, uma travesti muito bonita, magérrima mas com corpo, sobrancelhas bem feitas, muito loira, rosto fino. Jamile me disse que ela já é falecida e que ambas eram muito amigas; quando ela vinha a Vale das Passagens, os carros só paravam para ela, ninguém mais conseguia dinheiro. (...) Fora trabalhar em Campo Grande, onde as pessoas “*têm aquela cor suja, né?*”. A menina, “*muito branquinha*”, teria chamado mais a atenção, o que desagradou às demais profissionais que atuavam na rua naquela capital. Alguém “*mandou uma kombi cheia de homem pra ela*” – a morte foi dias depois, decorrente de alguma complicação cerebral que a surra lhe teria causado (Trecho extraído do diário de campo de 18 de dezembro de 2008).

Excetuando-se especificamente as circunstâncias de disputas, em qualquer dos casos a dinâmica que ordena a relação violenta está implicada na agência de que as travestis dispõem e nas negociações que estabelecem com outros sujeitos, transgredindo ou respeitando moralidades, subvertendo ou acatando recomendações de segurança na atividade prostitucional; ela não costuma ser atribuída, portanto, a valores ideológico-políticos pelos quais travestis possam ser tomadas e dominadas. Quando soam inexplicáveis dentro das atribuições de um modelo “relacional”, as violências letais contra travestis são tratadas com uma situação sobre a qual não se pode ter conhecimento, entregue ao domínio do misterioso e do indesejável.

Suzana, por exemplo, não entendia a morte de sua amiga, afinal esta fora assassinada fora do contexto das negociações em torno de programa e não se envolvia com o uso de drogas ou com dívidas. Por outro lado, elaborava a seguinte avaliação a respeito dos frequentes assassinatos de homossexuais e travestis na cidade de onde viera: “*matam muita bicha em Campo Grande; também... elas colocam qualquer um no carro. Querem dar, daí*

colocam uns pedreiros cheirados e perdem o que lutam tanto pra conquistar". Tal como os discursos analisados por Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2004) produzidos em contextos de julgamento envolvendo assassinato de homossexuais masculinos na década de 1980 nos tribunais cariocas, a fala de Suzana supõe que as "*bichas*" assassinadas seriam vítimas fatais de seu próprio desejo sexual, pensado quase como incontrolável, que as poria em iminente risco diante de sujeitos com interesses financeiros, para além do sexo (CARRARA & VIANNA, 2004).

Para Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2006), as travestis são, dentre os sujeitos que escapam à heteronormatividade, as mais expostas à violência derivada da intolerância de gênero e sexual, tendo em vista os entrecruzamentos entre sua performatividade de gênero subversiva em relação às normas heterossexuais operacionalizadas pela representação de colagem entre sexo e gênero, sua exposição pública através da atividade de prostituição (profissão levada a cabo por muitas delas) e suas inserções sociais nas tramas que operam classe social e raça. Elas aparecem como maiores vítimas de crimes de execução por intermédio de armas de fogo, sendo que dificilmente os responsáveis são identificados, julgados e condenados. Muitas vezes, demonstram os autores, os policiais sequer empreendem todos os esforços possíveis na busca pelos indivíduos que cometeram os assassinatos, ocasionando-se recorrentemente o arquivamento das denúncias.

CAPÍTULO 5. Costurando trajetórias: agenciamento, projetos e experiências de discriminação

A produção etnográfica a respeito das travestis no Brasil tem assinalado inúmeros processos conflituosos vivenciados por tais sujeitas em diferentes dimensões socializadoras, dentre as quais a família e a escola recebem especial destaque (SILVA, 1993; OLIVEIRA, 1994, 1997; FLORENTINO, 1998; BENEDETTI, 2004; JAYME, 2001; PATRÍCIO, 2002; PERES, 2005a, 2005b; VALE, 2005; PELÚCIO, 2006, 2007a; CARDOZO, 2006, DUQUE, 2009). Tais espaços costumam ser aqueles em que o desejo pela feminilização é compreendido, apropriado e corporificado pelas sujeitas em questão, contrapondo-se as expectativas de gênero em torno das primeiras socializações à subversão das normas pelo desejo e pela agência das jovens travestis.

Abordarei, neste capítulo, alguns aspectos da trajetória das sujeitas da pesquisa, sinalizando, em particular, para duas instâncias de socialização em cujo âmbito costumam dar-se a reflexividade sobre o desejo, as transformações vivenciadas pelas travestis e, conseqüentemente, experiências de conflitos e/ou de aceitação social: a família e a escola. Além disso, tratarei dos agenciamentos em torno dos projetos individuais, sintetizados nas decisões que incorrem na prostituição como carreira, situação pulverizada por diferentes discursos, acionados em variados contextos de mediação.

5.1 Histórias sobre famílias: falando em ofensas

As trajetórias familiares das travestis em Vale das Passagens se marcam por rupturas dramáticas ou por relações mais ou menos amenas ou amistosas, mas todas são caracterizadas pelo abandono da casa materna/paterna (BENEDETTI, 2004; VALE, 2005), por ingresso em fluxos migratórios (VALE, 2005) ou por mudanças no interior da cidade, excetuando-se a jovem Lúcia, de dezesseis anos e recentemente iniciada na prostituição.

Lúcia começou o trabalho na Avenida da Saudade em dezembro de 2008, causando certos desconfortos entre algumas travestis. Muito jovem e de feições muito “*delicadas*”, Lúcia costumava, pelas primeiras semanas, usar uma touca de papai noel, escondendo os cabelos muito curtos sob o adereço vermelho e branco. Na primeira semana em que “*caiu*”,

conseguiu juntar muito dinheiro, graças ao grande número de clientes que a procurou, a ponto de ter acumulado recursos suficientes para a *bombaço*, marcada para o mês de fevereiro de 2009. Seu sucesso era atribuído, pelas demais, a seu caráter de “*ninfetinha*”. Na primeira vez em que a encontrei, Lúcia usava uma calça jeans muito larga, camiseta comprida escondendo os pequenos seios salientes em virtude do hormônio e um boné xadrez. Explicava-me que mora no bairro Estação das Flores, o mesmo onde se localiza a Pensão Flor-de-Lis. Vive com a mãe, que, de acordo com a jovem, sabe que ela se prostitui: “*ela sabe... eu saio de casa todo dia; é melhor contar do que fazer escondido, né?*”. Dizia-me ter um irmão mais velho e outro mais novo e que, com o dinheiro oriundo do trabalho na avenida, ajuda a família financeiramente. A mãe, em suas palavras, “*não se importa*”, “*não dá muita atenção*”: “*a gente não se fala direito, sabe? Ela me deixa assim...*”. O que Lúcia sustentava era que, em oferecendo auxílio econômico à mãe, esta acabava não se opondo à atividade prostitucional da filha, muito embora não parecesse, segundo a jovem, acolhê-la⁴⁸.

O auxílio financeiro, oriundo em grande parte da prostituição, figura como um elemento que, em alguns casos, pode contribuir para a manutenção dos laços entre as travestis e seus familiares (FLORENTINO, 1998; BENEDETTI, 2004). Heloísa relatava-me o contato por parte de sua mãe estreitamente vinculado à demanda por altas somas em dinheiro: “*e não é aquezinho, é aqueção*”⁴⁹. Apesar de jamais se ter negado a ajudá-la, tendo-lhe prestado auxílio muitas vezes, Heloísa se incomoda com o caráter exploratório dos apelos da mãe. Por tal razão, fazia cerca de um ano que não falava com sua família, que vive em Campo Grande. A mãe descobrira sobre o ingresso de Heloísa no universo da prostituição assim que uma vizinha lhe contou, após ver a jovem travesti na avenida naquela cidade. Heloísa, que estudava à noite e “*já era bem afetadinha*”, saía da aula, trocava de roupa e “*ia direto fazer ponto*”, período durante o qual tinha cerca de dezesseis ou dezessete anos. Sua mãe lhe perguntava onde arrumava tão altos valores, já que ganhava muito dinheiro com os programas, sendo que nem trabalhava: “*ah, mãe, por aí*”. E ria lembrando-se.

Essa “descoberta” que põe abaixo os esforços pelo segredo em torno da troca de roupa fora de casa e do trabalho na avenida é compartilhada por Natália. Esta iniciou sua atuação na rua aos dezesseis anos, em uma cidade de interior, quando morava com a mãe: “*saía de ocó, com uma sacolinha, e me montava na lotação... cansei de me maquiar em ônibus!*”. Sua mãe

⁴⁸ Sem ter tido contato com os familiares de Lúcia e sem ter tido tempo suficiente junto a ela, não foi possível entender se essa aparente indiferença por parte da mãe se atribuía ao fato de Lúcia afirmar-se travesti, ao fato de prostituir-se ou a qualquer outro aspecto da dinâmica familiar anterior a tais processos.

⁴⁹ *Aquí* significa *dinheiro*.

tomou conhecimento porque algum conhecido da família viu Natália na *rua* e contou a seus pais. Relatava-me, aos risos, o dia em que seu pai foi atrás dela, na avenida, e ficou dando voltas pelo local à sua procura, enquanto ela ficava escondida espiando-o até que ele desistisse e fosse embora. Natália não se lembrava como foi o encontro com o pai após o episódio, apenas que, como seus pais eram separados, não teve de vê-lo na noite em que voltou para casa depois de despistá-lo.

Enquanto essas narrativas apontam para uma certa aceitação, ainda que conflituosa, por parte da família, outras trajetórias se caracterizam agudamente pelo abandono e pela rejeição familiares. Salete, que começou a “*vestir-se de mulher*” aos onze anos para sustentar-se, ressentia-se de não “ter tido infância”: “*minha vida começou muito cedo; eu não tive infância, a minha adolescência foi nas drogas. Ui. Uma vida muito ‘conturbadora’ eu tive*”. Seus pais morreram quando era muito pequena; sua irmã, que ficou responsável por ela, acabou por colocá-la para fora de casa, retendo a pensão alimentícia destinada a quem ficasse com sua guarda: “*mas ela não usava o dinheiro comigo, ela usava com os machos*”. Após ter procurado a polícia acusando-a, a irmã lhe “*deu uma surra com um pedaço de pau*” e a expulsou da residência. Enquanto contava sobre os “*namoradinhos*”, avaliava: “*antes de a minha irmã me botar pra fora de casa, ela já sabia da minha homossexualidade. Ela me batia por causa disso, ela não admitia (...). O banheiro era fora de casa (...). Eu me trancava com os guris ali dentro pra fazer malcriação*”. Salete revelava-me sentir falta de modelos maternos e paternos, ainda que não fossem o pai e a mãe consanguíneos. E, na delicadeza de uma tristeza poética, dizia-me: “*minha mãe foi a lua, meu pai foi o sol; a rua, minha casa; as pessoas, os vizinhos*”.

Suzana, por sua vez, apresenta uma narrativa dramática do ponto de vista da ruptura dos laços afetivos e sociais entre ela e seus familiares. Iniciava a entrevista contando-me que havia sido adotada porque os pais tinham tido três filhas e queriam um menino. Lembrava-se dos conflitos dizendo: “*eu fui expulsa de casa com quinze anos... expulsa, não, ‘convidada a me retirar’; mas não por ser travesti, é porque eu aprontava muito*”. Contou que provocava muitos problemas quando era adolescente, inclusive roubando dinheiro dos pais. “*Eu fazia cada coisa... que hoje eu penso como era absurdo. Pra tu ver: eu roubava dinheiro do meu pai e da minha mãe mas era pra comprar bala*”, avaliava Suzana, comentando que suas atitudes eram impensadas, mas não maldosas, dada a finalidade ingênua da ação.

Aos quinze anos, quando Suzana jamais tinha usado qualquer tipo de droga, sequer maconha (“*eu só fui conhecer drogas anos e anos depois. A gente tá na rua, a gente experimenta de tudo, né?*”), seus pais, adotivos, internaram-na em uma clínica evangélica de recuperação para usuários de drogas, indicada por um amigo e localizada em Bauru, já que ela viveu com a família em diferentes cidades do Estado de São Paulo: “*lá eles faziam tratamento de deus*”. O prazo máximo para a internação era de seis meses, com previsão de prolongamento para o período máximo de nove meses. Durante todo o tempo internada, Suzana nunca recebeu a visita dos pais, a não ser ao fim do período de seis meses, para a extensão da internação. Quando saiu, ao final dos nove meses, foi deixada na casa de uma conhecida dos pais, evangélica, que tinha uma pensão. Avalia que, quando interna, teve a chance de pensar nas coisas que aprontara e que tinha a esperança de voltar para casa e mudar o comportamento – entretanto, foi levada direto para essa pensão, cujas mensalidades eram pagas pelos pais. Segundo Suzana, os pais queriam afastá-la: “*parecia mesmo que eles queriam o problema bem longe deles, tá entendendo?*”.

Suzana saiu da pensão e foi morar em Marília, no Estado de São Paulo, com outras três pessoas que trabalhavam na rua. Certo dia, o pai, a madrinha e a avó foram visitá-la nessa casa, “*os três piores*”: pôs um boné cobrindo as sobrancelhas feitas, mas as unhas compridas e pintadas não puderam ser escondidas. O pai disse que sua mãe a visitaria; e, sem querer surpresas, ela fugiu dali. Desde então, não viu mais sua família; só falava de vez em quando, por carta ou telefone, com uma das irmãs, com a qual também o contato esmoreceu, já que esta não a procurava, deixando uma de suas cartas sem resposta, inclusive.

Para Suzana, o fato de ela não ter correspondido ao desejo dos pais de terem um filho homem – que a adotaram após o nascimento de três filhas mulheres – motivou a reação amarga à não correspondência entre a construção de si apresentada por Suzana e a suas expectativas em relação ao menino que buscaram criar. Embora não visse “*diferença*” no tratamento dado a ela em relação às irmãs, julga que, “*se fosse natural deles, não sei se eles fariam isso, de não querer nem saber onde tá. Eles pensam que a parte deles já fizeram. Vê... mãe de assassino que é mãe...*”.

Enquanto conversávamos, Suzana apontava Giovana e Larissa, que entravam e saíam do quarto, como pessoas com “*histórias completamente diferentes*”, na medida em que suas famílias as “*aceitavam e apoiavam*”. Larissa mantinha uma relação bastante próxima com a mãe: “*a história da Larissa já é completamente diferente; ela foi aceita pela família desde novinha, vivia na casa da família com o marido!*”. Já Giovana alega ter uma boa relação com

a família, com a exceção de um irmão cujas expectativas ela também rompeu: *“só não me dou bem com meu irmão, porque ele esperava outra coisa. Como eu era a mais nova da família, de homem, ele me bajulava muito. Foi o que eu virei travesti, porque eu era muito bajulada, muito mimada pela família, entende?”*.

Quase todos os membros da família *“aceitam”* Giovana – sua mãe, seu pai, suas irmãs. Sua mãe, que costuma intervir nas brigas protagonizadas por ela e o irmão (*“ela chega a puxar o saco pra ele não mexer comigo”*), assegura-lhe: *“se você é feliz, eu também sou feliz”*. E Giovana continuava: *“ela me falou aquele dia, ela era mais feliz se eu fosse homem. Mas, já que eu não sou, ela é feliz assim do mesmo jeito. Ela disse que vai me amar do mesmo jeito”*. Mas sublinha que vem juntando dinheiro *“para se fazer”*, afinal sua família *“não dá dinheiro pra essas coisas”*, muito embora tenha aproveitado o dinheiro de uma poupança que lhe preparavam para aplicar o silicone nos quadris, comprar sua mala e a passagem para viajar a Vale das Passagens, cidade onde começou a se prostituir. Giovana ainda ajuda financeiramente sua irmã mais nova, de dezenove anos, e seu pequeno sobrinho, filho dela, argumentando que *“não tem com que gastar, com ninguém”*. Costuma pagar contas e enviar quantias semanalmente a fim de provê-los. Conforme me revelava enquanto voltávamos da *lan house* de onde ela me mostrara fotos da irmã e do sobrinho, seu plano é juntar dinheiro suficiente para abrir um pequeno negócio que possa administrar com o auxílio da irmã e assegurar o conforto do sobrinho, a quem pretende deixar todos os bens que conseguir obter, na qualidade de seu herdeiro: *“toda a minha herança, vou deixar pra ele”*⁵⁰.

Os conflitos familiares, portanto, alocam-se na relação com dois irmãos, especialmente o que costumava *“bajulá-la”*, mobilizando episódios de agressão física e a intervenção materna a fim de cessá-las.

Tenho dois irmãos insuportáveis! Eu não faço nem questão, entende? Não dependo deles, trabalho o tempo todo pra ganhar meu salário, entende? Eu não tenho que suar pra ganhar salário. Então eu não tenho nada que abaixar a cabeça pra eles. Viajo pra onde eu quero. Cheguei na Bahia, eles falaram assim: *“ah, foi roubar pra ser presa?”*. Ai, aquilo me doeu! *“Foi pra outra cidade pra roubar?”*. Eu disse: *“querido, eu não preciso roubar, porque os homens me dão o conforto, os homens me dão o luxo. Tá? Vocês não podem*

⁵⁰ A relação de Giovana com seu sobrinho, marcada, inclusive, pela elaboração de projetos de vida e pela soma de recursos financeiros, remete a modalidades de parentalidade que pude analisar em momento anterior (CARDOZO, 2006, 2007). As travestis, *tias* ou *tios* nesses arranjos familiares, somam-se em torno dos cuidados dirigidos às crianças da família, recorrentemente filhas da irmã. Joana, que vivia com sua irmã mais velha e a sobrinha de dois anos, orgulhava-se das semelhanças físicas entre ela e a pequena garotinha. Quando comentei que ela parecia sua filha, disse-me: *“mas é, é minha filhinha”*.

viajar mundo afora, conhecer, porque não têm dinheiro. Então trabalha, sua bastante, pra poder ganhar um salário, porque eu não ganho salário. Não dependendo de vocês, não dependendo da minha família”. Ele foi pra me grudar, pra me bater. Não foi porque a minha mãe não deixou (...). Já teve tempo de eles cortarem as minhas roupas todas, me bater mesmo. Eu disse: “bate!”. Queriam cortar meu cabelo à força, eu não deixei (...). Cheguei até a puxar faca pra ele, pra ele não vir em cima de mim. Eu já cortei um na mão... ele veio, foi a faca que cortou, entende? Eles falam que eu sou a ovelha negra da família (Relato de Giovana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Natália, “descoberta” pelos pais após ter sido flagrada pelo conhecido da família, também revelava ter uma boa relação com maior parte de seus familiares. Caçula, dizia não haver conflitos entre ela e seus irmãos e irmãs. Seu pai, entretanto, foi quem mais resistiu a aceitá-la travesti: *“até meu pai, ele fala agora comigo. É que o começo é uó, né? Ele é homem! Ele queria que eu fosse um cabrudo, né, bicha? Ele não queria que eu fosse travesti”*. Quanto a sua mãe, por outro lado, Natália elogiava-a efusivamente, qualificando-a *“maravilhosa”*.

Minha mãe sempre foi maravilhosa. Tipo, ela não queria que eu virasse travesti, mas foi indo, foi indo... e ela acabou aceitando. Eu comecei a fazer a bobinha: ela chegava do serviço, eu tava com uma blusinha mais apertadinha. Foi indo, foi indo, foi indo... até que ela deixou. Hoje ela... ah, ela é maravilhosa. Foi lá me ver lá em casa quando eu tava de repouso, tudo *[referindo-se ao pós-operatório pelas próteses, enquanto morava em uma pensão em outra cidade]*. Levou um monte de coisinha. Ai, ela é ótima. Ela é ótima, sempre foi maravilhosa (Relato de Natália durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

A resistência paterna inicial que se reverte em uma aceitação posterior também é narrada por Glória. Esta conta que a relação com seu pai melhorou muito depois que ela aplicou silicone nos quadris e implantou próteses nos seios: *“a gente tinha um relacionamento difícil antes, com a minha aparência masculina; depois que eu assumi a minha identidade Glória, a gente não teve problema nenhum... não é incrível isso? O problema dele comigo era como gay, aparentemente”*. Assim que apareceu feita na cidade de seus familiares, seu pai, quando a viu reclinada na cadeira do salão de beleza da sobrinha de Glória, *“balançou a cabeça”* e comentou: *“não tem mais jeito mesmo, né?”*. Esse episódio apresenta-se, na narrativa de Glória, como um divisor de águas no relacionamento com seu pai: *“daí, dali pra frente, ele começou a me respeitar mesmo. Aí nunca tive problema com*

isso. Depois que eu me aceitei como Glória – porque não é uma questão de assumir, né? –, ele passou a me respeitar melhor, a gente começou a ter um relacionamento bem melhor”.

Oriunda de uma família de nove irmãos (“são seis mulheres – sete comigo, eu sou a sétima [risos] – e dois irmãos”), Glória contava com a escuta e a compreensão da mãe para mediar a apresentação de sua travestilidade junto à família: “e aí eu já comecei a preparar a minha família através da minha mãe. As minhas irmãs já tavam entendendo, né?”. Isso foi possível porque Glória mantinha contato semanal com sua família através de telefonemas, ao longo dos quais alertava a mãe sobre seu desejo e decisão de modificar sua aparência e, especialmente, sobre sua intenção de sempre respeitar seus familiares, jamais faltar-lhes com “respeito”. Pedia, em troca, que a “respeitassem”, não necessariamente que a “aceitassem” ou que a “engolissem”. Em resposta, a mãe lhe disse: “se tu tiver feliz assim, ótimo. Eu vou ficar feliz também”.

Sua mãe dizia-lhe que ela “precisou virar travesti pra criar juízo”, lembrava-se Glória sinalizando para o emprego equivocado do “virar”, pois “a gente não vira, a gente se transforma”. Entende que era “descabeçada” antes de “se resolver assim”. Glória aconselhava sua mãe a falar aos vizinhos, “para não passar vergonha”, que o filho havia ido embora para os Estados Unidos e que ela era uma sobrinha, mas a mãe, contrariando sua recomendação, pontuou que “faria questão” de dizer quem era Glória, para “as pessoas saberem como é a transformação”. E dizia a uma conhecida: “agora é a minha filha, mas foi meu filho”.

Enquanto conversávamos sobre sua família, Glória pontuava a diferença entre sua mais fácil aceitação como travesti do que como gay, aspecto diferente entre as demais travestis: “porque tem família que ‘deus me livre, não vai virar travesti!’”. A jovem Brigitte encena um desses casos. Era verão e sua namorada passava as férias na praia com a família quando Brigitte decidiu preparar um discurso, amedrontada, e fazer as malas para contar à mãe sobre seu desejo por garotos – situação cujo desfecho ela “jurava” ser sua expulsão de casa. Demorou-se com as palavras, hesitante, até dizer aos prantos: “mãe, eu não gosto de meninas!”. A reação da mãe, surpreendentemente, foi: “ué? Mas eu já sabia disso”. A narrativa de Brigitte, performatizada em torno da mesa do café, arrancava gargalhadas entre todas as que a ouviam contar sua história na pensão, fazendo-a rir muito também de suas lembranças. Quando sua avó materna soube, reagiu mas acabou aceitando, com a seguinte

ressalva: “*só não vai inventar de te vestir de mulher, que nem teus tios*”, referindo-se às travestis irmãs do pai de Brigitte. E a cozinha se tornou gargalhadas.

Entre as travestis que iniciaram seu processo de feminilização muito jovens, entre onze e treze anos, as histórias familiares se marcam por uma relativa *aceitação*, de forma que o abandono do lar materno/paterno precede não necessariamente o início dos processos de transformação corporal, mas o ingresso na atividade de prostituição.

Marcela, que me dizia ter *ajudado muito* sua família com recursos financeiros advindos da prostituição, começou a ingerir hormônios entre doze e treze anos, mobilizando os pais a procurarem um psicólogo, que os orientou: “*o sonho dela é virar mulher; pode ser que isso mude quando ela entrar na puberdade*”. Ela deu início, então, ao processo de hormonização e aos tratamentos para “*mudança de sexo*”, o que não aconteceu na ocasião em virtude de ela ser demasiado jovem: sendo uma decisão “*muito importante*”, as medidas em torno da cirurgia de transgenitalização foram adiadas para quando Marcela completasse dezoito anos. No momento da pesquisa com vinte anos, confessava-me que adiara a adesão aos procedimentos médico-psicológicos, uma vez que planejava trabalhar como prostituta a fim de acumular recursos e bens, postergando seu “*sonho*” para mais tarde. O ingresso na prostituição se deu quando, entre dezesseis e dezessete anos, Marcela se mudou da cidade natal para Porto Alegre, onde passou a viver em uma casa junto com outras amigas que trabalhavam na *rua*. Em princípio, os pais “*não entendiam*”; a mãe avisou: “*eu te aceito; a tua decisão, pra mim, vai ser tua felicidade*”. O pai, entretanto, quase lhe bateu, contendo-se depois: “*então fica assim, só não vai virar mulher!*”. E ironizava Marcela: “*aí, não deu uma semana: 'mãe, eu quero virar mulher'. A minha mãe: 'capaz! Isso é impossível! Eu nunca vi um homem virar mulher!'*”. Para eles, era difícil tratá-la como menina e chamá-la pelo nome feminino no começo. Diante de suas amigas que não sabiam sobre seu processo de feminilização, os equívocos ao se chamá-la pelo nome de registro causavam constrangimentos e estratégias imediatas para se conter o “*segredo*”. Quanto aos irmãos pequenos, entretanto, estes acham que Marcela é mulher, uma vez que a mãe não quis explicar em detalhes sua história.

Francine, por sua vez, passou horas lembrando a forma como se vestia para ir à escola, tendo seus desejos por roupas e sapatos atendidos por seu pai, que, embora ganhasse pouco como caminhoneiro, encontrava meios para agradar à caçula. Ela tem uma irmã mais velha que é travesti também, a qual a iniciou na *rua*, arrependendo-se depois, por temer os riscos a que a expunha. Desde muito pequena apontada como “*bichinha*”, lembrava-se da

cena em que o pai se exaltara com carroceiros que a apontavam pejorativamente, correndo atrás dos rapazes enrubescido de raiva; *“já dava pra ver desde criança que eu era bichinha”*, avaliava Francine, que continuava: *“toda a vizinhança comentava que eu era bichinha, que meus pais iam ter dois filhos travestis... Imagina pra uma família isso!”*. A mãe, inicialmente preocupada com as amizades da jovem Francine ainda garoto com as travestis da cidade, mantém com ela uma relação muito próxima: costuma decorar seu quarto caprichosamente, caracterizando-o tipicamente como um *“quarto de menina”*; falam-se ao telefone muito carinhosamente, salientando a saudade que sentem uma da outra e o quanto se amam (como pude presenciar em uma tarde de feriado, quando saímos em busca de um telefone público). Quanto ao pai, igualmente muito próximo, Francine recorda: *“desde pequeno, ele dizia que ‘o Murilo é inteligente, estuda; é o que vai me dar orgulho’. Eu não dei o orgulho pra ele de ser um menino estudioso, mas o de ser uma menina estudiosa”*. Como não quisesse que Francine trabalhasse na rua, pagou-lhe curso de cabeleireiro e disponibilizou recursos para que ela tivesse um projeto diferente; mas, em sua avaliação, a prostituição lhe rende mais altos recursos, tornando-se, assim, mais atraente.

O relato de Francine a respeito de sua irmã travesti sugere que, para algumas delas, sua travestilidade não se configura como a única e/ou primeira experiência familiar de ruptura da heteronormatividade. Durante um café da tarde, entre falas e brigas e risadas, ouvi Marcela comentar, na outra ponta da mesa, que *“falar que não quer ter filho viado é como atrair”*; o que a pessoa tiver de ser será, não adianta os pais escolherem. E, imediatamente, algumas se colocaram a identificar-se com suas trajetórias: *“minha mãe tem uma filha lésbica e eu travesti”*, comentou Pâmela; e Natália se apressou: *“eu também... tenho uma irmã lésbica”*. E as duas, cada uma de um lado da mesa, levantaram-se e tocaram as mãos: *“tu também? Bate aqui”*. O rompimento das normas, no que diz respeito à orientação sexual e à identidade de gênero, observado nos relatos acima de famílias com mais de uma filha travesti ou lésbica, mostra também uma certa flexibilização de valores relativos à vida afetivo-sexual das filhas e filhos, por parte de determinadas famílias de camadas populares no sul do país, aspecto que abre flancos para novas investigações.

Pâmela, uma das duas que encenaram o episódio acima, dizia-me *ser* travesti desde seus treze anos. Nascida em uma cidade do interior gaúcho, conta que os pais se separaram quando tinha seis anos, de maneira que cresceu junto à mãe e foi morar com o pai em um município próximo aos quatorze anos. O pai, segundo ela, não aceita sua travestilidade, ao

passo que sua mãe a “*admira*”: “*o mais importante é a mãe da gente aceitar; o resto é bobagem*”.

A mãe, portanto, é geralmente a principal personagem nas narrativas de apoio ou de mediação familiar, constituindo-se uma espécie de sujeita-heroína, porque enaltecida por sua agência na negociação simbólica em torno do reconhecimento familiar da filha travesti e pela capacidade de acolhê-la a despeito das acusações. Nesse sentido, cada uma delas demonstra sua maneira de estreitar laços afetivos e de reciprocidade junto às próprias mães, bem como em relação a outras pessoas que cumprem este lugar de cuidado, mediação e controle em suas vidas, como já explanei em capítulo anterior. Uma das formas mais presentes nos relatos é a da “ajuda” à mãe, sobretudo no início de suas carreiras na prostituição. Outra, que ocorre mais adiante, diz respeito à responsabilidade pelo cuidado e manutenção da mãe quando esta está mais idosa ou sem recursos financeiros, sendo que muitas vezes são as filhas travestis as únicas da *fratria* a se responsabilizarem pelos cuidados e manutenção da mãe. Helena, por exemplo, dispõe de grandes responsabilidades no cuidado de sua mãe, uma senhora idosa cujos demais filhos evadiram-se de ampará-la. Quando esteve fora do país, Heloísa e Salete se mobilizavam em torno da mulher baixinha, de longos cabelos lisos e finos e grisalhos, apoiada por um dos braços em uma muleta, a quem chamavam “*mãe*”. Já Eunice nos contava, em uma tarde na sede da ONG, sobre as vezes em que viajou até sua cidade natal a fim de levar sua mãe a consultas médicas, pagar-lhes os remédios e cuidá-la, uma vez que seus irmãos, embora vivam na mesma cidade ou em cidades vizinhas, jamais se dispõem a fazê-lo.

Nos relatos de Eunice, sua mãe figura como alguém capaz de desfazer-se de seus laços matrimoniais e de abrir mão da proximidade de outras filhas em nome de seu apoio à travesti. Considera-se “*uma exceção*” entre várias travestis que sofrem forte preconceito e perseguição por parte de familiares; ela saiu de casa porque quis e entende que toda relação com a família por parte das travestis se ancora em uma “*educação*” destas para com os parentes. Aos doze ou treze anos, percebia que era diferente; que, em vez de gostar das meninas, como os demais meninos, “*gostava dos meninos, que gostavam das meninas*”. Achava que estava doente e temia que os pais e os irmãos a repreendessem, já que a criação fora bastante rígida. Acostumada a ver sua mãe preparando chás para dores, Eunice ia até a cozinha, fazia um “*chazinho*”, bebia-o e ia dormir pensando que, sob efeito do medicamento, estaria curada no dia seguinte: “*amanhã eu tô curada*”. O desfecho de seu “segredo” aconteceu quando, ainda muito jovem, trabalhava em um cargo de confiança em um supermercado, no qual também trabalhavam suas irmãs. Enquanto Eunice (na época de aparência masculina) pagava as contas

da casa com seu bom salário, o que as irmãs ganhavam ficava com elas. Certo dia, sua mãe se aproximou de Eunice e lhe disse: *“a mãe não sabe como te contar isso... mas as tuas irmãs tão falando que tão com vergonha de ti, porque todo mundo diz que tu é gay”*. Muito chateada, Eunice resolveu abordar as irmãs depois do almoço, avisando que, se elas tinham vergonha, então ela deixaria a casa, ainda que fosse para *“viver debaixo da ponte”*. Seu receio era de que seus pais a condenassem e a expulsassem. Trancou-se no quarto, chorando muito, até que a mãe bateu à porta, pedindo que conversassem. A mãe, ao contrário de suas expectativas, falou-lhe que *“deus”* não lhe dissera que teria treze filhos nem que dois faleceriam, não lhe dissera o que cada um seria e que, portanto, ela aceitava Eunice de qualquer forma e, sabendo o que ela viria a sofrer sendo gay, não a deixaria só, sendo que, se alguém tivesse de sair da casa, seriam suas irmãs, não ela. O pai de Eunice, que não aceitou de pronto, foi expulso de casa pela mãe, que defendia os filhos acima de tudo. Aos vinte e um anos, Eunice saiu de casa, seguindo para outra cidade, onde se transformou. Ao chegar a sua cidade natal, sua mãe falou: *“meu filho, o que teu pai vai falar?”*. Quando saiu de casa, seu pai voltou, e ela percebeu que teria de dar um espaço para que seus pais retomassem o casamento, sentindo que atrapalhara a relação.

A mãe deve, por conseguinte, ser protegida pela *“ofensa”* que a feminilização pode representar, valor que se reflete na escolha de muitas delas por sair da casa materna/paterna, tal como se acautelava Glória reafirmando à mãe, quando decidiu transformar-se, que jamais perderia o *respeito* por seus familiares. Joana, nascida e criada em Vale das Passagens, resolveu sair da casa da mãe e do padrasto quando decidiu investir na feminilização. Com o objetivo de ter *“liberdade para se assumir trans”*, foi morar com uma das irmãs, afinal *“não ia fazer na casa da minha mãe pra ofender ela, né?”*.

Heroína nos processos de subjetivação da maior parte das travestis, a *mãe* transfigura-se, por suas ações e pelas expectativas das sujeitas, na imagem do *amor materno* (BADINTER, 1985), que perdoa quaisquer transgressões, mesmo que se confrontem com suas próprias moralidades, e que jamais abdica de seus laços parentais. Denise, que só superou a profunda depressão após o assassinato de seu *marido* ao ver a mãe adoecer junto, repetia-me: *“porque a minha mãe, pra mim, é minha vida, a minha mãe pra mim é tudo! Eu fiz muitas coisas que magoaram ela, mas ela sempre esteve do meu lado”*. Para Natália, Joana, Glória, Helena, Eunice e Pâmela, a mãe é a entidade *“maravilhosa”* que intervém nas brigas entre irmãos, media a relação junto ao pai, afirma o apoio parental diante dos vizinhos.

Afora os casos em que as mães aparecem sob certas acusações, como no caso de Heloísa e de Lúcia, no relato de Suzana ela só abre mão dos laços maternos se não for ligada pela consanguinidade, ecoando-se a lógica de que “o sangue puxa” (FONSECA, 2000, 2002).

O sangue é a base a partir da qual se constroem redes virtuais ou vivenciais de reconhecimento social, este sistematizado na categoria “*respeito*”, a qual, assim como entre os grupos populares estudados por Claudia Fonseca (2000), se apresenta similar à noção de honra (PITT-RIVERS, 1988; BOURDIEU, 1988; PERISTIANY, 1988)⁵¹. Sendo assim, o *respeito*, como uma modalidade de honra, refere-se à vigência de um código de valores em que se expressam ideais sociais, o qual existe na relação concreta e opera em favor da imagem pública dos sujeitos. Como relatava Glória descrevendo seu desejo à mãe e referindo-se aos familiares, “*se vocês, que são minha família, não me respeitarem, quem é que vai me respeitar lá fora?*”. E continuava: “*então, se a gente tem alguma coisa pra gente se agarrar, eu acho que é melhor pra gente, faz bem*”. Figurando-se como esse refúgio moral, a família, além de rede de apoio e de proteção, “*é um laço que a gente tem que respeitar (...). O respeito com a família é onde liga a gente pra que de repente tu não siga um caminho errado ou outro caminho. É nisso que me apego pra ter responsabilidade*”. Tal conjunto de expectativas-valores pode clarificar a relevância que a reação da família de Melissa teve quando de seu assassinato, ganhando proporções maiores do que o homicídio em si, como discutido no capítulo anterior.

Do lado oposto a essa aceitação por parte da família, não constam necessariamente as relações marcadas por esporádicas trocas financeiras em lugar de permanentes trocas afetivas, como no caso descrito por Heloísa e Lúcia, ou as relações de uma conflitiva não aceitação, como no caso do pai de Pâmela, uma vez que as relações postas sob questionamento moral, dotadas de uma positividade ou produtividade, a exemplo das violências (RIFIOTIS, 1997, 2005), também constituem relações e redes. O que integra, portanto, a recusa familiar às travestis incorre pela gramática moral do reconhecimento ou não reconhecimento: trata-se da “suspensão dos laços”. É Suzana quem oferece tal pista: para ela, a indiferença e o desaparecimento por parte de seus pais e de suas irmãs adotivos são ainda piores do que os conflitos na família relatado por conhecidas suas, na medida em que fingir que algo “*não está ali*”, querer “*livrar-se*”, não lidar com o “*problema*”, é ainda mais violador e doloroso do que a reação conflituosa de recusa à aceitação.

⁵¹ Em Miriam Grossi (2004), o *respeito* associa-se à “virtude feminina”, a qual, segundo o modelo mediterrâneo de honra e vergonha, asseguraria a honra familiar.

5.2 Espaços escolares

Além da vivência ambígua na família, outro espaço importante no processo de subjetivação e construção de si das travestis é o da escola. O espaço escolar constitui uma das dimensões mais eivadas de conflitos e ofensas morais na experiência das travestis. Ele explicita e agudiza uma ruptura entre o desejo das travestis e a heteronormatividade pressuposta e reproduzida pela educação formal. Não raras vezes, a evasão escolar se configura como um desfecho viável, quase inevitável na experiência dessas sujeitas.

Suzana, que estudou até a sexta série do ensino fundamental, foi expulsa de oito escolas. Explicava-me que foi “*uma criança revoltada*”, tinha graves “*problemas*” com os meninos da escola e brigava excessivamente, sentimento que se reproduzia também na relação com os vizinhos mediante injúrias – certa vez, planejou a invasão à casa de um vizinho após ter sido chamada de “*viadinho*” e quebrou boa parte dos objetos. Ela acredita que lhe cabia reconhecer-se em sua subjetividade e em seu desejo a fim de que esse sentimento a que ela denomina *revolta* cessasse: “*eu acho que eu precisava assumir; quando assumi, parou. Hoje eu não faço mais essas coisas, não apronto mais essas barbaridades*”. Os colegas a perturbavam por conta de seu “*jeito*”, categoria recorrente entre profissionais da educação ao se referirem a estigmas sobre homossexualidade entre alunas e alunos: “*e olha que eu me segurava horrores*”.

Esse “*jeito*” de que fala Suzana refere-se a um elemento acionado para se apontarem sujeitos cujas performatividades de gênero destoam do conjunto de expectativas sociais formulado com base na classificação dos corpos segundo um discurso heteronormativo amparado no dimorfismo sexual. Desse modo, o “*jeito*” de Suzana quando garoto sinalizava, no conjunto de representações sociais de outrem, para sua fuga aos padrões heteronormativos. Tal modalidade de discurso social consta entre os resultados da pesquisa intitulada “*Representações de iniciação sexual e homossexualidade escolas no ensino público em Santa Catarina*”, realizada pelo NIGS⁵². De acordo com o referido trabalho, a categoria *trejeito* é frequentemente utilizada por educadoras e educadores para se referirem a alunas e alunos que

⁵² A pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenada por Miriam Pillar Grossi, sob apoio financeiro do Programa Nacional DST/Aids – Ministério da Saúde. Teve início no ano de 2007, tendo sido concluída em 2009. Ver GROSSI, Miriam P.; FERNANDES, Felipe B. M.; CARDOZO, Fernanda (orgs.). **Representações de Iniciação Sexual e Homossexualidades em Escolas do Ensino Público de Santa Catarina**, 2009 [no prelo].

consideram ou “suspeitam” ser “homossexuais”. O *trejeito*, portanto, assim como o “*jeito*” sobre o qual fala Suzana, opera pelo julgamento sobre a “inversão de gênero”, isto é, pela avaliação, com base nas normas sociais de gênero, acerca de uma efeminação dos meninos e masculinização das meninas.

A escola é apontada por Suzana e Larissa como sendo o espaço onde elas mais se veem alvo de ofensas morais, onde “*mais acontecem essas coisas*”. O recurso encontrado para lidar com as injúrias e as ameaças, quando não a fuga, é “*reagir na porrada*”, como Suzana fazia quando era tomada como alvo de acusações por parte dos colegas. Dentre os sujeitos da ofensa, figuram as meninas, tanto quanto os meninos. Larissa lembra-se de quando uma colega lhe deu uma bolada no rosto, ao que ela reagiu “*grudando na cara da guria*”. Salete recorda a frequência com que apanhava das meninas, que, sabendo que ela “*era bichinha*”, não gostavam de vê-la andando com os meninos: “*qualquer criança que nasce hoje homossexual, começa a discriminação no colégio, já, é normal*”. As meninas, aliás, protagonizam, além de episódios conflitivos, cenas desconcertantes nas memórias das travestis: Suzana recorda-se aos risos de ter saído correndo quando uma menina disse que queria “ficar” com ela, que, na época, era um garoto ainda; chegou a “*dar uns catos nela*”, mas não apareceu no local combinado quando a intenção da jovem era a relação sexual. Brigitte, ao sair do seminário, era ainda mais acusada pelos colegas como “*o viadinho*”; a surpresa foi quando a menina mais bonita da escola, desejada por todos os colegas, apaixonou-se por Brigitte (ainda menino na ocasião), que, como estratégia para esquivar-se das acusações, passou a namorá-la, situação que se tornou insustentável a partir do momento em que a menina quis manter relações sexuais.

Giovana, que estudou até a oitava série, conta que, na escola, “*bateu muito*”, tanto em meninos quanto em meninas. Costumava recorrentemente ouvir acusações direcionadas a ela: “*ó o viado ali*”. A direção da escola chegava a chamar os envolvidos na ofensa, mas as medidas institucionais não surtiam efeito algum. O abandono escolar, entretanto, é justificado pelo caráter inconciliável entre seu interesse em “*namorar*” e o tempo que a escola lhe tomava no período noturno, logo após o trabalho durante o dia inteiro como faxineira e babá. Enquanto planeja sua volta aos estudos, toma-se pelas expectativas a respeito de como será a relação com professores e colegas, mas acredita que o fato de “*estar mais mulher*” acabará por protegê-la das acusações morais, pois não vai “*dar motivo pra falarem*”. Após a transformação, Giovana acredita adquirir capital corporal suficiente para “*passar-se por mulher*”, o que lhe permite superar as ofensas e os estigmas a que a efeminação de corpos de

aparência masculina submete os sujeitos.

A evasão escolar, nas narrativas das sujeitas da pesquisa, jamais aparece atribuída diretamente a um processo rotineiro de ofensas, mas a determinadas modalidades de desestímulo individualizadas, alocados na incompatibilidade com o trabalho ou em uma falta de vontade em comparecer à escola. Se Giovana queria “*namorar*”, Glória parou os estudos assim que terminou o ensino fundamental em virtude dos horários puxados na fábrica de produtos de limpeza, que a obrigavam a virar noites preparando-se para as provas. Natália, para quem “*o colégio era uó*”, estudou até a sexta série do ensino fundamental, pois “*tinha problemas com a escola*” e não queria mais frequentá-la. No caso de Natália, ainda, o abandono escolar acarretou a perda do emprego que mantinha em um supermercado, uma vez que o serviço tinha a ver com sua frequência nas aulas, o que, segundo ela, a motivou à prostituição. Evidentemente, seriam necessários outros dados para melhor compreender os processos de evasão escolar, associando as discriminações escolares direcionadas às travestilidades com a pertinência de classe, fatores que, associados, parecem ter um efeito devastador na escolaridade das jovens adolescentes em processo de *transgeneridade*.

As tentativas de volta à escola mais tarde, mesmo quando planejadas e desejadas, acabam sendo postergadas ou interrompidas. O grande desejo de Carmem é que Vitória, que trancou sua matrícula no supletivo, volte a estudar. Vitória dissera que ela “*só sabia fazer uma coisa na vida, mais nada*”, referindo-se à prostituição. O caso de Vitória é paradigmático da experiência compartilhada por muitas travestis, dentre as quais se desenha fortemente o abandono dos projetos que envolvem formação educacional de longo prazo. Ao adiarem ou abandonarem no início os cursos de formação em que ingressam, tais sujeitas parecem temer transcender o projeto social que lhes tem sido prescrito, sobretudo em se tratando das travestis oriundas de grupos populares. Se em Bourdieu (1992, 1998) as reflexões sobre limites e avanços da educação como projeto se referem à relação entre filhos e pais, no caso das travestis, como para Vitória, pesa a iminência de que sua formação educacional e seu ingresso em uma carreira formal rompam as amarras das expectativas sociais, os limites expressos pelas condições objetivas que circunscrevem as travestis ao universo sexualizado da prostituição, sob um processo que toma os sujeitos não heterossexuais exclusivamente pela dimensão da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Sua capacidade de agência (ORTNER, 2006) a fim de transcender tais condições precisa estar em negociação com sua própria construção subjetiva, marcada por tais representações.

As lembranças sobre as relações na escola remetem ainda à experienciação de sentimentos e de desejos não correspondidos, ocasionando-lhes a sensação de solidão e diferença. Natália me dizia: *“quando a gente quer ser mulher, não adianta!”*; muito jovem, via as colegas se tornando *“mocinhas”* e os meninos querendo namorá-las, enquanto ela se masculinizava, modificando a voz e ganhando pelos no rosto: *“e eu ficando um cabrudo, né, mona?”*. Os garotos a perturbavam na escola, fosse acionando uma série de categorias de acusação e de injúria, fosse empurrando-a na saída da escola; e, embora não quisessem namorá-la, alguns mantinham encontros sexuais furtivos com ela durante a noite, repetindo as agressões e insultos no dia seguinte. Eunice, que se sentia só e *“diferente”*, via-se gostando dos meninos, os quais, por sua vez, gostavam das meninas, não lhe sobrando espaços na economia afetiva que ela vivenciava.

Glória igualmente se sentia sozinha devido à perseguição por parte dos colegas, que a apontavam como *“viadinho”* e *“bichinha”* e ameaçavam bater nela na saída ou no intervalo. Glória contava, entretanto, com uma amiga de quem se lembra com carinho: bonita, robusta, longos cabelos negros, a menina batia nos garotos que mexessem com Glória; era ela que a acompanhava nos bailes da escola e que dançava com ela sem deixá-la só e à mercê das provocações dos demais alunos. Diante de qualquer ameaça, questionava Glória a respeito de quem a havia cometido e se dispunha imediatamente a revidar. Glória se sentava ao fundo da sala, tentando ser invisível; *“parecia que eu não tava ali, sabe? Parecia que eu tava de fora, olhando de fora a turma”*. Ansiosa perante as ameaças por parte dos meninos, muitas vezes pedia à professora que a deixasse sair mais cedo, argumentando não estar bem ou ter outro compromisso. Sempre fora boa aluna, mas começava a ter problemas com notas: *“e os professores, tu vê, né? A criança pede todos os dias pra sair mais cedo, e eles nem pra ver o que tá acontecendo. Porque alguma coisa de errado tem, né?”*.

Há, portanto, um caráter solitário na experienciação do desejo pela feminilidade e/ou no não gostar de meninas. Glória e Eunice sentiam-se tão exclusivas quanto Joana, que me narrou: *“antes o mundo era hétero pra mim; eu achava que era só comigo. Agora, não... Agora, pra mim o mundo é GLS; só tem um ou outro heterozinho perdido por aí”*. Carmem, psicóloga que atua na Sempre-Viva, falava-me dos casos de evasão escolar entre as travestis e da sensação recorrente de que algo errado há com elas durante a infância e a adolescência. O problema, explicava-me, é que os entraves na aprendizagem decorrem dessa ansiedade gerada no espaço escolar diante dos colegas, de maneira que a concentração nos estudos dá lugar à preocupação com a perseguição, a agressão e a ofensa. Daí decorrem o mau desempenho e a

evasão escolar, não de qualquer dificuldade cognitiva inerente aos alunos e às alunas.

Nem todas as experiências, todavia, são marcadas pela ofensa insuportável e pela evasão. Se algumas travestis abandonam a escola, outras concluem o ensino médio e, às vezes, vislumbram o ingresso no ensino superior. Marcela planejava a entrada no curso de enfermagem, mas decidiu prostituir-se tendo em vista as dificuldades que supunha encontrar em virtude de sua travestilidade; ao dar início ao processo de feminilização, os pais a colocaram em outra escola, onde não se sabia sobre a condição da filha, tomando a cautela de negociar as formas de tratamento e registro junto à direção da instituição. Pâmela e Francine se lembravam com saudade da época de escola; ambas, assim como Marcela, terminaram o ensino médio e diziam ter sido bem aceitas entre seus e suas colegas. Pâmela, questionada por outra travesti que tentava saber se ela *“ia de ocó”* à escola, respondia: *“não, capaz! Eu era uma menina!”*. Dizia-me que, quando começou a *“se vestir de mulher, ia bem guriuzinha: de chuquinha, calça rosa...”*; e as professoras costumavam perguntar sobre sua maquiagem e os cuidados com seu corpo.

A possibilidade de sentir-se *“menina”* na escola, condição assegurada pela negociação entre os pais e a direção escolar e pela capacidade de mediação de professoras e professores junto aos demais alunos, pode garantir que as jovens travestis concluam o período de educação formal. Tal articulação, por sua vez, envolve procedimentos como o registro do nome feminino na chamada e a clareza sobre o uso do banheiro feminino, situações vivenciadas por Francine. Esta se deliciava em lembranças: *“era uma inspiração ir pra escola... eu me sentia tão menina!”*. Julga que teve *“muita sorte na escola”*, por isso se empenhava em ir todos os dias. *“Mas eu me impus, eu era muito imposta. Fui líder da turma (...). Na minha formatura, eu fui vestida de menina, fui a oradora”*, completava. Contava-me a rotina e os preparativos em torno da hora da aula: tomava banho pela manhã, secava os cabelos, alisava-os e procurava sempre roupas diferentes, evitava repeti-las; a dedicação à aparência era tamanha que às vezes, mesmo acordando às oito horas da manhã, chegava atrasada à aula, no período vespertino. *“Tu acredita que tinha gente que me esperava pra ver com que roupa eu ia?”*, ria-se Francine enquanto lembrava que era chamada *“Xuxa”* e *“Carla Perez”* pelos colegas. Entre os colegas, *“era aceita como menina... e super patrícia”*. Os meninos, segundo ela, tratavam-na bem: *“alguns se passavam, mas eu nunca dei intimidade”*. Com as meninas, mantinha relações amistosas, compartilhando momentos de lazer, e recordava duas grandes amigas. Desde quando era pequena, antes de reconhecer-se

travesti, Francine era apontada pelos vizinhos demasiado feminina, sendo comparada à irmã travesti; na escola, como efeito dessa “efeminação”, a professora avisou a sua mãe que não via condições de Francine jogar com os meninos, portanto a colocava a fazer as aulas de educação física com as meninas. Francine entende que a atitude da professora não dizia respeito a um *preconceito*, como julgou Marcela ao ouvi-la narrar a experiência, mas a uma delicadeza no cuidado com os alunos, uma vez que julgava não poder submeter, por convenção, Francine aos processos de socialização masculina.

Joana e Eunice, por sua vez, concluíram o ensino médio antes da feminilização. Eunice me mostrou uma foto de sua formatura no ensino médio. Aparecia ainda menino, cabelos alinhados, muito magrinho, ao lado de jovens mulheres com vestidos bufantes, dos quais rimos muito: “*pra tu ver, né? Como é que pode. Todos esses se afastaram de mim*”, referindo-se ao período posterior à transformação. Uma das fotos da formatura consistia só das mulheres da turma, e Eunice, menino, figurava entre elas. Sendo a foto das mulheres, chamaram-na, motivados por representações de gênero e sexualidade. “*E eu fui, guria... tava ali morrendo de vergonha*”. Mostrou-me ainda um rapaz muito magro e loiro na foto contando sobre a entrada na igreja: Eunice, ainda menino, usava um brinco pequeno na orelha esquerda, e levou no bolso da camisa um brinco de argola, maior. Ao entrar na igreja, o rapaz questionou-a a respeito da coragem de entrar com brinco, e ela, concordando irritada, tirou o brinco pequeno e pôs o grande, chocando o garoto.

5.3 A prostituição como carreira

Mesmo a partir do alargamento de seu *campo de possibilidades* (VELHO, 1994) em relação às demais, as travestis que experienciam o sucesso escolar avaliam reflexivamente o peso das alternativas e de suas escolhas a respeito de continuar a estudar ou ingressar rapidamente na carreira da prostituição. Em se tratando das oriundas de grupos populares, raras são aquelas que não aderem à prostituição como carreira profissional associada às transformações corporais e à assunção da travestilidade⁵³.

Dentre as travestis com as quais tive contato durante a pesquisa de campo em Vale das Passagens, apenas uma delas, Lavínia, que mantinha o emprego de faxineira e vivia com a

⁵³ Larissa me contava sobre uma “travesti” (categoria utilizada por ela para designar a amiga) de sua cidade natal que se formara em Biologia recentemente. Diante da curiosidade que eu e Suzana demonstrávamos a seu comentário, esclarecia: “*mas a bicha tem dinheiro, né? O pai pagou tudo pra ela*”.

mãe, dizia não trabalhar como prostituta. Lorena também me apontou a amiga com quem dividia o salão e o apartamento, *casada* com um italiano, como uma das travestis fora da atividade prostitucional. Entretanto, em se tratando da maioria de minhas interlocutoras, o projeto de estudar e de ter uma profissão formal se perde pela atração que a prostituição exerce sobre o grupo, seja pelas possibilidades financeiras e simbólicas implicadas em tal atividade, seja pela avaliação acerca de dificuldades de acesso a determinados espaços sociais. Marcela me relatava:

Ia começar faculdade de enfermagem, mas eu caí na prostituição, né? Fui viver a prostituição pelo fato de ser discriminada. Então, tu sabe: a única opção pra travesti é a prostituição. A gente não tem muita opção no mercado. Então sobra pra nós a prostituição. Não que a gente queira, mas é que a população nos faz ser isso aqui, entendeu? Porque tu não tem força suficiente pra lutar contra tanto preconceito, entendeu? Então, o que sobra pra você é a prostituição (Relato de Macela durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

A explanação de Marcela, que abandonou o projeto de tornar-se enfermeira, inscreve-se em um aspecto da “teoria nativa”, reproduzida pelos discursos políticos, de que há estruturas sociais permeadas por representações discriminatórias que as excluem de determinados espaços em virtude de sua performatividade de gênero. Clara, representando a ONG Sempre-Viva em entrevista a um jornal local a respeito das medidas de moralização das vias públicas junto às travestis, dizia: *“ninguém está ali porque gosta, e, sim, precisa de dinheiro para sobreviver. Se nos derem um trabalho, a gente sai da rua. Não somos monstros, como andaram dizendo”* (reportagem publicada em 30 de junho de 2007).

As justificativas acionadas para explicar o ingresso no mercado do sexo, entretanto, não se limitam a barreiras sociais decorrentes de preconceito, mas relacionam-se tanto a condições sociais objetivas quanto a aspectos referentes ao desejo. Oriundas de grupos populares, as sujeitas que integram a pesquisa vislumbram na atividade prostitucional um caminho viável para o ganho mais rápido de somas que lhes permitam o acesso a investimentos corporais considerados necessários no processo de feminilização. Cientes de uma gramática social que as torna ininteligíveis no sistema formal de trabalho, ou ao menos as circunscreve a um leque limitado de alternativas de emprego (cabeleireiras, faxineiras, costureiras), entendem a prostituição como profissão possível material e socialmente, sobretudo tendo em vista os casos de baixa escolaridade. Entretanto, os discursos que evocam o *preconceito* como responsável pela decisão acerca da prostituição são acionados em

contextos específicos de mediação política, sendo que muito raramente reduzem ou resumem os projetos pessoais que elegem a carreira como prostitutas mais atraente e viável. Esses projetos, por sua vez, implicam agenciamento, reflexividade e a construção de sua identidade travesti por intermédio do desejo do outro, do olhar do outro, que atesta o sucesso dos investimentos corporais (PELÚCIO, 2005).

Eunice, que deu início às transformações pela feminilização aos vinte e um anos, relata, orgulhosa, que estudou administração de empresas, além de ser cabeleireira e costureira. Ela, que atua como prostituta e realiza pequenos reparos nas roupas das demais, avalia que as demais meninas, hodiernamente, não terminam os estudos e só se interessam por receber dicas sobre a atividade da prostituição, largando a escola na ânsia pelos ganhos que a rua pode trazer-lhes: *“as mais novas acham que são mil maravilhas (...). Elas esquecem que a beleza passa”*.

Eunice concedeu uma entrevista a um grupo de colegas que preparava um trabalho para a aula de Sociologia em uma escola estadual na cidade vizinha a Vale das Passagens; questionada pelas estudantes sobre a prostituição configurar-se como uma alternativa à falta de educação formal ou à falta de opções no mercado de trabalho formal, Eunice avaliava que as duas dimensões se articulam na eleição da atividade prostitucional como labor e fonte de renda. Percebe ela que, apesar de sua formação, há certos espaços em que as travestis são pensadas como perigo à imagem do local: trabalhando nos salões de beleza, segundo ela, só há *“gays”*, pois eles *“não afetam a imagem do salão”*, ao passo que as travestis foram avisadas de que, em alguns salões, sequer seriam atendidas, portanto jamais seriam contratadas. Além disso, prosseguia afirmando que, em busca de um emprego no mercado formal, ela seria escolhida apenas para aquelas atividades em que ela não precisaria *“aparecer ao público”*, já que, em se tratando de profissões como balconista, por exemplo, *“nem o currículo vai me ajudar, é minha aparência que importa”*.

O peso do agenciamento e da tomada de decisões a partir de um campo de possibilidades faz-se presente em outros relatos. Francine, cujo pai, contrário a que ela se prostituísse, pagou-lhe um curso de cabeleireira, ensinava-me: *“no salão, tu trabalha como empregado. Na rua, tu trabalha como empresário. Só que tem uma diferença: o dinheiro do mês, tu aproveita, tu vê ele render. O dinheiro que é da rua, tu gasta com tanta bobagem, que daqui a pouco tu não tem mais o dinheiro”*. Essa rápida fluidez do dinheiro no mercado do sexo, que, dotado de um caráter moral poluente, se gasta no mesmo ritmo veloz com que é adquirido, é apontada na literatura a respeito da prostituição de mulheres (DESCHAMPS,

2006; CORONA, 2007).

A sabedoria ao economizar as somas conquistadas com o trabalho na rua, entretanto, garante que este se torne altamente mais atraente do que o emprego no espaço formal do salão de beleza, de maneira que se consigam recursos suficientes para o investimento em busca do sonho que marca a vida de jovens travestis: as intervenções estético-cirúrgicas implicadas no processo de feminilização. Francine contrapõe, nas considerações a respeito da economia e dos gastos, *sonho* e *desejo* – enquanto este concerne a um sentimento momentâneo e supérfluo, como uma blusa que se vê na vitrine, aquele se refere a um planejamento de maior extensão no tempo e em torno da construção subjetiva, ao qual se devem destinar prioritariamente os recursos financeiros adquiridos – qual seja, as “*plásticas*”.

A história de Joana aproxima-se à de Francine. Tendo concluído o ensino médio, Joana trabalhava em um supermercado até que as roupas não mais dessem conta de esconder os efeitos dos hormônios em seu corpo, o que culminou em sua demissão, sem maiores explicações por parte da gerência. Da experiência, Joana avalia que, por um lado, ela gostaria de ter continuado trabalhando formalmente; por outro, a demissão lhe rendeu um valor significativo em dinheiro, em função de todos os direitos trabalhistas e pagamentos que lhe cabiam, por intermédio do qual lhe foi possível investir na transformação corporal, como o silicone nos quadris e nas pernas. Segundo integrantes da ONG Sempre-Viva, houve, ainda, uma tentativa de se negociar a permanência de Joana no emprego como caixa de supermercado, afinal ela tiraria férias e poderia voltar já em estágio avançado de feminilização, mas sua decisão foi de dedicar-se ao trabalho na avenida, fonte de lucros mais imediatos.

Aquelas travestis que, por sua vez, conseguem manter simultaneamente um emprego formal e a atividade da prostituição alegam encontrar dificuldades em conciliar os horários. Lorena, cabeleireira que atualmente mora no centro e trabalha em um salão de beleza em um bairro popular da cidade, lembrava-se, enquanto secava os cabelos de Marcela, de quando morava na Pensão Flor-de-Lis: acordava cedo, ia para o salão, voltava para tomar um banho e seguia para a rua, no centro. Piores, segundo ela, eram os fins de semana: “*sexta eu ficava até mais tarde na rua, e sábado tinha que começar cedo no salão. A faxineira aqui da Helena é que me acordava às oito horas da manhã. Tinha vezes em que eu nem tomava café, nem nada, ia direto trabalhar*”. Francine sublinhava que o trabalho manual no salão “*cansa muito*”, provoca exaustão.

O dinheiro oriundo da atividade na *rua* destina-se, além do projeto das *plásticas*, aos projetos em torno de um conforto e/ou de uma estabilidade futuros. Giovana entende que a atividade como prostituta restringe-se a um período suficiente para que consiga o valor das intervenções cirúrgicas e para que possa “*abrir um pequeno negócio*”. Brigitte, artista plástica, pretende sair da *rua*, dar continuidade aos estudos e trabalhar com seu ateliê, por isso planeja, inclusive, intervenções corporais não exageradas, a fim de que, fora do universo da prostituição, ela “*se passe*” mais facilmente por mulher. As baixas temporadas de lucro e a falta de ânimo para “*descer*” não preocupam tanto Marcela, uma vez que esta conseguiu, ao longo desse tempo e sobretudo com os filmes pornô, investir, com o trabalho de seus familiares, em uma padaria e em um carro, usado para as entregas dos produtos de sua pequena empresa. É sua família que administra seu dinheiro e seus bens, o que lhe dá certa segurança atualmente.

Entre aquelas que não conseguiram acumular recursos e, principalmente, que não dispõem de apoio familiar, sobram dúvidas e receios em relação ao futuro. Suzana, de vinte e seis anos, e Salete, de trinta, conversavam sobre as expectativas em torno de seu projeto de vida. Enquanto Natália se dizia “*enjoada*” de uma das cidades em que vinha atuando (“*ai, mona, a gente vê sempre as mesmas caras, as mesmas mariconas, enjoa*”), Suzana reiterava que “*essa vida é cansativa, sabe, Fernanda?*”. E punha-se a dividir conosco a angústia de estar perto dos trinta anos e ainda não ter seu carro ou seus bens; precisava dar um jeito de conseguir suas coisas. Salete a consolava dizendo que, com seus trinta, realmente não dispunha de nada, de modo que, se morresse, não havia nada a ser deixado para o Estado. Dizia que está no mundo “*para servir, não para ser servida*”. E Suzana replicava, dizendo que precisava de seguranças, de algum conforto, pois acredita que está no mundo não apenas “*pra servir e ser servida, mas pra marcar também*”. Salete e Suzana partilham dessa sensação constantemente verbalizada de solidão no mundo, de que qualquer laço com poucos membros familiares se esgarçaram e se perderam.

Se algumas travestis vislumbram a prostituição apenas como uma etapa de suas vidas na qual desejam acumular recursos para outros projetos, outras, por sua vez, adotam a prostituição como sua rotina profissional, especializando-se nas modalidades de anúncio dos programas – por jornal, por páginas de redes sociais, por páginas pessoais – e nos contatos para a realização de filmes pornográficos. A prostituição se caracteriza, portanto, em tais experiências como *carreira*, ou seja, como um meio em que se ingressa a partir de uma avaliação reflexiva sobre o campo de possibilidades econômicas e através do qual se aspira à

ascensão social mediante planejamento de longo prazo (FONSECA, 1996). É importante, porém, que não se perca de vista o fato de que, evidentemente, essa avaliação e decisão estejam informadas e formatadas por condições objetivas ancoradas em estruturas sociais de dominação e normalização – eis uma dimensão que não pode ser abandonada em nome de uma plenitude da agência, sob a pena de uma despolitização do quadro que limita e circunscreve o campo de atuação social das travestis.

Muito embora algumas dessas travestis, assim como as mulheres prostitutas da pesquisa de Claudia Fonseca (1996), advenham de grupos populares e encontrem, por vezes, dificuldades e incertezas em seu sustento diário, é no âmbito da prostituição que vislumbram possibilidades de acesso a bens financeiros e simbólicos antes ausentes de seu universo social; a prostituição lhes possibilita “*luxos*”, viagens, comidas e bebidas refinadas, entrada em hotéis e motéis de destaque. Enquanto caminhávamos sob um sol quente na rua quase deserta em horário de almoço, Giovana, que me convidara a tomar um sorvete, constatava que a prostituição lhe dera a oportunidade de saborear o que quisesse e quando quisesse, facilidade com que ela não podia contar antes, quando na Bahia a maçã, por exemplo, era cara para seus padrões de vida. Joana me mostrava, no apartamento em que vivia, os móveis e aparelhos eletrônicos que conseguira adquirir através da prostituição em curto espaço de tempo. Por sua vez, Vitória contestava as considerações do *marido* de que ela seria demasiadamente voltada a “*luxos*” lembrando as dificuldades que enfrentara quando criança e as condições de miséria e mesmo fome sob as quais sua família chegou a viver.

5.4 Sobre o dia: espaços públicos e experiências de discriminação

Ao longo do período em campo, ouvi muitas vezes sobre uma evitação à circulação pública durante o dia. Dione, uma travesti que realiza shows na cidade, jamais sai de casa à luz do sol; Natália, enquanto subia a rua íngreme entre a pensão e a avenida principal do bairro, exclamava que tinha “*horror*” a sair de dia; Salete e Suzana, que planejavam ir à *lan house* para me acompanhar até o ponto de ônibus, diziam-me: “*espera só o sol baixar mais, quando tiver de noitinha*”.

Circular em vias públicas durante o dia, especialmente entre as travestis que vivem na pensão, é um gesto que, em geral, se busca evitar e que, quando necessário, se circunscreve aos limites do bairro, onde se sabe a localização da pensão e os moradores já estão, de certa

forma, habituados à presença das travestis – como me sinalizava a senhora que, sentada ao meu lado no ônibus, dizia que, segundo o filho que trabalhava no supermercado Lírio, a gerência alertara aos funcionários que as travestis deveriam ser tratadas “*com respeito*”, sem comentários ou risos, pois “*são clientes como os outros, pagam pelos produtos com o próprio dinheiro*”.

Poucas delas saem sozinhas durante o dia, envolvendo-se em negociações junto às colegas em busca de companhia. Amélia irritava-se com a demora de Pâmela em arrumar-se para acompanhá-la até o mercado, onde precisava comprar um desodorante; Cristina convidava Natália até a loja de sapatos próxima, onde vira uma sandália de que havia gostado; Suzana prontificava-se a sair com Pâmela, que necessitava ir ao banco; Marcela e Francine chamavam uma à outra quando queriam comprar esmaltes, maquiagem ou um lanche no barzinho ao lado. Várias foram as situações em que pude observar a negociação em torno do “acompanhamento” para saídas banais. Minha presença também as motivava a sair de casa sob uma companhia – era chamada a ir com Francine ao salão de beleza, à *lan house* com Suzana, ao banco com Natália, ao mercado com Giovana –, quando não a pedir-me favores envolvendo a ida ao centro – como a revelação de fotos para Marcela, Suzana, Francine e Samara, por exemplo.

O deslocamento a maiores distâncias, como o centro da cidade, a praia ou a casa de Larissa, envolve a negociação junto aos taxistas, uma vez que raramente fazem uso do transporte coletivo. Lorena, que atualmente vive em um apartamento no centro, decidiu aproveitar minha companhia para tomar um ônibus na volta da pensão e economizar o dinheiro do táxi – explicava-me que a mudança para perto de seu ponto na avenida a vinha fazendo economizar um alto valor, já que antes precisava tomar táxi todas as noites. Esse tipo de transporte, por sua vez, aciona uma rede informal de motoristas cujos carros não dispõem de aparelhos de taxímetro nem de outros sinais indicativos do serviço que oferecem. Há dois ou três números de celular para os quais as travestis telefonam quando precisam, identificando cada motorista por seu nome; os valores são sempre negociados na hora da partida, sendo que, em todas as vezes em que tomei o transporte com elas, tanto as idas até o centro quando a corrida à casa de Larissa, no bairro Estação das Flores, custavam dez reais. Os taxistas dispõem de alguns CDs de gravação caseira, dentre os quais, assim que entram no carro, elas escolhem o que querem ouvir, controlando inclusive o volume do som e, por vezes, criticando jocosamente a ausência dos estilos musicais que pretendem escutar. Esses motoristas funcionam, então, em sua experiência, quase como “motoristas particulares”, com os quais

elas mantêm relações bastante próximas e sem a tensão que as saídas em espaços públicos lhes provocam.

A respeito da evitação ao dia e a determinados espaços, Carmem entende que *“não é fácil ser o centro das atenções o tempo inteiro”*. Brigitte sofria cotidianamente com a perseguição dos vizinhos da pequena cidade onde morava, os quais ficavam vigiando sua casa, à espera da hora em que ela saísse: os passos da casa da mãe – com quem morava – no fundo do terreno, até o portão, próximo à cada da avó, à frente, eram acompanhados por toda a vizinhança, que proferia xingamentos, provocações, risadas, acusações e pedras – *“já fui muito apedrejada”*. Algumas vezes, contava ela, caminhava até o táxi protegida por duas sombrinhas, a fim de que ninguém a visse. Já Eunice, por exemplo, recordava-se de um episódio carregado de constrangimentos no posto de gasolina: desceu do carro em companhia de uma colega para comprar alguma coisa e ouviu dois rapazes comentando algo como *“é, tô dizendo que é”* e *“não é, cara”*; *“tô dizendo que é feminina, cara”*. Ao pagar o produto, Eunice afinou bem a voz, cuidando para não deslizar no tom, provocando a brincadeira de Glória: *“engoliu uma sacola de gatos, né?”*.

Além disso, o trato com os serviços comerciais engendra grande parte dos episódios apontados pelas sujeitas como delicadamente constrangedores ou discriminatórios. Joana me relatava muitas experiências envolvendo a incompatibilidade, nas representações de atendentes de serviços privados, entre sua aparência e voz femininas e seu nome de registro civil masculino⁵⁴. Conversávamos em grupo na sede da Sempre-Viva quando Joana nos contou sobre a funcionária de uma financiadora que lhe telefonou perguntando por Henrique; *“Henrique sou eu, pode falar”*, respondia com sua voz suave e fina, despertando a insistência e a desconfiança por parte da atendente, que lhe pedia dados e mais dados até entender que Joana era Henrique. Joana salientava, na narrativa em torno do episódio exemplar, o constrangimento que o nome regulamentado pela norma, que atravessa Estado e convenções sociais de gênero e saberes médicos, gera entre travestis e transexuais quando se veem entre sua nomenclatura social e a demanda formal por prestação de contas. Ouvindo-a, Glória se apressou, dizendo que ela deveria ter dito ser travesti, tal como fizera na gerência de um

⁵⁴ Projetos de lei e ações constitucionais têm sido formuladas em favor do reconhecimento social do nome feminino de travestis e transexuais. Em 2008, a deputada federal do PT Cida Diogo apresentou um Projeto de Lei para assegurar que tais sujeitas tenham o direito de utilizar o nome social ao lado de seu nome ou prenome. Em meados de 2009, Deborah Duprat, da Procuradoria Geral da República, propôs uma ação ao Supremo Tribunal Federal com o objetivo de assegurar que transexuais possam alterar seu nome e designação sexual no registro civil, mesmo sem a realização da cirurgia de transgenitalização, tendo em vista o fato de a lei brasileira prever a troca de nomes que ocasionem situações vexatórias ou humilhantes aos sujeitos que os portam.

banco: “*eu falei pra ela: eu sou travesti, você não tá vendo?*”.

Joana mostrava-se cheia de histórias para contar no que diz respeito ao questionamento a sua “identidade”. Na videolocadora que costumava frequentar, por duas vezes o mesmo funcionário, apesar dos prévios esclarecimentos de Joana a respeito do nome da ficha cadastral, perguntava-lhe em voz alta sobre seu nome masculino, em meio ao estabelecimento cheio, o que chamava a atenção de todos ali presentes: “*é bem preconceito mesmo*”, dizia ela constatando desnecessária aquela cena. Em um desses episódios, Adália reagiu à atitude do rapaz: “*escuta aqui, ela [demonstrava que acentuava o gênero do pronome] prefere ser chamada Joana, é um direito dela*”. Um terceiro episódio na mesma locadora foi o estopim para que Joana cancelasse seu crédito no estabelecimento: na presença de seu *marido* e de sua sobrinha, a funcionária, ao abrir o cadastro, perguntou quem era a pessoa em cujo nome estava o registro, já que não vira, na tela do computador, o aviso de que a cliente preferia ser chamada por Joana. Seu *marido* se precipitou e disse que era ele mesmo, sem se dar conta de que o processo de liberação da locação se dá pela impressão digital: na hora em que Joana ia colocar rápido o indicador no aparelho, a funcionária puxou-o e o deu ao rapaz. Nesse momento, tiveram de esclarecer que Joana é travesti, o que despertou uma reação repulsiva e constrangedora por parte da atendente. Irritada, Joana chamou os responsáveis pelo estabelecimento e esclareceu sua insatisfação com o despreparo dos funcionários, cancelando sua conta.

Em virtude desse tipo de acontecimento, as travestis costumam solicitar, nas lojas que frequentam, o registro de seu nome feminino, em destaque, à frente do nome de registro civil. Glória me explicava que o recurso textual do negrito, por exemplo, costuma ser eficaz, afinal é o destaque das palavras que chama a atenção do leitor. Joana comprou todo o seu jogo de quarto, além de eletrodomésticos e outros móveis, em uma loja onde a cadastraram com seu nome social diante do nome civil; a vendedora, ao tomar-lhe o nome de registro, mencionou que via em Joana uma menina e, portanto, solicitava-lhe um nome feminino pelo qual pudesse chamá-la. Sobre tais experiências, Glória ponderava:

A gente tem que tomar a iniciativa, as pessoas não vão adivinhar. Tem pessoas que já têm uma ideia. Chega uma trans lá pra ser atendida, fazer uma ficha no crediário, alguma coisa: “como é que tu gosta de ser chamada ou tratada?”. Às vezes, por inocência... já me perguntaram até: “qual é o teu apelido?”. Mas na verdade por inocência de a pessoa querer saber o meu nome (...). De querer saber, as pessoas se expressam mal. E aí algumas já reagem (...). Às vezes é a falta de informação (...). Eles reproduzem o que eles ouvem. Então, se a gente passar a informação, eles vão reproduzir o que

eles ouviram de nós, porque eles não sabem (Relato de Glória durante a entrevista realizada em sua residência).

Para Glória, portanto, há um compromisso pedagógico na relação das travestis com os demais atores sociais, tendo em vista que nem todas as pessoas podem ter acesso a esclarecimentos sobre travestilidades e transexualidades. Por conseguinte, nem todas as formas de tratamento que soam incorretas no universo simbólico das travestis podem ser entendidas como inerentemente preconceituosas ou discriminatórias, uma vez que aquelas decorrentes da falta de conhecimento e de informação não necessariamente se configuram como ofensas morais (R. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005). Suzana sinalizava para uma perspectiva semelhante:

As pessoas têm medo de tudo que foge da normalidade. É assim: tem um padrão; se foge desse padrão, as pessoas têm medo. Por isso que eu não fico com raiva, eu entendo (Relato de Suzana durante a entrevista realizada na Pensão Flor-de-Lis).

Em contrapartida, há episódios que, marcadamente caracterizáveis pelas travestis como discriminatórios, ocasionam a busca por medidas legais e políticas. Eunice aparecia, em uma foto de três anos antes, com o nariz coberto por um esparadrapo e com profundas marcas roxas – quase negras – nos olhos: foi quando ela apanhou dos dançarinos de uma boate, o que a fez procurar os serviços jurídicos oferecidos pela ADEH *Nostro Mundo*, a Associação das Travestis da Grande Florianópolis, local onde residia na época, para solucionar seu problema. Sob orientação da instituição, Eunice processou a boate, recebendo o valor de cinco mil reais pela agressão sofrida.

Glória estava movendo uma ação contra os Correios em Vale das Passagens. À espera de seu atendimento, trocava algumas palavras com uma amiga que encontrara na fila; quando chamada ao guichê, o rapaz que deveria atendê-la saiu dali e entrou em outra sala, e sua amiga ouviu-o dizer: “*bem capaz que vou atender travesti*”. Voltou e chamou outro funcionário, pedindo-lhe que a atendesse. Glória, então, foi à delegacia acompanhada de Fátima, estagiária de Direito na ONG Sempre-Viva, a fim de registrar um boletim de ocorrência. Na delegacia, entretanto, o policial que a atendeu tentou convencê-la a não fazer o registro, argumentando que “*não daria em nada*” e que, portanto, ela deveria procurar a ouvidoria dos Correios. Em certo momento, ela se levantou da cadeira para continuar argumentando; seu gesto amedrontou os policiais ali presentes. Disse, pacientemente, que aquilo era uma delegacia e

que sua função era fazer o registro, o resto ela resolveria com o advogado. O rapaz fez o BO, não sem erros, que causaram o protesto de Glória: *“é por isso que o processo não vai pra frente. Você não pode registrar o que você acha que aconteceu, tem de registrar o que aconteceu”*. E ele fez um novo registro.

Fátima, aliás, que integrava um projeto de assessoria e orientação jurídicas a sujeitos LGBT e a pessoas vivendo com HIV, avaliava que as travestis pouco acessam o serviço, que *“não circulam, não se apoderam do espaço da ONG”* e que elas *“se mobilizam mais pelo individual do que pelo coletivo”*. A perspectiva de Fátima, porém, orientada pelos princípios formais de ações políticas e pelas políticas de Estado, não contemplava o sistema de pensionato coordenado por Helena como uma modalidade de organização política.

Helena me contava, em uma roda de conversa em fim de tarde, que *“existe muito preconceito contra as travestis”*, pontuando, entretanto, que, em Vale das Passagens, ele ainda é menor do que em outras localidades por onde passou. Dizia que elas sempre serão o *“o lixo da sociedade”*, independente do que conquistem ou do que demonstrem, e que às vezes só a *“respeitam”* quando a veem dirigindo seu carro – do contrário, é sempre ridicularizável. Helena acredita que houve certas conquistas em Vale das Passagens graças à sua organização na pensão, uma vez que ali as travestis vivem juntas e sob uma proteção. Para ela, *“as pessoas não fazem nada contra as travestis dali”* porque sabem que elas vivem naquela casa e que ficam sob seus cuidados, contando com a possibilidade de acionarem meios legais de defesa. E fez a comparação com outra cidade em que, em seu entendimento, não há uma concentração das travestis, *“cada uma sai por si”*, de maneira que elas se tornam mais vulneráveis a ações discriminatórias. Reforçava que não há ninguém por elas, por isso elas mesmas precisam cuidar-se e proteger-se; apenas elas mesmas, vivendo e trabalhando juntas e sob uma proteção legitimada, poderiam dar-se segurança e proteção. Suzana concordava prontamente, comentando que sua família sequer sabia se estava *“viva ou morta”* – se nem mesmo a família olhava por elas, muito menos os outros o fariam.

As considerações de Helena, sob assentimento das demais moradoras da casa, aponta para outra modalidade de organização política entre as travestis que escapa às convenções institucionais; se, agrupadas sob sua liderança, elas estão protegidas das ações discriminatórias, então a pensão e suas regras compõem os preceitos de uma outra organização política de visibilização social e de proteção moral e política das travestis, além daquela representada pela ONG, por exemplo. Descrentes em grande parte dos demais sistemas sociais e inscritas em uma modalidade de organização posta em questionamento

pelos discursos político-legais oficiais (como mencionado no capítulo 2), as travestis que residem na pensão constroem outras alternativas de proteção, controle e solidariedade, diferenciadas das estratégias e das modalidades políticas que marcam as ações empreendidas pela associação Sempre-Viva, estas orientadas pelos valores debatidos e construídos no âmbito dos movimentos sociais.

Considerações finais

Como nos ensina Claudia Fonseca (2004: 263),

(...) a força da etnografia está na sua capacidade de contar histórias. As histórias escolhidas, apesar de nunca serem típicas, são – quando exploradas em toda sua especificidade – sempre reveladoras. Ainda mais, contar histórias é uma forma de transmitir algo do clima da relação entre pesquisador e pesquisado, clima esse que é parte integrante dos “dados”.

Busquei seguir, no presente trabalho, este intuito: contar histórias ouvidas e vivenciadas junto às travestis em uma cidade de médio porte no sul do Brasil. Creio que através de tais histórias, recontadas por intermédio da descrição densa implicada no processo etnográfico (GEERTZ, 1978), é possível o acesso a experiências que, justapostas e comparadas, desvelam o caráter social e compartilhado no universo mais amplo das travestilidades no Brasil.

A experiência etnográfica aqui registrada, desse modo, aponta para um campo de socialidades constituído por amplas redes de solidariedade – que se estendem e se adensam por extenso território geográfico – e por inúmeros conflitos morais e políticos, além de violências e ofensas morais vivenciadas e significadas a partir dos códigos morais disponíveis no interior do grupo. Esse conjunto de relações, ainda, é fortemente atravessado por um complexo conjunto de moralidades, ancorado na relacionalidade e na constituição fluida e plural de alianças.

Os finos pressupostos morais que compõem o sistema de valores entre as travestis e os inúmeros conflitos e alianças que dinamizam suas relações podem ser sintetizados pela categoria êmica *coragem*. Dotada de uma ambivalência ou polivalência moral, a *coragem* expressa a irrupção, aos olhos alheios, de determinado valor estético-moral ou político e o enfrentamento “ousado”, também aos olhos alheios, às condenações morais decorrentes daquela transgressão. *Corajosa* é aquela que se considera bonita e que se gaba de atributos físico-estéticos embora as demais não a reconheçam como tal; *coragem* é a interjeição indicativa da reprovação moral àquelas que “*se passam por mulheres*” apesar do não reconhecimento de tal aspecto pelas outras – “*coragem! Com aquela cara destruída se passar por amapoa?*”. É *corajosa* quem invade o espaço das outras na avenida, desobedecendo às marcações territoriais decorrentes das diferentes fidelidades e alianças políticas. *Corajosa* é,

ainda, aquela que moraliza seus negócios apontados como *cafetinagem* concedendo-lhes o estatuto burocrático-legítimo de “*pensão*” – “*que coragem, né? Chamar aquilo de pensão. A cabeça dela, né? Se um casal chega e pede pra se hospedar ali? O que vão dizer? Que não tem vaga?*”.

A categoria moral da *coragem* não só classifica as travestis, mas se estende a seus clientes. *Corajoso* é o cliente que ousa sair com a travesti mais *feia* em vez daquela *belíssima* que espera por ele, como acusava Suzana. É o homem que trai sua namorada travesti *feminina* e *tropo bella* com outra *que parece homem*, como costumava reforçar Andressa dizendo que “*tem uns corajosos que ficam com essas travestis feias que parecem uns homens*”. *Corajoso* pode ser ainda aquele cliente que se incorre pelo risco de ser visto publicamente saindo com uma travesti, conforme brincava Vitória ao falar de um dos homens que procuram por seus serviços, o qual realiza os encontros no motel de que é proprietário.

Nesse sentido, a *coragem* diz respeito a uma dimensão adjetiva, qualificadora momentânea da sujeita que corporifica determinada disposição estética e/ou moral, e a uma interjeição, marcadora do gesto supostamente reprovável. Ela sintetiza e expressa, portanto, o densificado conjunto moral e de moralidades que ordena a relação entre as travestis, bem como sua relação com os demais atores sociais, sobretudo os clientes. *Coragem* remete aos conflitos oriundos da infração a um conjunto de prescrições estéticas, éticas e morais, qualificando a sujeita e o sujeito que aparentemente irrompem as expectativas internas e desvelando a relacionalidade e a contingência da apropriação de tais valores, uma vez que a acusada de *corajosa* pode ser a acusadora em outra circunstância e que a ruptura expressa a afirmação de perspectivas e de uma autopercepção permanentemente postas em tensa negociação coletiva. Mais ainda, a *coragem* é acionada especialmente em contextos já permeados por disputas e conflitos estético-morais, expressando antagonismos que caracterizam determinadas relações. Por conseguinte, como acusação moral, a *coragem* se refere à diferença e à alteridade no interior do grupo, demarcando-se distanciamentos morais que situam a sujeita da enunciação em um ponto sobrevalorizado da hierarquia moral. Marcada por conflitos e por diferença de julgamentos morais, a construção e a manutenção das alteridades se enunciam e se tornam discurso, dessa forma, através das acusações que circundam a categoria da *coragem*.

Por outro lado, a *coragem* é o atributo ético-moral que ordena a afirmação pública e a autodefesa das travestis: o colega de Eunice duvidava de que ela tivesse *coragem* de entrar na

igreja com seu brinco quando de sua formatura, ainda com aparência masculina, motivando-a a desafiá-lo; Carmem reconhecia a *coragem* de Glória ao desafiar o homem que a ameaçava por recusar-se a fazer o programa por um valor mais baixo, atitude corporal e verbal imprescindível para que ela não fosse vitimizada; Denise, que ingressara em uma cadeia de vendetas que culminou em seu esfaqueamento, me falava da *coragem* necessária, atrelada à persistência, para garantir sua permanência na *rua* a despeito da perseguição das demais travestis prostitutas. É também por esse outro caráter da categoria polivalente e eivada de aspectos morais e políticos que as travestis demonstram agência (ORTNER, 2006), apropriando-se de estratégias de enfrentamento a serem performatizadas diante de adversidades e de riscos com que se veem em contato. A *coragem* pode, então, constituir-se como um pressuposto valorativo para tornar possível a proteção moral e física nos meios públicos.

As dimensões da *coragem* remetem à “mulher valente” de que fala Claudia Fonseca (2000) ao analisar o humor e o estilo oral entre grupos populares. Diferente da mulher passiva, submissa ou culpada diante de situações adversas, como a traição do marido, a mulher que emerge das narrativas orais analisadas pela autora demonstram valentia, enfrentamento, recorrendo a transgressões, a aventuras e a desbravamentos com a finalidade de desvendar segredos e reverter sua situação. Assim como as “mulheres valentes”, as travestis, oriundas de grupos populares, lançam mão de recursos que lhes assegurem sua honra, tais como o enfrentamento a potenciais agressores, a transgressão de normas morais, o escândalo como instrumento de poder e negociação, a persistência diante das investidas contrárias por parte das colegas a fim de manter-se na *rua*, a insistência junto a setores de serviços públicos para ter suas demandas reconhecidas e atendidas. Não ser, aqui, “valente” ou *corajosa* pode implicar o encadeamento de acusações, como ser “*transexualzinha*” – ser excessivamente frágil e não saber enfrentar os riscos ou impor-se diante de situações discriminatórias – ou desmerecer o *respeito* entre as demais travestis – e permanecer sendo sempre “*um viado de peruca*” a realizar programas fora do espaço rentável da avenida.

Aqui, como entre as “mulheres valentes” (FONSECA, 2000), a *coragem* fala de modos de construção de sujeitas, segundo valores morais de grupo. Nesse sentido, desponta, assim como na etnografia de Alinne de Lima Bonetti (2007) entre mulheres ativistas de grupos populares urbanos, como atributo de gênero e poder que integra os modelos de feminilidade no interior dos referidos grupos e que se faz imprescindível para as práticas locais. Se as mulheres nordestinas que protagonizam o sensível e delicado trabalho de Bonetti

apontam para a *coragem* como importante capital político para ingresso e permanência no cenário de negociações e disputas políticas, entre as travestis a *coragem* constitui o capital simbólico que funda e sustenta suas socialidades (STRATHERN, 2006) e as dota de mecanismos de enfrentamento, visibilidade e agenciamento frente aos demais espaços sociais.

Foram essas histórias de disputas, de violências, de acusações, de solidariedade – em resumo, de *coragem* e de *coragem* – que aqui se buscou contar. Os *dados*, construídos sob relações amistosas, de afeto, de risos e de trocas, poderiam ser articulados de maneiras distintas, hierarquizados a partir de outras perspectivas – e, por mais que se montassem e desmontassem, construíssem novas arquiteturas empírico-analíticas, jamais dariam conta da complexidade e da dimensão das vivências observadas e compartilhadas. Arbitrárias, a sistematização, edição e organização das experiências e escutas junto às sujeitas constituem processos que não cessam, permanecendo reticentes no exercício de elaboração dessa viagem etnográfica. Além disso, muitas outras histórias ficaram de fora, circunscritas às notas de campo, mas igualmente clarificaram as relações, as práticas e os valores postos sob observação. Histórias de *coragem* (ousadia) e de *coragem* (bravura) povoam, constituem e engendram um fascinante universo a ser compreendido, discutido e *respeitado*.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o Mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – UNICAMP. Campinas, 2004. Orientadora: Maria Teresa de Melo Soares.

BEIRAS, Adriano *et al.* “Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma”. *In: Psicologia Social*. Porto Alegre, v. 19, n. 3, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300010&lng=pt&nrm=iso>

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 2 ed.

BARD, Christine et PELLEGRIN, Nicole. “Introduction Femmes Travesties: un 'mauvais' genre”. *In: CLIO*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n. 10, 1999 (pp. 7-19).

BARREIROS, Elias. **A vila tem valor: hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – UFSC. Florianópolis: 2008. Orientadores: Sônia Maluf e Theophilos Rifiotis.

BASTOS, Cristiana. “A política da produção do conhecimento e os movimentos de resposta à SIDA”. *In: Etnográfica*, vol. II (1), 1998 (pp. 15-53).

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Dissertação de Mestrado – PPGAS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: abril de 2000. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ondina Fachel Leal. Publicado pela Editora Garamond em 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BRANDÃO, Elaine Reis. “Violência conjugal e recurso feminino à Polícia”. *In: BRUSCHINI, Cristina; HOLANDA, Heloísa (orgs.). Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora 34, 1998.

BRAZÃO TEIXEIRA, Analba. **Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais**. Editora Annablume, 2009.

BRIGGS, Charles L. **Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem**. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – UNICAMP. Campinas: 2007. Orientadora: Maria Filomena Gregori.

BOURCIER, Marie Hélène. “Des ‘femmes travestie’ aux pratiques transgenres: repenser et

queeriser le travestissement”. In: **CLIO**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n. 10, 1999

BOURCIER, Marie-Hélène. **Queer Zones**. Paris: Editions Balland, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “O sentimento da honra na sociedade cabília”. In: PERISTIANY, John G. (org.). **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (pp. 157-195).

BORDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: VÍCTORA, Ceres *et alii*. **Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 21-32).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral”. In: **Revista Antropológicas**, ano 9, volume 16(2): 9-40, 2005. Disponível no site: [http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume16\(2\)/Artigo%201%20\(Roberto%20Cardoso%20de%20Oliveira\).pdf](http://www.ufpe.br/revistaantropologicas/internas/volume16(2)/Artigo%201%20(Roberto%20Cardoso%20de%20Oliveira).pdf)

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Antropologia e Moralidade”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 24, 1994 (pp. 110-121).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Justiça, solidariedade e reciprocidade: Habermas e a antropologia”. In: TAVARES, José Vicente (org.). **A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995 (pp. 27-36).

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Direitos, insulto e cidadania (existe violência sem agressão moral?)”. In: **Série Antropologia**, n. 371. Brasília: 2005. Disponível no site: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie371empdf.pdf>

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. “Pesquisas em *versus* pesquisas com seres humanos”. In: VÍCTORA, Ceres *et alii*. **Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 33-44).

CARDOZO, Fernanda. **Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2005. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CARDOZO, Fernanda. “Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC”. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e**

identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007 (pp. 233-251).

CARRARA, Sérgio Luis; VIANNA, Adriana R. B. “‘Tá lá o corpo estendido no chão...’: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro”. *In: Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, 2006 (pp. 233-249).

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. “A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?”. *In: Cadernos Pagu: trânsitos.* Campinas: UNICAMP, n.º 31, julho/dezembro de 2008 (pp. 101-123).

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: the creation of mods and rockers.** London: MacGibbon & Kee, 1972.

CORONA, Joana Pagliosa. **As Meninas do Centro:** família, sociabilidades e subjetivação entre mulheres prostitutas de rua em Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – UFSC. Florianópolis: 2007. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

CSORDAS, Thomas. “Introduction: the body as representation and being-in-the-world”. *In: CSORDAS, Thomas J. (ed.). The Existential Ground of Culture and Self.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994 (pp.1-24).

DE LAURETIS, Teresa. “Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities”. *In: Differences*, volume 3, number 2, 1991, iii a xviii.

DESCHAMPS, Catherine. **Le sexe et l’argent des trottoirs.** Paris: HACHETTE Littératures, 2006.

DÍAZ BENÍTEZ, María Elvira. **Nas redes do sexo:** bastidores e cenários do pornô brasileiro. Tese de Doutorado em Antropologia Social – UFRJ. Rio de Janeiro: 2009. Orientador: Gilberto Velho.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus:** o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens:** vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência. Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFSCar. São Carlos: 2009. Orientador: Prof. Dr. Richard Miskolci.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I. & SHAW, Linda L. **Writing Ethnographic Fieldnotes.** Chicago/London: University of Chicago Press, 1995.

EVANS-PRITCHARD, E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos Fiéis:** história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001 (pp. 239-247; 322-333).

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **Gênero e Diversidade na Escola:** análise das políticas

de combate à homofobia do Ministério da Educação (2004-2008). Projeto de Tese – Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC. Florianópolis: 2008. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. **“Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher...”**: etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/PPGAS/UFSC. Florianópolis: 1998. Orientador: Prof.º Dr.º Hélio R. S. Silva.

FONSECA, Claudia. “La violence et la rumeur”. Conferência dada no Seminário “Anthropologie et l’Histoire de l’Europe Occidentale du XV au XX siècles”, 1984.

FONSECA, Claudia. “Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro”. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 15, 1991 (pp. 27-39).

FONSECA, Claudia. “A dupla carreira da mulher prostituta”. *In: Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: vol.4, n.1, 1996.

FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 2002. 2 ed.

FONSECA, Claudia. “A morte de um gigolô: fronteira da transgressão e da sexualidade nos dias atuais”. *In: Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. “Direitos dos mais ou menos humanos”. *In: Horizontes Antropológicos*, ano 5, n.10, mai/1999 (pp. 83-121).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 17ª edição.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 10. ed.

GRUPO DAVIDA. “Prostitutas, ‘traficadas’ e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o ‘tráfico de seres humanos’”. *In: Cadernos Pagu*: mercado do sexo. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 153-184).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. “Estar allí: la antropologia y la escena de la escritura”. *In: El antropólogo como autor*. Barcelo: Paidós, 1989.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna [1940/1958]”. *In: Feldman-Bianco. B. (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: APOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. **Representations sur les femmes battues** – la violence contre les femmes au Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado – Université de Paris V (Rene Descartes), 1988. Orientador: Louis Vincent Thomas.

GROSSI, Miriam Pillar. “Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação feminina”. *In*: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 73, 1990 (pp. 45-58).

GROSSI, Miriam Pillar. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’”. *In*: GROSSI, Miriam Pillar (org). **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. “Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil”. *In*: **Revista Estudos Feministas** (4), 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. “Trabalho de campo: território de fronteiras de gênero”. *In*: FONSECA, Claudia. **Fronteiras da cultura**: horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal”. *In*: GROSSI, Miriam P. & PEDRO, Joana M. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998 (pp. 293-313).

GROSSI, Miriam Pillar. “Masculinidades: uma revisão teórica”. *In*: **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. “Ajudando a iluminar o caminho das pesquisas sobre gênero e violência”. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana C. M. (orgs.). **Gênero e Violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras. Florianópolis: Mulheres, 2006 (pp. 9-13).

GROSSI, Miriam Pillar. “Violência, gênero e sofrimento”. *In*: RIFIOTIS, Theophilos; HYRA RODRIGUES, Tiago (orgs.). **Educação e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008 (pp. 121-134).

GROSSI, Miriam Pillar; TEIXEIRA, Analba Brazão (orgs.). **Histórias para Contar**: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino da cidade de Natal. Natal/Florianópolis: Casa Renascer/NIGS, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões & PORTO, Rozeli. **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões & LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. **Gênero e Violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GROSSI, Miriam; CARDOZO, Fernanda. “Violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e a judicialização dos conflitos sociais de gênero”. *In*: **Revista Memória do Projeto**

Bem-me-quer – Projeto de Formação de Conselheiras de Políticas Públicas para as Mulheres da Região Sul. Convênio Escola Sindical Sul e Governo Federal – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Florianópolis: julho de 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HECKENBERGER, Michael. “The enigma of the great cities: body and state in Amazonia”. *In: Tipití*, vol. 1 (1): 27-58.

HÉRITIER, Françoise. **Les Deux Soeurs et leur Mère** – Anthropologie de l’Inceste. Paris: Éditions Odile Jacob, 1994.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa**. Tese de Doutorado em Antropologia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Kofes.

JULIANO, Dolores. “El trabajo sexual em la mira: polémicas y estereotipos”. *In: Cadernos Pagu: mercado do sexo*. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 79-106).

KATZ, Jack. “Righteous slaughter”. *In: Seductions of Crime: moral and sensual attractions of doing evil*. New York: Basic Books, 1988.

KEMPADOO, Kamala. “Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres”. *In: Cadernos Pagu: mercado do sexo*. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 55-78).

KULICK, Don. **Travesti: sex, gender, and culture among brazilian transgendered prostitutes**. Chicago: The University of Chicago, 1998.

KUSCHNIR, Karina. “Trajetória, projeto e mediação na política”. *In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001 (pp. 137-164).

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude (dir.). **L’identité**. Paris, PUF: 1997.

MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EDU/EDUSP, 1974.

MAFFESOLI, Michel. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais/Edições Vértice, 1987.

MAFFESOLI, Michel. **A Conquista do Presente**. Natal: Argos, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- MAFFESOLI, Michel. **O Ritmo da Vida**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC, 1998.
- MALUF, Sônia Weidner. “Corporalidade e desejo: *Tudo sobre minha mãe* e o gênero na margem”. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: vol.10, nº. 1, ano 2002.
- MELLO, Luiz. **Novas Famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. “Ritual, história e política no Alto Xingu: observações a partir dos Kamayurá e do estudo da Festa da Jaguatirica (Jawari)”. In: FRANCHETTO, Bruna & HECKENBERGER, Michel. **Os Povos do Alto Xingu**: história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001 (pp. 335-357).
- MISKOLCI, Richard. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay”. In: **Cadernos Pagu**, n. 28, jan-jun de 2007 (pp. 101-128).
- MORAES, Andréa. “Velhice, mudança social e percepção do risco”. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- MOTT, Luiz. **Assassinato de Homossexuais**. Manual de Coleta de Informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia/Ministério da Saúde, 1999.
- MOTT, Luiz. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.
- MOTT, Luiz. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.
- MOTTA, Flávia de Mattos. **Velha é a vovozinha**: identidade feminina na velhice. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.
- MOURA, Cristina Patriota de. “Pedro Ludovico: indivíduo, mudança e mediação no Goiás da Era Vargas”. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. São Paulo: Moraes, 1985.
- OLIVEIRA, Marcelo José. **O Lugar do Travesti em Desterro**. Dissertação de Mestrado – PPGAS/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: dezembro, 1997. Orientador: Prof. Dr. Hélio R. S. Silva.
- OLIVEIRA, Marcelo José. **Jogo de Cintura**: uma etnografia sobre travestis em Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Sociais/UFSC. Florianópolis: novembro, 1994. Orientador: Hélio R. S. Silva.
- OLTRAMARI, Leandro Castro. **Representações Sociais da AIDS, Relações Conjugais e Confiança**. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

ORTNER, Sherry. “Poder e Projeto: reflexões sobre a agência”. *In*: GROSSI, Miriam Pillar. ECKERT, Cornelia. FRY, Peter (orgs.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado – PPGA/UFPE. Recife: 2002. Orientador: Prof. Dr. Russel Parry Scott.

PEIRANO, Mariza. “Os antropólogos e suas linhagens”. *In*: **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995 (pp. 13-30).

PELÚCIO, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti”. *In*: **Cadernos Pagu: mercado do sexo**. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 217-248).

PELÚCIO, Larissa. “O gênero na carne: sexualidade, corporalidade e pessoa: uma etnografia entre travestis paulistas”. *In*: GROSSI, Miriam & SCHWADE, Elisete (orgs.). **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2006 (pp. 189-216).

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Carlos: 2007a. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marina Denise Cardoso.

PELÚCIO, Larissa. “No salto?: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem”. *In*: BONETTI, Aline & FLEISCHER, Soraya. **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2007b (pp. 93-124).

PEREIRA, Cristiana Schettini. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro”. *In*: **Cadernos Pagu: mercado do sexo**. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 25-54).

PEREIRA, Éverton Luís. **Meninos de Cristal: análise antropológica das experiências com hemofilia em uma instituição de atenção ao hemofílico em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – UFSC. Florianópolis: 2008. Orientadora: Esther Jean Langdon.

PERES, William Siqueira. “Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs”. *In*: GROSSI, Miriam Pillar *et alii*. **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a (pp. 53-68).

PERES, William Siqueira. **Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Tese de Doutorado – PPG em Saúde Coletiva/Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2005b. Orientador: Dr. Richard Parker.

PERISTIANY, John G. “Honra e vergonha numa aldeia cipriota de montanha”. *In*: PERISTIANY, John G. (org.). **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (pp. 139-156).

PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O negocio do michê: prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PIERUCCI, Antonio Flavio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. *In: Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999 (pp 119- 149).

PISCITELLI, Adriana. “Apresentação: gênero no mercado do sexo”. *In: Cadernos Pagu: mercado do sexo*. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 7-23).

PISCITELLI, Adriana. “Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual”. *In: Cadernos Pagu: mercado do sexo*. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 281-326).

PISCITELLI, Adriana. “As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha”. *In: Sexualidad, salud y sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 1, 2009 (pp. 177-201).

PITT-RIVERS, Julian. “Honra e Posição Social”. *In: PERISTIANY, John G. (org.). Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (pp. 11-60).

PONTES, Heloísa. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher e as práticas feministas contemporâneas**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – UNICAMP. Campinas: 1986.

PORTO, Rozeli Maria. **Gravidez e Relações Violentas: representações da violência doméstica no município de Lages – SC**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – UFSC. Florianópolis, 2002. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PORTO, Rozeli Maria. **“Aborto Legal” e o “Cultivo do Segredo”**: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. Tese de Doutorado em Antropologia Social – UFSC. Florianópolis, 2009. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa-Calpe, 2008.

RAMOS, Alcida Rita. “A difícil questão do consentimento informado”. *In: VÍCTORA, Ceres et alii. Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004 (p. 91-96).

RAMOS, Silvia. “Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual”. *In: GROSSI et alii (orgs.). Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005 (pp. 31-44).

RIFIOTIS, Theophilos. “Nos campos da violência: diferença e positividade”. *In: Coleção Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1997.

RIFIOTIS, T. “As Delegacias Especiais de Proteção à Mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais”. Centro de Estudos Feministas de Estudos e Assessoria, 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. “Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais”. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da

ANPOCS, 2005.

RIFIOTIS, Theophilos. "Derechos Humanos y otros derechos: aporías sobre el proceso de judicialización y la institucionalización de los movimientos sociales". IN: ISLA, A. (ed.) **En los márgenes de la ley**. Buenos Aires, Paidós, 2007a (pp. 229-250).

RIFIOTIS, Theophilos. "Violência, Judicialização das Relações Sociais e Estratégias de reconhecimento". **Anais da VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL**. Porto Alegre. CD, 2007b.

RIFIOTIS, Theophilos. **Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito**. 2007c.

RIFIOTIS, Theophilos. "Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'". **Revista Katálise**. Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008 (pp. 225-236).

RORTY, Richard. "Human Rights, rationality, and sentimentality". IN: SHUTE, S. & HURLEY, S. (ed.). **On human rights. The Oxford Lectures**. New York, Basic Books, 1993 (pp. 112-134).

RUBIN, Gayle. "O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo". **SOS Corpo**. Recife, março de 1993 [1975], mimeo.

RUBIN, Gayle. "Thinking sex: notes for a radical Theory of the Politics of sexuality". In: NARDI, P. & SCHNEIDER, B. **Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies – a reader**. London/New York: Routledge ed., 1998 (pp 100-133).

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Petrópolis: Vozes, 1969.

SCHERER-WARREN, Ilse. "Movimentos em Cena...e as teorias por onde andam". **Cadernos de Pesquisa**, n.º 15, outubro de 1998.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley, University of Califórnia Press, 1990.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

SILVA, Ana Paula da.; BLANCHETTE, Thaddeus. "'Nossa Senhora da Help': sexo, turismo e delocamento transnacional em Copacabana". In: **Cadernos Pagu: mercado do sexo**. Campinas: UNICAMP, n.º 25, julho/dezembro de 2005 (pp. 249-280).

SIMMEL, Georg. "A natureza sociológica do conflito". In: MORAES, E. (org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. "El secreto y la Sociedad Secreta". In: **Sociologia: Estudios sobre as Formas de Socialización**. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. “Giovana Baby visita o 5º Batalhão”. *In: Meu Casaco de General*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000 (pp. 153-177).

STRATHERN, Marilyn. “Entrevista – no limite de uma certa linguagem”. *Mana*, 5(2): 157-175, 1999.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs.). “Introdução”. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15/Editora Universidade de Brasília, 1999.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. “L’Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição”. *In: Cadernos Pagu*: trânsitos. Campinas: UNICAMP, n.º 31, julho/dezembro de 2008 (pp. 275-308).

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. “Artes de ver, modos de ser e formas de dar: xamanismo e moralidade entre os Arara (Caribe-Brasil)”. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: 2003.

TEIXEIRA-PINTO, Márnio. “Sociabilidade, moral e coisas afins: modelos sociológicos e realidade ameríndia”. **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: 2006.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O Vôo da Beleza**: travestilidade e devir minoritário. Tese de Doutorado – PPG em Sociologia/Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: junho de 2005. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Júlia Miranda.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). “Apresentação”. *In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELHO, Gilberto. “Biografia, trajetória e mediação”. *In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VIANNA, Adriana R. B; LACERDA, Paula. **Direitos e Políticas Sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

VIANNA, Adriana R. B.; CARRARA, Sérgio L. “As vítimas do desejo: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980”. *In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). Sexualidade e Saberes*: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 (pp. 365-384).

VIANNA, Adriana R. B. “Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças”. *In: LIMA, Roberto Kant (org.). Antropologia e Direitos Humanos* – Prêmio ABA Ford Direitos Humanos. Niterói: EdUFF, 2005 (pp. 13-68).

VÍCTORA, Ceres; KNAUTH, Daniela Riva & HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.